

VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

**DO ESPETÁCULO DA NATUREZA À NATUREZA DO
ESPETÁCULO - boticários no Brasil setecentista**



1998

M348d

33176/BC

VERA REGINA BELTRÃO MARQUES

**DO ESPETÁCULO DA NATUREZA À NATUREZA DO
ESPETÁCULO - boticários no Brasil setecentista.**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação
do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada pe-
la Comissão Julgadora em __/02/1998.

Banca:

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Prof. Dra. Leila Mezan Algranti

Prof. Dra. Sílvia F. de Mendonça Figueiroa

Prof. Dr. Jaime Larry Benchimol

Prof. Dr. Sérgio Adorno

1998

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	M 348d
V. Ex.	33176
TRANSO. SO	395/98
PROC.	395/98
C	☐ D ☒ X
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	26/03/98
N.º CPD	

CM-0010B121-5

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Marques, Vera Regina Beltrão
M 348d Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários
no Brasil setecentista / Vera Regina Beltrão Marques. - -
Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Farmácia - História. 2. Medicina - História. 3. Plantas
medicinais. 4. Medicamentos - História. 5. Brasil - Colônia.
I. Chalhoub, Sidney. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas participaram do percurso que resultou na escrita desta história. Gostaria de agradecer a cada uma em especial, mas como já sei de antemão da impossibilidade de fazê-lo, as que não estiverem mencionadas não se sintam excluídas do meu afeto e gratidão.

Clóvis, meu pai, não era boticário mas preparava magistralmente fórmulas ricas em dignidade, leveza e bom-humor. Sua memória esteve sempre muito presente, principalmente quando o mundo parecia desabar de todo. Maria, "Coquinha querida" é minha super-mãe e até hoje elabora triagas, remédios secretos e revelados visando impedir qualquer dor aos seus filhos. João, meu irmão, precisou abrir mão de projetos pessoais importantes para assumir tarefas que bem sei o quanto lhe custam. Também elabora fórmulas muito complexas, só que com intuito de teimosamente plantar os grãos tão caros às nossas mesas; os quais a atual política agrícola insiste em trazer de outras plagas.

Alcir Lenharo foi o primeiro orientador desta tese e quando ele se foi me vi sem eira nem beira, outra vez. Apreendi muito com ele e tentei perseguir algumas de suas pegadas, principalmente a que diz respeito ao não seguimento das "cartilhas historiográficas". Mantive-as somente como fontes de inspiração Alcir, e oxalá tenha atingido meu intento.

Sidney Chalhoub assumiu então minha orientação, afinal ele já havia mesmo subvertido meu projeto original de pesquisa, após um curso que mudou temas de tese de muita gente. Foi uma satisfação tê-lo como orientador rigoroso e interlocutor atento. Devo a ele inclusive a revisão da maior parte do texto.

Francisco Bethencourt orientou a pesquisa realizada em Portugal, tendo sido de inestimável proveito as discussões que tivemos.

Aos professores do Departamento de História também tenho muito a agradecer, especialmente a Edgar de Decca, Margareth Rago, Paulo Micelli, Maria Stella M. Bresciani e Maria Clementina P. Cunha. Leila Algranti e Silvia Lara foram as primeiras leitoras de boa parte da tese e delas recebi preciosíssimas contribuições no Exame de Qualificação realizado em agosto de 1997.

Esta caminhada foi compartilhada na UNICAMP com a gurizada do doutorado: Iara, Marcão, Ari, Márcia, Ivone, Flávio, Cris, Silvana, Jefferson, Edilene, Fabinho, Ana Cláudia, Marisa, Regina, Herminia, Tânia (foi inclusive pombo-correio) e Liane. Lili foi minha procuradora quando eu pesquisava na metrópole, leitora de boa parte da tese e "pau prá toda a obra" nestes últimos anos. Kleber, Fábio e Malú também participaram da maratona.

Lili (outra vez), Valter (sempre com uma preciosa indicação de fonte de pesquisa), Mônica, Celso (consultor para assuntos de informática), Marlene, Calvino, Walter Alexandre e Nathalia: estávamos sempre discutindo idéias, e saboreando churras e jantares divinos.

Fátima, Marcelo e Ana Lúcia são amigos de priscas eras e é na casa deles que meu brigue atraca quando o mar fica muito revolto.

Há outros amigos de boa data que vem acompanhando o percurso. Muitos deles inclusive estiveram firmes e fortes nos tempos da Chácara Primavera: Beth e César, Maria e Guilherme, Cida e Martinho, Márcia e Zé Ricardo, Telma e Marcelo, Rosa Fátima, Iza, Débora e Claudete. Viro, Gê, Walter e Soraya mandavam notícias, referências, fotocópias de todos os cantos. A comadrecita inclusive fez um exaustivo levantamento bibliográfico e muito xerox de trabalhos sobre eugenia na London School, quando eu ainda pretendia prosseguir com o tema no doutorado.

Em Portugal fiz também bons amigos e com eles partilhei pesquisas e saudades: Geraldo, Eduardo, Oswaldo, Virginia, Manoela, Maria Manoela, Regina, Alexandre, Marta, Fernando e Marie Thérèse (saudades dos nossos chás noturnos).

Nos arquivos e bibliotecas brasileiras e portuguesas muitos doutores e não doutores auxiliaram-me, não vou nomeá-los mas externar meu obrigadíssimo a todos. Seu Cypriano da Biblioteca Nacional de Lisboa e Regina da Faculdade de Farmácia foram surpreendentes.

Meu carinho também ao pessoal da Secretaria de Pós-graduação do IFCH, principalmente Lurdinha, Marli e Luísa. Elas tornam a burocracia mais suportável.

Francisco Viana de Oliveira, um médico moderno que usa alguns métodos muito antigos salvou-me da LER, solidarizando-se e buscando solução para as minhas queixas intermináveis.

Ainda houve o apoio generalizado do restante da família. A prima Alba deu-me guarida no Rio de Janeiro em todas as temporadas de pesquisa e Betinho fez as fotografias da botica do Museu Histórico Nacional.

Rosa Lydia, Evelio (Comandante) e Wilson são os padrinhos deste "rebento" por suas participações destacadas.

E mais uma vez o povo brasileiro financiou uma tese: as bolsas do CNPq, CAPES e FAPESP foram de imprescindível valia.

Para
Clóvis,
Maria,
João,
Alcir.

ÍNDICE

Apresentação	1
Capítulo I- PRIMEIRAS LEITURAS DA NATUREZA NAS TERRAS DO BRASIL	7
1. A cura das doenças vem da natureza.	9
2. As plantas curativas no Império português.	16
3. Terra do pau-brasil- natureza a ser explorada.	21
4. Os saberes descredenciados dos habitantes da terra.	35
5. Farmacopéias dos novos saberes.	46
Capítulo II- A NATUREZA DECIFRADA	63
1. Uma academia brasílica de ciências.	65
2. Culto à ciência das plantas.	73
3 As viagens filosóficas.	93
Capítulo III- BOTICÁRIOS SETECENTISTAS- a natureza do ofício.	111
1. Um ofício de segunda categoria.	116
2. A invenção do boticário.	120
3. À guisa de introdução aos boticários brasílicos.	129
4. Boticários brasílicos e afins.	136
5. Boticários- fornecedores.	148
6. "Especialistas em medicina".	151
7. Os boticários e os remédios da terra.	153
8. Boticas brasílicas.	162
9. Boticas e sociedade.	174
Capítulo IV- MEDICAMENTOS DE SEGREDO- a natureza do espetáculo.	182
1. Um medicamento que deu o que falar.	185
2. Saberes sobre medicina secretas.	189
3. Uma prodigiosa lagoa que cura todos os males.	196
4. Histórias de segredo.	200
5. Entre a magia e a ciência.	213
Epílogo	221
Fontes e bibliografia	226
I. Principais fontes manuscritas consultadas.	227
II Fontes impressas.	234
III Bibliografia.	240

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADRO.

Fig. 1- Gravura dos Comentários de Dioscórides. Reproduzida de Ana Maria Amaro. Introdução da medicina ocidental em Macau e as receitas de segredo da botica do Colégio de São Paulo. Macau, Instituto Cultural, 1992, p.17.	12
Fig. 2- Laboratório do alquimista. Sala do Museu da Farmácia espanhola da Universidade Complutense de Madrid. Reprodução Libro del museo de la farmacia hispana. Madrid, Gráfica Internacional, s.d., pp. 44-5.	15
Fig. 3- Frontispício de Colóquios dos simples e drogas e coisas da Índia de Garcia da Orta. Edição facsimilada daquela de 1891, produzida em Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d.	19
Fig. 4- Frontispício de História natural do Brasil ilustrada de Guilherme Piso. São Paulo, Editora Nacional, 1948.	26
Fig. 5- Frontispício da Farmacopéia lusitana de D. Caetano de Santo Antônio. Reproduzido de Associação Nacional das Farmácias. Botica de São Vicente de Fora. Lisboa, ANF, 1994, p. 24.	47
Fig. 6- Frontispício da Farmacopéia geral para o Reino, e Domínios de Portugal. Reproduzido de José Pedro F. de Sousa Dias. A farmácia em Portugal. Lisboa, ANF, 1994, p. 62.	55
Fig. 7- Bacia para sangrias e lancetas. Reprodução do catálogo da exposição "A botica". Braga, Museu dos Biscainhos, s.d.	59
Fig. 8- Boião de faiança e seringa para clísteres. Reprodução do catálogo da exposição "A botica", op. cit.	60
Fig. 9- Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Reprodução de José Pedro F. de Sousa Dias, op. cit, p. 80.	83
Fig. 10- Frontispício do livro Viagem Filosófica empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.	93
Fig. 11- Farmácia árabe-espanhola. Museu da farmácia espanhola. El museo...op. cit., p. 43.	112
Fig. 12 e 13- Cartas de exame dos boticários Lourenço José Peres e Caetano José de Azevedo. Reprodução de, A farmácia em Portugal, op. cit., p. 61 e 63.	123
Fig. 14- Caixa de botica ou botica portátil. Em A farmácia em Portugal, op. cit, p. 70.	129
Fig. 15- Boticas homeopáticas. Reproduzida do catálogo "A botica", op. cit.	130
Fig. 16- Boião de faiança de boticas da Companhia de Jesus. Reprodução de A	150
Fig. 17 e 18- Salas da Botica do Museu do Palácio Real de Madrid.	163
Fig. 19- Graís ou almofarizes de bronze. "A botica", op. cit.	165

Fig. 20- Boiões de faiança esmaltada. "A botica", op. cit.	165
Fig. 21- Botica de Pacheco Ferreira. Museu Histórico Nacional- Rio de Janeiro.	173
Fig. 22- Botica. Jean Baptiste Debret. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, vol. 7 Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1989, prancha n. 19.	178
Fig. 23- Garrafas de Água de Inglaterra com a marca de André Lopes de Castro. Em A farmácia em Portugal, op. cit., p. 53.	185
Fig. 24- Frontispício do livreto Prodigiosa lagoa. Reimpressão do opúsculo com introdução de Augusto da Silva Carvalho. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.	196
Fig. 25- A lagoa e seus olhos. Do livro Prodigiosa lagoa, op. cit.	197
Fig. 26- Receita do Xarope Emético, fórmula de segredo preparada na botica do Colégio dos jesuítas na Bahia. Reprodução do livro de Ana Maria Amaro, op. cit. p. 92.	210
Fig. 27- Receita do Bálsamo Apoplético, remédio secreto preparado nas boticas dos Colégios de Macau e Bahia. Reprodução Ana Maria Amaro, op. cit., p. 24.	211
Fig. 28- Licença da Junta Central de Higiene Pública para "ter botica aberta". Coleção particular.	225
Quadro 1. Quadro sinóptico das plantas citadas por Cardim, Soares de Sousa, Nóbrega, Anchieta, Francisco Soares. Apud Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. "A medicina dos índios brasileiros". <i>Anais do IV Congresso de História Nacional</i> .	33

LISTA DE ABREVIATURAS

ACL: Academia de Ciências de Lisboa.
ADB: Arquivo Distrital de Braga.
AESP: Arquivo do Estado de São Paulo.
AHU: Arquivo Histórico Ultramarino.
ANRJ: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
ANTT: Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.
BA: Biblioteca da Ajuda.
BNL: Biblioteca Nacional de Lisboa.
BNRJ: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
CEDHAL: Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina-USP.
IHGB: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.
RIHGB: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.
RIHGSP: Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.
RMC: Real Mesa Censória.
SGL: Sociedade de Geografia de Lisboa.

APRESENTAÇÃO

Começarei esta tese como recomenda a Academia. Reporto-me à escassa historiografia existente acerca da medicina e farmácia coloniais e das práticas de cura desenvolvidas em solo brasílico, no século das luzes. Para isto teço inicialmente alguns considerandos. A medicina impõe-se como ciência entre nós somente em fins da primeira metade do século XIX. Até então ensaiaram-se tentativas de conformação de uma territorialidade médica buscando contornos e limites próprios que permitissem um reconhecimento singular a essa prática inserida no amplo leque das denominadas artes de curar. Artes que abarcavam um sem número de curadores, sempre na iminência de serem ampliados, uma vez que se considerasse a terapêutica fitoterápica empregada e a gama imensa de conhecimentos sobre plantas que curam- os remédios por excelência naqueles tempos, constituindo o legado cultural passado de geração à geração.

As histórias da medicina colonial têm sido escritas principalmente por médicos e analisadas pelo olhar que vê por dentro a prática de seus pares¹. São raros os trabalhos históricos cuja temática abarque as relações entre os médicos e os demais agentes de cura, compondo o todo instituinte da grande arte de curar no Setecentos.²

Ademais as fontes de pesquisa são constituídas, principalmente, pelos códices e documentos oficiais que atendiam ao formato da administração metropolitana no Brasil. Nas correspondências avulsas encetadas entre metrópole e colônia enfatizava-se com frequência a falta de médicos, remédios, hospitais e o grande número de epidemias que grassavam. É possível no entanto identificar nos meandros desses documentos e

¹ Alfredo Nascimento. "A medicina nos tempos coloniais do Brasil". Revista Siniátrica. Ano VIII, n. 2, fev. de 1915. Pedro Nava. *Capítulos da medicina no Brasil*. Rio de Janeiro, 1949; Lycurgo Santos Filho. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Edusp, 1991; Lourival Ribeiro. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, s. e., 1971; Ordival Cassiano Gomes. *História da medicina no Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro, MEC/ Instituto de História da Medicina, 1974. Duílio Crispim Farina. *A medicina no planalto de Piratininga*. São Paulo, s. e., 1981; A. de Almeida Prado. *Quatro séculos de medicina na cidade de São Paulo*. s. e., s. d.; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951, no qual encontram-se os trabalhos de: Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. "O espírito médico no Brasil colonial", "A medicina dos índios brasileiros" e, "O exercício da medicina nos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII no Brasil colonial"; J. Mendonça Castro. "A medicina do português, do índio e do negro no século XVI".

² Márcia Moisés Ribeiro. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1997.

naqueles não oficiais a presença de outros atores, isto se estivermos atentos e movidos a extrapolar as delimitações estabelecidas aos ofícios pelas sucessivas regulamentações portuguesas.

Reclamava-se da falta de médicos, mas convém colocar as seguintes questões: que setores populacionais ressentiam-se da escassez desses profissionais? A quem recorriam os indígenas, escravos e seus descendentes quando adoeciam? Buscavam eles o atendimento médico ou seriam os mandantes portugueses os que mais demandavam a arte de curar dita erudita?

Como afirma Pedrosa, no "Brasil colonial só existiam médicos oficiais, pertencentes às milícias ou as câmaras. Os nomes que se registram de médicos dessa época são todos de profissionais com missão ligada à tropa ou ao mundo oficial".³ Ou ainda, referindo-se aos curandeiros,

"constituíam uma classe na qual se podia distinguir o curandeiro, e entendido, e os curiosos. O povo os estimava e muitas vezes preferia-os aos poucos homens diplomados residentes nas vilas ou povoados".⁴

Proponho então outro ponto de partida: o florescimento das demais artes de cura esteve intrinsecamente ligado às diferentes raízes culturais das populações aqui residentes. Não foi o reduzido número de médicos metropolitanos que estimulou ou proporcionou o desenvolvimento dessas práticas. Não era a falta de médicos formados que possibilitava a atuação de curadores considerados ilegítimos. As tradições culturais refletidas na arte de curar dos negros e indígenas abria espaço para que se disseminassem seus próprios curadores e suas terapêuticas. Considerar a medicina lusitana oficial como o saber legítimo e todo poderoso seria desautorizar outros conhecimentos, à revelia da legitimidade popular que os assinalava, caindo nas malhas da medicina erudita exercida como a única arte capaz de curar as doenças, vulgarizando as demais práticas. Poder-se-ia, ainda, assinalar que tal procedimento historiográfico contribuiria para manter relegados e esquecidos saberes que são constituintes de áreas do conhecimento médico.

³ Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. "O exercício da medicina nos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII no Brasil colonial". In: *IV Congresso de História Nacional*, op. cit., pp. 255-6.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 257.

Se os médicos e os remédios europeus foram escassos para aplacar as doenças dos colonizadores obrigando-os a fazer uso da arte dos demais curadores da terra, esses registros não permitem afirmar contudo que o desenvolvimento das demais terapêuticas foi decorrência dessa escassez. Além do mais os colonizadores eram poucos no cômputo populacional para possibilitar o florescimento assinalado.

Assim ao tratar de boticários como um dos agentes de cura naqueles tempos, não os perderei de vista como sendo curadores importados à colônia brasileira inseridos na grande arte curativa européia, aqui chegados na companhia do colonizador para lhes prestar assistência, baseados nos ditames portugueses. Não pretendo, no entanto, escrever essa história como apêndice da história da prática médica seguindo o mesmo percurso e a mesma lógica interna impedindo a proliferação dos saberes que se encontrariam na base da constituição do que viria se chamar ciência farmacêutica. Defenderei o argumento de que os boticários valiam-se de todos os recursos, lançando mão da rica flora existente no país. Para utilizá-la recorriam aos conhecimentos de todos aqueles que se dedicavam ao ofício de curar. Dos mezinheiros aos pagés, passando por formulações desenvolvidas pelos jesuítas, todos os medicamentos tentavam dar conta de aliviar os males que atingiam os habitantes da Colônia. Os remédios teriam sido em última instância, resultantes da aproximação das culturas presentes no Brasil.

Somando-se o interesse pelas nativas plantas curativas ao *status* dos boticários que tinham por função transformá-las em medicamentos, defenderei a tese de que os saberes sobre as plantas curativas dos brasis encontram-se na constituição da ciência farmacêutica, tendo sido amplamente estudadas e disseminadas no mundo europeu.

E para não dizer que não tratei da historiografia farmacêutica, direi que ela consegue ser mais escassa do que a médica. Com exceção de Carlos da Silva Araújo, que dedicou-se a escrever as histórias da medicina e da farmácia no Brasil⁵, e do livro de Coriolano Carvalho⁶, somente são encontrados alguns artigos em livros⁷,

⁵ Dois dos trabalhos de Carlos da Silva Araújo: *Fatos e personagens da história da medicina e da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro, Continente Editorial, 1979, e *Figuras e factos da história da farmácia no Brasil português*. Lisboa, Ed. Império, 1954.

⁶ J. Coriolano Carvalho. *Da farmácia. Origem e evolução*. Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Comércio, 1924.

periódicos⁸ ou jornais⁹ publicados há várias décadas, nos quais os boticários ocupam espaço reduzido, embora estejam mencionados, via de regra, nas histórias da medicina referidas anteriormente. Serafim Leite destaca os jesuítas boticários.¹⁰ A historiografia portuguesa tem sido mais pródiga no tema botica e boticários setecentistas.¹¹ O grosso desta produção aborda Portugal mas sempre encontra-se referências à América portuguesa. Recentemente, a produção historiográfica de José Pedro de Sousa Dias tem trazido importante contribuição à história da ciência farmacêutica portuguesa do Setecentos.

Cabe ainda contar um pouco da história deste trabalho. Ele começou tendo como temática as boticas e os boticários no século XVIII objetivando fazer uma história dos começos da farmácia em São Paulo. Aos poucos porém fui descobrindo que as farmácias paulistanas daqueles tempos, ao contrário das do Rio de Janeiro, existiram em pequeno número e nem se localizavam nos arquivos brasileiros as cartas de exame dos boticários vindos para a terra dos bandeirantes.

Os arquivos do Reino foram a salvação do projeto e da pesquisadora dando novo rumo e perspectivas ao estudo. As fontes, além de extremamente esparsas, distribuíam-se aleatoriamente em inusitados arquivos exigindo tratamento de especialista no manuseio da documentação, destreza que até então fugia ao meu *métier*. Muitas vezes, neste período, a farmacêutica precisou orientar a historiadora. A pesquisa então enveredou por novas searas: as "medicinas" destacaram-se. Neste entrecruzamento de trajetórias da medicina à farmácia as plantas que curam passaram a nutrir o trabalho. Foi perseguindo-as principalmente nos manuscritos da Academia de Ciências de Lisboa que vislumbrei o espetáculo proporcionado pela natureza brasileira e

⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva. "Médicos, cirurgiões e boticários". *Análise de estratificação social, o Rio de Janeiro, de 1808 a 1821*. São Paulo, FFLCH-USP, Boletim n. 7, 1975.

⁸ Ezequiel Corrêa dos Santos. Separata do "Discurso histórico sobre a farmácia no Brasil", lido na sessão de 30 de junho de 1837, da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e Nuto Sant'Ana. "Médicos e boticários". *Publicações médicas*. Ano XII, n. 10, maio de 1941, p. 69.

⁹ Aluísio de Almeida. "Cirurgiões e boticários". *Correio da Manhã*. Edição de 14 de abril de 1946, p. 4.

¹⁰ Serafim Leite. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa, Ed. Brotéria, 1953.

¹¹ José Pedro de Sousa Dias. "Guia bibliográfico para a história da farmácia em Portugal nos séculos XVII e XVIII". *Farmácia portuguesa*, n. 49, jan.-fev. 1988 / *Medicamento, história e sociedade*, n. 7, fev. 1988.

o emaranhado e rico conjunto de plantas medicinais, existentes no império português de além-mar.

Esta documentação, juntamente com o relato de viajantes e colonizadores, recheou os dois primeiros capítulos da tese, tratando das plantas como o insumo, a matéria prima dos remédios setecentistas. Assim a natureza é recortada pela flora medicinal, pelas plantas que curam- os símplies medicinais. Plantas abordadas pelo viés da constituição das ciências farmacêuticas no século XVIII. A flora medicinal brasileira ocupou considerável espaço na atenção de viajantes, colonizadores e homens de negócios que para cá se deslocaram nos três primeiros séculos da colonização, porém despertou o interesse metropolitano na segunda metade do século XVIII. A partir daí se organizaram os carregamentos dos espécimes brasílicos, as explorações naturais, os centros de estudos da natureza, como os jardins botânicos e os museus de história natural. Muitas plantas medicinais descobertas na América portuguesa constituíam-se de espécies e gêneros desconhecidos na Europa, que deram novas perspectivas à terapêutica da época, embora já fossem amplamente utilizados pelos nativos da terra.

Homens sem escrita e sem deuses cristãos, os indígenas das terras do pau-brasil eram os portadores dos saberes sobre as plantas medicinais existentes. Conhecimento primitivo, desprovido de racionalidade, objetividade, método, cientificidade enfim, como aludiam os naturalistas, esses saberes norteavam as descobertas científicas dos homens das luzes. Os europeus encontraram aqui uma série de práticas que extrapolavam seu repertório cultural porém muito atentaram para os usos empíricos de espécies vegetais feitos pelos ameríndios, aprendendo com esses seres estranhos e "inferiores", como eles mesmos assinalavam.

As plantas dos brasis aguçaram o interesse da Coroa quando se tratou de substituir os ganhos do ouro pela rentabilidade de produtos agrícolas. Até então, houvera um diminuto interesse oficial pelas riquezas medicinais das terras coloniais americanas, ampliado em meados do século XVIII pela organização de instituições científicas, tais como a Universidade reformada de Coimbra, o Jardim Botânico da Ajuda e a Academia de Ciências de Lisboa.

As plantas medicinais conduziram-me então ao alvo principal: os boticários brasílicos. A criação então dos jardins botânicos e hortos medicinais tiveram como objetivo importante torná-los destros no reconhecimento das plantas curativas. Assim dedicarei o terceiro e quarto capítulos aos homens que tinham por incumbência oficial preparar os medicamentos no Brasil: os boticários, suas oficinas e medicinas secretas serão os temas abordados. A divisão processada na arte de curar, a invenção do boticário como ofício de segunda categoria e as vicissitudes enfrentadas por eles nas terras dos brasis serão tratadas no terceiro capítulo. Abordarei também as boticas como um espaço que não se reduzia ao preparo dos medicamentos, constituindo-se como lugar de "sociabilidades e rumores". Embora muito mencionadas no século XIX como local de discussões políticas, são poucos os registros, no século XVIII, de eventos dessa natureza.

Através dos medicamentos secretos, último capítulo da tese, busco discutir "a subversão ao espírito das luzes" imperante na arte de curar as doenças. Fabricados principalmente por médicos setecentistas desde tempos idos, reis, cirurgiões, curandeiros, arvoravam-se em obter e/ou preparar "medicinas" e segredos medicamentosos. Esses remédios, cujas formulações não se revelavam, vinham na contra-mão do racional espírito científico que se tentava construir no século XVIII, mostrando como a arte de curar se mantinha pontuada de magia.

Rotulados como remédios mágicos, feitiços ou beberagens medicinais¹², tal qual muitos medicamentos de origem africana, os segredos serão analisados a partir da natureza de suas formulações e das crenças que suscitavam, indicando como ciência e magia conviviam no território das medicinas.

¹² Lycurgo Santos Filho. op. cit., pp. 135-8, referindo-se à medicina negra destaca o caráter acientífico de sua arte. Apesar de entender que suas práticas foram disseminadas e exercidas pelas populações incultas, permanecendo sua "faceta mística" na medicina popular e no folclore médico, desconsidera-a por critérios ditos científicos.

CAPÍTULO I

PRIMEIRAS LEITURAS DA NATUREZA NAS TERRAS DO BRASIL

A natureza foi motivo de fascínio e interrogação para viajantes e colonizadores que aportaram nas terras do Brasil nos séculos XVI, XVII e boa parte do XVIII. Encantados ou temerosos frente ao grandioso espetáculo vislumbrado, esses homens detiveram-se em descrever os habitantes da terra, as plantas, os animais e os minerais com os quais se deparavam. Motivados por particular curiosidade, firme espírito de conquista e domínio ou ainda por tentativas de proporcionar visões do espetáculo natural, usaram de muita imaginação e poucos instrumentos para revelar o que viam.

As plantas despertaram merecido cuidado. De diversas formas, beleza e cores, elas eram usadas como alimento, veneno ou medicamento. Descrevê-las era a forma de as revelar. Dizer de suas utilidades, principalmente como remédio, era o critério adotado para inseri-las em uma ordem natural.

Assim, alguns portugueses de forma individualizada foram descrevendo as plantas do novo mundo, sem incentivo ou auxílio oficial, até meados do século XVIII, quando a primeira viagem filosófica chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira chegaria ao Brasil inaugurando a era das expedições científicas patrocinadas pela Metrópole.

Este primeiro capítulo mostrará a natureza como a grande fornecedora dos remédios nos tempos da chegada dos portugueses ao Brasil. Curar as doenças utilizando as dádivas que a natureza oferecia não foi prática que se constituiu no novo mundo. Desde a Antigüidade os homens curaram-se através dela, estudando-a através dos mais variados critérios. A novidade residia na descoberta de novas plantas nestas plagas. Plantas essas amplamente utilizadas pelos nativos da terra, as quais os cronistas inicialmente mencionaram, depois descreveram e cujos cientistas mais tarde classificaram. Plantas cujas utilidades disseminaram-se pelo velho mundo constituindo capítulos de livros e farmacopéias.

1. A cura das doenças vem da natureza.

Os saberes sobre plantas que curam remontam a priscas eras. Le Goff menciona a utilização delas já pelo homem de Neanderthal que usava de suas propriedades mágico-simbólicas quando se deparava com algum mal. Para utilizarem as plantas como medicamentos os homens antigos valiam-se de suas próprias experiências de acerto e erro, da observação acerca dos usos que delas faziam os animais, além da intervenção divina ao ditar diferentes utilizações para determinadas doenças. Mitos, lendas e tradições orais apontam para o emprego amplo das plantas em todos os tempos. Afirma o historiador: "desde o alvor da humanidade moderna que o Homo sapiens se serviu, sem dúvida, de forma consciente, dos vegetais para manter a vida e esconjurar a morte".¹³

O conhecimento erudito das plantas e suas propriedades medicinais surgiu ainda, segundo Le Goff, com a escrita e com o aparecimento dos letrados. Assim, no Egito antigo encontrou-se no papiro *Ebers*, datado de 1500 aC, 150 plantas curativas havendo no mesmo referências a fontes ainda mais antigas. Por sua vez, na Biblioteca de Assurbanipal em Ninive, muitas tábuas de argila em escrita cuneiforme revelaram 150 plantas medicinais. O Egito e a Ásia Menor constituíram, desta forma, um *corpus* de conhecimento médico e fitoterápico que se difundia entre seus vizinhos, atingindo várias civilizações. Deve-se ter em conta também outras importantes contribuições: da Índia antiga (o *Susruta-samhita* relaciona 700 plantas de uso medicinal e teria sido escrito no tempo de Gautama, o Buda, 600 aC); da China (sua primeira farmacopéia oficial foi promulgada em 659 dC); e da era pré-colombiana (o império asteca mantinha jardins de plantas medicinais); e, no século XVI, durante o domínio espanhol, médicos

¹³ Ver: "As plantas que curam", de Jacques Le Goff, no livro *As doenças têm história*, organizado pelo autor. Lisboa, Terramar, s. d., pp. 343-5. Le Goff relata várias tradições dentre as quais destaca a descoberta realizada pelos índios americanos, dos efeitos tônico e anti-febril da quina, após observarem que os animais com febre roíam casca de *chinchona*. Um índio teria assim tomado água acumulada junto à árvore na qual havia folhas maceradas. Há ainda relatos de uma lenda segundo a qual os indígenas da América andina conheciam a quina, mas consideravam-na venenosa. Um dia porém, um índio ardendo em febre bebeu água de uma poça e sentindo o gosto amargo daquela água percebeu nela haver cascas de quina. Pensando que iria morrer envenenado surpreendeu-se ao sentir que a febre o abandonava. A partir de então, passaram a usar a essência da casca da árvore para combater as febres. Royston M. Roberts. *Descobertas acidentais em ciências*. Campinas, Papirus, 1993.

indígenas redigiram seus códigos, como o de Martín de la Cruz, no qual estão descritas cerca de 200 plantas.¹⁴

Saberes populares e eruditos foram constituindo a arte de curar pelas plantas desde tempos imemoriais. Saberes dos quais o homem pôde utilizar-se para a cura de determinadas doenças e para o desenvolvimento da própria ciência médica. Saberes que foram de ervanistas, de mezinheiros, mulheres consideradas bruxas ou feitiçadeiras, de médicos e boticários. Saberes que se constituíram independentemente do estatuto daqueles que coletivamente os geraram, mas cujo reconhecimento científico coube aos credenciados pelas ciências.

Dentre esses, Hipócrates de Cós (em torno de 460 aC, discípulo do fundador da medicina grega, Esculápio) e Galeno (com mais de 100 obras, embora lhe sejam atribuídas cerca de 500) tiveram especial destaque. Ambos sobressaíram-se, na Idade Antiga, na arte erudita de curar com plantas (a escola Hipocrática utilizou cerca de 240), tendo seus estudos sido reconhecidos e seguidos por séculos a fio. Galeno de Pérgamo é, juntamente com Hipócrates, considerado como o médico mais importante da Antiguidade. Sua obra representa a síntese da medicina greco-romana. Galeno desenvolveu uma teoria biológica geral que seguia a linha de pesquisa já iniciada pelos Pitagóricos e que tivera continuação em Hipócrates com a teoria humoral do organismo humano. O sistema médico-galênico manteve-se pela Idade Média, Renascença, apresentando importantes marcas até o século XIX, observando a tradição de purgar os humores através das plantas, embora também utilizassem animais com fins terapêuticos.¹⁵

Mas o desenvolvimento dos estudos das plantas na Grécia está principalmente associado a Aristóteles e Teofrasto (371 aC- *A história das plantas* e *A origem das plantas*). Aristóteles era membro da corporação de Asclepiades, cujos integrantes utilizavam apenas as ervas e remédios conhecidos da corporação e, além de escrever trabalhos de história natural fundou o primeiro jardim botânico. Teofrasto, discípulo de Aristóteles, estenderia o estudo das plantas para além daquelas existentes na Grécia,

¹⁴ *As doenças têm história*, op. cit., pp. 346-7.

¹⁵ Maria Amélia Mascarenhas Dantas. *Sobre a medicina de Paracelso*. Tese de doutoramento. FFLCH/DH (USP), s. d.

dedicando especial atenção às trazidas da Ásia. Aplicou alguns princípios de classificação a partir dos órgãos vegetais e iniciou uma "terminologia botânica". Cerca de 500 plantas foram codificadas por ele.¹⁶ É com Teofrasto que o estudo das plantas no mundo antigo atinge seu ponto mais alto.

Plínio (23-79 dC; *História Natural*) e Dioscórides (século I; *Matéria Médica*),¹⁷ também fazem parte do rol de estudiosos das plantas. Dedicaram-se especificamente ao estudo daquelas cujos fins são terapêuticos. Estas obras porém nunca superaram o trabalho de Teofrasto, apesar de, já no século I, ter-se conhecimento dos produtos de Malabar, Ceilão e de outros do extremo oriente. Os livros de Plínio e Dioscórides tiveram larga utilização, servindo para orientar um sem número de descrições, e dentre elas várias feitas no Brasil. Como esclareceu o Conde de Ficalho, tais trabalhos eram muito deficientes, apresentando erros grosseiros, pois "nem Plínio, nem Dioscórides, nem outros escritores da sua época haviam viajado ao longe".¹⁸

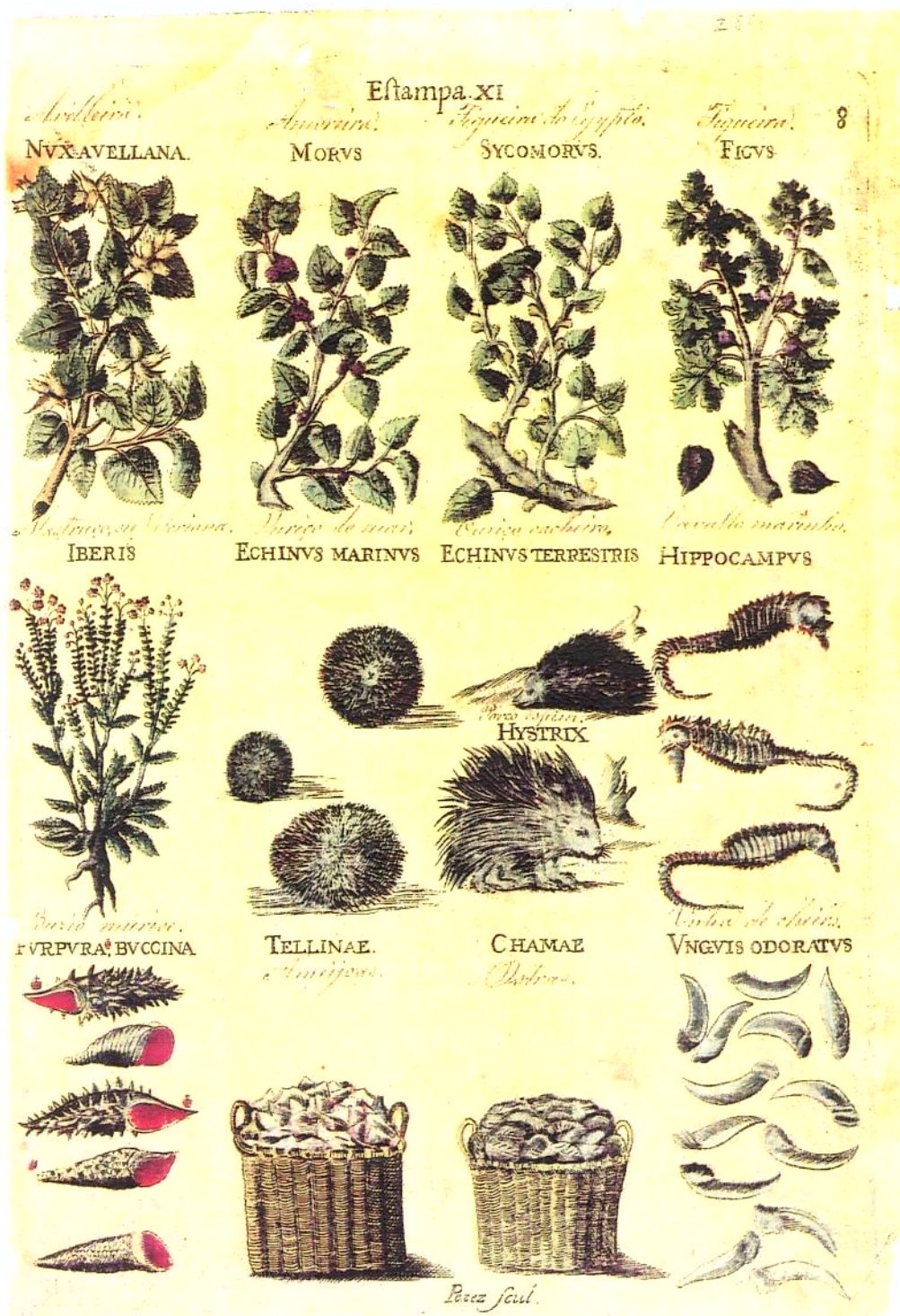
Muitas dessas obras seriam extraviadas permanecendo, entretanto, as traduções árabes, muitas vezes ampliadas pelos estudos de resinas aromáticas e de ricas especiarias existentes nos domínios árabes. Outros trabalhos sobre história natural foram por sua vez escritos, havendo registros da existência de uma academia de ciências, em Bagdá, no século IX.¹⁹

¹⁶ João de Carvalho e Vasconcellos. "A botânica nos colóquios de Garcia da Orta". *Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

¹⁷ Dioscórides e Plínio distinguiam as plantas seguindo os critérios de comestibilidade, valor medicinal, gosto e cheiro. Quando se tratava do valor medicinal ainda as dividiam de acordo com a parte do corpo que curassem. Ver Keith Thomas, *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

¹⁸ Conde de Ficalho, op. cit., p. 331. Rômulo de Carvalho. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1987, chama a atenção para a utilização da obra de Plínio, mesmo após a reforma pombalina, na Universidade de Coimbra.

¹⁹ João de Carvalho e Vasconcellos, op. cit.



O persa Avicena (980-1037; autor do *Canon de Medicina*)²⁰, cujo nome era Ibn Sina, não pode ser esquecido. Sua tarefa consistiu em compilar muitos desses trabalhos gregos associados aos estudos árabes sobre plantas. O Canon foi traduzido para o latim no século XII, permitindo ampla disseminação. Foi muito consultado em Portugal, como em toda a Europa medieval, até o século XVI.²¹

Os saberes acerca das plantas medicinais permaneceriam, assim, até o limiar do século XV, atrelados às versões e trabalhos árabes produzidos. Porém, com a redescoberta renascentista de textos médicos clássicos, impressos a partir dos originais gregos, então os únicos "medicinalmente corretos", Galeno, Hipócrates, Plínio e Avicena ganharam novamente visibilidade e passaram a ser publicados. Dioscórides porém permaneceu imbatível como a grande referência no tema plantas que curam.

O século XVI assistiu portanto a uma espécie de proliferação de saberes sobre plantas. Eram cátedras de história natural que florescia, herbários e jardins botânicos²² que se instalavam, classificações que se experimentavam,²³ e certamente, essa atmosfera naturalística contagiava colonizadores e viajantes que se deslocavam ao novo mundo, inclinando-os a descreverem seus achados.

Paracelso (1493-1541), revolucionário iniciador do uso de remédios químicos, manteria o uso de plantas. Severo crítico dos galenistas e da prática médica por eles desenvolvida, opositor da "*contraria contrariis curantur*"²⁴ e avesso às sangrias (depauperadoras das energias vitais), defendia a cura pela semelhança. Recomendava

²⁰ Como dizia o Conde de Ficalho, médico e botânico português do Oitocentos: "Avicena é pois Galeno comentado, como Galeno era Hipócrates ampliado e explanado. Com a diferença que Avicena é um espírito inferior a Galeno, e um comentador muito mais servil. Eis porque podemos dizer que do ano de 450 antes de Cristo, pouco mais ou menos, até ao ano de 1510 ou 1520 da nossa era, isto é, durante bem perto de vinte séculos as ciências médicas tiveram por base os escritos hipocráticos". Ver Conde de Ficalho. *Garcia da Orta e o seu tempo* (edição facsimilada da original de 1886). Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.

²¹ João de Carvalho e Vasconcellos, op. cit.

²² A criação dos jardins visava principalmente à aplicação de plantas medicinais americanas, tanto indígenas quanto aquelas descobertas em outros locais do globo. Os primeiros jardins localizaram-se em: Veneza (1533); Pádua (1545), Bolonha (1568), Leyde (1577) e Montpellier (1598). Ver Carlos França. "Os portugueses do século XVI e a história natural do Brasil". *Revista de História*, ano 15, n. 57-60, 1926, p. 37.

²³ O suíço Conrad Gesner tentou uma classificação botânica através dos caracteres das flores e dos frutos para o estabelecimento dos gêneros entre 1540 e 1565. Mathias de L' Obel (flamengo) agrupa plantas constituindo famílias, em 1570, e o italiano Cesalpino agrupa os vegetais em quinze classes e quarenta e sete ordens, em 1583. Consultar Carlos França, op. cit., p. 36.

²⁴ O princípio fundamental da terapêutica galênica orienta a cura para o combate dos efeitos pelos seus contrários: um resfriamento, por exemplo, seria tratado por um medicamento quente.

medicamentos específicos para as doenças, preparados através de destilações de vegetais e minerais até a obtenção da essência das substâncias- a "quintessência", cuja maior potência permitiria melhor combater, não os desequilíbrios característicos do sistema humoral, mas os focos localizados de enfermidade.²⁵

Persistia no Renascimento um grande interesse pelas plantas medicinais, tornando-se comum identificá-las através da "doutrina dos sinais". As plantas curativas apresentariam marcas indicadoras de seus usos terapêuticos, de tal maneira que vegetais cujas folhas tivessem forma de coração, por exemplo, estariam indicadas para as doenças decorrentes de problemas relacionados ao músculo cardíaco. A cor das plantas também seria um importante orientador de virtudes. As amarelas serviam para os males provenientes do fígado, as vermelhas para as disfunções sanguíneas e assim sucessivamente.

Essa forma de reconhecer plantas medicinais foi bastante usada pelos indígenas habitantes das Américas, em especial os da América portuguesa, havendo registros desta prática por muitos dos viajantes que aqui estiveram.

O retorno da medicina erudita à doutrina mágica da simpatia colocava a alquimia novamente em cena.²⁶ O experimentalismo científico ganhava relevo ao arrepio dos galenistas da época e em dissonância com a escolástica da Santa Madre Igreja, que conseguira, durante a Idade Média, reprimir os ocultismos, mas às custas da incorporação de práticas mágicas aos seus rituais.²⁷ Entretanto, como registra Scliar

²⁵ In: *Oeuvres médicales* de Paracelso. Apud Maria Amélia Mascarenhas Dantas, op. cit., p. 100.

²⁶ Moacyr Scliar, assim se refere a doutrina mágica da simpatia: "as coisas se atraem ou se repelem; e as coisas são análogas ao ser humano, de acordo com o conceito alquímico do macrocosmo e do microcosmo (...)". Consultar: *Do mágico ao social. A trajetória da saúde pública*. Porto Alegre, L&PM, 1987, p. 30. Robert Lenoble. *História da idéia de natureza*. Lisboa, Edições 70, s. d., p. 154. Os remédios derivam das afinidades naturais: a natureza preparou-os para os homens apresentando efeitos de antipatia e simpatia. "Antipatia do carvalho e da oliveira, da vinha e da couve, do sal e da insipidez; simpatia do azeite e do pez, da borracha e do vinagre".

²⁷ Segundo Dantas, com a expansão do Cristianismo, observa-se uma mudança radical na conceituação da prática médica que, assentando-se basicamente em textos antigos, chegaria a um dogmatismo que perduraria durante a Idade Média. Os clérigos, ao adquirirem o dom de curar, possibilitaram o desenvolvimento da prática médica nas instituições religiosas. Ocorreu uma fusão no conceito de males físicos e morais caracterizando-se as enfermidades, principalmente as epidemias, como um castigo enviado pelos céus aos pecadores, o que acabou introduzindo na medicina práticas de manipulação das forças superiores: oração, unção com óleos, culto aos santos, etc. Nos séculos XII e XIII, os concílios de Reims, Londres, Montpellier, Tours e Paris definem limites à prática médica exercida pelos clérigos. Para maiores detalhes, ver Maria Amélia Mascarenhas Dantas op. cit. As práticas dos clérigos invocavam o poder dos símbolos muito presentes na época nas práticas populares de cura. Como salienta Jacques Le Goff, na Idade Média "o grande reservatório de símbolos é a natureza. Os

os mosteiros foram redutos de ciência, locais por excelência para o ressurgimento da medicina.²⁸



Fig. 2- Laboratório do Alquimista. Sala do Museu da Farmácia espanhola. Faculdade de Farmácia da Universidade Complutense de Madrid

elementos das várias ordens naturais são as árvores dessa floresta de símbolos. Minerais, vegetais, animais, são todos simbólicos". *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa, Estudos Cor, 1973, p. 95.

²⁸ Moacyr Scliar. *Do mágico ao social...*, op. cit., p. 24.

Muitos debates foram travados entre galênicos e os adeptos dos sistemas analógicos. A cura pelos semelhantes, o sistema das analogias, permitiu toda e qualquer ilação, desde relacionar formatos de plantas com órgãos do corpo humano até intervenções dos astros na ação das ervas. Os médicos empregavam todos os recursos. A teosofia, a cabala, a astrologia, faziam parte de seus instrumentos de trabalho. "Agrippa, o inventor da *Scala Septanarii*, ou concordância dos sete nomes dos anjos, dos sete nomes dos demônios e dos sete planetas, com as sete partes do corpo humano, ou microcosmo" muito influenciava as práticas médicas da época, como atentava o Conde de Ficalho.²⁹

Valer-se dos princípios terapêuticos das plantas para a cura de doenças foi um artifício utilizado pelos homens, sendo aplicados independentemente dos modelos médicos empregados: se mágicos, hipocrático-galênicos, árabes ou paracélsicos.

As práticas de cura, portanto, fossem as da medicina erudita, fossem aquelas populares, encontravam na natureza a fonte dos seus remédios, panacéias e antídotos.

2. As plantas curativas no Império português.

A rica flora medicinal existente no imenso império colonial português foi gradativamente descoberta por viajantes, homens de administração, físicos, boticários, naturalistas e comerciantes ou simples aventureiros. Para além de seus ofícios e dos interesses econômicos e políticos metropolitanos, esses homens, entusiasmados pela natureza edênica tiveram o cuidado de nomear a flora e a fauna, quando não as descreveram mais detidamente. Desse modo, nessas odisséias, plantas, animais e minerais foram sendo revelados. Como bem coloca Silva Dias,

"(...) os descobrimentos foram um agente de cultura entre extensivas camadas da população, enriquecendo suas noções e dirigindo seu espírito para a natureza e sua observação.

²⁹ Conde de Ficalho, op. cit., p. 308.

Não eram, pelo menos em boa parte, completamente novos esses conhecimentos. E as descrições, quanto ao desenvolvimento e rigor ficavam com frequência aquém das de Dioscórides, de Plínio e de outros sábios da Antiguidade. Não poderia dizer que os exploradores e missionários portugueses no geral, fossem homens de cultura superior ou de formação acadêmica regular, e menos ainda naturalistas".³⁰

Para o império lusitano do oriente, foi designado o médico-naturalista Garcia da Orta, contrastando com o perfil geral de homens "incultos" enviados para domínios de além-mar, tendo sido destaques suas famosas descrições da flora e dos costumes locais da Índia. Houve ainda relatos de viagens realizadas no século XVI: o boticário Tomé Pires foi do Mar Vermelho ao Japão.

Tomé Pires partira em 1511 com o intuito de exercer o cargo de feitor das drogarias numa das tantas viagens comerciais à Índia. Esteve em Cananor, Málaca e Cochinchina, de onde enviou notícias ao rei D. Manuel acerca de algumas plantas e drogas do oriente, em carta datada de 27 de janeiro de 1516.³¹ Tomé Pires produziria ainda a *Suma Oriental*, manuscrito constituído de 178 f., escrito entre 1512 e 1515, em Málaca e na Índia, o qual permaneceu praticamente inédito até o códice ser localizado por Cortesão, em pleno século XX³². Relatando pormenorizadamente a procedência e qualidade das drogas e, especialmente as especiarias e riquezas encontradas, não se preocupou com descrições botânicas. A *Suma* é muito rica em descrições de rotas e produtos comerciais do oriente.

Como bem esclarece o historiador João de Barros, Tomé Pires não era "homem de tanta qualidade, por ser boticário e servir na Índia de escolher as drogas de botica que haviam de vir para este Reino, para aquele negócio era o mais hábil e apto que podia ser; além de ter pessoa, e natural discrição com letras, segundo sua faculdade, e largo de condição, e aprazível em negociar, era muito curioso de inquirir, e saber as

³⁰ J. S. da Silva Dias. *Influencia de los descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992. Tradução livre realizada por mim.

³¹ A carta original encontra-se nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo e está publicada no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, tomo II, segunda série, 1838, pp. 36-46, através da cópia oferecida pelo Bispo Conde D. Francisco de S. Luiz.

³² A *Suma Oriental*, de Tomé Pires foi localizada por Armando Cortesão e impressa em 2 volumes no ano de 1944, em Londres, por Hakluyt Society, sendo traduzida do manuscrito existente na Biblioteca da Câmara do Deputados de Paris,

cousas, e tinha um espírito vivo para tudo".³³ Barreto chama atenção para o tipo de coleta efetuada pelos boticários metropolitanos no Seiscentos.

"Tomé Pires representa exemplarmente o estado em que originariamente se produziu, no Oriente, a recolha informativa. A sua dimensão de boticário mostra-nos a fase pura e simples da acumulação empírica de dados botânicos-médicos sem qualquer tratamento teórico ou epistêmico".³⁴

Já Garcia da Orta celebrar-se-ia por seu *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, escrito em Goa. Orta se dirigiu à Índia em 1534 como físico do Vice-rei Martim Afonso de Sousa, lá permanecendo por cerca de trinta anos. Erudito, havia estudado em Salamanca e Alcalá, possivelmente entre 1515 e 1525, licenciando-se, o que em muito contribuía para as descrições que realizava. Ele tinha todas as condições para ser o intérprete perfeito do fascinante império colonial do oriente. A Metrópole fascinava-se pela riqueza daquelas terras. Era de lá que vinham a cotadíssima canela, a pimenta, as sedas, o ouro.

Os *Colóquios* foram editado em 1563³⁵, além de descrever novas plantas naturais da Índia, existentes em Goa ou Malabar, e ainda outras enviadas a ele, as quais eram cuidadosamente guardadas num pequeno museu, há no livro correções de tantas outras descritas por Dioscórides, ou mesmo por Avicena. "Por certo Orta não sabia mais botânica e matéria médica, do que sabiam o espanhol Laguna, o italiano Mathioli, ou o alemão Fuchs; mas em tudo quanto dizia respeito à Índia tinha sobre eles a enorme superioridade, resultante da observação direta".³⁶ Essa busca direta no local proporcionava-lhe a descrição do que tinha à sua frente, não seguindo a prática de

³³ Apud José Lopes Dias. "Medicinas da 'Suma Oriental' de Tomé Pires". *Jornal do médico*. IX (208), 1947. É bastante interessante o trabalho feito por Dias e deve ser um dos primeiros comentários da *Suma* escrito em Portugal.

³⁴ Luis Filipe Barreto. *Os descobrimentos e a ordem do saber. Uma análise sociocultural*. Lisboa, Gradiva, s. d., p. 85.

³⁵ A obra de Orta tornou-se conhecida graças a várias traduções, a começar pela do botânico francês Carlos de l'Ecluse, latinizado como Clusius. Resumiu e fez acréscimos do original em português para o latim, sendo posteriormente vertida para o italiano e francês. Consultar Conde de Ficalho (org.). "Advertência preliminar" à obra de Garcia da Orta. *Colóquios dos simples e drogas da Índia I* (reprodução facsimilada da edição de 1891). Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. d.

³⁶ É que o naturalista descrevia as novas plantas a partir da sua própria observação. Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e seu tempo*, op. cit., p. 382.

tantos naturalistas europeus que descreviam plantas exóticas sem jamais terem-nas visto, utilizando-se para tal de relatos de terceiros ou partes de plantas enviadas.

¶ Colóquios dos simples, e
drogas he cousas medicinais da Índia, e
assi dalgũas frutas achadas nella onde se
tratam algũas cousas tocantes a medicina,
pratica, e outras cousas boas, pera saber
côpostos pello Doutor garçia dorta : fisico
del Rey nosso senhor, vistos pello muyto
Reuerendo senhor, ho licenciado
Alexos diaz : falcam desenbar-
gador da casa da supricaça
inquisidor nestas
partes.

¶ Com priuilegio do Conde visó Rey.

Impresso em Goa, por Ioannes
de endem as .x. dias de
Abril de 1563. annos.

Fig. 3- Frontispício do *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia* (ed. facsimilada).
Garcia da Orta. Século XVI.

Como era característico de seu tempo organizava a descrição a partir da utilidade das plantas, sem classificá-las, ordenando-as arbitrariamente por ordem alfabética. Dava tanto notícias de plantas desconhecidas, quanto complementava e emendava outras já de muito conhecidas. Orta foi um observador metódico e persistente, daqueles que não se deixam intimidar pelo conhecimento teórico que não se confirma nas suas observações práticas. É bastante comum ao longo do livro encontrar o Doutor Orta ("o personagem viajante, que ante todos os textos diz tranquilamente: eu vi") respondendo ao Doutor Ruano ("o homem escolástico, o antigo aluno de Salamanca, o erudito, forte em citações") com afirmações que causariam espanto e horror a qualquer europeu erudito do Quinhentos, tal como: "nestas coisas da Índia, souberam mais os árabes ou, para dizer melhor, eles erraram menos que os gregos".³⁷

Em tempos de renascimento, quando a medicina árabe-medieval fora taxada de ciência de "maometistas bárbaros", defender aqueles conhecimentos ao invés de simplesmente comentar os clássicos, como faziam os demais naturalistas, era contrapor ao conhecimento erudito o conhecimento positivo obtido através da observação direta da natureza, embora tal postura não implicasse o delineamento de uma teoria geral acerca do método experimental.³⁸

As observações de Orta não traziam nenhuma sistematização metódica das plantas, nem havia indicações de referenciais para classificá-las, mas sim uma prática de conhecimento. E como afirma Barreto "a obra de Garcia da Orta é um tratamento de explosão informativa a partir de um ponto de vista empírico fortemente crítico para com o textismo da medicina humoral".³⁹

Os *Colóquios* revelariam a riqueza botânica da Índia. Orta tornou-se mundialmente reconhecido a despeito da condenação imposta posteriormente à sua morte pela Inquisição portuguesa, que jogou sua obra juntamente com seus ossos desenterrados em uma fogueira.

³⁷ Conde de Ficalho, op. cit., capítulos XII e XIII.

³⁸ J. S. da Silva Dias, op. cit., pp. 99-102.

³⁹ Luis Filipe Barreto, op. cit., p. 85.

Nenhum naturalista do brilho de Orta foi enviado para a Terra de Santa Cruz, nos séculos XVI e XVII, o que não implica dizer que nossa rica flora não tenha sido descrita. Como se tentou tal proeza é a história do próximo item.

3. Terra do pau-brasil - natureza a ser explorada.

Vários foram os curiosos que se dedicaram ao estudo da flora das terras coloniais americanas. Argutos observadores da natureza, esse naipe de colonizadores preocupava-se em descrever o espetáculo natural que vislumbravam *in loco*, independentemente do tempo de permanência nestas longínquas paragens. Já no século XVI havia um razoável número de descritores de nossas plantas, usualmente denominadas "exóticas". Embora não fossem botânicos ou médicos e nunca tivessem atingido a importância e o brilho de um Garcia da Orta, revelavam o que viam tentando descrever os seus achados.⁴⁰ Foi assim com Manuel da Nóbrega (*Cartas do Brasil e Cartas avulsas*), José de Anchieta (*Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*), Fernão Cardim (*Tratados da terra e da gente do Brasil*), Gabriel Soares de Sousa (*Tratado descritivo do Brasil*), Magalhães Gandavo (*História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil e Tratado da terra do Brasil*), dentre outros.⁴¹

Nóbrega dedicou mais tempo a descrever os indígenas e, principalmente, seus feitos em convertê-los. Anchieta, interessou-se pela fauna, flora e terapêutica empregada pelos índios, descrevendo várias plantas. Ao referir-se à copaíba, por exemplo, relata:

"Das árvores uma parece digna de notícia, da qual, ainda que outras haja que destilam um líquido semelhante à resina, útil para remédio, escorre um líquido suavíssimo, que pretendem seja o bálsamo, que a princípio corre como óleo põe pequenos furos feitos pelo caruncho ou também por talos de foices ou de machados, coalha depois e parece converter-se em uma espécie de bálsamo; exala um cheiro muito forte, porém

⁴⁰ Como registra Luís de Pina: "Pena foi que, à parte raros, os médicos portugueses que estanciaram no Brasil e em outras conquistas não tivessem escrito sobre o que viram, não só no campo das ciências médicas, mas das naturais". "Flora e fauna brasileiras nos antigos livros médicos portugueses". *Brasília*, vol. 3, Coimbra Ed., 1944.

⁴¹ Cardim, Nóbrega e Anchieta eram padres da Companhia de Jesus; Soares de Sousa foi capitão-mor, fazendeiro e senhor de engenho na Bahia e Gandavo fora professor de latim em Braga.

suavíssimo e é ótimo para curar feridas, de tal maneira que em pouco tempo (como dizem ter por experiência provado) nem mesmo sinal fica das cicatrizes".⁴²

Cardim tratou do clima, animais, árvores de fruto, ervas, dedicando um capítulo às árvores medicinais destacando: jaborandi, copaíba, datura, caroba, camará, dentre outras. Gandavo dá notícia de algumas plantas medicinais, clima, árvores, animais e hábitos dos nativos. Soares de Sousa fez descrições bastante pormenorizadas do que viu nas terras do Brasil, e pelo menos o genipapo será aqui reproduzido, juntamente com a descrição feita por Frei Cristovão Lisboa, responsável por inovações na forma de descrever as novidades do mundo novo.

Gabriel Soares de Sousa, ao descrever o Brasil, em 1587, revela as plantas da Bahia. Quando trata, no capítulo 54, de algumas árvores de fruto nas quais faz referência ao genipapo, dizendo:

"é uma árvore que se dá ao longo do mar e pelo sertão, cujo fruto aqui tratamos somente. A sua folha é como de castanheiro, a flor é branca, da qual lhe nasce muita fruta, de que toma cada ano muita quantidade; as quais são tamanhas como limas, e da sua feição, são de cor verdoenga, e como são maduras se fazem de cor pardaça e moles, e tem honesto sabor e muito que comer, com algumas pevides dentro, de que estas árvores nascem. Quando esta fruta é pequena, faz-se dela conserva, e como é grande, antes de amadurecer, tinge o sumo dela muito com o qual tinta se tinge toda a Nação gentio em lavores pelo corpo e quando põe esta tinta é branca como água, e como se enxuga se faz preta como azeviche; e quanto mais a lavam, mas preta se faz; e dura nove dias, no cabo dos quais se vai tirando. Tem virtude esta tinta para fazer secar as bostelas das boubas aos índios, e a quem se cura com ela".⁴³

Frei Cristovão de Lisboa, Qualificador do Santo Ofício e Fundador da Custódia do Maranhão, escreveu a *História dos animais e árvores do Maranhão*, durante a sua estada na América portuguesa, presumivelmente entre 1624 e 1632. O manuscrito permaneceria inédito até ser colocado à venda em Lisboa, em 1934, por João da Silva Coelho, proprietário da Livraria Coelho, ao Diretor do Arquivo Histórico Colonial,

⁴² Transcrito de Luiz Felipe Vieira Souto. "Anchieta médico". In: *Anchieta e a medicina*. Lab. Carlos da Silva Araújo. Rio de Janeiro, 1934, p. 21. O bálsamo de copaíba foi amplamente negociado entre a colônia e a metrópole no século XVIII. O Conde de Vimeiro, por exemplo, escreveu uma carta em 31 de maio de 1719 para o Capitão-mor João de Velasco e Molina, na Bahia, pedindo esclarecimento acerca dos valores da encomenda de bálsamo e óleo de copaíba enviadas, ressaltando a grande procura desses produtos no reino. Ver Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. *Documentos históricos*, vol. 73, 1946, pp. 114-5.

⁴³ Gabriel Soares de Sousa. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Editora Nacional, 1987. A obra de Soares de Sousa teve a sua primeira publicação somente no século XIX.

depois denominado Ultramarino. Após exaustivos estudos este manuscrito sobre a flora e a fauna do Maranhão foi finalmente editado, em 1967.⁴⁴

A parte referente às plantas e árvores inicia pelos "mantimentos e raizes, ervas, e as frutas e árvores e outras que pelas virtudes e outras que têm gomos e azeite e licores e outras que não sabemos o nome". Quanto ao genipapo diz:

"é árvore da grossura de um homem, e é pau muito direito que serve para fazer caixas de arcabuzes e colheres e remos e iscorvenas de canoa, e as folhas são da compridão de um palmo de comprido, a flor é branca, a fruta é tamanha como uma grande laranja e é boa para comer quando é madura; e os negros o têm em muita estima para se tingirem, que o seu verdadeiro vestido por amor do sol e serve também para mezinhas para as boubas, que se algum branco se tingem com ele pode se ter por certo de o trazer nove dias que parece pintado um feio diabo".⁴⁵

A descrição de Frei Cristóvão, afora se constituir em importante fonte para o estudo da flora e fauna brasileiras no Seiscentos, é um exemplo de descrição sem taxonomia. Essa era a forma encontrada de representar a natureza dizendo dos usos que dela se fazia. Assim também procediam outros colonizadores e viajantes ao relatar o que viam. Entretanto, Frei Cristóvão inovava pois ilustrava seus achados, desenhando-os. Foram encontrados 259 desenhos dentre plantas, peixes, aves e animais a constituir a sua História.⁴⁶ Frei Cristóvão deveria conhecer a *Matéria médica* de Dioscórides e inspirar-se nela para fazer as ilustrações das plantas e animais do Maranhão.

Ambas as descrições anunciam o que seus relatores vêem na natureza. Informam a existência de uma planta desconhecida, descrevem seus caracteres externos, associando-a às suas velhas conhecidas, as limas e as laranjas. Aludem aos usos feitos pelos índios tratando das virtudes naturais da planta. A semelhança dos relatos aponta, inclusive, para uma forma de olhar estrangeiro, de homens preocupados em registrar percepções de outra cultura e de uma outra natureza. Relacionando a árvore à sua utilização, nomeavam o achado pela denominação usual, no caso a nomenclatura

⁴⁴ Frei Cristóvão de Lisboa. *História dos animais e árvores do Maranhão*. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967.

⁴⁵ Idem, f. 124 e 178 da reprodução facsimilada; p. 107 da edição citada. Os organizadores do códice para publicação tiveram o cuidado de comparar as descrições de Frei Cristóvão com outras descrições realizadas nos séculos XVI e XVII, tais como a de Gabriel Soares de Sousa, Claude d'Abbeville, Piso e Marcgrave.

⁴⁶ *História dos animais e árvores do Maranhão*, op. cit.

indígena, a única até então existente, para representar animais e plantas do novo mundo. Não há, entretanto, registros padronizados nem descrições organizadas, mas uma preocupação em dar visibilidade a essa natureza desconhecida. O relato parecia funcionar como uma primeira tentativa de apreender a natureza desconhecida. Olhares curiosos e explorativos tentavam mostrá-la através da descrição de contornos e de utilidades. Sim, pois eram contornos e utilidades os critérios usados para agrupar as plantas, já que ainda não existia uma ordem classificatória geral, considerada científica. Cheiros, gostos e comestibilidade poderiam também servir como referência para organizar conjuntos de plantas, embora o forte fossem mesmo seus usos medicinais.

É de se avaliar as dificuldades encontradas por esses missionários e colonizadores, os quais tomavam o ofício pela prática uma vez que desconheciam a maioria das plantas, bem como as suas utilidades.

Piso, já experimentado em história natural, dotado do curso de filosofia médica também representa o genipapo de forma idêntica a Soares de Sousa ou Frei Cristovão.

Descreve a árvore como

"uma das mais altas do Brasil: folhas lisas, de um cômodo de comprimento, verde carregado; perde-as a cada ano, sobretudo no mês de dezembro, não todas ao mesmo tempo, mas só parte delas, em tempos diversos. Logo adquire novas, muito mais belas que as primeiras.

Madeira duríssima e ótima. Deita uma flor pequena, nos meses de março e abril; no mais, não muito diferente do narciso, rivalizando em odor com o cravo dos cartuxos. De cor branca com unhas amarelas por dentro; tem no meio um estame amarelo, um tantinho grosso; e além disso, entre as duas pétalas da flor, a lhe sair do meio, um cornículo descorado, curvo para baixo".

Piso prosseguia descrevendo o fruto: do tamanho da laranja, casca fina, flexível, contendo uma polpa suculenta, de cor amarela, sabor ácido e refrigerante, cheiro agradável.

"(...) No meio do fruto há uma cavidade cheia de sementes, envoltas de uma polpa muito mole, do mesmo sabor que a mais carne. Os grãos de semente são chatos e arredondados, quase como a mangaba, e também se comem. Os frutos não maduros são verdes; logo depois de amadurecidos, como nas nêspersas, apodrecem e ficam bons de comer; por isso nosso povo lhes chama de *Rott-appels*. Preferem-se crus a cozidos; com açúcar e preparados são mais delicados. Ministram-se com bom êxito contra os

fluxos do ventre. Detêm os ardores do palato e do estômago, trazendo alívio tanto a sãos como a doentes.

O vinho deles exprimido se destina aos mesmos usos, mas quando velho, é mais quente e menos adstringente.

Da fruta ainda não madura os bárbaros extraem, por ação do fogo, um licor empregado contra os mesmos males.

A casca verde da fruta deita um gênero de pigmento que, quando novo, é de cor áquea, tornando-se logo negro. Com ele pintam o corpo, de modo que oferecem o espetáculo, repugnante, de parecerem, de longe, pretos. Nenhum outro emprego tem este suco, excogitado só para a maldade. Pois, a sua tinta, esfregada no corpo, ou num papel, se desvanece ao nono dia, não podendo ser detida por nenhum outro modo".⁴⁷

Excusas à parte, devido ao longo período transcrito, o fato é que a descrição de Piso, embora muito mais detalhada e completa que a de seus antecessores, ainda se encontrava na fase do dar a ver. Por certo, ele foi mais minucioso, tanto que as utilidades da planta estão mais especificadas, demonstrando uma observação mais acurada. Por ser médico, valia-se da profissão para fazer experimentos, de maneira a comprovar a terapêutica indígena, e quando isto não acontecia, ressaltava: "os bárbaros com elas (frutos de murici) fazem poções para purgar o ventre, o que ainda não pude comprovar".⁴⁸ Ou então, enfatizando seus velhos conhecimentos, diz das precauções tomadas:

"eu de bom grado, sob império da necessidade, imitei este e semelhantes remédios (contra picada de cascavel), que lhes ensinou a longa experiência, sem omitir, contudo, os ensinamentos que recebemos da veneranda antiguidade e dos autores. A fim de não parecer aderir com nenhuma temeridade a tais novidades, nem a medicações antigas, com demasiada pertinácia".⁴⁹

⁴⁷ Guilherme Piso. *História natural do Brasil ilustrada*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948, pp. 76-7. Pies, usualmente conhecido por Piso, foi médico do Conde Maurício de Nassau. É considerado o "primeiro tratadista da medicina tropical", e teve o seu "De medicina brasiliense" editado pela primeira vez em 1648, na obra *Historia naturalis brasilae*, publicada juntamente com *Historia rerum naturalium* de Marcgrave. A obra trata da descrição das plantas, animais, doenças, engenhos e costumes dos indígenas do Brasil.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 89.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 47.

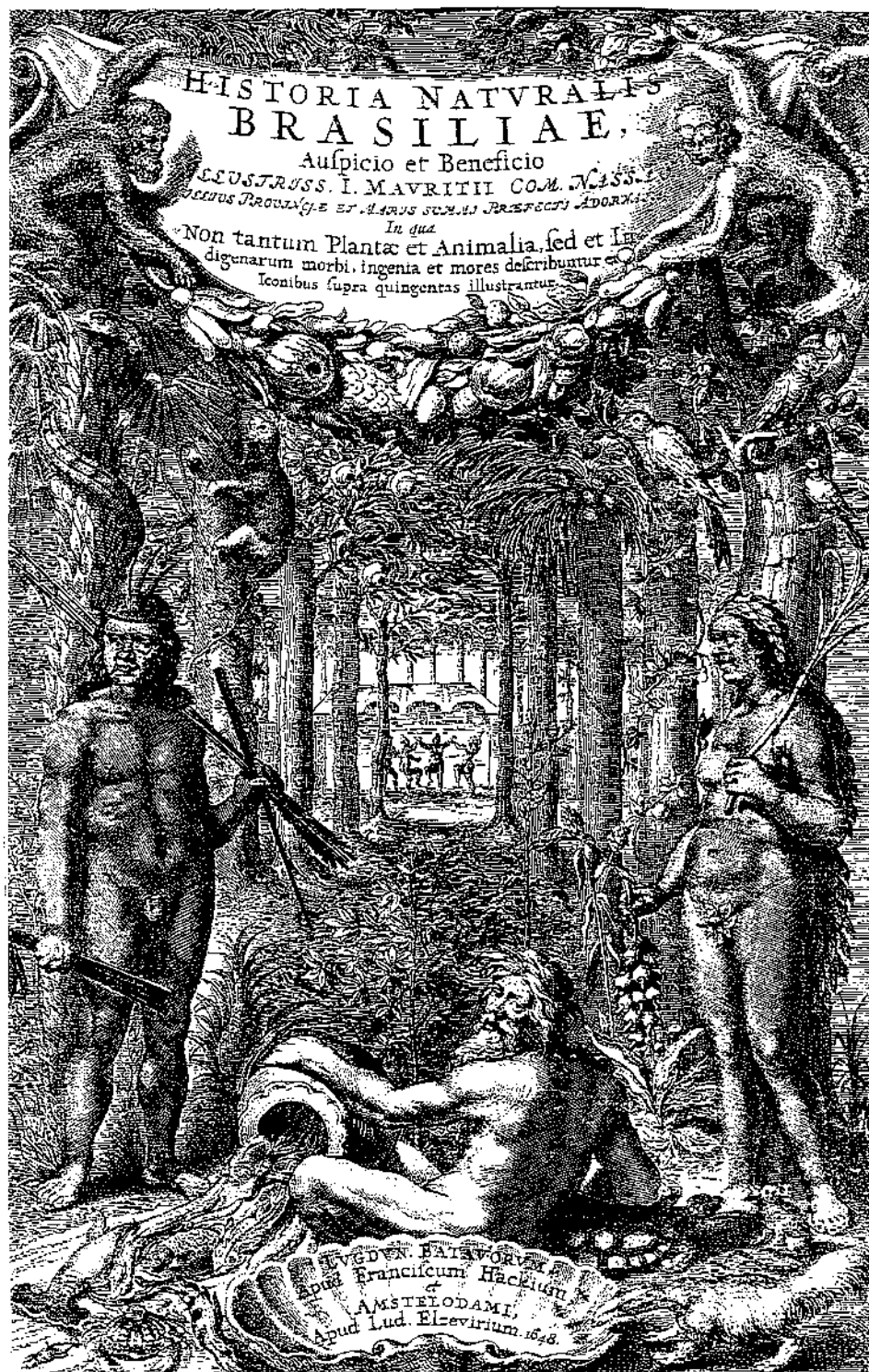


Fig. 4- Frontispício do livro *História natural do Brasil ilustrada* (edição facsimilada). Século XVII.

Como Orta, Piso também emendava outros naturalistas. "Deve-se perdoar sem dificuldades a Clusio e a Monardes, que discrepam algum tanto de mim, na descrição desta flor e deste fruto (goiaba), quanto à natureza e ao aspecto; talvez porque não lhes foi dado conhecer de perto e comprovar pela experiência estas e outras frutas exóticas".⁵⁰

Em relação aos naturalistas portugueses era claro e direto,

"Em conversa, os tapuias me contaram inúmeras outras coisas portentosas, que passo em silêncio, por serem talvez algumas delas fabulosas; entretanto que por investigações e experiências ulteriores, melhor se lhes esclareça a verdade. Mas entre elas muitas são digníssimas de menção; e contudo, que eu saiba, nenhum português sobre isso escreveu, e a tal ponto foram descurados, que nem vestígio sequer resta de tais e semelhantes maravilhas da natureza, com que se pudessem ilustrar as elocubrações físicas".⁵¹

As descrições realizadas pelos portugueses não haviam sido publicadas, permitindo ao médico holandês essa apreciação.

Muito mais do que um descritor da natureza do Brasil, Piso foi um hábil comprovador dos efeitos terapêuticos das plantas usadas pelos indígenas. Embora muitas delas já estivessem descritas, acrescentou-lhes especificidades, usos mais detalhados, e principalmente o aval obtido através de experimentos auferindo desta forma créditos para os saberes nativos.

Houve ainda, ou nos relatos de viagens, ou em crônicas dos séculos XVI e XVII, algumas iniciativas, em forma de sugestão, para que se "trabalhasse" a natureza. Assim, João de Moura, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, em manuscrito intitulado "*Colônia Portuguesa que contém três tratados*" ocupa-se, no ano de 1684, em dar notícia ao rei Dom Pedro II, do Estado do Maranhão e da cultura de algumas plantas e frutos da zona tórrida. Além da descrição histórica e das relações políticas do estado, Moura, ao mesmo tempo em que assinala a importância, custos e formas de semear pimentas, cravos, canelas, baunilhas, cardomomos, gengibres, noz-moscadas,

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 85.

⁵¹ *Ibidem*, p. 45.

cochonilha, anil, achiote ou urucum, manifesta viva atenção à agricultura. Considerando-a como imprescindível para o sustento humano, diz:

"na zona tórrida há alguns lugares, e sítios, cuja fertilidade é tal que, se persuadem seus moradores lhes produzirá a natureza o sustento, sem que lhes seja necessário mais trabalho que colher o de que necessitam; estes tais devem de se esquecer que são descendentes de Adão, e que a mesma descendência os obriga a solicitar o sustento com a indústria; porque suposto que na fertilidade da terra, e em alguns frutos dela, acham remédio de sua necessidade, é sem dúvida que com o benefício produzirá essa terra em maior abundância, e serão os frutos muito mais saborosos.

Esta verdade ignoravam os primeiros homens, os que lhe sucederão a conhecerão, e agradecidos do benefício tributarão obséquios ao inventor; porque lhes mostrou a experiência, que o sustento que se alcança por meio da indústria, é só digno de homens, e o que se acha sem ela, se é capaz de bárbaros, ou brutos.

No cultivado dos campos se manifesta o bom governo dos povoadores, sua opulência, e é sinal certo de serem abastados; e pelo contrário, naquelas terras, em que tudo são matos, tudo charnecas, e nada, ou muito pouco cultivado, ou carecem de povoadores, ou são possuídas de bárbaros, onde tão pouca curiosidade dos que as povoam, que antes querem padecer a necessidade da falta, que lograr o benefício da sobra; sem agricultura não é possível que os povos se sustentem, faltando ela falta o comércio, porque ela provê os gêneros para esta se conseguir".⁵²

O viajante arribara no Maranhão após um contratempo de navegação e decidira ali ficar após ver "na disposição do país muito em que reparar".⁵³

Moura descrevia seus achados ultrapassando a fase do "dar a ver", do delinear o espetáculo da natureza da América, para levantar questões mais candentes para o momento: a aclimação de plantas do oriente para o ocidente e o desenvolvimento da agricultura colonial. De fato, havia enorme empenho do autor em demonstrar como seria fácil aclimatar as custosas especiarias do oriente nas terras do Maranhão obtendo delas produtos de esmerada qualidade, vencendo o determinismo mercantil de produzir, quase que exclusivamente, açúcar e tabaco. Várias dessas especiarias já existiam de forma nativa no sertão bastando, segundo ele, ampliar as áreas de produção com técnicas de plantio.

Moura propunha em última instância a adaptação e exploração de plantas longe de seus sítios naturais, discutindo o aproveitamento econômico e utilitário.

⁵² BNL. Seção de reservados. Códice n. 585. Colônia portuguesa que contém três tratados: no primeiro se descreve o estado do Maranhão e forma do seu aumento. No segundo se trata a cultura de algumas das drogas, e frutos da zona tórrida; no terceiro e último contém uma breve notícia da arte militar, de João de Moura.

⁵³ Ibidem, f. 2.

Vários esforços oficiais estavam sendo feitos para aclimação de plantas de valor comercial do Oriente no Brasil, e vice-versa, no transcorrer dos séculos XVII e XVIII, atendendo aos designios do império português e em consonância com seus interesses mercantis.⁵⁴ Embora no transcorrer do século XVI, os produtos do Brasil que pudessem competir com similares produzidos nas terras orientais da Coroa houvessem sido literalmente arrasados nos campos de plantio.⁵⁵ Vieira explicava a situação: "Há muitos anos que sei se dá no Brasil a pimenta, e quase todas as outras drogas da Índia (...): e El-rei D. Manuel, por conservar a conquista do Oriente, mandou arrancar todas as plantas indiáticas, com lei capital que ninguém as cultivasse, e assim se executou, ficando somente o gengibre que, como é raiz, dizem no Brasil, se meteu pela terra dentro: mas ainda se conserva a proibição, e se toma por perdido".⁵⁶

Porém, mudara o cenário com a perda do Ceilão e Molucas, despertando o interesse e ganhando importância na metrópole, o cultivo de especiarias em terras brasileiras. Viam-se assim reforçadas as atentas observações dos viajantes, sempre muito pródigos ao relatarem as facilidades para obtenção de plantas na América portuguesa.

Importante notar que essas questões utilitárias atreladas à exploração comercial sobrepujavam as aspirações científicas dos portugueses de então que viajavam com intuito de vislumbrar o teatro da natureza americana, condicionados às possibilidades de ganhos econômicos.⁵⁷ "No cultivado dos campos se vê o bom governo dos povoadores, sua opulência", sendo as terras não cultivadas "domínio de bárbaros",

⁵⁴ Para a discussão e entendimento das questões que possibilitaram a aclimação de plantas no Brasil, consultar José Roberto do Amaral Lapa. "O Brasil e as drogas do Oriente". *Studia*, n. 18, Agosto, 1966; Luís Ferrand de Almeida. "Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII". *Revista Portuguesa de História*, n. 15, 1975; José E. Mendes Ferrão. "Transplantação de plantas de continentes para continentes no século XVI". *História e desenvolvimento da ciência em Portugal* (colóquio). Lisboa, publ. II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, vol. 2, 1986, e Francisco Freire Allemão. "Quais as plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XIX, 1898.

⁵⁵ Ver Amaral Lapa, op. cit., p. 9. O historiador refere-se ao temor metropolitano de desenvolvimento "da sua colônia americana, que significaria também o apressamento do seu processo de enriquecimento e autonomia política, de todo inconveniente à metrópole".

⁵⁶ Apud "Aclimação de plantas do Oriente para o Brasil", op. cit., p. 342.

⁵⁷ Laura de Mello e Souza em *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 40-1, chama a atenção para a reelaboração da visão de natureza edênica ocorrida em textos de cronistas como Pero de Magalhães Gandavo e Ambrósio Fernandes Brandão. Segundo a historiadora, a partir de um dado momento a "colonização se torna condição indispensável à edenização da natureza", pois era a colonização feita pelo homem a transformadora da natureza em paraíso.

esses "habitantes da América". Sim, os filhos de Deus após Adão deveriam trabalhar pelo próprio sustento. Pois bem, que o trabalho atendesse às necessidades de produzir especiarias...que se passasse a domesticar a exuberante natureza...que se fizesse a clara distinção entre "filhos de Deus e bárbaros" recomendava Moura, pois os indígenas não eram aptos para o cultivo da terra, até que perdessem a "fereza natural".

Esse viajante, na ânsia de domesticar os índios para o trabalho agrícola em consonância com os interesses metropolitanos, já pintava as imagens de indígena incivilizados que comporiam as teorias sobre "os selvagens" nos séculos posteriores. Por exemplo, as elaboradas pelo naturalista prussiano Abade De Pauw, que em 1768 afirmava a inferioridade dos índios americanos, ao dizer que não passavam de "animais, ou pouco mais que isso, que odeiam as leis da sociedade e os obstáculos da educação, vivem cada um por si, sem se ajudarem reciprocamente, em um estado de indolência, de inércia, de completo aviltamento (...)".⁵⁸

Retomando as costumeiras descrições de árvores, arbustos, raízes, aves, peixes e animais que se realizavam no Brasil até o século XVII, poder-se-ia argumentar que elas constituíram como que um gesto inaugural, uma "*avant première*" na construção do saber científico sobre a natureza em geral, e as plantas medicinais em especial. Estas primeiras descrições deixaram clara a importância, a riqueza da flora brasileira, e a ampliação dos saberes acerca das plantas que curam.

No Seiscentos, contava-se principalmente com descrições, não sendo usual as coletas para estudo em laboratório ou para exposição em museus. A constituição de jardins botânicos começava a ser ensaiada em universidades européias após o exemplo de Montpellier, mas a idéia nem sequer era cogitada para a América portuguesa embora houvesse o envio de plantas "exóticas" para a metrópole. Até então, tudo que se poderia almejar nas adversas condições de exploração natural das terras do Brasil, seria que os cronistas de plantas olhassem, descrevessem para revelar uma "outra" natureza. E isto alguns portugueses fizeram desde que aqui aportaram. Revelaram o que viram com o arsenal do qual dispunham. Não contavam com apoio oficial, nem estavam

⁵⁸ Apud Antonello Gerbi. *O novo mundo. História de uma polêmica 1750-1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 56-7.

municipiados para classificar o mundo natural que enfrentavam. No século XVI, como enfatizava Warren Dean: "o empirismo português era tão prosaico e estreito em suas expressões que os exploradores pareciam totalmente deslocados naquele século da 'curiosidade universal dos humanistas'".⁵⁹ E mais, a história da natureza não fazia parte sequer da formação letrada dos portugueses, nos séculos XVI e XVII, embora muito se "relatasse" a respeito das colônias.

Mas, cabe a ressalva, as incompletas descrições realizadas pelos colonizadores foram resultantes do esforço e empenho individual e seguiram a divisão entre árvores, arbustos e ervas elaborada por Teofrasto, procurando também enumerar características morfológicas acrescidas da utilidade da planta em questão, portanto de acordo com os padrões antigos de autores clássicos, ainda em vigência na época dos descobrimentos.⁶⁰

Além das não poucas dificuldades, esses observadores sem formação em história natural, mas com sensível grau de atenção à natureza, fizeram o que puderam para tratar das plantas da parte americana do Império colonial português. Revelaram-nas através de descrições, quando não se ocuparam em propor formas de explorá-las economicamente. E como se só as limitações relatadas não lhes bastassem, muitos de seus trabalhos permaneceram manuscritos perdidos e ignorados por séculos. Vide os trabalhos de Fernão Cardim, primeiramente publicado por Samuel Purchas, em 1625⁶¹, após ter sido tomado pelo corsário Francis Cook, ou ainda o de Gabriel Soares de Souza, publicado somente em 1825, pela Academia de Ciências de Lisboa.

A par das crônicas e relatos de caráter descritivo realizados pelos portugueses desde o descobrimento, a historiografia brasileira vem apontando Piso e Marcgrave como os únicos cientistas preocupados em escrever a história natural do Brasil, no século XVII.⁶²

⁵⁹ Warren Dean. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 60.

⁶⁰ Acerca das classificações vigentes ver: A. Arter. *Herbals, their origin and evolution—a chapter in the history of botany, 1470-1670*. Apud Maria Helena Roxo Beltran. "O europeu diante da flora do novo mundo". In: Goldfarb e Maia (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. RJ/SP, Expressão e Cultura/Edusp, 1995, p. 482

⁶¹ Foi publicado em inglês com o título *A treatise of Brazil written by a Portugal which had long lived there*.

⁶² Juliano Moreira considerou a expedição comandada por Piso, durante o domínio holandês em Pernambuco, como "a primeira missão puramente científica expedida por país europeu às terras do novo mundo", na qual estavam designados Marcgrave e Hendrich Cralitz. Ver "Marcgrave e Piso". *Revista do Museu Paulista*, n. 14, 1926.

As explorações naturalistas empreendidas durante o governo Maurício de Nassau têm sido caracterizadas como possuidoras de cunho científico e assinaladas como o marco inaugural dos estudos da natureza no Brasil. Assim, Piso e Marcgrave seriam os pioneiros, fundadores da nosologia e da história natural da América Portuguesa.⁶³

Se os trabalhos de Piso e Marcgrave realizaram o primeiro intento de buscar uma classificação científica para a natureza no nordeste do Brasil, os quais foram amplamente publicados e divulgados, faça-se justiça aos primeiros descritores portugueses. Coube a eles a façanha, no caso heróica, de originalmente revelar muitas de nossas plantas. E, mais, tanto os portugueses quanto os holandeses foram atentamente orientados pelos conhecimentos dos habitantes da terra do pau-brasil. Sim, pois, foram os índios com seus saberes sobre a natureza que indicaram aos colonizadores as novas plantas que poderiam servir de alimento e remédio.

Assim, aos trancos e barrancos foi sendo escrita a história das plantas que curam no Brasil, até fins do Setecentos, à margem da Coroa portuguesa e às custas dos saberes dos ameríndios.

⁶³ É bastante freqüente na historiografia médica portuguesa afirmar o pioneirismo na descoberta de muitas plantas e de seus efeitos terapêuticos aos primeiros colonizadores e viajantes vindos de Lisboa, considerando-os iniciadores da história natural no Brasil. Luís de Pina. "Para a história da história natural brasileira". Separata "*Brasília*", vol. 1. Coimbra Ed. 1942, e Carlos França. "Os portugueses do século XVI e a história natural do Brasil". *Revista de História*, ano 15, n. 57-60, 1926, podem ser enquadrados nesta vertente.

QUADRO SINÓPTICO DAS PLANTAS

<i>Nome indígena</i>	<i>Nome vulgar</i>	<i>Indicação medicinal</i>	<i>Classificação botânica</i>
Acajá	Cajá	Dão-se as frutas aos doentes de febre, são frias e ácidas.	Fam. Anacardiáceas Gen. Spondias
Acajú	Cajú	Dão-se o sumo aos doentes de febres, que têm fastio. para fazer bom estômago. A casca é remédio para chagas velhas.	Fam. Anacardiáceas Gen. Anacardium
Ambaigba	Imbaúba	O "olho" serve para curar feridas. O óleo é usado por cirurgões.	Fam. Urticalis Gen. Cecrópia
Ambaigtinga	Imbaúba ou Figueira do Inferno	As folhas para chagas e postemas. O caroço do fruto para purgante.	Fam. Urticalis Gen. Cecrópia
Andá	Purga dos gentios	A noz é purgativa, a casca prende o ventre.	Fam. Euforbiácea Gen. Jatrofa
Caapeba	Parreira brava. Erva de Nossa Senhora	Erva frigidíssima. A folha desafoga as chagas e inchações.	Fam. Menispermáceas Gen. Cissampelos
Caapiá	Malvaisco - Guaxima	A folha faz vir a furo postemas e inchações.	Fam. Malváceas Gen. Urena
Caaobetinga	Língua de vaca (em Portugal)	Raízes e folhas são remédio para chagas e doenças da pele.	Fam. Eriocaulonáceas Gen. Eriocaulon
Caarobmoçarandiga	Maçaranduba	A casca e suco saram corrimentos, boubas e doenças de frialdade.	Fam. Sapotáceas Gen. Mimusops
Camará	Camará	Lavam-se as feridas, boubas, sarna, com a água das folhas e flores desta erva.	Fam. Verbenáceas Gen. Lantana
Camará-iapo ou Campuaba	Erva de Sta. Maria - Mentrasto - Mastruço	Tem a mesma virtude do mentrasto de Portugal, contra lombrigas. A água cozida é boa para lavar os pés.	Fam. Salsolaceas gen. Chenopodium
Cabureigba	Cabreúva	O óleo que destila do tronco cura feridas frescas e tira sinais.	Fam. Leguminosas Gen. Myroxylon
Caraguatá	Gravatá	O sumo da fruta crua faz empolar os beiços. Destroi os tecidos deixando as chagas limpas.	Fam. Bromeliáceas Gen. Bromelia
Cayapiá	Carapiá - Contra-erva	A raiz é remédio contra peçonha de toda sorte: cobras, flechas, ervadas, etc. Usada contra febres.	Fam. Noréas Gen. Dorstenia
Copaigba	Copaiba	O óleo cura ferimentos de guerra, feridas, frialdades e dores de barriga.	Fam. Leguminosas Gen. Copaíferas

<i>Nome indígena</i>	<i>Nome vulgar</i>	<i>Indicação medicinal</i>	<i>Classificação botânica</i>
Goemgeguaçu	Imbé (cipó)	Tomando-se a casca e defumando-se a pessoa na parte do fluxo de sangue, logo estanca.	Fam. Aráceas Gen. Philodendron
Guaraquigynha	Erva Moura	Remédio para lombrigas. Quem come as bagas logo as lança.	Fam. Solanáceas Gen. Solanum
Iabigrandi	Jaborandi	As folhas comidas são remédio para doenças do fígado. A raiz é sialagosa e serve para dores de dente.	Fam. Rutáceas Gen. Piper
Ianipaba	Genipapo	A fruta é mezinha para câmaras de toda ordem. A tinta seca as boubas.	Fam. Rubiáceas Gen. Genipa
Igcigca ou Icica	Almecegueira	O óleo serve para emplastos. solda carne quebrada, faz vir a furo postemas e carnegões.	Fam. Burseráceas Gen. Bursera
Igpecacoaya	Ipecacuanha ou Poaia	A raiz moída, botada (sic) em um pouco d'água se põe a serenar uma noite toda, e pela manhã se aquece a água com a mesma raiz moída e coada, se bebe muita água e logo faz purgar de maneira que cessam as câmaras de todo.	Fam. Rubiáceas Gen. Cefalis
Ingá	Ingá	Os caroços têm virtude para o fígado	Fam. Leguminosas Gen. Ingá
Maracujá	Maracujá - Grenadilha	A folha é boa para desafogar. A fruta é fria e boa para doentes de febres.	Fam. Passifloráceas Gen. Passiflora
Naná	Ananaz	É boa para doentes de pedras. Desenjoão no mar.	Fam. Bromeliáceas Gen. Ananassa
Petume	Erva Santa - Tabaco	Serve para doentes de cabeça, estômago e asmáticos. Mata a fome e a sede. Embebedam-se dele como se fora vinho. O sumo mata os vermes que se criam em feridas de gente descuidada de vacas e éguas.	Fam. Solanaceas Gen. Nicotina
Salsaparrilha	Salsaparrilha - Japacanga	Os "olhos" curam os doentes de boubas e doenças venéreas.	Fam. Smiláceas Gen. Smilax
Sobaúra	Sebi-uba	Deita-se a folha moída e queimada na chaga, come todo o câncer e cria couro novo.	Fam. Apocináceas Gen. Pluméria
Tareroquig	Fedegoso - Mata pasto	O sumo da folha é remédio para câmaras de sangue, doença do bicho, postemas.	Fam. Leguminosas Gen. Cassia
Tetigoucu	Jeticuçu - Batata de purga	Raízes que são batatas maravilhosas para purgar.	Fam. Convolvuláceas Gen. Ipomae.

Citadas por Cardim, Gabriel Soares, Nobrega, Anchieta, Francisco Soares, como de uso medicinal indígena Fonte: Pedrosa in: IV Congresso de História Nacional

4. Os saberes descredenciados dos habitantes da terra.

"Todas estas ervas são medicinais, das mais conhecidas e usadas, de virtudes tão raras, que fora necessário um Dioscórides para descrevê-las. São contrapeçonha finíssima, e remédio de quase todos os males do Brasil, se bem se soubessem aplicar a modo dos índios do sertão". O padre Simão de Vasconcelos, nesta passagem refere-se à riqueza da flora e diz quem indica seus usos. De fato, os brasis foram balizadores competentes ao indicarem ao homem europeu os usos da rica flora colonial. Como diria Martius, quando lá se ia 1844, "a mata é a farmácia deste povo".

Utilizando plantas nativas ou cultivadas, os indígenas retiravam da terra alimentação e remédios. Suas práticas alimentares e medicinais indicavam aos recém-chegados o quê e como consumir. As crônicas e relatos de viajantes são depoimentos cheios de viva perplexidade acerca da forma como os nativos conviviam com o seu mundo. Um mundo natural totalmente desconhecido para os recém-chegados, provido de fascínio e toda sorte de ameaças.

Ameaças vindas do próprio nativo da América, esses "estranhíssimos povos selvagens, sem fé, lei, religião e nem civilização alguma"⁶⁴ ameaçadores por serem "estes aimorés tão selvagens que, dos outros bárbaros, são havidos por mais que bárbaros"⁶⁵; ou referências aos tupinambás, "mais bárbaros que quantas criaturas Deus criou"⁶⁶, ou, ainda os perigos decorrentes de seus estranhos hábitos de viver "como animais irracionais, assim como os fez a natureza, alimentando-se de raízes, andando sempre nus tanto os homens quanto as mulheres (...)".⁶⁷

⁶⁴ André Thevet. *As singularidades da França Antártica* (1556). Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1978, p. 98.

⁶⁵ Gabriel Soares de Sousa. *Tratado descritivo do Brasil* (1587). São Paulo/Brasília, Ed. Nacional/INL, 1987, p. 79.

⁶⁶ Idem, p. 302.

⁶⁷ *As singularidades da França Antártica*, op. cit., p. 98.

Discursos afirmando a inferioridade dos indígenas cabiam nas concepções de mundo e de natureza do homem europeu nos séculos XVI e XVII, nas quais os índios americanos eram seres irracionais, por não serem letrados e, principalmente, não cultuarem os deuses cristãos. Porém haviam sido "dotados de bens ofertados pela natureza", de tal forma que Rocha Pita se permitia dizer que "o conhecimento de seus efeitos (ervas naturais) nos ocultaram sempre os gentios, tenazes dos segredos e ávaros dos bens que lhes concedeu a natureza; porém de alguns mais domésticos, e da experiência que a falta de outros remédios deu aos penetradores dos sertões, onde não havia boticas, nem medicinas, se veio conhecer sua força e a exercer a sua prática".⁶⁸

Sabedores dos segredos medicinais da natureza faltava aos indígenas segundo os colonizadores,⁶⁹ "despreendimento" para dividirem seus conhecimentos, somente repassados quando enfim eram domesticados. Reconheciam portanto um saber indígena embora estivessem convictos de que todas as descobertas haviam sido fruto do esforço e da adaptação dos próprios europeus, os únicos com capacidade de perceber e discernir o mundo natural americano.

Segundo especialistas em estudos do mundo natural no século XVII, quando então se discutia a ordem imperante neste domínio, os índios conheceriam a natureza através de uma espécie de adivinhação, por correntes de simpatia, por intuição e imaginação.⁷⁰

A medicina e a arte de curar ocupavam lugar de destaque nesta discussão, uma vez que a botânica ainda não existia como área de conhecimento autônoma e o interesse maior pelas plantas restringia-se aos aspectos medicinais. Buscavam-se e descobriam-se plantas com o intuito de usá-las como remédio.

⁶⁸ Rocha Pita. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1976, p. 28.

⁶⁹ Essa visão acerca do indígena era também compartilhada por muitos naturais do Brasil servis a Portugal. Vide o exemplo de Rocha Pita, um "empedernido colonialista", como salientou José Honório Rodrigues. *História da história do Brasil* (primeira parte). São Paulo, Editora Nacional, 1979.

⁷⁰ Ver Ernst Cassirer. *A filosofia do iluminismo*. Campinas, Ed. Unicamp, 1992. Especialmente o capítulo "Natureza e ciência da natureza na filosofia do iluminismo".

Muitas foram, portanto, as mudanças ocorridas até Hoehne⁷¹ creditar os saberes dos ameríndios ao homem pré-colombiano. "É dele que recebemos o conhecimento do quinino, da emetina, da pilocarpina e dezenas de outros alcalóides e também glicosídeos úteis na terapêutica e simultaneamente altamente tóxicos e perigosos". Enfatiza a dependência dos indígenas americanos em relação à natureza, levando-os a observá-la e estudá-la bem mais do que atualmente o fazem médicos e fitologistas. Embora muitas das guerras entre tabas ou mesmo entre nações tivessem contribuído para a perda de importantes conhecimentos, atribuiu principalmente aos portugueses e espanhóis o desaparecimento de muitíssimas práticas e usos terapêuticos da flora indígena. Nem sempre bem compreendidas pelos sacerdotes civilizadores, "ciosos da fé que diziam pregar", ao se alijarem do universo indígena, percebiam essas práticas como supersticiosas e indignas.⁷²

A medicina dos indígenas causaria verdadeiro "frisson" nos estrangeiros que aportaram na América portuguesa. Nos aspectos mágico-sobrenaturais das práticas de cura pareceriam localizar-se as dificuldades para a compreensão dessa arte. Embora houvesse muita diversidade entre as tribos, no geral as doenças teriam como causa agentes patogênicos sobrenaturais, podendo apresentar-se travestidos em bastonetinhos de pindó, pêlos de animais, pequenas pedras de rio, os quais o pajé "arrancava" mostrando aos doentes⁷³ e que, normalmente, estavam identificadas com

⁷¹ Hoehne foi pesquisador do Instituto Butantan de São Paulo, na década de 30 do atual século.

⁷² Ver F. C. Hoehne. "Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais". *Coletânea de 114 aulas, primeiramente publicadas no "O Estado de São Paulo", de 1934-38, sem ilustrações e agora revistas e ilustradas*. São Paulo/Rio, Graphicars, 1939, p. 18. Martius acreditava terem os indígenas vivido em um estágio mais civilizado em épocas remotíssimas, existindo ainda lembranças do tempo antigo mantidas pelos descendentes dos tupis. Consultar Carlos Fried. Phil. von Martius. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1844, pp. XXIX-XXX.

⁷³ F. C. Hoehne ao discutir a medicina indígena no *Album da seção de botânica do Museu Paulista*. São Paulo, 1925, p. 168, relata estes hábitos dos pajés do Amazonas e Mato Grosso. Diz ainda que o tratamento inicia-se com o uso de chás vegetais, passando pelas defumações, banhos aromáticos e medicinais e, não obtendo melhoras, lança mão de defumações mais duradouras e práticas de exorcismo. Caso não obtivesse a cura, restava-lhe desenganar o doente. Frei Vicente do Salvador, ainda no século XVI, também chamava a atenção para o hábito dos pajés em fazer crer que retiravam paus ou pregos dos corpos dos doentes quando já os tinha em sua boca. Ver Frei Vicente do Salvador. "História do Brasil". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, tomo XVIII, 1888, p. 29. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. "A medicina dos índios brasileiros" In: *Anais do IV Congresso de História*

algum malefício. Estes artifícios mágicos incomodavam aos recém chegados, cuja concepção de doença e cura baseava-se em outra ordem de acontecimentos, ao se considerar as próprias percepções dos colonizadores.

A divergência básica entre os rituais indígenas e aqueles desenvolvidos pelos portugueses encontrava respaldo no âmbito do que se denominava práticas cristãs de cura, em oposição aos "sortilégios pagãos" dos índios. Desde a igreja medieval os santos desempenhavam papel de intermediários entre Deus e as criaturas, e muitos foram os caminhos trilhados até a obtenção de curas "sobrenaturais ou milagrosas". Da benção do sal com água capaz de expulsar maus espíritos e garantir a saúde do corpo, até o afastamento de vapores pestilenciais, haveria um sem número de possibilidades de intervenção sobre as atividades seculares. Benziam-se viajantes, naus, casas, alimentos, armas; enfim, o cotidiano encontrara proteção divina.⁷⁴

Em Portugal, rituais mágicos acompanhavam a coleta de espécies vegetais usadas para a preparação de remédios. Para que as plantas pudessem melhor "obrar", os coletadores deveriam tomar determinados cuidados ao tirá-las da terra. Dia, hora, posição solar, saudações e cumprimentos faziam parte desses ritos. Considerar a posição da planta em relação aos pontos cardeais era de fundamental importância, uma vez que "existiam no corpo vegetal zonas inativas ou de propriedades antagônicas, dependentes da época do ano e da posição do sol". Ou o dia, ou a noite de S. João, tornara-se data significativa para coletas, pois marcava o solstício de verão. Quando as mulheres realizavam as colheitas deveriam atender indicações precisas, fossem elas sozinhas ou em grupos, de preferência "assistidas por um sacerdote, ou frade revestido,

Nacional, vol. 8, 1951, p. 309, reporta-se ao duplo sentido apresentado pela terapêutica dos brasilíndios: a naturista e a mágica.

⁷⁴ Keith Thomas. *A religião e o declínio da magia. Crenças populares na Inglaterra séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, em especial o capítulo referente à religião. O autor destaca ainda, os usos de talismãs e amuletos eclesiásticos, relíquias sagradas, consagração dos sinos das igrejas e os próprios sacramentos como dotados de poder mágico, trazendo para a liturgia cristã muitas superstições populares.

isto é, com alva e entabolar o cerimonial apropriado".⁷⁵ Rituais também eram praticados no Brasil. Anchieta, referindo-se as plantas medicinais encontradas dizia que o *marareçô* apresentava folhas semelhantes às do boldo, "a raiz pequena e redonda, que se come assada ou bebe-se esmóida com água, exposta por uma noite ao sereno".⁷⁶

Os colonizadores certamente não encontravam "similitudes" entre suas práticas e a dos pajés quando se tratava de curar os doentes na América. Retirar os bastõezinhos de pindó ou benzer com água e sal para expulsar "maus espíritos" não se constituíam em rituais semelhantes para os colonizadores católicos.

Entretanto, Eustáquio Duarte alude a Anibal Cardoso para afirmar que os colonos europeus, em especial os jesuítas, impressionavam-se com a arte de curar e com os medicamentos vegetais usados pelos indígenas sul-americanos. E, citando Bertoni- realizador de um levantamento sobre os conhecimentos médicos dos guaranis-, acrescenta que "os seus feiticeiros sabiam muito mais do que os europeus, naquele tempo em matéria de botânica médica". Já Barbosa Rodrigues, estudando as plantas indígenas brasileiras sob o ponto de vista toxicológico, diria ademais que a cultura dos índios que aqui viviam era mais profunda do que pareceria ao primeiro olhar.⁷⁷

Diferentemente dos astecas- vivendo na idade de ouro de sua civilização à época da conquista- os índios do Brasil têm sido considerados mais primitivos, assim como a medicina por eles desenvolvida. Isto porque a arte médica indígena existente no México pouco diferia da medicina humoral de Galeno, ainda em voga na Europa. Eles conheciam, inclusive, plantas de aplicação exclusiva⁷⁸, o que significava ter uma

⁷⁵ Vários desses procedimentos foram relatados nos processos da Inquisição, mas encontram-se também descritos em importantes tratados de médicos portugueses, cujos livros passaram pelo crivo do Santo Ofício. Ver Maria Benedita Araújo. *O conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

⁷⁶ "Trechos de uma carta do Padre José de Anchieta, de maio de 1560, descrevendo as cousas naturais da Capitania de São Vicente". *Anchieta e a medicina*. Rio de Janeiro, Laboratório Silva Araújo, 1934.

⁷⁷ A própria nomenclatura botânica, segundo Barbosa Rodrigues, comprovaria essas assertivas uma vez que as designações feitas em tupi-guarani sucederam imediatamente àquelas escritas em grego e latim. Consultar Gilberto Osório de Andrade (estudo crítico). *Morão Rosa&Pimenta. Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1956, p. 49.

⁷⁸ As plantas de aplicação exclusiva são usadas para moléstias determinadas.

farmacopéia básica constituída de purgativos, eméticos, diaforéticos e diuréticos. "Havia boticários qualificados, peritos no cultivo e seleção das plantas, na extração, preparo, dosagem e aplicação desses remédios", de tal forma que o primeiro vice-rei do México pedia que não fossem enviados médicos da Espanha, pois bastavam os ali existentes.⁷⁹

Piso, por sua vez, referindo-se à arte de curar dos indígenas do Brasil, no Seiscentos, relatava que os medicamentos usados eram simples provocando-lhes riso os remédios compostos europeus. "Nisso merecem vênias porque as enfermidades e aos humores simples que os afetam opõem o remédio contrário, sem nenhuma arte, mas apenas com certa noção geral do espírito".⁸⁰ Neste aspecto poder-se-ia dizer que eles estavam próximos a Galeno, ao menos no referente à cura pelo efeito dos contrários. Também utilizavam substâncias vegetais, as quais obtinham por toda a parte nas florestas. "E com tanta sagacidade os vemos aplicá-los, interna e externamente, sobretudo nas doenças causadas por venenos que aqui qualquer se lhes poderia confiar às mãos mais garantida e seguramente do que a certos sábios imperitos que aplicam seus remédios secretos, mantidos ocultos, pretendendo com isso, se aprouver aos deuses, ser chamados racionais".⁸¹

É interessante notar como Piso, ao expor a medicina indígena sobre os venenos e a propriedade em aplicá-los, mostra a dualidade das práticas que constituíam não somente o saber nativo, como também o saber europeu daqueles tempos. Arejado pelos conhecimentos de história natural, em discussão em Leyde, Piso mostrava nova sensibilidade frente aos ditos conhecimentos bárbaros pagãos. E mais, apontava a face

⁷⁹ Eustáquio Duarte faz uma interessante "Introdução histórica" à edição fac-similada do "*O tratado único das bexigas e sarampo*", do médico Simão Pereira Morão (1683), ao ser composto o livro *Morão, Rosa & Pimenta* que reúne ainda as obras de João Ferreira da Rosa (descrição da febre amarela em Pernambuco) e Miguel Dias Pimenta (surto do mal do bicho, em 1685, no Recife). Acerca dos conhecimentos médicos astecas consultar "Introdução histórica", op. cit., p. 48.

⁸⁰ Ver Guilherme Piso. *História natural do Brasil ilustrada*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948, p. 8.

⁸¹ Idem, *Ibidem*.

mágica do conhecimento médico europeu que, se pretendendo erudito e racional, escancarava-se ao pregar o uso de medicamentos de segredo.⁸² Por sua vez, não deixava de revelar o mundo da magia indígena, apontando aquelas práticas que considerava dignas de "menção", ou seja, as que caberiam na racionalidade científica da época. Refere-se aos alexifármacos- os opostos do veneno existentes no próprio veneno - mostrando os usos feitos. "Esses bárbaros aplicam com audácia e feliz êxito a gordura e a cabeça das víboras, bem como os corpos inteiros dos insetos que causavam as feridas, tudo preparado com arte, contra as picadas venenosas. E mesmo procuram, pelos próprios efeitos, comprovar que todo o veneno contém o seu antídoto". E dizia mais, "(...) uma vez conhecida a natureza do veneno, colhem nas selvas, mais depressa do que se poderia dizer, ervas efficacíssimas que moídas subministram aos doentes sob o modo de poção, e suscitam o alento quase extinto". Nesse caso, a magia encontrava-se com a experiência. Empregavam o conhecimento empírico adquirido, descobriam o veneno para então aplicar o antídoto. "Mas não contentes com esses gêneros de remédios, os míseros mortais e os bárbaros supersticiosos aplicam-se a coisas fúteis e ilícitas como bruxarias, encantamentos, filtros e sortilégios".⁸³

No Brasil essa discussão parece nunca se esgotar, encontrando ora defensores do bom nível dos conhecimentos sobre flora brasileira acumulados pelos indígenas, ora polemistas cujas opiniões a respeito de curas proporcionadas pelas plantas são vistas como pura feitiçaria.

O médico Bernardino Antônio Gomes, que veio para o Brasil em 1798, referia-se ao pouco uso feito pelos médicos das plantas medicinais do país, entendendo que isto ocorria "porque tendo aprendido a medicina nas escolas da Europa vão curar tudo

⁸² Os medicamentos secretos são formulações cujos componentes não são revelados por seu idealizador. Para maiores esclarecimentos acerca dos medicamentos de segredo, ver José Pedro Felripa de Sousa Dias. "A 'Água de Inglaterra' no Portugal das luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII". Lisboa, Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa), 1986. Esses medicamentos serão tema do último capítulo desta tese.

⁸³ Consultar *História natural do Brasil*, op. cit., p. 46.

à européia, bem ao contrário do que fez Piso, desprezam miudamente a medicina indígena".⁸⁴

Martius, por exemplo, pouco afeito à medicina que viu nos gentios, comentaria a indolência deles até mesmo para indagarem-se a respeito das plantas curativas existentes.⁸⁵ Nava concordaria com Martius a respeito do critério analógico usado pelos nossos nativos para medicarem-se com remédios vegetais.⁸⁶ E, usando exemplos do viajante holandês, escreveu: "contra as hemoptises usava-se a "*urupétauá*" (*Boletus sanguineus*), por causa da sua cor sanguinolenta; a casca escura, avermelhada e rugosa de certas árvores, contra os exantemas e as erisipelas; a madeira amarelada de outras, contra doenças do fígado; e a raiz ondulante e serpentina da "pereira brava", contra a picada de cobras.(...). Fora disso faziam uso de numerosas plantas frescas, algumas das quais atuantes e de cujas virtudes possuíam o conhecimento empírico". É claro, entretanto, que Martius não atribuía o conhecimento dessas ditas plantas atuantes somente aos indígenas afirmando terem os europeus, por analogia, reconhecido a existência de muitas delas na Europa, Índia Oriental e África.⁸⁷ Nava tinha suas razões quando buscava apoio no naturalista. De fato, o conhecimento sobre a flora brasileira não era de exclusivo domínio dos silvícolas. Porém, o naturalista bavarô ocupara-se em apreender a cultura indígena acerca das plantas medicinais, já no século XIX, após três séculos de colonização e certamente deparara-se com saberes entremeados pelos diferentes habitantes da terra.

As divergências registradas por Piso e Martius em termos da terapêutica indígena empregada ilustram os vários olhares do colonizador a respeito das práticas de

⁸⁴ Apud Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa. "O exercício da medicina nos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII no Brasil colonial". *Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. 8, 1951, p. 256

⁸⁵ *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius apud Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*, p. 77. Diferentemente desses viajantes Thevet, ainda no século XVI, menciona a experiência como responsável pelo aprendizado dos indígenas americanos para tratar as doenças. Conferir em *As singularidades da França Antártica*, op. cit., p. 152.

⁸⁶ Ao usarem o critério da semelhança nossos indígenas aproximavam-se de Paracelso.

⁸⁷ Pedro Nava. "Capítulos da história da medicina no Brasil". *Separata Brasil Médico-cirúrgico*. Rio de Janeiro, 1949, p. 121.

curar do gentio americano. Piso chamava a atenção para a utilização de medicamentos simples contrariando o uso das panacéias e triagas em uso na Europa daquela época, salientando porém, o emprego de medicamentos opostos ao mal detectado, típicos da medicina humoral ainda em voga. Martius, por seu turno, encontraria medicinas analógicas, terapêutica preconizada por Paracelso no século XVII e diversa daquela anotada por Piso.

Esses olhares, mais do que divergências, são versões, formas de o europeu ver os ameríndios e, sobretudo, os entendimentos acerca da arte de curar praticada por eles.

Considerem-se, portanto, diversos olhares e sensibilidades nas descrições de nossos eminentes naturalistas: Piso movido por suas minuciosas observações científicas pouco ateu-se aos julgamentos da moral religiosa; Martius, cuja sensibilidade estaria norteada pelos conhecimentos das luzes, estabeleceria superioridades e inferioridades na medicina indígena, registrando atrasos nas práticas de cura em que não houvesse utilização de procedimentos químicos.⁸⁸

Não pareceria sensato, entretanto, minorar a importância dos saberes herbários deixados como legado pelos indígenas. Legado esse que se construía fosse pela atenção que suscitava o uso empírico de determinadas plantas curativas ou alimentares, posteriormente comprovadas pela ciência, fosse pelos efeitos medicinais imediatos que o colonizador obtinha quando lançava mão dos saberes gentios.

Naquelas condições adversas quando as doenças grassavam e os remédios europeus "venciam" a bordo de muitas naus, como apelar para outros medicamentos, se não para as plantas aqui existentes e nortear seus usos pelos saberes dos silvícolas?

Frei Vicente do Salvador reconhecia o fato de não haver enfermidade contra a qual não existissem ervas na América portuguesa, "nem os índios naturais dela tem outra botica, ou usam de outras medicinas".⁸⁹ Ou ainda, conforme o testemunho de

⁸⁸ *Natureza, doenças, medicina e remédios*, op. cit., p. 232.

⁸⁹ "História do Brasil", op. cit., p. 16.

João Machado durante a viagem filosófica à Serra de Ibiapaba, na Capitania do Ceará Grande, no período de 13 de julho a 06 de agosto de 1784: "São inumeráveis as plantas que têm uso na medicina dos americanos cujo conhecimento conservam no mais obstinado silêncio, no qual consideram grande parte de sua felicidade".⁹⁰

Mas buscavam-se plantas medicinais somente para substituir os remédios europeus degradados ao longo da travessia atlântica ou havia um deliberado caráter exploratório da flora medicinal local?

Gilberto Freyre refere-se ao ímpeto jesuítico em combater o misticismo dos curandeiros comparativamente à vontade de absorver seus conhecimentos botânicos. "É provável que nas mãos de um curandeiro indígena estivesse mais segura a vida de um doente, no Brasil dos primeiros tempos coloniais, do que nas de um médico do reino estranho ao meio e à sua patologia". Para tal afirmação recorria às palavras de Frei Caetano Brandão de que mais valia "tratar-se uma pessoa com um tapuia do sertão, que observa com mais desembaraçado instinto, do que com um médico desses vindo de Lisboa".⁹¹

Piso também dava mostras de seu grande empenho em obter segredos medicinais de feiticeiros indígenas condenados à morte, mostrando interesse por práticas medicinais que lhe pudessem ter escapado.⁹²

Essas referências apontam para o sentido exploratório da desconhecida natureza americana, de sorte a descobrir nela novos domínios para o conhecimento dos fármacos vegetais. Exploração individualizada que se fazia ao gosto de quem a empreendia, sem caráter de exploração científica e sem intervenção da metrópole.

⁹⁰ ACL. Manuscrito azul, n. 374, mem. 14, f. 207v. Tomo II das Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia de Ciências de Lisboa, permanecendo inéditas. Século XVIII.

⁹¹ Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olimpo, 1904, pp. 254-5.

⁹² São muitas e interessantes as histórias existentes acerca de feiticeiras, saberes sobre plantas e conhecimento médico. "Os médicos, que muito mais ainda são seus filhos legítimos, que nasceram do empirismo popular a que chamavam feitiçaria, seus herdeiros preferidos a quem ele (satã) legou seu mais elevado patrimônio, pouco se lembram disso. São ingratos com a feiticeira que os adestrou. Ver Jules Michelet. *A feiticeira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 213.

Domingos Vandelli, no século XVIII ressalta: "Entre infinitas plantas eméticas e admiráveis que há no Brasil, esta raiz é a mais célebre pelo método com que os índios com ela se expurgam; e porque não tem nome conhecido lhe chama o vulgo raiz de bugre, que é o mesmo que raiz de bárbaro".⁹³ Em outra memória existente na Academia de Ciências de Lisboa na qual se discute "O feliz clima do Brasil", o viajante, realizador de uma incursão pela Bahia sob os auspícios do ouvidor daquela Comarca, Desembargador Francisco Nunes da Costa, relata que chegando à Ilha de Santarém nela procurou

"conhecer os índios que fossem mais famosos em conhecimento de ervas medicinais produzidas na famosa Ilha de Queipe que fica na latitude de 14 graus e na longitude de 344 graus e 45, quase fronteira à barra de Camamu, cujos conhecimentos têm pela experiência dos seus antepassados e pela muita frequência com que vão à Ilha, a refazerem-se principalmente de contravenenos".⁹⁴

A fitoterapia dos índios das terras do Brasil pode não ter tido a importância e o reconhecimento científico atribuída àquela desenvolvida pelos astecas. Mas, sem sombra de dúvida, seus saberes acerca das plantas medicinais da América portuguesa baseavam-se em intuições e práticas que, despertando a curiosidade dos colonizadores e viajantes, constituíram-se nas primeiras observações empíricas acerca das plantas medicinais das terras dos brasis. Assim, os hábitos medicinais indígenas induziram os primeiros dados sobre o assunto, tornando-os importantes precursores na construção das ciências da natureza no Brasil.

Se os saberes dos indígenas sobre a flora brasileira seriam usualmente descredenciados ao nível discursivo, não parecem tê-lo sido ao nível prático. Utilizados como indicativo para coleta de espécies desconhecidas tiveram seus usos posteriormente abalizados por experimentos científicos. E antes mesmo de esses

⁹³ ACL Manuscrito azul, n. 373, mem. 38, f. 379. Tomo I das Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia de Ciências de Lisboa, permanecendo inéditas. Século XVIII.

⁹⁴ ACL. Manuscrito azul, n. 374, mem. 25, f.290v. Tomo II das Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia de Ciências de Lisboa, permanecendo inéditas.

conhecimentos serem afirmados cientificamente, as plantas indígenas já constituíam capítulos de farmacopéias portuguesas e estrangeiras, o que demonstra os bons resultados obtidos por aqueles que as usavam. Piso, inclusive, muito alardeou os resultados que alcançou usando essas plantas.

As farmacopéias portuguesas, publicadas no século XVIII, e que contemplam os saberes indígenas sobre as plantas serão tema do item seguinte.

5. Farmacopéias dos novos saberes.

A primeira farmacopéia⁹⁵ oficial portuguesa seria editada somente em 1794. Até então, publicaram-se um sem número de compêndios acerca da arte de formular medicamentos. Embora não fossem reconhecidos por direito, eram-no de fato e por eles guiavam-se boticários e outros preparadores dos remédios, em Portugal e suas colônias, até fins do século XVIII.

Era, como salienta Dom Caetano de Santo Antônio, no prólogo da primeira edição da Farmacopéia Lusitana, o que o movia

"a sair a público com esta obra, a experiência certa e continuada, da pouca ou nenhuma notícia que tem da língua latina a maior parte dos praticantes, que aprendem a arte farmacêutica; e ver também que (ou seja por imperícia ou por falta de cabedal) não comprem, nem usam aqueles livros⁹⁶, por onde segura e acertadamente podiam dirigir-se, contentando-se só com as traduções manuscritas de um método de obrar, a que eles

⁹⁵ Farmacopéia: "Código oficial de normas farmacêuticas destinadas a assegurar a uniformidade, com respeito à espécie, qualidade, composição e atividade dos medicamentos comprovados ou, pelo menos sancionados, pelos representantes da medicina. Em Portugal e em outros países, as primeiras farmacopéias resultaram do labor individual, não tinham efeito legal e eram repositórios de fórmulas; também se chamavam Dispensatórios, Antidotários, etc. Ao cônego regente de Santo Agostinho, D. Caetano de Santo Antônio, boticário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, se deve a Farmacopéia Lusitana que teve quatro edições (a primeira de 1704); Fr. João de Jesus Maria, do Mosteiro de Santo Tirso, redigiu a Farmacopéia Dogmática, impressa em 1772; a Farmacopéia Tubalense, de muita aceitação e grande fama, da autoria de M. Rodrigues Coelho, foi publicada em 1735. (...)." Segundo verbete da *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa, Verbo, s. d., p. 398.

⁹⁶ Dom Caetano refere-se às farmacopéias estrangeiras escritas em latim, italiano, alemão, francês ou inglês, cujos textos e formulações foram sucessivamente copiados nas portuguesas, inclusive na Lusitana.

chamam Pharmaca, nos quais vão incertos, inumeráveis e intoleráveis erros, não só nos simples de que se compõem os medicamentos, mas também nos pesos por que se livram (...) e sendo estas Pharmacas o pecúlio único com que saem da casa de seus Mestres, por elas se governam, e preparam os medicamentos, não sem grande risco, e muitas vezes irreparável dano dos enfermos a que se aplicam".⁹⁷

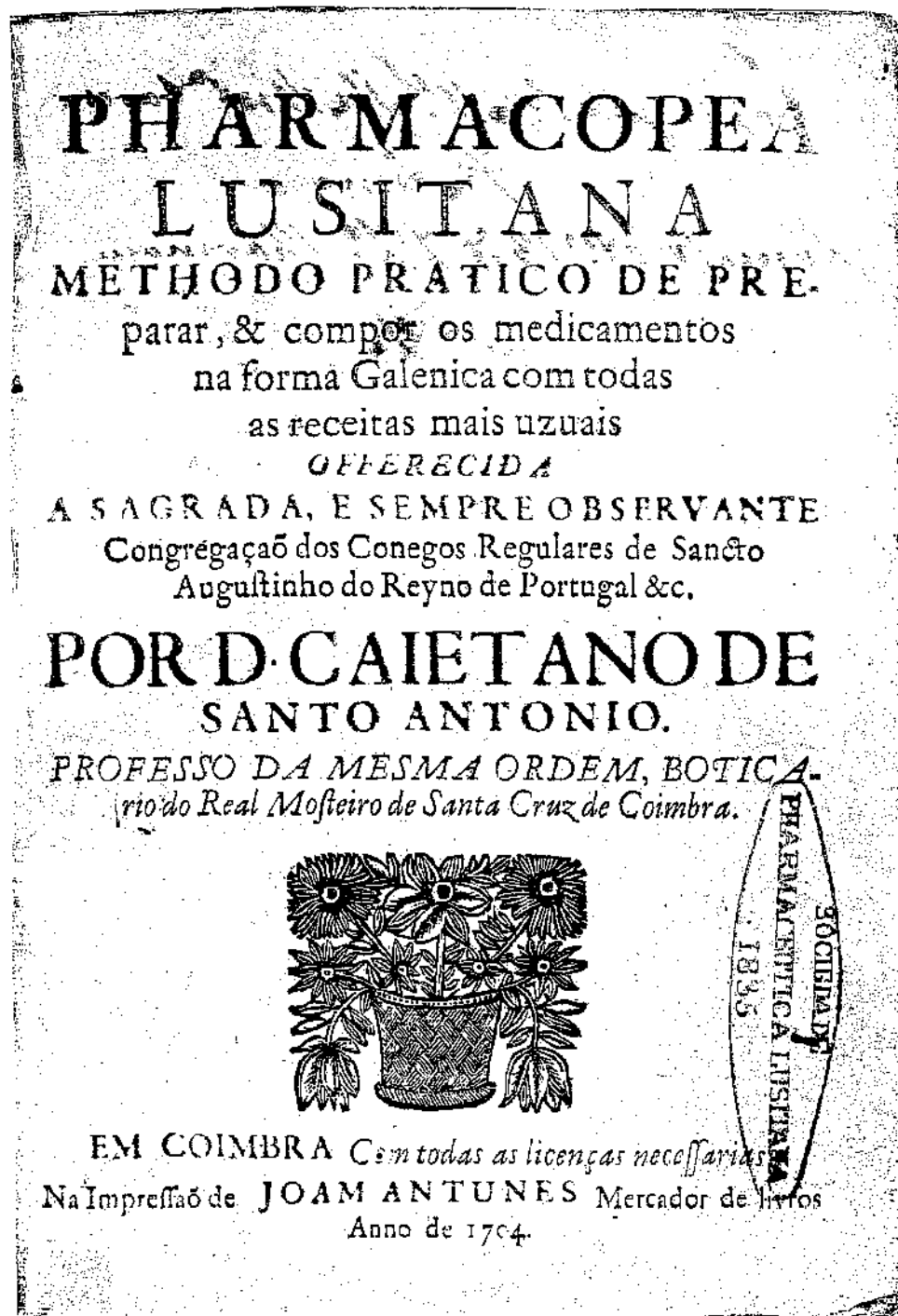


Fig. 5- Farmacopéia lusitana. Coleção da Sociedade Farmacêutica Lusitana. Século XVIII.

⁹⁷ Frei Caetano de Santo Antônio. *Farmacopéia Lusitana. Método prático de preparar e compor os medicamentos na forma galênica com todas as receitas mais usuais*. Coimbra, João Antunes, 1704.

Já que os "insignes professores" da arte farmacêutica não tratavam de escrever uma farmacopéia em língua nacional, ocupava-se o boticário em "traduzir fielmente da língua latina, as receitas que se acham nos textos". Certamente, D. Caetano foi bem sucedido ao inaugurar a prática de escrever uma farmacopéia em português, haja visto o número de reedições de sua obra. Além da edição de 1704, saíram mais três: em 1711, 1725 e 1754. Esse instrumento de trabalho certamente vinha fazendo falta.

Na edição de 1711, denominada *Farmacopéia lusitana reformada*, D. Caetano introduzira algumas fórmulas contendo substâncias químicas e se pode também encontrar medicamentos preparados com plantas brasileiras, tal como a salsaparrilha, por exemplo.⁹⁸

Não era raro encontrar nesses livros indicações e formulações medicamentosas que contivessem vegetais da Terra de Santa Cruz. Assim, estavam contempladas as plantas do Brasil na *Farmacopéia Ulissiponense, galênica e química*. Segundo o autor, o francês João Vigier, Físico-mor de D. João V, a farmacopéia continha princípios, definições, virtudes e doses dos medicamentos químicos, além das nomenclaturas de uma e de outra farmácia, e, um *lexicon* universal dos termos farmacêuticos com as preparações químicas e composições galênicas usadas no Reino.

João Vigier (1662-1723) não era boticário, mas droguista- "vendia ingredientes de botica"- e sua farmacopéia é considerada o primeiro manual de química farmacêutica em português⁹⁹, tendo sido editada em 1716 na cidade de Lisboa, na Oficina de Pascoal da Silva. As plantas medicinais da América portuguesa estão no "Tratado das virtudes e

⁹⁸ D. Caetano de Santo Antônio (...), também traduziu em 1713, do original em latim, a *Farmacopéia Bateana*, obra editada em Londres em 1700, por seu autor, o médico inglês George Bates (1608-1669).

⁹⁹ José Pedro de Sousa Dias. "Um grupo sócio-profissional setecentista de grande importância na economia do medicamento: os droguistas". *Farmácia portuguesa*, 54, nov./dez. 1988. *Medicamento, história e sociedade*, n. 9, nov. 1988. Vale ressaltar o didatismo de Vigier ao tratar na Parte V, as "várias preparações das medicinas químicas mais usadas nesta Corte Lusitana". Através de perguntas e respostas o autor menciona substâncias, princípios, preparo e uso dos medicamentos, além de explicações acerca dos equipamentos usados em operações químicas. Preocupava-o sobretudo, a pouca utilização da química na preparação dos medicamentos em Portugal, e então optava por introduzi-los na farmacopéia à maneira como eram ensinados na França pelo boticário Nicolas Lémery (1645-1715).

descrições de diversas plantas, e partes de animais do Brasil, e das mais partes da América, ou Índia Ocidental, de algumas do Oriente descobertas no último século, tiradas de Guilherme Piso, Monardes, Clusio, Acosta, e de outros". Os saberes indígenas estampavam-se nos livros europeus. Cajú, ananás, andá, andira, anime, bálsamo de copaíba, inhames, cacau, caucamo, contra-erva, jabotapita, abatua, erva longuinha, jacoacanga, jaçapucaio, genipapo, iparandiba, ipecacuanha, pau-brasil, mamanga, manacá, mangaba, manobi, mechoação, ambreta e baunilha, figuram dentre elas.¹⁰⁰

Vigier publicara ainda no século XVII, em Leon, *Histoire des plantes de l'Europe* (1670), obra que teve quatro edições. Embora não se trate de uma farmacopéia, menciona-se o livro pela disseminação de saberes sobre as plantas do Brasil que ele proporcionou. Há um capítulo cujo tema são as plantas vindas da Ásia, África e América constando desenho da planta, nome, onde e quando florescem, qualidades e virtudes. O autor também publicou na França uma tradução em português, *História das plantas da Europa e das mais usadas que vêm da Ásia, da África e da América*, em 1718.¹⁰¹

Também na *Farmacopéia tubalense químico-galênica*, do boticário Manuel Rodrigues Coelho (1687-?), há vários "espécimes" brasilicos contidos nos três reinos da natureza. Igualmente preocupado com os práticos de farmácia, Coelho divide a obra em duas partes: na primeira, trata da teoria e ensina as preparações mais usuais dos medicamentos, elabora um dicionário dos termos empregados, menciona a origem dos simples e formas para reconhecê-los. Os capítulos XXVI, XXVII e XXVIII, "em que se dá a notícia da origem dos simplices mais versados no uso médico, que das Índias, América, e de mais partes nos vêm a este Reino; classe primeira dos animais, vegetais,

¹⁰⁰ Farmacopéia Ulissiponense, op. cit., pp. 391-446.

¹⁰¹ João Vigier. *História das plantas da Europa e das mais usadas que vêm da Ásia, da África e da América*. Leon, Of. Anisson, Posuel & Rigaud, 1718.

minerais e suas partes", referem-se às plantas do Brasil. Na segunda, trata de "seletas" composições antigas, modernas e ocultas com os "cálculos dos medicamentos purgantes, narcóticos e mercuriais".¹⁰²

Dentre aqueles do reino vegetal provenientes do Brasil, enumera: abutua, ananaz, andá, angelim ou andira, goma anime, cana de açúcar, bálsamo de copaíba, inhames, cacau, cajú, canafistula, goiaba, jaborandi, genipapo, manga, manacá, mangaba, mechoação, orelha de onça, raiz de cipó, raiz de mil homens, raiz de tambuape, salsaparrilha, e tantas outras.¹⁰³

Quanto à raiz de mil homens salienta:

"essa raiz se cria no interior do sertão do Brasil, e se aplica contra toda a espécie de veneno, e se for de bicho peçonhento, além de se tomar bebido o seu pó com água; também se aplica sobre a ferida; na mesma forma bebida, é admissível para as febres malignas e contra as inflamações do fígado, e bofe; os tais pós lançando-se nas chagas da gangrena é remédio excelente para a sua melhora; também se aplicam os pós da dita raiz, naquela parte por onde não querem, que corra a gangrena; e por serem as suas virtudes quase universais, lhe deram o nome de mil homens; dado o pó desta raiz misturado com uma pequena quantidade de água ardente cura presentaneamente as dores de cólica; tem também a virtude vomitiva, e por esta causa cura muitas doenças com grande felicidade".¹⁰⁴

Há unanimidade entre os historiadores das farmacopéias portuguesas quanto à qualidade da farmacopéia do boticário Rodrigues Coelho, considerada como um "monumento da polifarmácia", no dizer de Pedro José da Silva, que chamava a atenção para as dificuldades encontradas pelos boticários mais antigos, no começo do século

¹⁰² Consultei a edição de 1760, impressa em Roma, na Of. de Balio Geredini. O exemplar encontra-se na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. A primeira edição da obra composta das duas primeiras partes foi impressa em 1735. A terceira parte fora terminada somente em 1745 e editada em 1751. Segundo Pedro F. de Sousa Dias. "Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista". Tese de doutoramento. Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa), 1991, p. 128, o editor Carlos da Silva Correia havia conseguido o privilégio de publicação da obra por dez anos e a suposta impressão em Roma poderia ser somente artifício usado por outro editor. Rafael Folch y Andreu, historiador espanhol, afirma terem sido feitas duas impressões da edição de 1751. Ver "Las farmacopeas portuguesas". *Revista de la Universidad de Madrid*, 2, 5, 1942.

¹⁰³ Farmacopéia tubalense, op. cit., p. 180-294.

¹⁰⁴ Idem, pp. 271-2. Transcrevo as "virtudes" desta raiz pelo largo emprego que a mesma teve no Brasil, sendo inclusive recomendada em períodos de epidemia quando faltavam conhecimentos para explicar as causas de muitas doenças e, conseqüentemente, a melhor terapêutica.

XIX, em acreditar que outras farmacopéias, como a Geral, a de Baumé ou a de Palácios, pudessem superar a Tubalense.¹⁰⁵

Jacob de Castro Sarmiento, médico português radicado em Londres, para onde se dirigira para afastar-se das malhas da Inquisição, e onde tornar-se-ia atento discípulo de Boerhaave¹⁰⁶, também menciona plantas da América portuguesa em sua *Pharmacopoeia contracta*, editada em latim, no ano de 1749. Vinho de ipecacuanha e extrato de córtice brasiliense encontram-se entre seus preparados.¹⁰⁷ Lá estava, nos alfarrabios londrinos, a ipecacuanha indígena.

Antônio Rodrigues Portugal (1738-1788), cirurgião do Porto, publicou em 1766, na Oficina de Francisco Mendes Lima, a *Farmacopéia portuense*. Considerada de "pouco valor" por Folch y Andreu, trata-se de uma compilação de fórmulas das farmacopéias de Londres, Edimburgo e Paris, "útil aos cirurgiões e médicos principiantes interessados em composições de além fronteiras", como argumenta o autor no título e prólogo de seu compêndio. Pós de contra-erva e electuário de jalapa, por exemplo, são compostos de plantas brasílicas, copiados de formulações européias, o que indica a disseminação do emprego das plantas medicinais americanas nas farmacopéias em uso na Europa.¹⁰⁸

A *Farmacopéia dogmatica, médico-química, e teórico-prática*, elaborada pelo frei-boticário João de Jesus Maria (1716-1795), monge da Congregação de S. Bento e administrador da botica do Mosteiro de Santo Tirso, foi editada na cidade do Porto no ano de 1772, na Oficina de Antônio Álvares Ribeiro Guimarães, sendo a quinta farmacopéia publicada em Portugal. Editada em um só volume, compunha-se de dois tomos. No prólogo, frei João de Jesus Maria não deixa "de lamentar, segundo as

¹⁰⁵ Pedro José da Silva. *Principais fatos da farmácia portuguesa nos séculos passados*. Mémoire publicada na Gazeta de Farmácia. Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1868, p. 188.

¹⁰⁶ Hermann Boerhaave (1668-1738) era médico, professor em Leyde, adepto da iatromecânica (aplicação da química à medicina), aplicava também as leis de Newton à medicina.

¹⁰⁷ Jacob de Castro Sarmiento. *Pharmacopoeia contracta*. Londini, s. e., 1746.

¹⁰⁸ Ver *Farmacopéia portuense*, op. cit.

notícias, que há de pessoas, que viveram nas Américas, a falta, que temos de por na Praxe Médica a muitos vegetais de conhecida eficácia, para várias queixas que dizem, tem descoberto com larga experiência a rústica agilidade racional dos caboclos daqueles Estados; que a ser certo, poderia haver com utilidade da saúde, e crescido lucro, aumento no comércio, igual ao que se vê nos gêneros, vindos de fora do Reino".

Ao que tudo indica o monge-boticário conseguiu realizar seu intento escrevendo um terceiro tomo, "História farmacêutica das plantas exóticas, seus produtos, naturalidades e virtudes para facilitar os conhecimentos dos vegetais e servir de adição à Farmacopéia dogmática", na qual inseriu os novos produtos. No entanto, seu trabalho não foi publicado permanecendo sob forma manuscrita, podendo ainda ser encontrado em Lisboa, na Sociedade Farmacêutica Lusitana.¹⁰⁹

Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1828) publicou, ainda em 1785, a *Farmacopéia lisbonense ou coleção dos simples, preparações e composições mais eficazes, e de maior uso*. O médico e boticário impacientava-se com a demora com que se preparava a farmacopéia oficial e tentava dar sua contribuição na busca de dirimir a realidade funesta de ver tantos medicamentos sendo "mal preparados por diversos métodos e fórmulas". Paiva costumava lecionar na Botica do Azevedo, fundada em 1775 como Botica do Rossio, segundo anúncios publicados em 1783 na *Gazeta de Lisboa*. Eram lições ministradas gratuitamente, distribuídas da seguinte forma: segundas, quartas e sextas-aulas de química¹¹⁰ e farmácia; terças e sábados -história natural. Estas lições podem ter sido o alento necessário para que este "fidalgo cavaleiro,

¹⁰⁹ Pedro José da Silva em *Principais fatos da farmácia portuguesa*, op. cit., p. 192, trata deste "Appendix", escrito pelo boticário, salientando que o manuscrito fora doado em 1837, por Antônio José Nogueira à Sociedade Farmacêutica Lusitana: ver também, A. C. Correia da Silva. "Frei João de Jesus Maria e a Farmacopéia dogmática". Atas do colóquio de história local e regional. *Revista Portuguesa de Farmácia*, 29, 3, 1979.

¹¹⁰ "A química é imitadora e rival da natureza: seu objeto é quase tão extenso quanto o da própria natureza; ela decompõe os seres, ou os revivifica, ou os transforma etc. A química originou a alquimia e a magia natural. A metalurgia ou a arte de tratar dos metais em grande escala, é um ramo importante da química. Pode-se ainda reportar a essa arte, a tintura". Diderot et D'Alembert. *Enciclopédia ou dicionário raciocinado das ciências das artes e dos ofícios por uma sociedade de letrados. Discurso preliminar e outros textos* (1765). São Paulo, UNESP, 1989, p. 121.

lente da Faculdade de Filosofia com exercício de farmácia em Lisboa, médico da Real Câmara, sócio da Academia Real de Ciências"¹¹¹ se prontificasse a escrever a Farmacopéia Lisbonense¹¹², quando cabia à Universidade de Coimbra, de acordo com a Reforma Pombalina datada de 1772, preparar a farmacopéia oficial do reino cujos estatutos o autor reproduz no prefácio da obra.

Na edição de 1802, aumentada e corrigida, as plantas do Brasil não deixam de constar. Lá estão na primeira parte da Matéria Farmacêutica: a abutua ou parreira brava, elemi ou almecega do Brasil, copaíba, barbatimão, cacau, café, canafistula, ipecacuanha ou raiz de cipó, contra-erva, espigelia, gengibre, erva santa ou tabaco, jaborandi, jalapa, mamona, mechoação ou batata de purga, salsaparrilha, sassafrás, dentre outras.¹¹³

As farmacopéias editadas no século XVIII, afora se constituírem em tentativas de padronizar composições e preparo de medicamentos no Reino e seus domínios, dotaram de formulários os boticários e, principalmente, os práticos de farmácia, afastando-os dos preparados medicamentosos via "Pharmaca", aquelas cópias manuscritas feitas pelos aprendizes de boticários, a partir das "livres traduções" de partes de farmacopéias publicadas em latim ou outro idioma não dominado por eles, das quais fala D. Caetano de Santo Antônio. Ademais, as farmacopéias foram importantes disseminadoras dos saberes sobre plantas medicinais do ultramar em geral, e do Brasil em especial, haja visto as novas plantas que se divulgavam através delas. Considerando a circulação das mesmas pelo Reino, perceber-se-á que esses saberes chegavam aos quatro continentes, espalhando-se pelos domínios portugueses.

Embora não fossem oficiais, e portanto o código todo poderoso das autoridades responsáveis pela fiscalização do ofício, desempenharam importante papel na

¹¹¹ Manuel Emygdio da Silva. *Botica do Azevedo*. Lisboa, Sociedade Industrial Farmacêutica, s. d., pp. 30-1.

¹¹² A primeira edição da Lisbonense é de 1785.

¹¹³ Manoel Joaquim Henriques de Paiva. *Farmacopéia Lisbonense*. Lisboa, Of. de João Procópio Correa da Silva, 1802, p. 3-62.

preparação e venda dos medicamentos, introduzindo inovações terapêuticas ainda de pouca divulgação, como os medicamentos químicos e as plantas indígenas coloniais, além de constituírem-se em importante fonte de consulta para médicos, cirurgiões e outros.

Muitas dessas farmacopéias vieram para o Brasil.¹¹⁴ Na década de 1790, quando a Farmacopéia Geral do Reino foi finalmente promulgada, tornando-se por alvará de D. Maria I, instrumento obrigatório de trabalho de boticários e seus auxiliares, as Farmacopéias Lusitana e Tubalense disputaram com ela a preferência dos donos do ofício, na arte de preparar medicamentos. Nesses anos foram realizados envios de mesma monta dessas três farmacopéias para o Brasil.¹¹⁵ É de se avaliar o sucesso que faziam os formulários de D. Caetano e de Rodrigues Coelho, já publicados havia décadas, em face da obrigatoriedade de haver um exemplar da Farmacopéia Geral em cada estabelecimento que preparasse e vendesse medicamentos. Possivelmente, mantinham-se esses velhos formulários como importantes referenciais de trabalho, mesmo havendo um código oficial.

Considere que a *Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal*, segundo o Alvará de D. Maria, vinha coibir a

"(...) desordem, com que nas boticas de meus reinos, e domínios se fazem as preparações, e composições, por falta de uma farmacopéia, que sirva para regular a necessária uniformidade das ditas preparações, e composições; e sendo certo, que sem que haja esta uniformidade, é impossível que a medicina se pratique sem riscos de vida,

¹¹⁴ A Real Mesa Censória (RMC), criada por D. José I por lei de 05/04/1768, obrigava toda e qualquer publicação a passar por exame de uma junta perpétua com jurisdição privativa e exclusiva no referente à aprovação ou não de novos livros e papéis; a circulação deles no Reino e ultramar; todas as conclusões públicas, além da impressão, reimpressão, venda e comércio de livros. Segundo informações elaboradas por Joel Serrão, Maria José da Silva Leal e Míriam H. Pereira. "Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea". L. 572. ANTT. Deviam passar assim pela RMC todos os livros vindos da metrópole, como também aqueles enviados para o Reino. Os requerimentos solicitando transportes de livros encontram-se em várias caixas, no ANTT.

¹¹⁵ A documentação consultada refere aos últimos anos da década de 1790, constituindo-se de remessa de livros enviados do Reino para: Bahia (Caixa, 157); Maranhão (Caixa, 159); Pará (Caixa, 160); Pernambuco (Caixa, 161); Rio de Janeiro (Caixa, 153); Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande e São Paulo (Caixa, 163); não especificado (Caixa, 151). RMC/ANTT.

e saúde de meus fiéis vassalos, deixando-se à vontade, e capricho de cada um dos boticários adotar diferentes métodos de compor , e preparar os remédios (...)"¹¹⁶

A determinação real pretendia, portanto, extinguir a utilização de outras farmacopéias. Pretensão essa ainda longe de se realizar...

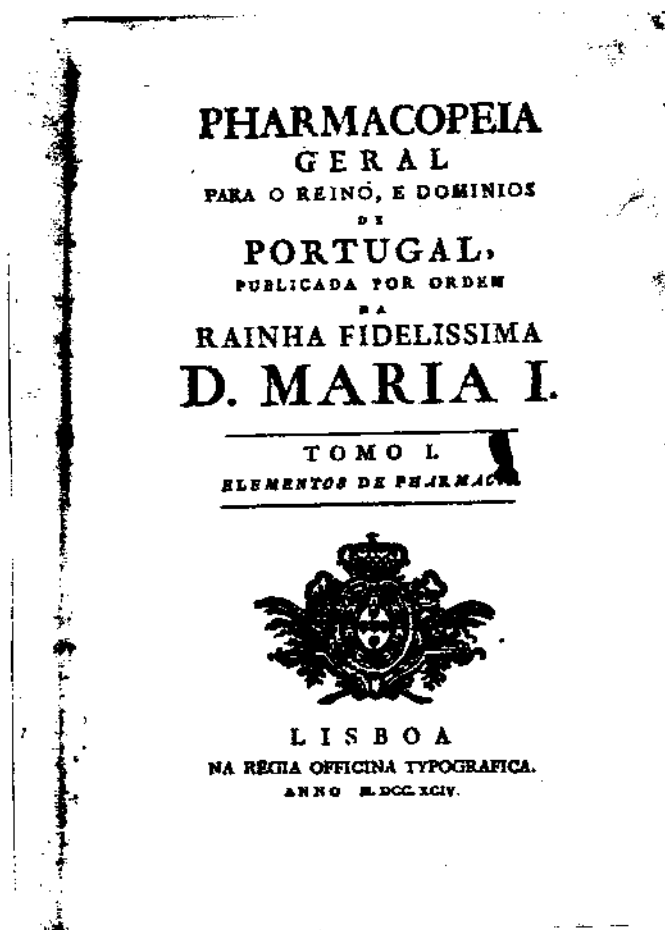


Fig. 6. *Farmacopéia geral para o Reino e domínios de Portugal*. Biblioteca da Ordem dos Farmacêuticos de Lisboa. Século XVIII

Essa demanda por outras referências não implicava dizer que a farmacopéia oficial fosse um código mal formulado, embora muitas idas e vindas tivessem marcado sua composição. Primeiramente, foi a Congregação da Faculdade de Medicina de Coimbra encarregada de prepará-la,¹¹⁷ o que não aconteceu. Depois, a Junta de Proto-

¹¹⁶ ANRJ. Códice 441. Alvarás da Rainha. Documento n. 17.

¹¹⁷ Estatutos da Universidade de Coimbra. Livro III. Coimbra, s. e., 1972, pp. 133-4.

Medicato, alegando os prejuízos decorrentes da falta de um código oficial, tentara alçar-se no projeto. Após duas mal fadadas tentativas da Junta, em 1785 e 1787, finalmente a Congregação da Faculdade de Medicina dignara-se, em 1790, a nomear Francisco Tavares e Joaquim de Azevedo, para elaborá-la.¹¹⁸ Então, a 07 de janeiro de 1794, vinte e dois anos após a Reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, tinha-se a tão almejada Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal.¹¹⁹

Essa farmacopéia visava tornar-se um livro didático para os estudantes de farmácia, um código-referência para a preparação dos medicamentos, buscando também reger as solicitações de médicos e cirurgiões, pois segundo o Decreto Real, "nenhum médico ou cirurgião poderia receitar qualquer preparação, ou composição não contida em alguns dos títulos da mesma", ressalvadas as prescrições feitas por extenso.¹²⁰ A farmacopéia consta de dois volumes. O primeiro trata dos "Elementos de farmácia", basicamente dedicado ao ensino e, o segundo, ao preparo de medicamentos oficinais¹²¹, com a denominação de "Medicamentos simples, preparados e compostos". Neste último volume se encontram os medicamentos manipulados com plantas do Brasil. Aí aparecem a jalapa, a erva santa ou tabaco, a ipecacuanha, a mamona, a canafistula, a salsaparrilha, o cacau, etc.

Mas por que as *Farmacopéias lusitana e tubalense* faziam tanto sucesso nas terras do Brasil, em fins do Setecentos?

Primeiramente, vale lembrar que a medicina portuguesa no Renascimento era basicamente galênica, com influência árabe; as noções de medicamentos quentes e frios, úmidos e secos, inspiradas na filosofia de Aristóteles, persistiam, prevalecendo ainda a

¹¹⁸ Atas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820), vol. 2. Coimbra, s. e., 1985, p. 460.

¹¹⁹ *Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal*. Tomos I e II. Lisboa, Régia Of. Tipográfica, 1794.

¹²⁰ *Farmacopéia geral*, op. cit., tomo I. Alvará de D. Maria I.

¹²¹ Produtos oficinais são as substâncias básicas que compõem os medicamentos. Encontravam-se preparadas nas boticas sob variadas formas. Quando eram acrescidas de mais componentes pelo médico, tornando-se específica para um paciente, passava a denominar-se preparação magistral.

teoria dos humores. Paracelso¹²² fora praticamente ignorado em terras lusitanas, havendo grande desconhecimento dos remédios químicos. Poucas obras trataram, no século XVII, de química e de seus produtos. Sousa Dias menciona Frei Manuel de Azevedo e Madeira Arraes como propagadores dos medicamentos químicos, no Portugal do Seiscentos. Ouro e antimônio eram empregados, restritamente, sob a forma de óleos e pós, pois a comunidade médica portuguesa continuava vendo com maus olhos o antimônio.¹²³

Mesmo Curvo Semmedo (1635-1719), que muito influenciou a medicina portuguesa na primeira metade do século XVIII com seus medicamentos químicos, manteve-se sempre em franca conciliação com o galenismo¹²⁴, e seus livros *Poliantéia medicinal*, editado em 1695, 1704 e 1716, e *Atalaia da vida contra as hostilidades da morte* (1720), são misturas exemplares de medicina erudita e popular.

Na introdução da farmacopéia já dizia: "os conhecimentos da história natural, e da química são os fundamentos desta arte; e os produtos da natureza considerados como medicamentos, o seu objeto."¹²⁵ Face ao ingresso tardio tanto da história natural quanto da química em Portugal¹²⁶, seria ilusório pensar-se numa aceitação pronta e passiva da Farmacopéia Geral.

¹²² Paracelso buscou substituir a farmácia galênica pela farmácia espagírica na tentativa de obter medicamentos de elevado grau de pureza. Espagírica significava separar o puro do impuro. Ver A. M. Amorim da Costa. *Primórdios da ciência química em Portugal*. Lisboa, Breve, 1984. A destilação era o processo de separação de substâncias químicas mais empregado na época.

¹²³ Frei Manuel de Azevedo (?-1672) era médico, formado em Salamanca. Como médico naval esteve no Brasil em 1631 e 1635 lutando contra os holandeses. Escreveu *Correção dos abusos introduzidos contra o verdadeiro método da medicina*, em dois volumes publicados em 1668 e 1680. Duarte Madeira Arraes, médico de D. João IV, publicou em Lisboa, *Método de conhecer e curar o morbo-gálico*, em 1642. Ver "Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista". Op. cit., capítulo I.

Duarte Madeira Arraes. *Tratado dos óleos de enxofre, vitríolo, filosoforum, alecrim, salva, e da água ardente*. Lisboa, Edições Salamandra, 1993. Esse trabalho permaneceria em forma manuscrita até 1993, quando então foi publicado com apresentação de Yvette Kace Centeno.

¹²⁴ "Não sou tão obstinado sequaz da Escola Hermética, que me não preze muito de ser discípulo da Hipocrática; nem quando louvo os remédios químicos, deixo de conhecer se devem grandes aplausos aos galênicos", escrevia Curvo no livro *Observações médicas de cem casos gravíssimos*. Apud "Inovação técnica e sociedade", op. cit., p. 66.

¹²⁵ *Farmacopéia geral*, op. cit., p. 1-2.

¹²⁶ Como salientava A. J. Ferreira da Silva: "Até o século XVIII a história da ciência química não contava com o nome de nenhum português que havia se tornado ilustre neste ramo do conhecimento

Ademais, ratificava a "inexistência" de duas farmácias, afirmando: "das diversas partes da química, aquela que se emprega na eleição, colheita, conservação, ou reposição dos medicamentos, na sua preparação, mistura, ou composição, é a que se chama farmácia, ou arte farmacêutica. Houve tempo, em que se dividiu em galênica e química, segundo a maior, ou menor facilidade de preparação, e composição dos remédios: mas seja qual for, esta preparação, ou composição é toda química, à exceção daquelas, que são puramente mecânicas, (...)".¹²⁷

Se, a Farmacopéia Geral não obtivera na metrópole o apoio irrestrito da comunidade médica¹²⁸, qual teria sido a reação nas terras de além-mar, à tentativa de sua implementação? Quais seriam as alternativas utilizadas no Brasil, às recomendações oficiais?

Estudiosos da história da medicina colonial brasileira são categóricos em afirmar que as sangrias e os purgativos eram as terapêuticas preferencialmente empregadas pelos peritos, na arte de curar em terras brasílicas.¹²⁹

Médicos, barbeiros, pajés ou curandeiros, tratavam de expelir as "corrupções" do corpo. Corrupções essas que poderiam advir dos humores, resultado de feitiços, artimanhas ou cólera divina, segundo as diversas concepções que embasavam a arte de curar. Pessoas sadias também eram sangradas e purgadas preventivamente com o intuito de "ajudar a natureza". No "Tratado único das bexigas e sarampos", Morão, em 1677, enfatizava: "De dois modos se curam as bexigas, ou o sarampo (...) o primeiro é,

humano. É que Portugal esteve mais ocupado com a descoberta de novas terras e novos mares". Apud *Primórdios da ciência química*, op. cit., p. 14. Tradução livre feita por mim.

¹²⁷ *Idem*, pp. 1-2.

¹²⁸ Inovação técnica e sociedade, op. cit., p. 259. No documento "Sobre os inconvenientes que há na observância da Farmacopéia Geral, e que resultam em prejuízo da Saúde Pública", a primeira dificuldade anotada diz respeito aos boticários: "Que a maior parte dos boticários deste Reino, e seus Domínios são destituídos dos princípios desta arte, que são a botânica e a química; e que os compêndios da Universidade para a aula de Matéria Médica compilados para instruir discipulos, que acabaram o Curso Filosófico, e Matemático, não podem servir para pessoas as quais geralmente faltam todos os princípios necessários para bem compreender estes compêndios sem Mestre". ANTT. Ministério do Reino, n. 469.

¹²⁹ Vide Lycurgo Santos Filho. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991; Lourival Ribeiro. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, s. e., 1971 e Pedro Nava, "Capítulos da história da medicina no Brasil". *Separata Brasil Médico-Cirúrgico*, 1949.

preservando-se as criaturas delas, ou curando-se depois de caírem nelas, preservam-se as pessoas grandes com se sangrarem e purgarem mui exatamente, para que quando sejam acometidas de contágio, não achem no corpo tantos humores, em que se impregnem; (...). A segunda casta de cura que chamam curativa, que é aquela quando as criaturas estão já assaltadas, se acode com quatro indicações(...). A primeira é, evacuar toda a quantidade dos humores, que pecam,(...)" e assim outras prescrições eram feitas.¹³⁰



Fig. 7- Bacia para sangrias e lancetas. Museu Nacional da História da Medicina Maximiano de Lemos. Faculdade de Medicina do Porto.

¹³⁰ Morão, Rosa & Pimenta. *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, op. cit., p. 91.



Fig. 8- Boião de faiança contendo Pomada de canafistula. Museu dos Biscainhos. Braga, Século XVII, acompanhada de uma seringa de estanho para clísteres. Museu Nacional da História da Medicina Maximiano Lemos. Porto, Século XVIII.

Simão Pinheiro Morão, formado pela Universidade de Coimbra, certamente agia de acordo com os ensinamentos "da medicina científica" de seu tempo, medicina essa que pouco diferia das práticas de outros curadores.

Luís Gomes Ferreira (...), em 1734, no *Erário mineral dividido em doze tratados*, já não fazia uso da sangria terapêutica generalizada, chamando a atenção para os riscos e muitas mortes que vinha causando. Dedicou o Tratado V do *Erário*, "Da rara virtude do óleo de ouro, das muitas enfermidades, para que serve, e observações de curas excelentíssimas, que com ele tem feito assim o autor, como outros professores". Relatando casos de pessoas curadas através deste remédio diz dos usos, no Setecentos, de medicamentos químicos nas Minas Gerais.

Certamente não havia dificuldade em preparar o óleo de ouro nas Minas, mas outras drogas químicas e sais poderiam não ser encontradas nas boticas brasileiras.

O emprego, embora parcimonioso, dos medicamentos químicos na terapêutica metropolitana e colonial, no século XVIII, também esteve diretamente vinculado às

concepções de doença e cura existentes no Reino. Se por um lado havia um galenismo fortemente arraigado na arte de curar, por outro o caráter dogmático, mágico, das práticas e dos rituais de cura, existentes tanto na arte dita erudita, quanto nas populares, fazia do medicamento algo além de uma formulação química.¹³¹

E mais, somente em 1772 com a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, nas palavras de Simões de Carvalho chamada de "código imortal da nossa regeneração científica", a química passara a integrar os currículos dos cursos superiores.¹³² Portanto, somente em fins do século XVIII o curso de medicina contaria com matéria química e experimentos laboratoriais, formando, a partir de então, médicos mais destros nas formulações químicas.

Considerando as possíveis dificuldades encontradas nesse período pelos médicos ao prescreverem, e boticários ao prepararem as ditas medicinas na Corte, de se avaliar aquelas que atormentariam os esculápios na Colônia.

"Manipular" as farmacopéias de D. Caetano e Rodrigues Coelho poderia parecer menos arriscado numa época de tantas mudanças. Não desprezavam os clássicos medicamentos galênicos, mas buscavam aproveitar as novidades terapêuticas químicas. Uma posição moderada, quiçá.

As farmacopéias portuguesas publicadas no Setecentos, como já salientado, foram importantes disseminadoras das novas plantas brasileiras, reveladas aos europeus principalmente pelos indígenas, habitantes das terras do Brasil. No cotidiano da vida colonial os índios se curavam utilizando plantas nativas. Os colonizadores imitavam, experimentavam e estudavam essas plantas divulgando na metrópole as utilidades medicamentosas das novas espécies. Um movimento de idas e vindas. Tal dinâmica implicava em uma ampliação dos saberes sobre plantas medicinais cuja utilização

¹³¹ Os medicamentos secretos, tema do quarto capítulo desta tese, são exemplares para mostrar a racionalidade norteadora das práticas de curar, no século XVIII.

¹³² Primórdios da ciência química. Op. cit., p. 23 e p. 100.

abalizada na metrópole retornava, posteriormente, na forma de livros de matéria médica¹³³ ou farmacopéias, inclusive naquela definida como a oficial do Reino.

O próximo capítulo tratará das experimentações científicas realizadas com a flora do Brasil. Discutirá as expedições e as apropriações de saberes ocorridos na realização da imensa tarefa de classificar, o que vale dizer, ordenar a natureza brasílica, esquematizando-a para torná-la utilizável. Somente a história natural seria capaz de tal tarefa. Tratava-se de decifrá-la, decodificá-la para compreendendo suas leis de funcionamento, torná-la útil ao Reino.

¹³³ Várias obras que não farmacopéias foram escritas no Setecentos por médicos, cirurgiões e práticos acerca da patologia brasílica, epidemias ocorridas, bem como remédios empregados. José Rodrigues de Abreu escreveu *Historiologia médica*; Luís Gomes Ferreira publicou *Erário mineral dividido em doze tratados*; Francisco da Fonseca Henriques é o autor de *Âncora medicinal* e Castro Sarmiento da *Matéria médica*. João Curvo Semedo no *Memorial de vários simplices que da Índia Oriental, da América, e de outras partes do mundo vêm ao nosso reino para remédio de muitas doenças*, referencia muitas plantas do Brasil.

CAPÍTULO II

A NATUREZA DECIFRADA

As expedições científicas vindas para a América portuguesa na segunda metade do século XVIII traziam especialistas na arte de decifrar a pródiga natureza. Egressos dos recém criados cursos da matéria, esses naturalistas trataram então de estudar a natureza a partir dos novos critérios científicos, em voga na Europa setecentista, classificando as plantas pelo sistema proposto, em 1735, pelo botânico Lineu cujas diferenciações estabeleciam-se através do sistema de reprodução das plantas.

Neste movimento de descrição generalizado, primeiramente fez-se a revelação das plantas medicinais, realizada por cronistas, viajantes e colonizadores. Mais tarde, buscou-se classificá-las e esquadrihá-las sob as luzes da ciência. A tarefa coube aos cientistas destacados para estudar e escrever a história natural das terras de além-mar.

Os medicamentos naqueles tempos vinham basicamente da natureza e nossa flora medicinal era rica em espécies exóticas ainda desconhecidas do homem europeu. Cavia melhor conhecê-la para dominá-la, delimitá-la para bem explorá-la economicamente, recomendavam os naturalistas daqueles tempos. E esta foi a decisão metropolitana, tomada em meados do século XVIII, quando então muitos dos saberes sobre essas plantas terapêuticas já se encontravam divulgados no mundo científico europeu. Afinal, havia disseminação dos conhecimentos sobre a América, possibilitando que novos saberes sobre as plantas que curam, apropriados pelos colonizadores e invasores, fossem propagados fugindo muitas vezes ao controle metropolitano.

A ordenação da natureza e o conhecimento das plantas serão os temas deste segundo capítulo, tentando inserir esse movimento não somente na história das ciências e no significado dos achados para a história natural e para a prática médica, mas refletir sobre as implicações de classificar a natureza nessas terras brasileiras.

1. Uma academia brasileira de ciências.

O ensino ilustrado da história natural e a criação das academias científicas européias certamente deram frutos. Em Portugal, expandia-se gradativamente o interesse pelas ciências da natureza. Porém, despertava críticas no Brasil o empenho preponderante da Metrópole pela exploração dos recursos naturais, centrado nos metais e pedras preciosas, relegando a um segundo plano a pródiga flora medicinal brasileira e a possibilidade de desenvolvimento agrícola.

José Henriques Ferreira, filósofo e médico, um dos fundadores da Academia Científica ou Academia de Medicina e História Natural do Rio de Janeiro, assim se manifestava em relação às riquezas naturais do Brasil:

"As preocupações da natureza e da arte ou são de primeira necessidade e estas são as que nos sustentam, nutrem, curam das doenças e vestem, ou da segunda; que nos servem de lucro, divertimento, deleite. De ambas produzem o Brasil com liberalidade se bem que as de primeira necessidade estão esquecidas; e perdidas porque a cobiça arrasa a pós, (sic) das outras os seus habitantes. Cuida-se porventura na agricultura daquele país? Não, o ouro e os diamantes são os atrativos dos seus habitantes, e os despovoadores da gente africana. Seria mais útil, que esta gente empregada em desentranhar a força do trabalho da terra, o ouro e os diamantes se ocupasse na cultura das terras. Que utilidade não tiraríamos da cultura do arroz, dos trigos, dos milhos e de toda a sorte de grãos que ali a natureza sem trabalho produz? Não podemos escusar as manteigas, queijos que as outras nações nos vendem, se ali se promovem estas matérias? A pescaria naquele país estabelecida nos pode subministrar o peixe necessário e escusar-nos o bacalhau de fora, e ali também temos este".¹

E prosseguia alertando para os riscos que corriam os países que privilegiavam a extração de metais nobres e pedras preciosas sem dar a devida atenção à agricultura. Nesse manuscrito², Henriques Ferreira diz ter enviado para a corte uma relação de várias produções naturais que são úteis na medicina e no comércio.

¹ACL. Manuscrito Azul, n. 374. "História do descobrimento da cochonilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheitas e utilidades" de José Henriques Ferreira. Memória n. 30, fl. 341v-342. Século XVIII.

²Esta memória foi anotada e publicada no Brasil, por seu irmão Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Pesquisou-se, entretanto, esse manuscrito no tomo II das memórias que não puderam entrar nas coleções impressas da Academia de Ciências de Lisboa, por não terem sido consideradas aptas. Augusto da Silva Carvalho, médico português que após sua aposentadoria dedicou-se à história da medicina, encontrou a memória na Torre do Tombo, na qual Ferreira esclarece não ser o autor da história da cochonilha mas apenas ter emendado o manuscrito. Ver "As academias científicas do Brasil no século XVIII". *Separata das Memórias da Academia de Ciências de Lisboa (ACL)*. Tomo II, classe de Ciências, 1939.

"A jalapa sobre a qual meu irmão Manoel Joaquim Henriques de Paiva leu na Academia uma dissertação e uma resposta apologética. O mexoação legítimo que em Portugal se compra e falsamente usa por ele pela ignorância da maior parte dos boticários, a raiz de norça negra como na mesma Academia demonstrou meu pai Antônio Ribeiro de Paiva. A salsaparrilha do Maranhão e Honduras, a resina Elemi, a goma Anime, a de peixe, o incenso, a canafistula, o archiote tinta excelente. A goma de cajú, a raiz da China, os tamarindos, o azougue e vários purgantes benignos e outros drásticos de que há abundância, assim como de outros gêneros que estamos comprando e não tive resposta nem determinação alguma sobre isto".³

Ferreira⁴ não era o único cientista no século XVIII com esta preocupação, e seus registros denotam o pensamento de uma geração de ilustrados que começava a se formar, cujas atenções à natureza estimulavam ações oficiais da Coroa.⁵

É emblemática a fundação, sob os auspícios do Vice-rei, Marquês do Lavradio, da Academia das Ciências e da História Natural do Rio de Janeiro, ligada à Academia Real das Ciências da Suécia. Sua primeira reunião realizou-se em 18 de fevereiro de 1772, alguns anos antes da criação da Academia das Ciências de Lisboa. Nove acadêmicos participaram desta reunião: dois médicos, quatro cirurgiões, dois boticários e um "curioso de agricultura".⁶ O boticário Antonio Ribeiro de Paiva, diretor de História Natural na Academia e pai de Henriques Ferreira, falou na solenidade sobre "todos os ramos desta vastíssima ciência, e em particular sobre o da Botânica, e do proveito que no Brasil se podia tirar de sua cultura".⁷

Augusto da Silva Carvalho inseriu a Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, e Farmacêutica, "por vezes designada Sociedade de História Natural do Rio de

³ ACL. Manuscrito Azul, n. 374. Memória n. 30, fl. 345, citado anteriormente.

⁴ Ferreira foi médico do Vice-rei Marquês de Lavradio, depois nomeado primeiro médico do Hospital Real.

⁵ As idéias sobre a importância dos estudos de história natural para a medicina e a agricultura professadas por Antonio Ribeiro Sanches desde 1759 no livro *Introdução ao método de estudar e aprender a medicina* haviam por fim chegado a Portugal. Maria Odila da Silva Dias. "Aspectos da ilustração no Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), vol. 278, p. 109. Robert Lenoble. *História da idéia de natureza*. Lisboa, Ed. 70, s. d., p. 262. Lenoble menciona que no século XVII, sábios e filósofos encontravam-se de acordo "ao afirmar que a Natureza é uma máquina e que a ciência é a técnica de exploração desta máquina".

⁶ Os primeiros sócios foram: Gonçalo José Muzzi e Antônio Freire Ribeiro (médicos); Maurício da Costa, Idelfonso José da Costa Abreu, Antônio Mestre e Luiz Borges Salgado (cirurgiões); Antônio Ribeiro Paiva e Manoel Joaquim Henriques de Paiva (boticários) e o curioso de agricultura, Antônio José Castrioto. "Sumário da história do descobrimento da cochoilha no Brasil, e das observações, que sobre ela fez no Rio de Janeiro o Dr. José Henriques Ferreira, médico do Vice-rei o Marques de Lavradio". *O Patriota*, n. 1. (terceira subscrição), 1814, p. 3.

⁷ Idem, p. 4.

Janeiro",⁸ no conjunto das associações literárias, tão em voga no Portugal do Setecentos. Segundo ele, a moda também se fizera presente no Brasil, tendo sido criadas várias academias: dos Esquecidos (1724-1725), na Bahia; dos Felizes (1736-1740), no Rio de Janeiro; dos Seletos (1752), no Rio de Janeiro e dos Renascidos (1759)⁹, na Bahia. Alguns membros dessas academias interessavam-se pela história natural, desenvolvendo seus trabalhos na área.

Entretanto, a Academia de Medicina e História Natural tratava de ciências e não de literatura, como advoga o médico-historiador. As atividades desenvolvidas seriam a maior prova do caráter da entidade. As sessões ocorriam às quinta-feiras na sede da Academia e, aos sábados, no posto botânico que se estabelecera próximo ao Colégio dos Jesuítas. Nessas reuniões eram "apresentadas dissertações eruditas, as notícias de várias descobertas que interessavam ao estudo da História Natural e propostos alvitre para o progresso da agricultura, indústria e comércio".¹⁰ O empenho de seus membros na busca de uma atualização constante de conhecimentos ensejava trocas de correspondências, como por exemplo a de José Henriques Ferreira, fundador da Academia, com Antonio Nunes Ribeiro Sanches¹¹, assinalada em uma memória sobre a cochonilha: "Transcreverei para aqui alguns capítulos de uma carta que me escreveu de Paris o Dr. Antonio Ribeiro Sanches em resposta de outra em que lhe dava notícia da Academia que aqui tinha procurado estabelecer, e de outras matérias e produções deste país".¹² Ribeiro Sanches revelava, no *Método para aprender a estudar a medicina* (1763), conhecer a coleção do naturalista Hans Sloane. Interessado em história natural, correspondia-se com padres jesuítas situados em vários pontos do Império português. D. Francisco d'Almeida, principal da Igreja patriarcal de Lisboa, enviara-lhe, em 1738, uma carta listando substâncias medicinais vindas do Brasil, documento hoje encontrado na Biblioteca da

⁸ Augusto da Silva Carvalho. "As academias científicas do Brasil no Século XVIII", op. cit., pp. 1-3.

⁹ Pretendiam escrever a História Filosófica do Brasil e para tanto formaram comissões permanentes para estudar agricultura e história natural dos três reinos. Trataram do salitre, planta sensitiva, peixe agulha, cochonilha, bicho da seda, embora sem sucesso. Augusto da Silva Carvalho. op. cit., p. 4.

¹⁰ Augusto da Silva Carvalho, op. cit., p. 5.

¹¹ Ribeiro Sanches foi médico, discípulo de Boerhaave em Leyde, depois foi para a Rússia onde distinguiu-se como médico e administrador. Suas idéias tiveram repercussão na reforma da Universidade de Coimbra em 1772, embora à distância, pois era filho de cristãos-novos. Maximiliano Lemos. *Ribeiro Sanches, a sua vida e a sua obra*. Porto, Tavares Martins, 1911.

¹² ACL. Manuscrito Azul, n. 374, op. cit.

Escola de Medicina de Paris. Correspondia-se também com o irmão de Henriques Ferreira, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, que viera para o Brasil com seu pai, o boticário Antonio Ribeiro de Paiva, em 1769.¹³

O contato de Ribeiro Sanches com os Henriques de Paiva deveria proporcionar apoio e subsídios aos avançados empreendimentos de história natural propostos e endossados pelo Marquês de Lavradio, outro ilustrado com conhecimentos e interesse na matéria.¹⁴ A Academia e o horto botânico¹⁵, projetos pioneiros em se tratando do Brasil, estimulavam duras críticas à metrópole concernentes ao desenvolvimento da história natural no Reino.

Ribeiro Sanches escrevia,

"haver-se formado essa Academia por insinuação de vmce. e estabelecer-se pela inteligente proteção do Exmo. Sr. Marquês do Lavradio acho de maior consequência para a utilidade do comércio do Reino, se em Lisboa quizerem entrar no gênio das nações que pensam a sua conservação e aumento, do que até agora estamos muito atrasados. Os castelhanos que não têm os olhos mais perspicazes que nós souberam fazer dos produtos da História natural da sua América negócio de muito rendimento para eles e de muita utilidade para a Europa. Tiveram a habilidade de fazer entrar no comércio a cochonilha, a quina, a jalapa, a contra-erva, os bálsamos, a cevadilha, (...). Nós tão desasados desde duzentos anos não tivemos habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, a casca barbatimão, a almeçaga e outras mil raízes, frutos e cascas que podem servir na medicina e nas artes tintas. E admiro-me como o óleo de copaiba e a ipecacuanha chegaram a ser conhecidas devemos aos *quondam* jesuítas".¹⁶

Prosseguia elencando outros produtos das colônias africanas, também não explorados, e censurando a falta de empenho em conhecer os remédios naturais usados pelos nativos; acrescenta que "sem fazer avanços e sem gastar jamais haverá, nem ciências, nem artes, nem comércio, nem estado civil".

¹³ Maximiliano Lemos, op. cit.

¹⁴ A política de fomento adotada pelo Marquês de Lavradio não se sustentaria sem a existência da Sociedade Científica, segundo Arno Wehling. "O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações". *RIHGB*, vol. 316, 1977, p. 240.

¹⁵ "Terá a Academia um horto botânico para nele se tratarem, e recolherem todas as plantas notáveis, e terá cada acadêmico obrigação de o ir ver para observar a diferença e crescimento delas. Haverá alguns coletores, os quais serão encarregados do horto botânico: haverá também alguns acadêmicos desenhadores de plantas". Estatutos da Academia Fluminense, Médico-Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica. Apud Augusto da Silva Carvalho, op. cit., p. 7.

¹⁶ ACL. Manuscrito azul, n. 374. Mem. 30, op. cit., fl. 342-343v.

Sanches referiu-se ao Brasil na memória intitulada *Considerações sobre o governo do Brasil desde o seu estabelecimento até o presente tempo* (1777), na qual também abordou o descaso com que Portugal tratava a agricultura e a indústria nesta parte do Reino, ocupando-se somente do "ouro e da prata que foram alimentar indústrias de outros países". Na sua ótica, no Brasil não se deveriam estabelecer "monopólios, privilégios, contrato de tabaco, companhias, estanques (estancos), dízimos eclesiásticos, bens de raiz eclesiásticos", contrariando, portanto, a forma de gerência colonial existente.¹⁷ Essas idéias certamente eram motivo de discussão nas correspondências trocadas entre Sanches e seus parentes. A ilustração professada por um dos grandes inspiradores do iluminismo português chegava em terras brasileiras sem a intermediação metropolitana.

Antonio Ribeiro de Paiva já dirigira severas críticas a Portugal no discurso de inauguração da Academia. Proclamando a ignorância botânica da metrópole, denunciava a falta e imperícia de mestres e a dificuldade em se adquirir livros sobre a matéria. Os poucos existentes eram em latim, idioma pouco dominado por boticários. O atraso português nas atividades farmacêuticas também era criticado pela ausência de ensino e prática deficiente¹⁸, pelo diretor de farmácia da academia, Manoel Joaquim Henriques de Paiva.

Os acadêmicos pareciam firmes no propósito de incrementar os estudos botânicos, e através deles, a medicina, a farmácia e a agricultura. No próprio Estatuto da Academia fizeram constar instruções de como se proceder no tratamento das espécies. E, em relação aos acadêmicos nomeados de outras terras, como Bahia, Minas, Colônia, Santa Catarina etc. determinava a obrigação de "comunicarem as notícias e observações notáveis do país, remetendo plantas, pedras, animais, excrescências, fungos, sementes e todas as cousas pertencentes aos três reinos, declarando os nomes, virtudes, sítios e descrevendo-as com todas as propriedades, e podendo remeter algumas plantas em cascões com terra: serão também obrigados a responderem às censuras e pareceres que se lhes pedirem nas dúvidas ocorrentes". Um dos acadêmicos estava encarregado de

¹⁷ Maximiliano Lemos, op. cit., p. 187.

¹⁸ Estatutos da Academia, op.cit., p. 7.

"adquirir notícias dos autores antigos e modernos" relacionados às matérias tratadas, devendo saber latim, espanhol, francês, italiano, inglês e ser "professor ou curioso de algumas das belas letras".¹⁹

A memória intitulada "História dos reinos vegetal, animal e mineral do Brasil, pertencente à medicina" de autoria do médico Francisco Antônio Sampaio, partidista do Hospital de São João de Deus da Vila da Cachoeira, apesar de ter ficado pronta somente em 1782, constituiu certamente seu esforço em caracterizar a flora da Bahia, atendendo às solicitações da academia brasileira.²⁰

A existência de um horto botânico evidenciava-se pelas ações desenvolvidas. As experiências feitas com a cochonilha relatadas por Henriques Ferreira mostram que, de fato, havia um horto botânico e que ali eram semeadas as espécies vindas de "outros terrenos", como a cochonilha²¹ encontrada na Ilha de Santa Catarina e transportada em caixões para o Rio de Janeiro. Maurício da Costa, cirurgião-mor do I Regimento da Praça do Rio de Janeiro, viria a conhecer a cochonilha, quando da demarcação das Américas portuguesa e espanhola, durante o governo de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela. Achava-se o médico no "continente do Rio Grande de São Pedro", em companhia de um castelhano que, reconhecendo a cochonilha, lhe mostrou. Após buscas incessantes, encontrou-se cochonilha também no Rio de Janeiro e Bahia, tendo o Vice-rei enviado exemplares para a Corte. A discussão que se travara então a respeito da cochonilha, quando após estudos comparados Henriques Ferreira concluíra pela classificação da cochonilha em uma ordem diferente daquela na qual a inserira Lineu²², atestam o caráter científico das reuniões, que ocorriam anteriormente à fundação de Academia das Ciências de Lisboa.

O horto botânico ao que parece foi motivo de orgulho do Marquês de Lavradio, sempre disposto a citá-lo. No relatório entregue ao seu sucessor Luís de Vasconcellos e

¹⁹ Estatutos da Academia, op. cit., p. 8.

²⁰ Francisco Antônio de Sampaio. "História dos reinos vegetal, animal, e mineral do Brasil, pertencentes à medicina". *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 89, 1969.

²¹ A cochonilha, o anil e o linho encontravam-se valorizados na época, uma vez que eram empregadas como matéria prima para a indústria. Pombal buscava o desenvolvimento destas culturas para obtê-las por menor custo, substituindo importações e abrindo outras possibilidades de consumo. Ver Arno Wehling, op. cit., p. 238.

²² ACL. Manuscrito azul, n. 374. Memória n. 30, op. cit., fl. 320-339.

Sousa, o Marquês menciona o interesse pela plantação das mudas do arbusto que alimentava a cochonilha e que garantiriam seu desenvolvimento dizendo:

"conservei do mesmo arbusto bastantes (sic) pés em um horto botânico que aqui estabeleci, e de que se acha encarregado, e com inspeção dele Joaquim José Henriques de Paiva (sic), para dali se poderem ir tirando plantas, e se darem a diferentes pessoas; (...)".²³

As investidas do Marquês realizavam-se em perfeita sintonia com o ideário dos acadêmicos e com as necessidades do Reino.²⁴ Prova disto são as "Memórias de História Natural, de agricultura, artes e medicina", lidas na Academia Real das Ciências por Manoel Joaquim Henriques de Paiva, publicadas em Lisboa, no ano de 1790. Tratando de várias plantas refere-se, principalmente, àquelas que estudou no Brasil: a jalapa, a fava purgativa ou feijão peruviano- chamado também mucuná, e a guaxima²⁵ (estudada pelo irmão, mas com classificação de gênero e espécie, feita por ele).²⁶

O mucuná descrito como um gênero novo ganhou a designação *Lavradio*²⁷.

"em memória do Exmo, Marquês de Lavradio, criador de uma Academia de Ciências, que viu florescer de baixo do seu patrocínio, e fez dar em breve tempo passos agigantados, franqueando aos sócios, em cujo número entrava eu, para nele trabalhar, um jardim botânico, gente e instrumentos; honrando-nos, e animando muito os nossos estudos (...). Não é este um remédio recomendado, e usado somente pelos bárbaros do Brasil, e da Guiana mas já também pelos médicos e cirurgiões estabelecidos neste país, que o têm feito conhecer à Europa. (...) As sementes em pó ou botadas de molho em vinho, e água purgam por cima, e por baixo, e delas usam os caboclos do Brasil, e os negros em muitas enfermidades, quando intentam vomitar, ou purgar. A penugem que cobre a base, e a que vulgarmente chamam pós da Índia, misturada com qualquer xarope em forma de electuário é de comprovada eficácia para destruir e matar as lombrigas (...)".²⁸

²³ "Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-rei do Rio de Janeiro entregando o governo a Luís de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu". *RIHGB*, tomo IV, 1863.

²⁴ A política pombalina esta exemplarmente estudada por Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

²⁵ O Marquês de Lavradio juntamente com José Henriques Ferreira e João Hopman (empresário holandês) tentavam substituir o linho de Riga pela guaxima. Ver Arno Wehling, op. cit., p. 241. Hopman foi designado por Lavradio como "inspetor de novas plantações e fazendas" para promover culturas que ainda não faziam parte da agenda de produtos exportáveis para a Metrópole. Consultar Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 133.

²⁶ Manoel Joaquim Henriques de Paiva. *Memórias de História natural, química, de agricultura, artes, e medicina*: lidas na Academia de Ciências de Lisboa. Tomo I, 1790, p. 54.

²⁷ A descrição do macuná, designada Lavradio, pode também ser consultada em manuscrito: ACL Manuscrito azul, n. 324.

²⁸ ACL. *Memórias de história natural*, op. cit., p. 61.

Quanto à jalapa ou "batata de purga, segundo os naturais", após muitas observações e dúvidas pediu auxílio aos médicos e cirurgiões do Brasil, e particularmente aos membros da academia brasílica, para que observassem os efeitos de três raízes encontradas. Dos resultados das observações e análises químicas realizadas, apresentou um "Discurso analítico na sessão de 6 de abril de 1772". Discutida e aprovada a memória, comunicou-a aos boticários da cidade do Rio de Janeiro e muitos do Reino, que não acreditavam existir uma jalapa brasileira. A conhecida até então era proveniente do México. Após mais estudos, provas e aval da academia, descobriu o médico, "que já aos jesuítas era isto conhecido; pois que a cultivavam e vendiam ocultamente a sua raiz, e resina debaixo do nome de jalapa do México, do que facilmente me persuadi, porque em todas as suas possessões, e ainda mesmo na sua cerca do Rio de Janeiro se acham em abundância estas plantas".²⁹

Importava-se a jalapa "dos espanhóis", como a "verdadeira", quando ela existia no Brasil. O médico-naturalista dizia ser necessário valorizar as próprias riquezas e atentar para o que diziam homens probos como Lineu: "Se os portugueses conhecessem os bens, que entre eles depositou a natureza, quão infelizes seriam todos os outros, que não possuem terras exóticas!"³⁰

O relatório do Marquês de Lavradio ao seu sucessor também é bastante enfático em mostrar como seu governo não mediu esforços para incentivar a cultura de produtos considerados estratégicos de serem desenvolvidos, mesmo que para isto precisasse ativar a cobiça dos lavradores. O anil, a guaxima (produtora de linho), o cânhamo, a cochonilha, dentre outros foram altamente estimulados a serem plantados e vendidos ao Reino. O anil, por exemplo, quando entregue pelos lavradores aos armazéns da Provedoria da Fazenda era pago à vista, os comerciantes vinham comprando "avultadíssimas porções, além do que alguns lavradores tem feito carregar por sua própria conta".³¹ Todas as culturas contavam com o apoio da Academia Científica que não deixava de divulgar seus estudos a respeito de cada uma delas. Assim ambos, produtos agrícolas e plantas medicinais, mereciam destacado cuidado.

²⁹ Ibidem, p. 50. Cerca significa cercanias.

³⁰ Idem, ibidem, p. 52.

³¹ "Relatório...", op.cit., p. 470.

Entretanto, a Academia Médico, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica do Rio de Janeiro, nossa Academia Científica, é pouco discutida na historiografia colonial³², podendo acontecer, como na memória de Augusto da Silva Carvalho, de aludir-se a ela como sociedade literária.³³ Se por um lado poder-se-ia levantar a hipótese de que se buscava amenizar o impacto de ocorrer no Brasil, e não na metrópole, o registro de fundação da primeira academia de ciências em território português, por outro dever-se-ia considerar que aqui estavam localizadas as riquezas naturais a explorar. Com o espetáculo da natureza diante dos olhos, os homens de ciência punham-se a decodificá-la e experimentá-la *in loco*. As discussões e ações empreendidas pela Academia do Rio de Janeiro ocorriam concomitantemente com a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra- considerados o marco inicial dos estudos de história natural no Reino. O desenvolvimento da prática agrícola e o incremento do estudo das plantas medicinais brasileiras, via Academia Científica, objetivava torná-las conhecidas, úteis e rentáveis no mundo europeu. Idéias ilustradas deram o tom às atividades dos nossos acadêmicos.³⁴

2. Culto à ciência das plantas.

Explorar cientificamente a flora ultramarina das colônias ter-se-ia tornado comum no universo europeu em fins do século XVII. Não se deve esquecer o impulso que as academias científicas deram a esses empreendimentos. Rômulo de Carvalho, assim se refere aos esforços dispendidos pelos cientistas frente à necessidade em trocarem experiências e idéias acerca das interrogações que se faziam sobre a natureza: "É o

³² Mencionam a Academia Científica do Rio de Janeiro: Francisco Adolfo de Varnhagen (*História geral do Brasil*, tomo IV); Lycurgo Santos Filho (*História geral da medicina brasileira*, vol. 1); Fernando de Azevedo (*A cultura brasileira*), Maria Odila da Silva Dias ("Aspectos da ilustração no Brasil"); Fernando Novais (*Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777-1808*); Bella Herson ("Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira"); dentre outros.

³³ A Sociedade Literária, constituída na administração do Vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, também abarcou os estudos de história natural, porém considerável parte de seus trabalhos trataram de saúde pública, discutindo a higiene da cidade do Rio de Janeiro e as principais doenças.

³⁴ O estudo da interessante trajetória de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, filho do cristão-novo e também fundador da nossa Academia Científica Antônio Ribeiro de Paiva, certamente é uma das pistas para o entendimento do caráter da ilustração dessa instituição científica. Henriques de Paiva está incluído no meu próximo projeto de pesquisa.

século de Galileu, de Descartes, de Huygens, de Leibniz, de Boyle, de Hooke, de Fermat, e de tantos outros, que dão à ciência uma dimensão social que até aí não tivera. Começa a entender-se a investigação científica como motor de progresso material e não como apoio de subtis jogos dialécticos".³⁵

Várias academias científicas, no Seiscentos, foram criadas com tais objetivos. Dentre elas destacar-se-iam: Collegium Naturae Curiosum, na Alemanha- Schweinfurt (1651); Accademia del Cimento, em Florença (1657); Royal Society, em Londres (1660); Académie des Sciences, em Paris (1666). Em suas sessões liam-se os trabalhos produzidos pelos cientistas; em seguida debatiam-se exaustivamente os temas apresentados, após o que publicavam-se essas memórias em periódicos como, por exemplo, no *Philosophical Transactions* (Royal Society) ou no *Journal de Savants* (Académie des Sciences). Essas academias eram "congregações do saber" e nelas encontravam-se os homens "notáveis" prontos a auxiliarem os governos em questões de ciência e técnica, assim como na economia, meteorologia, solos, climas, faunas, floras, etc.³⁶

Em Portugal, a novidade científica chegaria no Setecentos. A Academia das Ciências de Lisboa realizou sua primeira reunião em 16 de janeiro de 1780, em uma sala do Palácio das Necessidades, sob a presidência do Duque de Lafões- título obtido por D. João Carlos de Bragança- em seu retorno a Portugal, depois da morte de D. José I.³⁷

Enfatizando esse hiato de um século de descompasso português em relação à Europa acadêmica atentemos para o registro de Antônio Sérgio "é pouco dizer que não progredimos. Temos que confessar que viemos para trás; temos que declarar que tudo morreu. Nada passou do espírito científico para o século XVII português; pelo contrário, aqui é peripatético e medieval".³⁸ Seguindo as pegadas de Verney e Ribeiro Sanches, dois dos grandes inspiradores do iluminismo científico português, Sérgio não parece muito precipitado no diagnóstico realizado. A escolástica ainda marcava época em terras

³⁵ Rômulo de Carvalho. *A actividade pedagógica da Academia de Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981, p. 10.

³⁶ Rômulo de Carvalho. *A actividade pedagógica da Academia...* op. cit., p. 11.

³⁷ Idem, ibidem, p. 13

³⁸ Sérgio Antônio. "O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal". *Ensaio*. Lisboa, s. e., 1928, p. 41.

portuguesas. Os peripatéticos davam o tom do discurso científico, levando Verney, a afirmar que

"não devemos querer que a natureza se componha segundo as nossas idéias; mas devemos acomodar as nossas idéias aos efeitos que observamos na natureza. Este é o grande defeito do Peripato: preocupados com a sua Matéria, Forma e Privação, julgam que são capazes de disputarem em toda a matéria. Crêem poder explicar tudo com aquelas expressões, e tudo embrulham com elas".³⁹

Ademais, referindo-se à Universidade de Coimbra, Joaquim Ferreira no prefácio de outra das tantas impressões do *Verdadeiro método de estudar* de Luís Antônio Verney comenta as observações feitas por D. Francisco de Lemos, reitor nomeado pelo Marquês de Pombal para a reforma da Universidade: "os lentes não liam, e os estudantes não frequentavam as aulas... Assim via-se as aulas desertas".⁴⁰ Francis Bacon não conseguira "destronar" a escolástica, a Universidade ainda alimentava-se dos

"comentários árabes de Avicena e Averrhoes, e das adaptações de S. Tomaz de Aquino, os exegetas da escola afogaram sob mares de postilas (sic) os textos de Aristóteles.(...) Cortejava-se Aristóteles como semi-deus dos conhecimentos humanos. Não o liam para atualizá-lo, ou com fito de descortinar nele a verdade e excluir dele o erro. Liam-no passivamente, na inacção de um proselitismo fanático. Deste modo, as décadas rolavam umas atrás das outras, e o progresso não vinha das línguas agrilhoadas".⁴¹

Porém nas "Estratégias de interiorização da disciplina", Antônio Camões Gouveia percebe que houve mudanças na escolástica lusa através de tentativas de "rejuvenescimento" - um saber que se recriava humanizando-se para se manter em pleno Setecentos.

"Por entre os fios apertados da teia escolástica introduziam-se, sobretudo a partir das primeiras décadas do Setecentos, outros coloridos e formas que, não a pondo em causa, reduziram a sua dimensão absoluta e obrigaram a medidas preventivas de defesa.

Em 1713-1714 é publicado o *Cursus philosophicus conimbricensis*, do padre Antônio Cordeiro, onde este reúne as suas lições esboçadas entre 1676 e 1680. A obra

³⁹ Luís Antônio Verney. *Verdadeiro método de estudar*. Vol. III da edição organizada pelo prof. Antônio Salgado Júnior. Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1950, pp. 190-1.

⁴⁰ Luís Antônio Verney. *Verdadeiro método de estudar*. Prefácio e notas de Joaquim Ferreira. Porto, Domingos Barreira Ed., s. d.

⁴¹ Idem, ibidem, prefácio, pp. 34-5.

(...) introduz afirmações de compromisso com o mundo do atomismo, lido indirectamente em Descartes e Gassendo através de Fabri".⁴²

Após a publicação do curso, Antônio Cordeiro precisou retratar-se mas sua hipótese estava posta. As inovações contudo introduziam-se lentamente, dentro "da formação de uma corrente de idéias visceralmente hostil ao provincianismo cultural e político ao império da escolástica e ao terrorismo inquisitorial"⁴³. Com a educação comandada basicamente pelo poder jesuítico os estudos científicos pareciam fadados a permanecer atrelados às velhas escolas. Afinal, o clero, como afirma Francisco J. C. Falcon, constitui o primeiro "braço" ou ordem do estado português no século XVIII.⁴⁴ Além disso, as acusações de heresia intimidavam as manifestações científicas racionais em voga na Europa. Não houve sequer aquela disputa entre "antigos" e "modernos", pois esses eram taxados a proiri como "estrangeirados", ou "impuros de idéias". "A passagem da transcendência à imanência simplesmente não ocorreu, ⁴⁵(...). Para comprovar essa afirmação, nada melhor talvez do que a própria fixação da escola conimbricense na perspectiva da teologia, o completo repúdio a tudo que se associasse ao avanço do espírito matemático e natural, isto é, a uma outra verdade, distinta, não subordinada à revelada. E assim permaneceu o quadro geral, salvo raras excessões, até Verney".⁴⁶

A Academia viera portanto na expectativa de mudar tão soturno quadro. Ultrapassara-se a fase do "dar a ver", do revelar a natureza criada por Deus. Os novos ventos científicos sopravam na direção da secularização da ciência; da emancipação da tutela da teologia e da metafísica. "A Academia Real das Ciências de Lisboa se propunha

⁴² José Mattoso. *História de Portugal. O antigo regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa, Estampa, s. d., p. 426.

⁴³ Francisco J. C. Falcon. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1993, p. 204.

⁴⁴ A Igreja "tinha em suas mãos: a escola e, por conseguinte, a educação formal em seus sucessivos níveis, das primeiras letras à Universidade; a família, orientando-lhe os membros, presidindo aos atos essenciais da vida individual e coletiva; a informação, como a chamariamos hoje, isto é, a impressão e circulação de material bibliográfico e, direta ou indirectamente, as manifestações mais gerais da cultura: teatro, artes em geral, filosofia, letras." Ibidem, p. 423. O clero mantinha organização e justiça próprias, isenção do fisco e do serviço militar, baseando-se no direito canônico. A renda auferida através das dizimas ou doações era totalmente discrepante da renda nacional. O poder sobre terras e cidades fosse sob a forma de propriedades eclesiásticas, fosse como senhorios equivalia a 1/3, em Portugal. Ibidem, p.181.

⁴⁵ Idem, ibidem, pp. 8-9. O historiador diz que a "antiga visão finalista, teleológica, típica de um universo mental dominado pela revelação, monopólio de um setor privilegiado da sociedade -o eclesiástico- cede pouco a pouco terreno diante do naturalismo, da imanência". Uma nova visão de mundo marcaria a Ilustração setecentista: terrena, humana, natural e racional.

⁴⁶ Idem, ibidem, p.152-3.

a realizar um amplo movimento intelectual que alavancasse o Estado luso e sua economia, além de instruir o povo, retirando os portugueses de um isolamento filosófico, pedagógico e científico de séculos".⁴⁷

Correia da Serra, naturalista português, formado na Itália e um dos mais conceituados fundadores da Academia de Ciências de Lisboa, assim define a importância da história natural e sua utilidade na exploração nos domínios portugueses, afirmando:

"O primeiro passo de uma nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A história natural é a ciência que tais luzes pode dar (...). Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitá-lo; escolher no sistema de variedade das produções da natureza, espalhados por outras terras, novas plantas, animais, e culturas análogas aos climas, e terrenos que os portugueses habitam (...)".⁴⁸

Assim, esforços não foram medidos para criar na Academia de Ciências, um Gabinete de História Natural reunindo exemplares de animais, vegetais e minerais. Os Gabinetes de História Natural, no século XVIII, tinham várias funções. O verbete "histoire naturelle" de *L'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, de Diderot e D'Alembert, a "Bíblia da Ilustração", é muito esclarecedor, ao afirmar serem os gabinetes, os lugares que poderiam juntar produções naturais de todas as partes do mundo. Funcionariam como um compêndio resumido da natureza, no qual via-se ao mesmo tempo as raízes, as folhas, as flores, as frutas e as sementes das plantas. Neles qualquer um seria animado do desejo de instruir-se, e assim sentir-se feliz de viver em um século tão favorável à ciência envolvendo-se por um novo entusiasmo pela história da natureza. Ali aprendia-se as primeiras noções desta ciência mas não se adquiria o conhecimento completo, porque não se observava a natureza viva, mas representações de plantas e animais vivos. Neles os naturalistas vêem um esquema da natureza que lhes indicará o objeto de suas pesquisas. Uma vez escolhido o objeto, poderão então procurar em livros especializados a descrição e a história antes de buscá-

⁴⁷ Oswaldo Munteal Filho. "Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)". Dissertação de mestrado, Departamento de História (PUC-RJ), 1993, pp. 183-4.

⁴⁸ Correia da Serra. *Memórias econômicas para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I, 1789, p. III.

lo na natureza viva, o que lhes facilitará uma primeira observação, diziam os enciclopedistas.

"Após observar alguns objetos por inteiro e no lugar que lhe é próprio, é preciso reconsultar os livros e ler uma segunda vez, os artigos que dizem respeito às coisas observadas; nessa segunda leitura será possível entender o verdadeiro sentido do que pareceria obscuro ou equivocado. Em seguida, voltando ao gabinete, adquire-se novas luzes sobre a mesma coisa, se pode vê-los aí presente ou preparados de maneira a perceber as qualidades que não são aparentes no estado natural e no lugar de origem. Enfim, é o lugar que se faz necessário frequentar de preferência seguidas vezes para ver a mesma coisa em tempos diferentes, sob diferentes aspectos e com olhares diversos, relativamente ao objeto estudado e àquelas que ali são misturadas, ou que o estão envolvendo".⁴⁹

Ainda segundo o verbete, os principais fatos da história natural são estabelecidos pelas relações que as coisas têm entre si, entre as diferenças e as semelhanças que se encontram entre as produções da natureza. O naturalista deve compará-los uns aos outros observando suas propriedades e sua conformação ora afastando-os, ora aproximando-os, para reconhecer a substância, a forma essencial e a característica de cada ser material. Ele não pode entender o seu objeto sem fazer as combinações longas e difíceis, que serão sempre falíveis se não fizer entrar como elementos todas as ligações que uma produção da natureza tem com todas as outras produções. Estas combinações são objeto de meditação dos naturalistas, e determinam o método particular com que cada autor se inscreve na composição de seus livros e a ordem que ele segue para organizar um gabinete de história natural.⁵⁰

A transcrição foi necessária para mostrar como a constituição dos gabinetes de história natural, seu funcionamento e usos ultrapassavam uma mera forma de abordagem e de estudo e ofereciam uma metodologia de trabalho para pesquisar a natureza. Os gabinetes ensinavam como apropriar-se do método científico para a descrição, classificação e construção do conhecimento em história natural. Contribuíam, assim, para os estudos das ciências da natureza, matemática, física, química, medicina, em todas suas

⁴⁹ Diderot et D'Alembert. *L'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Tome huitième. Neuf Chastel, Samuel Faulche & Cia, 1765, p. 228. Tradução livre feita por mim.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 229.

divisões. Como argumentava Foucault, "o gabinete de história natural e o jardim tal como são organizados na idade clássica, substituem o desfile circular do 'mostruário' pela exposição das coisas em 'quadro'. O que se esgueirou entre esses teatros e esse catálogo não foi o desejo de saber, mas um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. Uma nova maneira de fazer a história".⁵¹

Para conhecer as terras do imenso Império português, e delas "aproveitar as vantagens", os naturalistas reunidos na Academia das Ciências criavam instrumentos que permitiam a apropriação das riquezas naturais existentes naqueles domínios.

Assim, um folheto denominado "Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza, para formar um museu nacional" foi enviado aos investigadores no país e ultramar com o objetivo de lhes ensinar o melhor modo de colher, embalar e enviar esses exemplares para Lisboa, podendo assim ficar expostos no Gabinete de História Natural.⁵²

O procedimento para o envio de produtos da natureza está descrito, nas "Breves instruções", no parágrafo relativo às "notícias pertencentes à história natural". Com a criação do museu, pretendia-se abrigar o que havia de mais notável e curioso no terreno, além das descrições dos "costumes dos povos que o habitam". Exemplares da natureza deveriam ser expedidos em caixotes acompanhados de uma relação exata das "coisas", "supondo que cada uma das espécies vem acomodadas separadamente, e distintas com números diversos, na relação debaixo dos mesmos números respectivos se declarará: 1) o nome tanto indígena, como estrangeiro da dita espécie, e o nome com que se costumam distinguir os naturalistas; 2) notar-se-ão todas as suas qualidades mais atendíveis, e particularmente as menos conhecidas".⁵³

Provenientes da Bahia caixotes repletos de substâncias vegetais tentavam cumprir as determinações acadêmicas. Uma "relação das plantas e árvores indígenas"

⁵¹ Michel Foucault. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987, p. 145.

⁵² ACL. *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza, para formar um Museu Nacional*. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1781.

⁵³ Breves instruções, op. cit., pp. 38-9.

acompanhava-os identificando as plantas por letras, ao invés de numerá-las, da forma seguinte:

"L. A- contém três plantas da mesma espécie: Pentadria Homoginia-Solanum Juribiba

Virtude- antiflogística, denubiente, aperitiva.

Fruto- é uma baga. Recomenda-se nas moléstias do peito e tísicas que principiam. Comem-se dez ou doze bagos de manhã.

Folhas- as folhas pisadas aplicam-se com vantagem sobre as úlceras de mau-caráter.

Raiz- a decocção tomada interiormente é um excelente remédio para as obstruções do fígado, gonorréias, inflamação da próstata, ardor das urinas e moléstias dos rins e bexiga".

Apresentada toda a relação enviada, começava a descrição de cada uma, em separado. Como constava na carta que acompanhava essa remessa, em 28 de maio de 1797, o trabalho de preparação e descrição das "amostras" enviadas havia sido feito pelo sobrinho do Desembargador João Ferreira Bittencourt e Sá, Inácio Ferreira da Câmara, que residia nesta cidade. "Tinha bastante conhecimento de História natural e da Botânica, uma das partes que ela se compõem e que me parecia indispensável que S. Majestade lhe mandasse assistir com a pensão anual de seiscentos mil-réis, pouco mais ou menos, para ser encarregado de escolher, escrever e de dispor as plantas que daqui se hão de remeter e fazer tudo o mais que for necessário a este respeito e não se distrair tanto com a arte de medicina que exercita e de que unicamente subsiste".⁵⁴

Em função dos requisitos solicitados, muitas dificuldades deveriam acompanhar a confecção das listas que seriam enviadas para o Reino. Classificar taxonomicamente as plantas, nos tempos em que essas correspondências eram encaminhadas à metrópole, era tarefa que demandava um grau de conhecimento botânico que poucos detinham. Somente quando havia alguém com capacitação para realizá-la, tal exigência era totalmente cumprida. Tanto era assim, que para suprir as demandas logo foi nomeado o médico Inácio Ferreira da Câmara como diretor do Jardim Botânico, que na Bahia "haveria de se estabelecer", como atesta correspondência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 03 de março de 1800.⁵⁵

⁵⁴ Braz do Amaral. *Memórias históricas e políticas de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva*, vol. VI. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1940, pp. 264-6.

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 262.

Mesmo sendo encarregado de remeter plantas vivas e secas para o Jardim Botânico da Ajuda e Herbário de Sua Alteza Real, Ferreira da Câmara encontrava entraves no governo local para lograr construir o dito Jardim Botânico da Bahia,⁵⁶ onde seriam cultivadas as plantas da capitania e se tentaria introduzir a caneleira, a pimenteira, o cravo da Índia e a árvore de pão. Esclarecia inclusive que, se mais remessas de plantas não fazia, era porque faltava-lhe lugar suficiente para cultivá-las. E que todas as obtidas até então tinham sido semeadas no pátio de sua casa e em "outra casa que tenho cômodos para aquele trabalho, faltando-me até lugar em que acomode a prensa em que as devo preparar".⁵⁷

Quanto à ordem de que deveria "mandar recolher em todos os distritos da capitania as sementes das plantas que ali vegetam e mandarem-se só com os nomes locais do país e não os tendo, só com o distrito onde foram colhidas afim de se semearem e cultivarem"⁵⁸ em Lisboa onde seriam dados os nomes botânicos, Ferreira da Câmara desabafava:

"E para satisfazer ao trabalho possível de recolher toda a sorte de sementes, designa S. A. Real um herbarista ou um hábil jardineiro, sorte de gente que costuma secundar e ajudar aos botânicos quando é questão de se fazerem tais coleções; e este homem ou homens são os que se me não dão e que requeiro a fim de poder dar cumprimento às ordens de S. A. Real (...). Este expediente era de se passar ordem aos capitães-mores e juizes de vilas da capitania para mandarem por algumas pessoas das mais entendidas, principalmente pelos índios, fazer a colheita de toda a sorte de sementes".⁵⁹

Em 1803, ainda encontra-se Ferreira da Câmara envolto em remeter caixotes de plantas para a Corte. Ao que tudo indica, deve ter sido contratado o jardineiro para auxiliá-lo, pois somente em janeiro foram feitos vinte e seis caixotes para acondicionamento de

⁵⁶ O Jardim Botânico deveria ter o cuidado de unir a utilidade do Real Serviço e o bem público com a provável economia. Braz do Amaral, *Memórias...* Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de 5 de junho de 1802.

⁵⁷ Idem, ibidem, pp. 263-4. Cartas para S. Majestade de 1801 - 1802.

⁵⁸ BNL. Sessão de reservados. Códice 4430, fl. 37. Portaria de Francisco da Cunha Menezes, governador e capitão general da Bahia para o Dr. Inácio Ferreira da Câmara, ordenando que participe por escrito o resultado da ordem de 15 de fevereiro de 1802 que mandava remeter para a Corte, sementes de todas as plantas da capitania.

⁵⁹ Braz do Amaral, *Memórias...*, p. 263. Cartas para S. Majestade de 1801-1802.

plantas e, em seguida, de mais seis em março, segundo determinação do governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes.⁶⁰

Resolvida tal contenda, vale destacar o reconhecimento dado aos saberes indígenas e dizer que o Jardim Botânico da Bahia seria finalmente fundado no ano de 1809.

Os saberes dos ameríndios continuavam valendo para os naturalistas do século XVIII, tanto quanto haviam sido úteis para viajantes e colonizadores fazerem suas descrições nos séculos XVI e XVII. Identificando as plantas medicinais e alimentares, os indígenas forneciam o conhecimento básico para o início dos estudos de história natural em terras do Brasil. Como "mais entendidos" localizavam as plantas e sementes para serem descritas e classificadas. Contavam pois, os naturalistas de fins do Setecentos, com os saberes dos habitantes da terra e com as velhas descrições e utilidades das plantas elaboradas no Quinhentos e Seiscentos por curiosos colonizadores e viajantes. Interessados na flora brasileira, revelavam-na em seus escritos à revelia da Coroa portuguesa, que naqueles tempos não se empenhava em nenhum trabalho de levantamento ou classificação da natureza destas terras.

Embora muito se alardeasse a respeito da necessidade de cumprimento das breves instruções da Academia de Lisboa, diga-se de passagem copiadas das instruções professadas pela academia parisiense, as espécies do Brasil vinham já há algum tempo sendo remetidas para a metrópole.

Em 1764, com a chegada, proveniente de Pádua, de Domenico Agostino Vandelli, especialmente contratado pelo Marquês de Pombal para participar da ampla reforma educacional que se intentava após a expulsão dos jesuítas⁶¹, os estudos de história natural entraram na "ordem do dia".⁶² E caixotes e mais caixotes atravessavam

⁶⁰ BNL. Sessão de reservados. Códice 4430, fl. 68 e 74.

⁶¹ Vandelli foi para Portugal para trabalhar no Colégio dos Nobres, fundado para educar os filhos da nobreza. O colégio fazia parte do projeto de educar os nobres nos princípios do absolutismo, mas de forma moderna, ensinando-lhes matemática e ciências. Malgrado o intento, o naturalista foi empregado em outra iniciativa: montar um jardim botânico na Ajuda com a finalidade de proporcionar educação e lazer à família real. Conferir na Introdução de José Vicente Ferrão em Domingos Vandelli. *Aritmética política, economia e finanças 1770-1804*. Lisboa, Banco de Portugal, 1994, p. XIV.

⁶² A partir de 1761, Vandelli passou a corresponder-se com Lineu e por ele foi aconselhado a lecionar em Portugal, "terra felicíssima, parte da Europa ainda não calcada por pés de botânicos", além da possibilidade de poder deslocar-se ao Brasil. Informações de Rômulo de Carvalho. *A história natural...* op cit., p. 49.

o Atlântico levando exemplares da flora brasileira para comporem os jardins botânicos que se criavam, primeiramente o da Ajuda, no ano de 1768 e, depois, o da Universidade de Coimbra, em 1773.

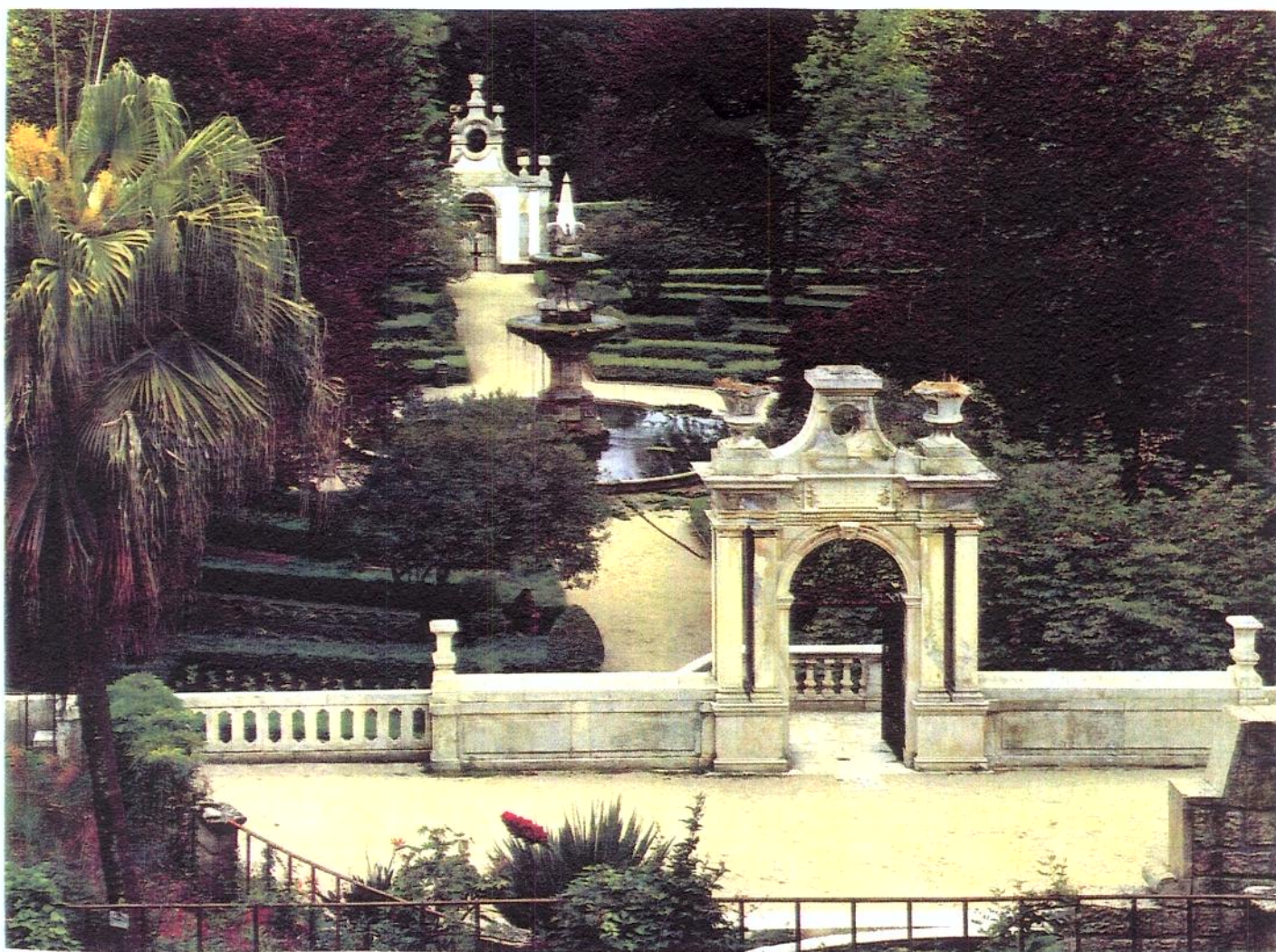


Fig. 9- Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Século XVIII.

Vandelli ressaltava a utilidade dos jardins botânicos dizendo:

"(...) além do gosto de ver juntas as plantas de todas as partes do mundo e do proveito que delas recebem a Medicina, as Artes, o Comércio, para a Agricultura só o ignora aquele que não sabe quantas plantas de regiões remotas, por meio dos jardins, são hoje comuns e ordinárias na Europa, e cujo número se vai cada dia aumentando (...). Têm os ingleses e franceses examinado e reconhecido a maior parte das plantas que nascem em suas colônias da América, e têm tirado utilidade, e cada vez poderão tirar maior lucro (...). A outra suma utilidade que se tira da botânica e dos jardins é saber quais plantas úteis na economia se podem cultivar nos diversos climas e terrenos de modo que dos terrenos incultos e comumente tidos por estéreis se possa tirar grande proveito".⁶³

Pombal sabia disto e não foi a toa que dirigiu aos governadores das capitanias brasileiras ofícios solicitando o estudo dos produtos que pudessem ser agriculturáveis e comercializáveis. O empenho do Marquês de Lavradio, apoiando a criação da Academia Científica do Rio de Janeiro, coubera perfeitamente nos objetivos de Pombal e incentivara os estudos de história natural em terras brasileiras.

Em fins do Setecentos os tempos eram outros, mas não convém esquecer os empreendimentos que localizados na colônia espraariam-se pelo Reino, no governo mariano.

Na documentação avulsa relativa ao Brasil e suas capitanias guardada no Arquivo Ultramarino de Lisboa, há farta correspondência anunciando o envio de espécimes medicinais para a metrópole. De Recife, por exemplo, em 04 de março de 1788, foi expedido ao Secretário Martinho de Melo e Castro um caixote contendo as ervas e raízes que "usam os moradores da Comarca de Alagoas no curativo de suas moléstias, e com que experimentam saudáveis efeitos", para que "V. Exa. possa mandar fazer as provas e experiências que lhe ditam a sua alta compreensão, e ver se poderá o Reino tirar utilidade das plantas que a Providência cria nesta Conquista". Acompanha a carta um mapa com as "virtudes" das 23 plantas, dizendo quais delas são usadas pelos índios. Neste caso, a grande maioria- 17 plantas- são empregadas por eles. Dentre elas: jurubeba, orelha de onça, língua de vaca, mata peste, fedegoço, cipó de chumbo, erva

⁶³ Domingos Vandelli, op. cit., "Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas". A memória foi originalmente publicada em 1788.

moura, jaborandi, malvisco, ipecacuanha, capeba, genipepazana, etc.⁶⁴ Conforme esclarece esse documento específico, o envio das "espécimes" para "provas e experiências" objetivava ver se o "Reino poderá tirar utilidade das plantas" em questão.⁶⁵

Com esse intuito, o espetáculo da natureza do Brasil seria esmiuçado e desvendado, tanto no Jardim Botânico da Ajuda, quanto naquele criado na Universidade de Coimbra. Na Ajuda, por exemplo, encontravam-se no patamar superior o "quadro das classificações" e a escola prática de botânica. No patamar inferior, efetuava-se a cultura de plantas para experimentação, e, no laboratório químico, investigavam-se minerais e realizavam-se análises químicas das plantas e dos solos para a agricultura. Completava o cenário, a "casa de risco", um espaço lá existente destinado para desenhistas e naturalistas desenharem (riscarem) as plantas úteis ao comércio e à agricultura.⁶⁶ Nesses jardins estudava-se a riqueza natural dos domínios de ultramar avalizando a utilidade das plantas.

Já o Jardim Botânico de Coimbra fora concebido de acordo com os novos estatutos da Universidade "para que nele se cultive todo o gênero de plantas e particularmente aquelas, das quais se conhecer ou esperar algum préstimo na Medicina, e nas outras Artes; havendo o cuidado e providências necessárias, para se ajuntarem as plantas dos meus Domínios Ultramarinos, os quais têm riquezas imensas no que pertence ao Reino Vegetal".⁶⁷ E, como assinalava o Marquês de Pombal, o estabelecimento de um horto botânico seria fundamental para que os estudos de medicina progredissem e os

⁶⁴ AHU. Pernambuco. Documentos avulsos. Caixa n. 95. Carta de 04 de março de 1788.

⁶⁵ ANRJ. *Ofícios dos Vice-reis do Brasil. Índice da correspondência dirigida à Corte de Portugal de 1763-1808*. Rio de Janeiro, 1971. Através da relação dos ofícios enviados é possível avaliar a quantidade e diversidade de plantas brasileiras que foram enviadas para Lisboa.

⁶⁶ O Jardim contava ainda com muitas espécies ornamentais dignas de despertar encantamento e lazer à família real, como era de praxe acontecer nos jardins clássicos. Segundo Oswaldo Munteal Filho, o Jardim da Ajuda reunia desde sua fundação mestres cientistas e seus discípulos sendo tanto um estabelecimento científico, quanto um lugar de sociabilidade intelectual "no sentido conferido por Revel e Daniel Roche". Ver *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza; a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*, dissertação citada, p. 113.

⁶⁷ *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Lisboa, Impressão Régia, 1772, p. 266. Os estatutos determinavam a criação de um museu de história natural, também designado Gabinete de História Natural, "sendo manifesto que nenhuma coisa pode contribuir mais para o adiantamento da História Natural do que a vista contínua dos objetos que ela compreende, a qual produz idéias cheias de mais força e verdade do que todas as descrições as mais exactas e as figuras mais perfeitas, é necessário, para fixar dignamente o estudo da Natureza no centro da Universidade, que se faça uma coleção dos produtos que pertencem aos três Reinos da mesma Natureza". Idem, p. 264. No museu havia uma sala (casa terceira) destinada ao herbário onde guardavam-se as plantas secas em papel. Tanto o Jardim Botânico quanto o Museu constituíam-se como estabelecimentos anexos à Faculdade de Filosofia.

alunos soubessem examinar as plantas, estudar suas qualidades e assim adquirir "novas idéias e novos conhecimentos teóricos e práticos". Ao que Vandelli no uso de suas atribuições como lente da universidade e inspetor do jardim botânico, completava ser mister "(...) fazer nascer o ensino das ciências da natureza: da física, da química, da história natural auxiliar do da medicina, porquanto ainda se estudava a natureza em Aristóteles, através dos seus intérpretes escolásticos, em Teofrasto, em Dioscórides (...)".⁶⁸

Os Estatutos previam ainda a utilização dos jardins pelo lente de História Natural que deveria proporcionar aos alunos a demonstração das plantas, principalmente durante o florescimento, época em que "se distinguem melhor os seus diferentes caracteres", com objetivo de instruí-los em botânica tornando-os observadores cuidadosos.

Assim, os jardins botânicos serviam para o cultivo e experimentação de plantas destinadas, especialmente, para os cursos de medicina e para o treinamento de boticários. Também eram cultivadas espécies cujo objetivo era a aclimação em lugares que apresentassem semelhanças aos da planta de origem.⁶⁹

Jardins e museus complementavam-se na tarefa de (re)construir a natureza em lugares demarcados, delimitados para estudo e pesquisa funcionando como espaços nos quais se reproduzia, através de fragmentos da natureza viva ou desidratada, uma natureza desnaturalizada, tornando-a assim, ciência, conhecimento e ilustração.⁷⁰ Da desconstrução da natureza constituíam-se os discursos para a classificação do mundo natural.

Porém no fim do século XVIII, com a queda na produção aurífera das minas do Brasil, Portugal se preocupava em (re)promover a agricultura pela exploração da rica flora colonial brasileira ganhando relevo os produtos descritos como cultiváveis.

⁶⁸ Apud Oswaldo Munteal Filho, op. cit., pp. 115 e 57.

⁶⁹ Rômulo de Carvalho. *História natural...*, op. cit., pp. 59-61, relata a forma indignada com a qual o Marquês de Pombal recebeu o projeto do Jardim, que considerou caríssimo, apontando o Jardim de Chelsea como modelo. Segundo seu ponto de vista, deveria se calcular "por um justo orçamento o que há de custar o tal Jardim de estudo de rapazes e não de ostentação de príncipes ou de particulares, daqueles extravagantes e opulentos que estão arruinando grandes Casas na cultura de bredos, beldroegas e poejos da Índia, da China e da Arábia".

⁷⁰ Tese defendida recentemente aborda o museu de história natural e os quadros da natureza como uma cultura poética. Ver Iara L. S. C. Souza. "Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831". Tese de doutoramento. IFCH/DH (UNICAMP), 1997.

Fomentar a agricultura passou a atender aos interesses imediatos do Reino e uma exploração racional e científica dos domínios ultramarinos se impôs como estratégica. Não bastava, somente, descrever e revelar a natureza colonial como fora feito, por conta e risco, pelos colonizadores e aventureiros nos séculos XVI e XVII. Era preciso mais; tratava-se de ir além dos contornos e utilidades das plantas. Pretendia-se dominar essa natureza, não somente domesticá-la para apreciá-la nos jardins botânicos, mas fazer desses locais espaços de ensino e pesquisas aplicadas que fizessem retornar à metrópole, via produtos agrícolas, os lucros que a queda da mineração vinha retirando.

Como já mencionado, a fundação da Academia de Ciências de Lisboa, a reforma da Universidade de Coimbra e os empreendimentos científicos coloniais foram determinantes para que tal estratégia se consolidasse como política da Coroa e para que se organizassem diversas explorações de cunho naturalístico.

Entre os anos de 1797 e 1801 houvera até a vontade de publicar uma flora completa não apenas do Brasil, como também de outras colônias portuguesas, solicitando-se aos governadores remessas de plantas de suas respectivas capitanias.⁷¹ O empenho descrito anteriormente, empreendido por Inácio Ferreira da Câmara para atender às ordens assinadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que pedia remessas e mais remessas das plantas e sementes da Bahia, visava não somente expor em jardins e museus a natureza colonial, mas conhecê-la em profundidade para explorá-la em grau máximo.

Esse movimento "desbravador de riquezas naturais" tinha em fins do século XVIII e início do século XIX, o total apoio do ministro de D. Maria I, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e contava com a participação de bacharéis e cientistas brasileiros em um projeto que objetivava elaborar uma "política de renovação da agricultura, com a introdução de novas técnicas rurais".⁷² O envio de plantas do Brasil para Portugal fazia parte de ambos os projetos, fosse a elaboração de uma flora, fosse o envio de plantas nativas que pudessem ser cultivadas. Descrever e classificar as remessas de plantas recém

⁷¹ Informação de José Silvestre Ribeiro em *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa, 1871-1893. Apud Luís de Pina. "As ciências na história do império colonial português (séculos XV a XIX)", p. 177.

⁷² Conferir em Maria Odila da Silva Dias, "Aspectos da Ilustração no Brasil", pp. 117-9.

chegadas com o firme objetivo de torná-las agriculturáveis, havia se tornado tarefa dos naturalistas que se agrupavam no Jardim Botânico da Ajuda, na Universidade de Coimbra, e, principalmente, na Academia de Ciências de Lisboa em fins do Setecentos.

Houve portanto mudanças.

Os primeiros estudos de história natural durante e após o período reformista da Universidade de Coimbra abordavam a natureza pensando dela tirar maior utilidade e conhecimentos sobre as plantas que curam. Havia a preocupação em formar médicos e boticários com sólidos saberes acerca das plantas medicinais. Os jardins botânicos ocupavam espaços privilegiados na formação acadêmica. Tratava-se não só de conhecer as plantas através do olhar, reconhecê-las por seus contornos, mas saber descrevê-las, classificando-as taxonomicamente, conhecendo suas propriedades.

Manoel Joaquim de Souza Ferraz, formado em medicina em Montpellier e correspondente da Academia de Ciências da mesma cidade, a respeito do médico-botanista sublinhava:

"tem a vantagem de saber o que ordena, e de não poder ser enganado pelo ervorista ou pelo boticário, e que o médico, que é destituído dos conhecimentos botânicos, só sabe o nome do remédio que prescreve e está sujeito a mil enganos, aquele nunca se vê embarçado a ensinar este ou aquele remédio e ainda a prepará-lo repentinamente; este se acha sempre na dependência do boticário, sem o qual ele não pode socorrer a humanidade em muitos casos de necessidade (...). O médico que ignora a botânica nunca poderá julgar com certeza a virtude dos vegetais".⁷³

Se parte da preocupação de Ferraz dizia respeito à idoneidade dos boticários, a finalidade fundamental dos estudos de história natural, no entender dos mestres de Coimbra, seria que os médicos soubessem bem prescrever os produtos da natureza, e os boticários a conhecessem adequadamente para utilizá-la na preparação dos remédios.

Para além dos estudos das plantas medicinais, no reinado de D. Maria I tratava-se de diversificar a pauta de exportações coloniais. Novos produtos eram estudados nas academias e estimulado seus plantios pelos lavradores. Lembremo-nos do anil, da

⁷³ ACL. Manuscrito azul, n. 375, fl. 270. Memória sobre a botânica e as vantagens que dela resultam para a praxe médica, de Manoel Joaquim de Souza Ferraz. Tomo II das Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia.

cochonilha⁷⁴ e do linho cânhamo já promovidos por Pombal e pela Academia Científica do Rio de Janeiro, no reinado de D. José I, produtos então tornados alvos da intensa política de fomento do último quartel do século XVIII⁷⁵, alimentada por propostas científicas com intuito de superar a crise econômica que abalava o Império português.⁷⁶ A natureza brasilica pensada como fonte de riquezas iluminava as propostas dos naturalistas situados na Academia de Ciências de Lisboa. Cientificismo e pragmatismo marcavam as propostas que visavam uma exploração ilustrada da natureza do além mar.⁷⁷

Como trato das plantas medicinais examinarei o procedimento de Bernardino Antônio Gomes, sócio da Academia Real das Ciências a partir de 1810. O descobridor do cinchonino esteve no Brasil quando ainda era médico de armada. Em março de 1797, a bordo da nau Conde D. Henrique arribou ele no Rio de Janeiro, onde permaneceu por três anos.

Como de praxe, Bernardino Gomes também ficou fascinado pela exuberante e variada flora local. Antevendo o progresso científico, passível de ser alcançado através de amplo estudo sobre as riquezas que poderiam ser geradas economicamente, afirmava "(...) seria porém bem útil que se fizessem todas as averiguações (...) para que a nação se utilizasse mais desta e outras produções vegetais que o Brasil encerra em pura e vergonha perda dos portugueses e brasileiros".⁷⁸

⁷⁴ A cochonilha foi motivo de intensos debates que extrapolaram a existência da Academia Científica. Ver o trabalho de Jacinto José da Silva Quintão. "Memória sobre a cochonilha e o método de a propagar, oferecida aos lavradores brasileiros por um patriota zeloso e amante da felicidade pública", publicado em *O Patriota*, n. 4, out. de 1813. José Henriques Ferreira, fundador da Academia Científica, que estudara a cochonilha já havia morrido. Assim seu irmão, Manoel Joaquim Henriques de Paiva publica o antigo trabalho de Ferreira discutindo as proposições feitas. Ver "Sumário da história do descobrimento da cochonilha no Brasil e das observações que sobre ela fez no Rio de Janeiro". *O Patriota*, n. 1, (terceira subscrição), jan.-fev., 1814.

⁷⁵ As políticas de fomento foram tratadas por Arno Wehling no artigo citado.

⁷⁶ Ver Fernando Novais. *Portugal e Brasil...* op. cit., especialmente o capítulo IV e Francisco Falcon. *A época pombalina*. op. cit.

⁷⁷ Maria Odila da Silva Dias, op. cit., e Francisco Falcon. "Da ilustração à revolução- percurso ao longo do espaço- tempo setecentista". *Acervo*, vol. 4, n. 1, jan.-jun., 1989, discutem a ilustração no Brasil e o caráter do reformismo ilustrado.

⁷⁸ Guilherme Rocha de Macedo. "O Brasil na obra de Bernardino Antônio Gomes". *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 120, jan.-mar. 1990, p. 94.

A caneleira logo despertou-lhe a atenção. Estudou-a, escrevendo uma memória solicitada pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1798.⁷⁹ Atendia aos apelos de D. Rodrigo que pedira aos senados das câmaras de várias capitanias, que remettessem ao Reino os resultados das tentativas de aclimatar plantas e especiarias enviadas pela metrópole.

Mas foi a ipecacuanha fusca do Brasil que muito o ocupou. Encontrou-a, depois de muito procurá-la, do outro lado da baía de Guanabara. "Apesar da raiz da ipecacuanha ser usada na Europa há perto de dois séculos, e apesar de ser contada no catálogo dos grandes remédios, de que tem feito aquisição a medicina, tem sido até agora desconhecida aos botânicos a verdadeira planta, de que se colhe".⁸⁰

Após exaustivos estudos descreveu a ipecacuanha do Brasil, ou cipó, certo de ser a mesma uma nova espécie, pois diferia daquelas já descritas. Preocupava-o, sobremaneira, os preços cada vez mais altos atingidos pela ipeca em decorrência de sua escassez. Isto porque não se cultivava a planta; somente arrancavam-na, para dela extrair as raízes. Após deter-se nas formas de cultivo e colheitas adequadas, discorria sobre as virtudes da ipeca- emética, antiespasmódica, expectorante, diaforética e antídoto do ópio.⁸¹

Ao término da memória faz uma advertência: novas obras de botânica, recém-editadas, traziam novas espécies de ipeca, embora nenhuma igual àquela por ele encontrada. Porém "hesitando, se a deveria colocar em algum daqueles gêneros, ou sem dúvida antes segregá-la em um novo. Para dissipar esta e outras dúvidas, que tinha sobre plantas medicinais, que observei no Brasil, felizmente pude consultar o sábio professor de botânica da Universidade de Coimbra, o Dr. Brotero, que depois de examinar as plantas secas, descrições, e desenhos, que lhe apresentei, ajuntou à bondade de fazer algumas correções no meu trabalho, a de me ensinar, que a ipeca era sim uma espécie nova, mas que pertencia ao gênero *Callicocca* (...)".

⁷⁹ Bernardino Antônio Gomes. *Memória sobre a canela do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1809.

⁸⁰ Bernardino Antônio Gomes. *Memória sobre a ipecacuanha fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas*. Lisboa, Tip. do Arco do Cego, 1801, p. 1.

⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 9-25.

Felix Avelar Brotero ofereceu-se para traduzir a memória para o latim, pois assim mais rapidamente chegaria ao "conhecimento dos sábios" estrangeiros, encontrando a pronta aceitação de Gomes.⁸² Brotero, entretanto, enviou a memória para a Sociedade Lineana de Londres, como "Calliocca ipecacuanha Brotero", em 1800, dedicando-a ao seu descobridor. Gomes recorreu aos professores Virey e Chaumeton, em Paris, conseguindo dividir com o mestre a autoria da descrição da nova espécie.⁸³

Bernardino A. Gomes publicaria ainda a respeito do Brasil as *Observações botânico-médicas sobre plantas do Brasil*, descrevendo 15 espécies entre desconhecidas e outras não totalmente descritas até então, revelando dois novos gêneros (a obra saiu à luz em latim e português, em 1803, tornando-se muito conhecida dos naturalistas da época⁸⁴); e, *Memória sobre as boubas*, tratando da doença, casos clínicos observados, a evolução e terapêuticas empregadas nas capitânicas que passou. O médico impressionava-se ao entrar nos engenhos e "ver numerosos pretos cobertos de sórdidas úlceras boubosas".⁸⁵

Este médico de armada, voltando a Portugal, conseguiria, enfim, publicar seus trabalhos,⁸⁶ assenhoreando-se de suas produções, embora tivesse que contornar o "episódio Brotero".

Gomes mostrava em seus estudos perfeita sintonia com o espírito ilustrado de seu tempo. Estando num domínio de além-mar, oferecedor de muitas possibilidades de exploração natural, usava seus conhecimentos para estudá-lo, revelando novos gêneros e espécies curativas. Afinal, as "utilidades" das plantas vinham acompanhando a história da natureza e a Coroa estava disposta a explorá-las. Não tinha a preocupação de "inventariar todas as produções naturais" existentes no Brasil, mas confrontar os conhecimentos da natureza do velho com o novo mundo. Embora manifestasse preocupação com o aproveitamento econômico dos produtos existentes, a base do

⁸² Idem, ibidem, pp. 25-6.

⁸³ ACL. "Notícia da vida e trabalhos científicos...", op. cit., e Guilherme Rocha de Macedo, op. cit.

⁸⁴ Bernardino Antônio Gomes. "Plantas medicinais do Brasil" (obra facsimilada). *Brasiliensia documenta V*. São Paulo, 1972.

⁸⁵ ACL. "Memória sobre boubas". *Memórias da classe de ciências*. Tomo IV, parte I. 1815.

⁸⁶ Existe na BNL, sessão de reservados, código 600, um manuscrito de Bernardino Antônio Gomes denominado "Plantas curiosas do Brasil". Como em seus demais trabalhos, o médico preocupa-se em classificar as plantas, mencionando seus usos. "Observações botânico-médicas sobre algumas plantas do Brasil". Lisboa, 1803.

trabalho que realizava não estava estritamente vinculada no fomentismo. Preocupava-se ele em tornar conhecidas as plantas brasileiras desenvolvendo seus estudos em duas frentes: a) objetivando o progresso das ciências que se obteria com essas descobertas e b) buscando a utilização econômica dessas produções vegetais. Associava portanto o progresso científico aos objetivos mercantilistas do reino.

Como bem salienta o médico "nascido brasileiro" Manuel Joaquim de Souza Ferraz, na "Memória sobre a botânica e as vantagens que dela resultam para a praxe médica", escrita em 1792, quantas "preciosas plantas não contém o Brasil que ainda não são conhecidas. Quantos remédios específicos não possuem hoje os selvagens e os empíricos deste fértil solo e vasto país! E porque razão não empenhamos nós todos os esforços possíveis para virmos também a conhecê-las para nos servir com vantagem nas nossas enfermidades".⁸⁷

Sem dúvida, a história natural e a matéria médica vinham sendo sucessivamente aumentadas pelos conhecimentos da natureza do Brasil. Se D. Rodrigo empenhava-se em mandar buscar os espécimes que pudessem se mostrar rentáveis, pedindo um levantamento detalhado das riquezas existentes nos três reinos da natureza, os resultados efetivos dos estudos de plantas medicinais pareciam apenas iniciados. Pelo menos assim foi até finais do século XVIII, ou melhor, até a vinda da família real para o Brasil.

O culto à ciência que havia sido instaurado no Reino⁸⁸ sob o patrocínio das luzes continuará sendo pensado no próximo item, no qual discutirei as plantas medicinais sob o advento das viagens científicas.

⁸⁷ ACL. Manuscrito azul, n. 375, f. 273-273v, 1792. Tomo III das Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia.

⁸⁸ Maria Odila da Silva Dias, op. cit., chama a atenção para a racionalidade científica que marcou a recuperação econômica da metrópole, via desenvolvimento inovador das riquezas coloniais. Mostra também a ampla adesão à política metropolitana demonstrada pelos ilustrados brasileiros e a dinâmica que norteava a agricultura colonial, as medidas estimuladoras e inovadoras e os produtos mais cultivados em fins do Setecentos e início do Oitocentos. Conferir também o trabalho de Arno Wehling no artigo citado.

3. As Viagens Filosóficas.



Fig. 10- Frontispício do livro *Viagem filosófica*, empreendida por Alexandre Rodrigues Pereira.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Século XVIII.

Coletas de amostras dos três reinos foram feitas por missões científicas, como a empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira, que aqui chegou em 1783, enviado pela Coroa. A "Viagem Filosófica" do Dr. Rodrigues Ferreira explorou a ilha de Marajó, e algumas vilas do Pará (Alcobaça, Cametá, Pederneiras); deteve-se em seguida na capitania do Rio Negro e Rio Branco. Em 1788 entrou no Rio Madeira e subiu o Guaporé até ao Forte Príncipe da Beira, onde chegou em 1789. A expedição alcançou Cuiabá, em setembro do mesmo ano, aí permanecendo até 1791, quando então retornou a Belém.⁸⁹ Como lembra Paulo Herkenhoff, a viagem do naturalista foi mais extensa que a realizada por Humboldt e Bonpland (1799-1803), com um complexo percurso na amazônia não igualado nem por Spix e Martius (1817-1820) e nem por Agassiz (1865-1866).⁹⁰

A viagem renderia o envio de preciosos exemplares da riqueza natural do Amazonas para Portugal. Não se enganara, portanto, Domingos Vandelli, lente de Química e História Natural na Universidade de Coimbra, ao indicar o pupilo Rodrigues Ferreira para tal epopéia. E se, posteriormente, boa parte dos resultados dessa viagem foram "surrupitados" por Saint-Hilaire, isto já é parte de uma outra história.⁹¹ De qualquer forma, a extensão dessa "apropriação indébita" é digno de menção: manuscritos da *Zoologia Paraense*, *Botânica*⁹², bem como as estampas gravadas em chapas de cobre

⁸⁹ Virgílio Corrêa Filho. *Alexandre Rodrigues Ferreira. Vida e obra do grande naturalista brasileiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Antônio Cândido de Melo e Sousa. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo, Martins Editora, vol. 1; Antonio de Menezes V. Drummond. "Notícias dos escritos do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira". *RIHGB*, tomo II, são alguns dos trabalhos sobre o cientista.

⁹⁰ Paulo Herkenhoff. "Amazônia e modernidade". In: Biblioteca Nacional (Brasil). *Alexandre Rodrigues Ferreira: Amazônia redescoberta no século XVIII*. Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1992.

⁹¹ Mello Leitão enfatiza que após o retorno à metrópole, Rodrigues Ferreira dedicou-se a trabalhar no material de pesquisa colhido escrevendo a *Zoologia Paraense*, além de se empenhar em publicar as muitíssimas memórias de história natural que havia escrito e que apesar das inúmeras tentativas, ainda permaneciam inéditas, muitas delas aguardando publicação desde 1784. Não é de estranhar a "fatal melancolia que levaria à morte nosso cientista, anos depois daquela desastrosa ordem de Junot: "O Duque de Abrantes, General e Chefe da armada de Portugal, autorisa o Sr. Geoffroy, membro do Instituto da França enviado pelo Ministro do Interior para fazer as pesquisas dos objetos de História Natural existentes em Portugal e úteis ao *Cabinet de Paris*, à reunir e fazer encaixotar para serem transportados para a França, os objetos especificados no presente... Conferir em *A biologia no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937, p. 102; Emílio Goeldi. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 68; Carlos França. "Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). História de uma missão científica ao Brasil no século XVIII". *Boletim da Sociedade Broteriana*, vol. 1, abril de 1992, p. 79. Tradução livre feita por mim.

⁹² Carlos França, op. cit., p. 87, encontrou no manuscrito "Relação dos produtos naturais e industriais que deste Real Museu se remeteram para a Universidade de Coimbra em 1806", existente no Museu Bocage, uma anotação na qual Ferreira menciona o seguinte: "o asterisco indica estar nomeclada ou descrita na *Flora paraense*, que se não publica enquanto faltam as Floras e outras Botânicas que se

pertencentes a essas obras; as chapas da *Flora Fluminensis*, de Conceição Velloso, usadas e anotadas por Rodrigues, além dos objetos coletados (65 espécies com 76 indivíduos de mamíferos; 238 espécies com 384 indivíduos de pássaros; 25 espécies com 32 indivíduos de répteis e 89 espécies com 100 indivíduos de venenos).⁹³

É Mello Leitão quem relata a morosidade com que foram examinados e ordenados os trabalhos da "Viagem ao Brasil". Somente em 1833, dezoito anos após a morte do naturalista, a Academia Real de Ciências de Lisboa designaria Manoel José Maria da Costa e Sá para tratar desses manuscritos depositados no Arquivo do Real Jardim Botânico. Nada menos que vinte e dois maços e seis volumes de desenhos e plantas faziam parte do acervo. Costa Sá alertava que necessitaria dispendar mais de 50 anos de trabalho de desenhistas e seus discípulos na tentativa de organizar os resultados dessa viagem. "Dos desenhos e plantas restam apenas os cinco volumes, mandados copiar em aquarela, nos Arquivos do Real Jardim Botânico, por nosso ministro em Portugal Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond, aquarelas atualmente na Biblioteca do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. São ao todo 1471, das quais 1364 de botânica, 91 de zoologia e 16 de etnografia. É muito elevada a porcentagem das espécies vegetais e animais aí representadas e que aparecem nas floras e faunas como descobertas por sábios franceses".⁹⁴ Há ainda hoje, no "Jardin des Plantes" em Paris, um herbário coletado por Ferreira, embora esteja precariamente conservado.⁹⁵

Não seria de estranhar o procedimento metropolitano em tentar manter "cuidados" e impedimentos a qualquer aproximação de estrangeiros com o intuito de "conhecer", comercializar ou explorar naturalisticamente o Brasil⁹⁶, uma vez que a

devem consultar", indicando a composição de uma obra sobre a flora da região. Ele assinala tratar-se do mesmo trabalho, denominado por Saint Hilaire como *Plantas do Pará*.

⁹³ Esses "espécimens" constam da ordem assinada pelo Duque de Abrantes, em Lisboa, em 03 de junho de 1808. Ver *A biologia no Brasil*, op. cit., p. 102.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 103.

⁹⁵ Márcio de Souza. "As atribuições de um cientista luso-baiano com os nativos das terras do verão constante". In: Biblioteca Nacional (Brasil). *Alexandre Rodrigues Ferreira: Amazônia redescoberta no século XVIII*. Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1992, p. IV.

⁹⁶ Carlos da Silva Araújo, médico e farmacêutico brasileiro, chama a atenção para a correspondência enviada de Lisboa para D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, Governador Capitão-General do Pará, em 02 de junho de 1800, na qual pedia atenção para as intenções de um "tal Barão de Humboldt, natural de Berlim" que vinha percorrendo vários países sul-americanos e se dirigia à Capitania do Maranhão para explorar regiões de natureza desconhecida. Conferir "von Martius e o Cristo que ofertou ao Brasil", pp. 9-10.

política colonial pressupunha o segredo. Entretanto, essa postura de não promover a continuidade do árduo trabalho de desbravamento, coleta e descrição de tantas riquezas cuja divulgação dever-se-ia fazer imediatamente, colocava em risco as descobertas científicas realizadas pois sempre havia a possibilidade de serem apropriadas. Como bem coloca o professor Bethencourt Ferreira, "se os resultados da campanha ingente do Dr. Rodrigues Ferreira tivessem sido publicados em tempo próprio, a Europa houvera conhecido, trinta anos antes, pelos trabalhos dele e dos seus desenhadores, muitos fatos de que só teve notícia pelos escritores estrangeiros, que algumas vezes apenas transmitiram observações que os nossos haviam feito, deixando os seus escritos no pó dos arquivos".⁹⁷

Rodrigues Ferreira enfrentou ainda problemas com os materiais coletados na viagem e que haviam sido enviados e depositados no Gabinete da Ajuda. Ao voltar, encontrou-os em péssimo estado de conservação, misturados e com etiquetas trocadas. Valendo-se dos depoimentos de Arduino, mestre de Vandelli, e de Link⁹⁸, que dizia: "poder-se-ia perdoar sua ignorância, se ele não se mostrasse invejoso e intolerante em relação aqueles que estão acima dele por seu mérito", Carlos França afirma ter sido Vandelli o autor de tais improbidades.⁹⁹

Atualmente, encontra-se na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, no manuscrito "Gentios do Rio Negro", de Alexandre Rodrigues Ferreira (1790), uma nota explicativa que diz: "Os seus numerosos e importantes escritos que compreendem relações de viagem, memórias antropológicas de tribos indígenas (selvagens), estudos de zoologia e botânica, geologia e agricultura, ensaios de topografia médica, etc. foram entregues logo depois de sua morte e arquivados no Museu de Santarém. Ali ficaram até 1842 quando foram entregues ao Ministro do Brasil no Reino, os manuscritos para

⁹⁷ Apud Luís de Pina. "As ciências na história do império colonial português". Separata *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 1937-1945, p. 175.

⁹⁸ O alemão Henry Frederick Link era um viajante e suas alusões a Vandelli não eram das mais lisonjeiras. Referindo-se ao Jardim da Ajuda dizia: "(...) Não se pense, porém, que tudo aqui seja feito com grande apuro: Vandelli folheia o sistema vegetal de Lineu, da edição de Murray, e se encontra alguma descrição que combina com a planta, põe-lhe imediatamente o nome, sem mais averiguação alguma...(...)". Apud Oswaldo Munteal Filho, op. cit., p. 119.

⁹⁹ Carlos França. "Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira", op. cit., pp. 78-9. Tradução livre feita por mim.

serem impressos e depois devolvidos, o que não aconteceu".¹⁰⁰ O Ministro Vasconcellos Drummond ao receber o acervo teria, segundo França, "desencaminhado" parte dele a particulares, pois os volumes de desenhos e aquarelas, existentes no Museu Nacional do Rio de Janeiro, "mandados copiar" por Drummond, lhe haviam sido entregues no original. Originais esses que, em 1861, encontravam-se à venda, em Lisboa.¹⁰¹

Parte dos manuscritos vindos para o Brasil foram impressos, outros permaneceram na Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro até a publicação da *Viagem Filosófica*, nos anos 1970.¹⁰² A Biblioteca Nacional-RJ publicou ainda *Amazônia redescoberta no século XVIII*, resultado de uma exposição sobre o naturalista. "Do acervo de estampas produzidas pela expedição do cientista baiano, que estudou em Portugal, a Biblioteca Nacional possui oitocentas ainda inéditas", escreveu Affonso Romano de Sant'Anna.¹⁰³ A Biblioteca publicou ainda a documentação e o material iconográfico da Viagem Filosófica em 2 volumes, muito bem cuidados, saídos à luz nos anos 1990.

Os desenhos e aquarelas podem ser localizados no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em Lisboa e Coimbra também há "cousas" e manuscritos de Rodrigues Ferreira. No Arquivo Ultramarino de Lisboa encontra-se a correspondência encetada com a metrópole na qual ele vai narrando seus deslocamentos e material enviado para a Corte: memórias, desenhos e material recolhido proveniente dos três reinos da natureza amazônica. No Instituto de Botânica da Faculdade de Ciências de Lisboa havia, pelo menos até a segunda década do século XX, um herbário com 1213 exemplares coletados na viagem de Ferreira no decorrer do ano de 1784, constituído por 96 famílias, 445 gêneros e 812 espécies, depois transferido para a Escola Politécnica. Manuscritos

¹⁰⁰ Sociedade de Geografia de Lisboa. Manuscritos. "Gentios do Rio Negro", de Alexandre Rodrigues Ferreira.

¹⁰¹ Carlos França, op. cit., p. 81.

¹⁰² Alexandre Rodrigues Ferreira. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972. Os "diários" de viagem do cientista à capitania de São José do Rio Negro foram publicados na RIHGB, nos tomos 48-51, nos anos de 1885 a 1888. Escrever o diário de viagem era um procedimento intrínseco à qualquer incursão científica. Vandelli escreveu, "Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar", recomendando como confeccioná-lo. Esse manuscrito encontra-se catalogado sob o n. 405 (vermelho), na ACL.

¹⁰³ Biblioteca Nacional. *Alexandre Rodrigues Ferreira: Amazônia, redescoberta no século XVIII*. Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1992.

podiam ser encontrados no Museu Bocage¹⁰⁴ da mesma faculdade, e na Sociedade de Geografia de Lisboa.

A viagem de Rodrigues Ferreira não buscava somente fazer um rastreamento das riquezas da região amazônica. Almejava mais. O cientista tinha também a tarefa de fazer experimentos, em solo brasileiro, com sementes de linho cânhamo. Nas instruções recebidas, solicitava-se o cultivo em lugares diversos e em tempos diferentes, de modo que entre os colonos se divulgassem noções de agricultura e fossem estimuladas outras culturas¹⁰⁵ atendendo à diversificação da pauta de produtos agrícolas intensificada no período mariano.

A expedição do dr. Rodrigues Ferreira varreu a Amazônia. Descreveu o clima, os acidentes geográficos, os animais, as plantas e os minerais. Ocupou-se dos índios, sua cultura, religiosidade e seus saberes. Identificou, registrou, mediu e catalogou amostras do que viu enviando-as aos centros do saber iluminista português. Se esses saberes não foram sistematizados devidamente, sendo dispersos e apropriados por viajantes de gabinete, resta a indagação: pretendia-se tão somente construir uma verdade científica sobre a região? Certamente não, mas Márcio Souza, não deixa de ter razão: "um mundo catalogado, classificado, fixo e predeterminado, deixa de assustar e provocar alucinações".¹⁰⁶ A catalogação e classificação da região tornavam-se interessantes para a Metrópole quando associadas às possibilidades econômicas. A partir do desbravamento científico daquele território seria possível localizar os produtos rendosamente cultiváveis e inserir novas culturas, para desenvolvê-los via política de fomento.

O Brasil parecia constituir-se como uma inesgotável fonte de matérias-primas. Primeiramente buscava-se ganhos econômicos, é claro, e na medida do possível, investia-se no progresso da ciência. Seria esta a atitude metropolitana?

¹⁰⁴ Informação de Carlos França, op. cit., pp. 86-7. O Museu de História Natural da Academia foi transferido para a Escola Politécnica em 27 de agosto de 1836, passando mais tarde a chamar-se Museu Bocage, conforme Rômulo de Carvalho. *A atividade pedagógica da Academia...*, op. cit., p. 82. José Pedro de Sousa Dias refere-se ao incêndio ocorrido no Museu Bocage, em 1978, o qual destruiu considerável documentação da expedição de Ferreira. Cita a pequena *Farmacopéia Brasiliense*, escrita pelo médico, na qual encontravam-se as receitas e usos dos remédios: compostos mercuriais; plantas brasileiras; quina e ópio destinados às doenças que assolavam os membros da expedição. Ver "A farmácia e a expansão portuguesa (séculos XVII e XVIII)", *História e desenvolvimento da ciência em Portugal* (colóquio). II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, 1986.

¹⁰⁵ Carlos França, op. cit., p. 69 e Rômulo de Carvalho. *A História natural*, op. cit., p. 93.

¹⁰⁶ Márcio Souza, op. cit., p. V.

Acompanhemos outra expedição...

Frei José Mariano da Conceição Velloso (1741-1811), outro importante naturalista¹⁰⁷ brasileiro que também teve parte de seu trabalho "desviado", foi encarregado por D. Luiz de Vasconcellos e Souza, Vice-rei do Brasil, para compor uma obra que descrevesse a flora da província do Rio de Janeiro em sintonia com as propostas ilustradas.

Durante oito anos, Frei Velloso, acompanhado por Frei Anastácio de Santa Inês, o "escrevente das definições herbárias", e Frei Francisco Solano, o responsável pelos desenhos e pinturas das plantas, e muitos escravos percorreram palmo a palmo bosques, serras, vales, matas e praias da província. Vencida a empreitada, escreveu então a *Flora fluminensis* (1790),¹⁰⁸ composta de 13 volumes: dois volumes manuscritos e os demais contendo desenhos originais feitos à tinta. Guardados atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, são descrições e figuras de 1640 vegetais, incluindo localizações e nomes indígenas.¹⁰⁹ Essa obra também passaria por uma verdadeira "maratona de resistência", até ir para o prelo, em 1825, com parte da obra impressa na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro, decorridos 14 anos da morte de Velloso.

Como sucedera com Rodrigues Ferreira, quando, finalmente, a *Flora* de Velloso foi para a impressão vários viajantes já haviam percorrido a região e muitas das plantas por ele descobertas tinham sido descritas e classificadas por outros como Saint-Hilaire, Martius, Pohl, Langsdorff e outros.¹¹⁰

Velloso também obtivera reconhecimento real e convidado para permanecer na Corte, fora eleito sócio da Real Academia de Ciências¹¹¹, entidade que pretendia publicar a *Flora fluminensis*. Organizou o herbário do Museu Real, doando uma coleção

¹⁰⁷ Arquivo do IHGB. Lata 760, pasta 11. "Frei Velloso, o pai da botânica brasileira", por Thomaz Borgmeier. O autor revela ter Frei Velloso estudado filosofia e teologia no Convento de S. Antônio do Rio de Janeiro, tendo sido lente de geometria, retórica e história natural.

¹⁰⁸ As gravuras e 554 chapas da *Flora* levadas por Saint-Hilaire para a França, foram lá publicadas, sem texto, com o título de *Florae fluminensis icones fundamentales ad vivum expressae jussu*. Conforme Luís de Pina, op. cit., p. 178.

¹⁰⁹ Thomaz Borgmeier. "A história da 'Flora fluminensis'". *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 48, 1961.

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 4.

¹¹¹ Velloso "foi excluído da Academia", na Assembléia de efetivos realizada em 13 de janeiro de 1798, sem motivo alegado em ata. Pode-se supor algo ligado à publicação da *Flora fluminensis*. ACL. Livro de Atas: 1780-1810.

“de todos os peixes de água doce e salgada, feita por um novo método; por outra de insetos marinhos e terrestres; e finalmente por uma de borboletas impressas em fécula colorante de que se cobrem as membranas das suas asas, obra tão rara e estimável que tem o suplicante notícia não haver outra em algum dos Gabinetes Reais da Europa, o que tudo se acha no Museu de Sua Majestade onde foi entregue logo que chegou à Lisboa. Na época, 70 caixões de material museológico foram entregues ao Museu”.¹¹²

No ano seguinte passaria a diretor da Tipografia do Arco do Cego (1800), local onde se ensinava desenho e gravura com o objetivo de divulgar conhecimentos de história natural e agricultura, logo depois anexada à Imprensa Régia de Lisboa. Cerca de 40 obras, entre originais e traduções de Velloso, foram impressas no Arco do Cego, destacando-se: *O fazendeiro do Brasil*, em 11 volumes; *Aviário brasílico ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil, disposto e descrito segundo o sistema de Lineu*; *Quinografia portuguesa ou coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas*; *Memória sobre a prática de se fazer o salitre* e *O naturalista instruído nos diversos métodos, antigos e modernos de ajuntar, preparar e conservar as produções dos três reinos da natureza*.¹¹³ Na *Quinografia portuguesa, ou Coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes aos seus descobrimentos nos vastos domínios do Brasil*, Velloso copia de vários autores descrições e desenhos de diferentes espécies de quina, encontradas em alguns países, por diversos botânicos. Com o intuito de facilitar o trabalho de busca da planta no Brasil, trata também das falsas quinas encontradas entre nós, “plantas as quais pelas suas virtudes, e muita parte de suas notas

¹¹² Rômulo de Carvalho. *A história natural*, op. cit., p. 90.

¹¹³ Por quê Velloso não teria aproveitado sua passagem pelo Arco do Cego, para imprimir sua obra? Na ACL Livro de Atas: 1780-1810, consta que, na Assembléia do Conselho de 31 de março de 1792, se fizessem “os gastos que se julgassem próprios para os desenhos e estampas da Ectiologia do Reino do Sr. Dr. Vandelli e do Brasil do Sr. Frei José Velloso e algumas viagens se forem precisas (...) que se adiantassem trezentos e vinte mil réis ao cônsul de Veneza para a abertura das chapas da Flora Brasílica e da Ectiologia”. Assinaram a ata: Duque de Lafões, Joaquim de Foyos, D. Vandelli, Alexandre Antônio das Neves, José de Azevedo, Francisco de Borja G. Stockler e José Correia da Serra. Houvera portanto, interesse em publicar a Flora fluminensis. Segundo Sacramento Blake, as guerras e a morte do abade Santini, responsável pela abertura das chapas em Veneza, teriam impedido a publicação. Thomaz Borgmeier. “Velloso, o pai...”, op. cit., pp. 12-3.

Rômulo de Carvalho. *A História natural*, op. cit., pp. 90-1, fala das chapas, mas alega dificuldades financeiras para justificar a interrupção da impressão, como ficou patente na súplica feita por carta de Frei Velloso, guardada no AHU. Carvalho parece correto ao supor que tenha faltado recursos para a impressão. Restaria confirmar, no entanto, se a obra de Vandelli também não foi editada.

características, conseguiram o nome de quina, e como quais foram remetidas à esta Corte".¹¹⁴

De fato, havia sido remetido aos generais e comandantes dos distritos de várias capitanias o desenho e descrição da árvore de quina, solicitando que se fizessem "as possíveis diligências a fim de conseguir um descobrimento tão interessante". O Conde de Resende, tentando atender as ordens de D. Rodrigo de Souza Coutinho, mencionava a informação recebida pelo comandante do distrito de Parati, que dizia haver "uma árvore conhecida pelo povo com o nome de casca de anta, ou pau para tudo, muito aplicada para as febres intermitentes, cólicas, e outras moléstias; mas o mesmo comandante observa alguma diferença entre esta árvore, e o desenho que recebeu, e remete o caixão com a marca à margem da mesma cópia, para que se faça alguns exames por pessoas mais inteligentes".¹¹⁵

Assim, em 26 de março de 1798, o coronel de milícias Inácio A. Souto Maior Rondon relata ter descoberto um religioso que afirmava haver bastante quina nos campos do tenente João Pinto de Magalhães, do alferes Alexandre Pinto de Magalhães, no Campo Redondo entre o Rio Grande, Serra da Boa Esperança, Rio Sapucaí e Águas Verdes na Freguesia da Lavra, do Funil, em uma ermida de N. Sra. das Dores, e o Sr. do Bomfim, Comarca de São João del Rei, Rio das Mortes e com mais abundância no Abaeté. Também encontrara-se quina no Arraial da Formiga, picada de Goiás. Estas informações foram remetidas para Lisboa, acompanhadas de notícias sobre a quina em outros distritos, bem como dos caixotes contendo as espécies encontradas.¹¹⁶

Porém desde a década de 1780, quinas de Pernambuco eram enviadas para a metrópole, segundo correspondência de D. Tomás de Melo para Martinho de Melo e Castro. Quinas colhidas "desde o mês de agosto, até o fim de novembro (...)a de

¹¹⁴ José Mariano Velloso. *Quinografia portuguesa*. Lisboa, Of. João Procópio Correa da Silva, 1799, pp. 160-70.

¹¹⁵ J. P. Leite Cordeiro. "Documentação sobre doentes e doenças, médicos e medicina, remédios e boticas no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX". *RIHGSP*, vol. 57, 1959, pp. 563-4.

¹¹⁶ AHU. Documentos avulsos do Rio de Janeiro. "Documentação sobre doentes e doenças...", op. cit., pp. 564-6.

novembro parece melhor, não só por ser muito fina, mas por ser nascida em lugares secos, cuja diligência deu mais trabalho (...)"¹¹⁷

As quinas de Pernambuco estariam inseridas no Gênero das Portlandias, segundo Velloso, atento aos trabalhos escritos por outros naturalistas que diziam tratar-se de falsas quinas. "As experiências da sua faculdade médica, feita pelos nossos clínicos pernambucanos, o confirmam", expressava ele. "Em Pernambuco, se usa da sua casca contra as sezões com bom efeito, e por este motivo lhe deram o nome de quina, de que são um gênero muito próximo. Encontra-se abundantemente por toda a beira-mar do Brasil, e no seu interior".¹¹⁸

Porém, dúvidas rondavam seu depoimento...

Nesta Corte escreve o Sr. Pereira Archiatro, ou primeiro Médico da Câmara de Sua Majestade, a respeito das quinas,

"cujos papéis ignoro, que até agora se publicassem. Sei porém que os nossos professores se dividiram pró, e contra, mas nem uns, nem outros, até agora publicaram coisa alguma, do que conseguiram pelas suas experiências. Seria talvez preciso, que, para conhecermos os seus préstimos, se houvesse de consultar os sábios estrangeiros, como praticou Espanha, segundo diz M. Murray, mandando consultar as academias e sábios das nações estranhas sobre as quinas, o que confirma o Sr. Ruiz, na sua *Quinologia*, cujas descrições específicas dou neste tratado.

Eu me lisonjeio que, estabelecido o novo Dispensatório Farmaco (sic), que sua Alteza Real tem decretado, no Hospital Real da Marinha, senão necessitará de recursos forasteiros, para se conhecerem os bens naturais, com que o Autor da Natureza dotou a este Reino e suas Colonias Ultramarinas".¹¹⁹

Velloso não se absteve em dar seu parecer acerca dos naturalistas da metrópole...

A quina de Camamú, outra falsa quina, segundo Velloso, foi muito usada no Reino. Os navios partiam abarrotados desta "quina" para uso dos Hospitais Militares.¹²⁰ A quina branca, descoberta na Bahia, seguia em frascos, na forma de pó, em cascas e extraída em vinho. "Diziam os naturais do país que de todas as espécies de quina que se têm descoberto até agora no Brasil, a branca é a mais vantajosa nas suas virtudes,

¹¹⁷ AHU. Documentos avulsos de Pernambuco. Caixa n. 97. Lista de cartas do Real Serviço que deste governo de Pernambuco se dirigem à Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos em 3 de março de 1789.

¹¹⁸ *Quinografia portuguesa*, op. cit., pp. 164-5.

¹¹⁹ Idem., ibidem, pp. 164-5

¹²⁰ "Documentação sobre doentes...", op. cit., p. 568.

porquanto com ela se tem curado todas as qualidades de febres, paralisias, debilidades de forças, indigestões, reumatismos, constipações, e outras várias enfermidades, a que a necessidade os obriga lançar mão dela. Neste Hospital Real Militar, se principia a fazer uso dela, para sezões, as mais rebeldes".¹²¹

Velloso tinha razão. A verdadeira quina do Brasil foi primeiramente encontrada no Rio de Janeiro. O capitão Francisco José da Silveira alegava tê-la descoberto, em 1805, sendo então reconhecida, classificada e descrita por Vicente Gomes da Silva, em 1806. Duas espécies teriam sido encontradas (*Cinchona macrocarpa* e *Cinchona pubescens*).¹²²

A Academia de Ciências não avalizou a memória, não a publicou¹²³, e alguns anos mais tarde formou uma comissão para estudar a quina do Rio de Janeiro. Os sócios, José Bonifácio de Andrade e Silva, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso e Bernardino Antonio Gomes, estudaram-na e publicaram os resultados dos exames químicos e ensaios clínicos realizados, em 1811, no tomo III, parte II, das Memórias de matemática e física da Academia, na qual chegaram à conclusão tão almejada: as cascas em estudo revelaram-se verdadeiras quinas.¹²⁴

Bernardino A. Gomes, ao que tudo indica não satisfeito com os resultados obtidos, continuou suas investigações até reconhecer que o distintivo das quinas era a existência de certas substâncias na sua composição. Assim, isolou o cinchonino, um dos princípios ativos da quina. "Se não descobriu pois o quinino, previu a sua existência, e

¹²¹ Ibidem, documento n. 27421. Velloso, orientando-se por D. José Celestino Mutis, diz que a quina branca encontrada em Santa Fé, "deve ser preferida nas febres inflamatórias (...), e sobretudo nas contínuas, crônicas, nas intermitentes muito rebeldes, no curativo, e regime profilático, porque dissolve, descoagula e precavê (sic) a putrefação, e purga brandamente". *Quinografia portuguesa*, op. cit., pp. 142-3.

¹²² ACL. Manuscrito azul, n. 17. Mem. 45. Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia. Tomo I, fl. 411-4.

¹²³ Ibidem. Estas memórias não foram aprovadas pelos acadêmicos, logo, não tiveram "lugar nas coleções da Academia".

¹²⁴ ACL. "Notícia da vida e trabalhos científicos do médico Bernardino Antônio Gomes". *Memórias da Classe de ciências matemáticas, físicas e naturais*. Tomo II, parte I, n. s., 1857. Ao que tudo indica havia discussões científicas memoráveis na Academia Real de Ciências de Lisboa. A memória escrita por José da Silva Feijó em 1789, cujo título é "Reflexões botânicas sobre a censura do *Jornal Enciclopédico* feita à *Flora lusitanica e brasiliensis*, "especimem" do Dr. Vandelli, professor de filosofia e medicina, Lente das duas cadeiras da Universidade de Coimbra- História Natural e Química" que o diga. Manoel José Henriques de Paiva fizera uma dura crítica à Flora de Vandelli, no jornal, mencionando que a obra não passava de um "mero catálogo de plantas", a maioria de Portugal e muito poucas do Brasil. Feijó tentava rebater à crítica, dizendo que até então os brasileiros não tinham se ocupado da tarefa, não cabendo a condenação ao mestre. Ver ACL. Manuscrito azul n. 374, mem. 08. Tomo II das memórias que não tiveram lugar nas coleções da Academia.

preparou muito imediatamente a sua descoberta (...)", depois efetuada pelos químicos franceses Pelletier e Caventou.¹²⁵

Os processos de separação do cinchonino, utilizados por Gomes, foram depois aproveitados para a extração dos demais alcalóides da quina. "Ensaio sobre o cinchonino, e sobre sua influência na virtude da quina e de outras cascas" foi publicado nas *Memórias de Ciências*, da Academia das Ciências de Lisboa.¹²⁶ Os estudos do médico tiveram reconhecimento internacional, mas em Portugal, dúvida e descrédito davam o tom aos manifestos de seus pares.¹²⁷

Façamos um pequeno intervalo, para rememorar a história da *Flora fluminensis*.

Velloso galhardamente conseguira, ao menos, salvar seus manuscritos do saque francês, trazendo-os para o Brasil em 1809, quando para cá se deslocou. Guardados no Convento de Santo Antonio no Rio de Janeiro, foram oferecidos a D. João VI, em 1811, após a morte do frei. Considerada perdida, a obra foi descoberta em 1825, na Biblioteca Nacional-RJ. D. Pedro I ordenou então a sua publicação. A impressão foi interrompida quando 75% do texto havia sido concluído. As gravuras foram litografadas em Paris, entre os anos de 1827 e 1831, em 60 fascículos, perfazendo 11 volumes em fôlio, com tiragem de 3000 cópias. Ao final da impressão, D. Pedro I voltou a Portugal, e o restante do pagamento não foi feito. Após processo judicial, ganho pelo impressor, 100 exemplares de estampas foram distribuídos entre livreiros, acompanhados de um histórico da Flora feito pelo editor; 500 vieram para o Brasil, e o restante foi vendido a peso na França.¹²⁸

Os que vieram para o Brasil foram guardados na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, sendo doados a quem manifestasse algum interesse. Lá permaneceram deteriorando-se pela umidade. Em 1861, incluíram-se exemplares da obra

¹²⁵ "Notícia da vida e trabalhos... op. cit., pp. 13-6. O "Ensaio sobre o cinchonino" foi publicado no *Edinbourg Med. and Cir. Journal*, vol. 7; *Medical and Phys. Journal*, vol. 27 e *Investigador Português*, vol. de novembro de 1811.

¹²⁶ ACL. *Ibidem*, Tomo III, parte I, 1812.

¹²⁷ O único jornal de medicina da época foi o grande polemizador. Sete números do *Jornal de Coimbra*, e um do *Investigador Português*, travaram guerra contra a descoberta do Dr. Gomes. Conferir "Notícia da vida e trabalhos científicos...", op. cit., pp. 17-8.

¹²⁸ Arquivo IHGB. Lata 760, pasta 11. "Frei Velloso...", op. cit., pp. 14-6.

ao leiloar-se 2950 arrobas de impressos. Os restantes, foram pesados no Trapiche de Mauá e vendidos como papel sujo à Fábrica de Papel de Petrópolis.¹²⁹

Sem comentários...

As viagens de Rodrigues Ferreira e Velloso - dois empreendimentos da maior importância para o conhecimento da natureza do Brasil - realizadas no Setecentos, são ainda hoje mencionadas como muito profícuas pelos resultados obtidos. Apesar de o Reino ter investido nessas expedições, não se esforçou em publicar seus resultados, nem em garantir a primazia dos descobrimentos científicos aos naturalistas que empenharam-se em suas missões, localizando e classificando novas plantas. Por quê esse (des)trato científico?

Embora atenta à conjuntura de crise do sistema colonial não posso deixar de registrar a pouca atenção dirigida a outros produtos - as plantas medicinais - quando não fossem elas altamente lucrativas e destinadas ao comércio interno e à exportação. Coletava-se, organizava-se e estudava-se as coleções que chegavam com o propósito de repor as riquezas esvaídas de minas esgotadas. Produtos medicinais só eram interessantes quando ofereciam promissoras divisas, como ocorria com a quina, a exemplo dos procedimentos adotados em relação às plantas para a agricultura, área prioritária nos interesses da Metrópole. Sob o ponto de vista das políticas fomentistas, procedia-se corretamente. Sob o ponto de vista da ciência dos medicamentos que combateriam as doenças que assolavam a metrópole e a colônia, nem tanto... Neste item, nossa Academia Científica esteve a frente.

Trabalhos como os de Bernardino Gomes, lograriam melhores resultados do ponto de vista médico-científico. Pois quando se tratou de divulgar as descobertas de grande envergadura sob o ponto de vista das ciências, tais como os de Ferreira ou de Velloso, as tentativas logo esmoreciam. O inventário da natureza parecia então suficiente. Com ele era possível planejar quais os produtos que deveriam ser incrementados.

¹²⁹ Ibidem, p. 17.

Certamente Portugal soube bem compatibilizar ciência e exploração colonial do ponto de vista das plantas agriculturáveis, porém parece pouco se levado em consideração que a metrópole não reivindicou para si nem mesmo os resultados das expedições empreendidas às suas custas. Os esforços e duro trabalho de coleta, descrição e classificação realizados tanto por Rodrigues Ferreira quanto por frei Velloso não tiveram seus resultados publicados em tempo hábil, tirando-lhes o direito ao mérito, ao reconhecimento e à autoria. Em ciências naturais, como em muitas outras áreas, é considerado autor quem primeiramente publica seu achado. E a publicação dos resultados científicos dessas viagens não se constituiu como prioridade em Portugal, e posteriormente no Brasil. Logo, muitos gêneros e espécies de plantas descobertas por nossos cientistas constam como encontrados por terceiros.

Tanto na Metrópole- como no Brasil pós-independência- os interesses econômicos suplantavam o desenvolvimento científico quando extrapolava-se a pauta dos produtos mais rentáveis. Arthur Neiva tinha razão ao dizer que "a ciência no Brasil acampa", referindo-se à instabilidade institucional que marca os empreendimentos científicos no país.¹³⁰ Ia mais longe chamando a atenção para o desmerecimento científico atribuído aos cientistas brasileiros:

"Raramente os investigadores estrangeiros querem reconhecer merecimento científico nos brasileiros ou melhor no sul-americano. Pouco fazem para que o meio progrida e nenhum esforço realizam em fazer escola e deixar discípulos. Os numerosos alemães, contratados pelos argentinos para Córdoba, que continuadores fizeram? O meio não favorece, é verdade, o desenvolvimento da ciência: em Portugal ou melhor, na Península Ibérica, os governantes nunca deram grande margem às pesquisas científicas."¹³¹

E quando deram, propiciando incursões científicas, acabaram por entregar seus resultados a cientistas de outros países.

Os espanhóis, a exemplo dos portugueses, também não conseguiram manter seus achados científicos. Como menciona Estrella,

"Os resultados dos trabalhos botânicos foram de indole diversa, mas no geral se logrou descobrir a flora de várias regiões, formando numerosas coleções e elaborando muitos desenhos, tudo enviado à Espanha em diferentes épocas. Este esforço científico e

¹³⁰ Luiz Fernando Gouvêa Labouriau. Apresentação da reedição do livro de Arthur Neiva. *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil*. Brasília, Ed. da UNB, 1989, p. 6.

¹³¹ Arthur Neiva, op. cit., p. 10.

artístico, foi conhecido de forma limitada pela comunidade científica, já que pouco se publicou, permanecendo a maior parte dos materiais inéditos. Coincidem estes acontecimentos com a decadência das atividades científicas espanholas no começo do século XIX, época em que os problemas econômicos e políticos internos, a invasão francesa, os movimentos de independência da América, debilitaram as instituições culturais impedindo sua proteção ao patrimônio nacional, permitindo que numerosos manuscritos, herbários e lâminas passassem a enriquecer várias instituições européias. Não sem razão o botânico David Don, ao examinar em Londres as coleções de plantas procedentes das expedições americanas que foram vendidas a Lambert, assinalava: "(...) desafortunadamente seus resultados (expedições e descobertas) tiveram pouca possibilidade de ser conhecidos pelo mundo científico".¹³²

Era portanto muito semelhante a prática científica implementada pelos países da Península Ibérica no que dizia respeito aos recursos naturais existentes nos seus vastos domínios. Movidos pelos mesmos interesses utilitários, espanhóis e portugueses não divulgavam suas riquezas naturais, guardando dados e resultados científicos obtidos a sete chaves como era de praxe no sistema colonial.

O culto racionalizado às ciências naturais tão propalado no século das luzes europeu, em Portugal e Espanha apresentava-se bastante pragmatizado. E foram vários os exemplos aqui citados de um culto à ciência dirigido.

No Brasil do século XIX, o médico e naturalista Freire Allemão, fundador da "Sociedade Velloziana de Sciencias Naturaes" do Rio de Janeiro, cujo número de trabalhos inéditos é ainda grande no país mas de valor incalculável no exterior¹³³, ao receber insistentes pedidos de Martius solicitando plantas "para classificarmos", dizia: "Nessa não caio eu, (...) hei de remetê-las somente depois de publicadas as descrições; a diagnose há de ser minha, boa ou má. Não é pouco vê-los na Europa desfazendo o que eu faço e corrigindo, mudando e dando a outrem o que a mim pertence".¹³⁴

Ao tentar assegurar o resultado de suas pesquisas, Freire Allemão andava na mesma senda de Bernardino Gomes. Também não era para menos: no Brasil, "paraíso dos naturalistas", pedidos de "amostras da flora medicinal" nunca paravam de chegar...

¹³² Eduardo Estrella. "La naturaleza americana y las expediciones botánicas españolas del siglo XVIII". In: *Flora Huayaquilensis. La expedición botánica de Juan Taffala a la Real Audiencia de Quito 1799-1808*. Quito, Ed. Abya-yala, 1991, pp. 47-8.

¹³³ Arthur Neiva. *Esboço histórico sobre botânica e zoologia no Brasil*. Brasília, UNB, 1989, p. 13. Neiva salienta que encontrando-se no ano de 1915 em companhia do botânico Miguel Lillo, este lhe mostrou uma das obras mais caras de sua biblioteca- um opúsculo adquirido em Londres. Tratava-se da descrição de um gênero e algumas espécies de Freire Allemão.

¹³⁴ Idem, p. 14.

Porém houve mudanças no Oitocentos. Em uma "memória apresentada ao governo do Imperador do Brasil",¹³⁵ enviada em 15 de janeiro de 1868 pelo doutor em Ciências e Medicina, Edward Bureau, vice-presidente da Sociedade Botânica da França, o naturalista discorria sobre a utilidade em introduzir na Europa alguns medicamentos brasileiros. Inicialmente fazendo menção a importantes vegetais procedentes da América do Sul, introduzidos na prática médica européia no século XVII, tais como a ipecacuanha, a quina e a coca, e nomeando o Brasil como o país mais rico em plantas medicinais que há no mundo (o que Martius já sugerira), propunha um "negócio a dois". Como a quantidade de plantas medicinais brasileiras que chegavam à França levadas principalmente por viajantes era diminuta tanto no que respeitava ao peso, quanto ao volume para serem experimentadas seriamente, propunha: a) que o Brasil enviasse gratuitamente vinte e cinco quilos de cada substância vegetal a ser testada, cabendo ao país escolher as plantas e supervisionar a coleta. Poderiam ser enviadas cinco ou seis substâncias de cada vez, todas elas com propriedades diferentes; b) que a França asseguraria a experimentação química e distribuiria plantas medicinais em hospitais e escolas de medicina para experimentos terapêuticos.¹³⁶

Claro que o futuro médico-comercial do empreendimento dependeria das curas obtidas através das plantas enviadas. Assim, a escolha cabia aos médicos brasileiros mais reconhecidos. Mais, a cada tipo de medicamento dever-se-ia juntar uma instrução detalhada indicando propriedades, modo de emprego e dose a ser administrada, além dos produtos obtidos através da manipulação das plantas em farmácia. Solicitava-se também os livros sobre plantas publicados no Brasil, como os de Freire Allemão, Correia de Mello¹³⁷, Peckolt, dentre outros. Recomendavam especial atenção ao envio da obra de Joaquim Correia de Mello por este ser farmacêutico e ter-se revelado mais exato e preciso cientificamente que Saint-Hilaire.

¹³⁵ ANRJ. Códice 807, vol. 15. "Memoire présenté au Government de Sa Majeté L' Emperateur du Brésil sur l' utilité d' introduire en Europe un certain numéro des médicaments brésiliennes, et sur les moyens qu' on pourrait employer pour arriver à ce but".

¹³⁶ ANRJ. Códice 807, vol. 15, pp. 109-26.

¹³⁷ O trabalho "As plantas de Campinas" de Joaquim Corrêa de Mello encontra-se publicado no *Almanaque de Campinas para 1873*. Ano III, 1872. Ao amigo Valter Martins, meu "obrigadíssimo" pela cópia desse artigo.

Após o envio das plantas com as descrições, usos, bibliografia, experimentos e produtos obtidos a partir delas, o cientista francês propunha-se a fornecer o "aval científico" às plantas testadas propondo a publicação delas concomitantemente no Brasil e na França. Sim, pois a França poderia prestar um serviço à sua medicina e o Brasil abriria um novo ramo de negócios...¹³⁸

A mudança efetuada dizia respeito à proposta de estabelecer um "negócio oficial" compartilhado. Mantinha-se sem dúvida a prática da apropriação, pois se demandava tudo o que até então os botânicos mais credenciados haviam pesquisado no Brasil. Porém colocava-se a necessidade de estabelecer uma parceria, consultando a autoridade máxima brasileira.

Por um lado argumentar-se-ia que os conhecimentos acerca das plantas medicinais brasileiras permaneciam "indo e vindo", prosseguindo a trajetória atlântica iniciada no Quinhentos. Por outro, poder-se-ia compartilhar da defesa de Arthur Neiva: a "nacionalização da ciência" no país começava a dar o ar da sua graça. Nacionalização essa que finalmente fora colocada na primeira sessão da "Palestra Científica do Rio de Janeiro", em 25 de junho de 1856.¹³⁹

Porém a nacionalização da ciência, no que diz respeito às plantas medicinais do Brasil, continua dando um passo a frente e alguns atrás. E a ilustração mais atual de acontecimentos antigos que continuam a repetir-se é a "biopirataria que ataca a floresta", segundo manchetes de artigos publicados recentemente no qual se chama a atenção para "empresas dos EUA e Europa que usam conhecimentos de índios brasileiros em novos remédios e não dão nada em troca, como prevê acordo".¹⁴⁰ A floresta amazônica se mantém fornecedora de novos fármacos que são estudados e processados fora do Brasil. E há quem diga que "impedir a exploração de substâncias por estrangeiros é um tipo de nacionalismo besta, que só faz atrasar o país".¹⁴¹

¹³⁸ ANRJ. Códice 807, op. cit.

¹³⁹ A primeira sessão desta sociedade científica realizou-se na Escola Militar contando com a presença dos conselheiros: Cândido Batista de Oliveira, Antônio Manuel de Mello, Guilherme de Capanema, Francisco Freire Alemão, Manuel Ferreira Lago, Frederico Leopoldo C. Burlamaqui e Manuel de Araújo Porto Alegre. Ver Arthur Neiva, op cit., p. 14.

¹⁴⁰ Folha de São Paulo. Caderno mais! Edição de 01 de junho de 1997, p. 16.

¹⁴¹ Folha de São Paulo. Caderno mais! Edição de 13 de julho de 1997, p. 17.

O próximo capítulo tratará dos boticários brasílicos. Taxados por seu ofício como os preparadores das "medicinas", serão estudados a partir da natureza do ofício. Estariam eles preparados para suas funções de curar? Souberam lidar com as plantas medicinais dos brasis, estudando-as para utilizá-las em novos medicamentos?

Vamos a eles.

CAPÍTULO III

BOTICÁRIOS SETECENTISTAS- a natureza do ofício.

"Boticário- O que tem botica, vende drogas medicinais, e faz mezinhas. Os boticários são cozinheiros dos médicos; cozem e temperam quando nas receitas lhes ordenam. Nicolau Longio tem um grande volume contra os boticários, que não conhecem perfeitamente as qualidades dos simples, vendem uma droga por outra, um medicamento velho e sem virtude, por um fresco e que novamente veio do Levante. Por isso proibiu o Imperador Nero todos os medicamentos, que vinham de remotos climas. Que necessário seria a visita nas boticas. O agarico se é macho, é mortífero; a coloquintida, se está madura, é perigosa; o maná, que passa de um ano, não presta; a canafistula velha não tem substância; a casca de ruibarbo carcomida não purga. Boticário quando faz as mezinhas que o médico ordena, se houvera de chamar propriamente medicamentarius".¹

José Pedro da Silva, farmacêutico português que se dedicou à história da farmácia, dizia estar Bluteau de muito mau humor ao definir a palavra boticário, "porquanto não é crível que sujeito de tanta erudição desconhecesse o testemunho de um (profissional) seu contemporâneo".² O que fazia Bluteau ser tão cáustico em relação aos boticários?

Durante certo tempo curar os doentes e obter os remédios para aplacar seus males foram tarefas de um mesmo ator. Não havia distinção entre médicos e farmacêuticos. Aos primeiros cabia também preparar e fornecer os medicamentos necessários ao doente. Somente no século VIII a arte de curar começa a ser dividida, não ficando mais a cargo do médico a obtenção dos fármacos que aliviavam as mazelas dos doentes.

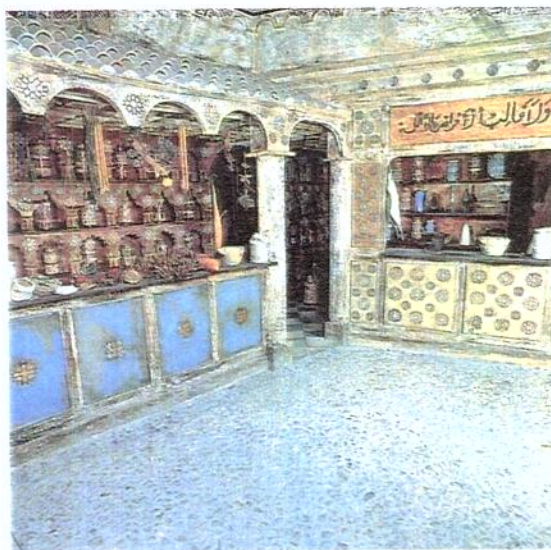


Fig. 11- Farmácia árabe-espanhola. Sala "Farmácias antigas" do Museu da Farmácia espanhola. Universidade Complutense de Madrid. S. d.

¹ Verbetes pesquisado em Raphael Bluteau. *Vocabulário Português e Latino*, vol. II, pp. 169-70. Edição de 1712.

² Pedro José da Silva. *Principais fatos da farmácia portuguesa nos séculos passados. Memória publicada na Gazeta de farmácia*. Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1868, p. 43.

Os árabes iniciaram esse processo de lenta separação, que estendeu-se até o século XIII, quando ainda eram muito estreitas as relações econômicas entre médicos e farmacêuticos. A formação das Ordens de São Cosme e Damião teria formalizado as primeiras inspeções aos estabelecimentos onde se preparavam medicamentos no decorrer do século XVI, quando então se considerariam delimitados os campos de atuação dessas duas artes como áreas de conhecimentos específicos.³ Esse argumento desenvolvido por Telles Palhinha é ampliado por José Pedro de Sousa Dias, outro farmacêutico português, estudioso da história da farmácia, segundo o qual nesta repartição da arte de curar o boticário teria libertado "o médico do trabalho manual da preparação dos medicamentos". De acordo com ele, a farmácia laica originou-se na intercessão entre os comerciantes de especiarias e os médicos na Idade Média.⁴ Assim, os boticários teriam surgido ao final do sistema feudal com o aparecimento dos mercados, o aumento da população nas cidades e o enriquecimento da burguesia mercantil.

"A divisão do trabalho entre físicos e boticários, representada pelo aparecimento destes últimos, não é um fenômeno isolado na economia medieval. Referindo-se ao progresso técnico produtivo entre os séculos XII, XIII e os finais do século XV, Armando Castro afirma que 'uma das principais expressões desse progresso assentou sem dúvida num avanço da divisão do trabalho, tanto através da formação e multiplicação de novas atividades produtivas exercidas por profissionais autônomos como, embora com uma dinâmica menos expressiva, através da subdivisão duma mesma atividade em tarefas autônomas'".⁵

Em Portugal tanto a separação da arte de curar em medicina e farmácia quanto os primeiros documentos que registram a existência do ofício de boticário apresentam uma defasagem de dois séculos em relação ao restante do ocidente cristão. Isto porque, nos tempos do Édito de Melfi⁶, os portugueses encontravam-se às voltas com a reconquista sem que houvesse um maior desenvolvimento comercial propiciador do surgimento de uma nova classe de proprietários e comerciantes, que somente surgiria no século XV.⁷

³ Telles Palhinha. "Algumas relações entre a farmácia e as ciências da natureza". Separata das *Memórias de Ciências*. Academia de Ciências de Lisboa, s. d., p. 3.

⁴ José Pedro de Sousa Dias. "Introdução à história da farmácia em Portugal nos séculos XVII e XVIII". Relatório de aula teórico-prática na Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica de acordo com o Estatuto da Carreira Docente Universitária. Universidade de Lisboa, 1986.

⁵ José Pedro de Sousa Dias. "Problemas e perspectivas na história das origens da farmácia em Portugal". Comunicação apresentada no I Congresso das Ciências Farmacêuticas. Lisboa, nov., 1982, pp. 6 e 9.

⁶ Primeira legislação que se refere à separação entre medicina e farmácia ocorrida no Reino das Duas Sicílias no século XIII. Conforme José Pedro de Sousa Dias. "Problemas e perspectivas...", op. cit.

⁷ Idem, ibidem, p. 9.

O ofício de boticário surgiu portanto em decorrência da divisão efetuada na arte de curar e, ao que tudo indica, pelo menos à primeira vista, com a função de "cozinhar para os médicos", como afirma Bluteau, "cozem e temperam quando nas receitas lhes ordenam". Certamente a definição do padre não retratava somente a sua impressão a respeito daqueles que preparavam os medicamentos, mas expressava o entendimento geral existente no Setecentos, acerca do ofício. Ao médico teria cabido a parte nobre da arte e ao boticário a parte mecânica, a "cozinha", o lugar onde se aviam os saberes do outro sem o qual não haveria razão para a existência de boticários, cuja competência técnica não ultrapassaria o fabrico das mezinhas, como eram chamados os medicamentos da época.

Pois bem; acrescente ao já dito o fato de os boticários portugueses, no tempo de D. João I (reinou de 1385 a 1433), participarem das comemorações religiosas ocupando o terceiro escalão nas procissões, lugar que dividiam com os merceeiros e especieiros. Nas corporações encontravam-se junto com ofícios ligados ao comércio de vários gêneros, dividindo a bandeira de São Miguel (o santo protetor desses ofícios) com os livreiros, serigueiros (trabalho de seda), sombreireiros, azevicheiros, caixeiros, confeitheiros, penteeiros, os que corrigiam barretes e os que faziam tecidos.⁸

O caso exemplar dos livreiros serve para mostrar por semelhança como foram percebidos os boticários no tempo das corporações de ofício; vendiam o que outros escreviam e editavam realizando o comércio do trabalho intelectual de terceiros. Assim os boticários eram vendedores de fórmulas preparadas por eles mesmos mas elaboradas pelos saberes dos médicos que as prescreviam, cujos conhecimentos distinguiam-se em importância daqueles dos boticários, "cozinheiros dos médicos". Tanto é verdade que o regimento dos boticários de 26 de agosto de 1497 rezava que todas as mezinhas que contivessem ópio, electuários, pílulas e trociscos fossem preparadas sob as vistas de um dos físicos citados, "os quais depois de ver os materiais e os pesos deles, misturem tudo,

⁸ Maria Vitória de Azevedo Gomes. "A Casa dos Vinte e Quatro e a representação da arte de botica". *Boletim da Escola Superior de Farmácia*, vol. III, 1949, pp. 53 e 62.

e o dito boticário as mande pisar, e depois as ministre segundo sua consciência, como mandam os doutores (...)"⁹

Participar na bandeira de São Miguel e ser controlado no exercício da arte juntamente com outros comerciantes evidenciava que os boticários não se distinguiam de outros ramos do comércio, e como negociantes poderiam usar substâncias "que não obram" (não produzem efeito) ou até mesmo adulterar composições prescritas.

Entretanto é deste mesmo século uma lei sobre o exercício das profissões médicas que esclarece o quanto os médicos ainda fascinavam-se pelo mundo do preparo dos medicamentos. Vejamos:

"A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber: que a nós foi feita informação que em algumas cidades, vilas e lugares dos nossos reinos os cirurgiões e físicos, que neles moram ou alguns tempos estão, fazem as mezinhas em suas casas para os doentes de que curam, e compram muitas vezes as mezinhas dos boticários para os doentes pelos preços acostumados, e dão-nas por outros preços maiores; de modo que o povo é enganado no preço das ditas mezinhas e os boticários não podem viver por seus ofícios, por os físicos fazerem as mezinhas em suas casas; e assim se esquivam de as comprar; que antes muitos se deixam morrer, que se curar; donde se segue os boticários não poderem ter, nem manter suas boticas, nem terem as mezinhas que são necessárias para boa provisão da gente, quando quer que adoeçam".¹⁰

Esse capítulo pretende examinar a natureza do ofício de boticário no Setecentos, trazendo os conceitos e preconceitos que o constituíram, discutindo a sua formação e habilitação marcadas pelas sucessivas intervenções metropolitanas na arte de preparar os medicamentos. A arte de curar da época será o pano de fundo da discussão que pensará nas ordenações e repartições de um saber sobre o corpo que foi se construindo através de muitas divisões e muitos curadores, não descuidando de pensar na constituição da ciência farmacêutica à luz da rica flora do Brasil e do traquejo dos boticários em lidar com ela. A seguir, as boticas- oficinas dos boticários, serão discutidas como espaço de socialização e rumores nos quais reuniam-se intelectuais, "conspiradores" e bons "vivants" setecentistas.

⁹ Regimento dos boticários da Cidade de Lisboa de 26 de agosto de 1497. Apud José Pedro de Sousa Dias. "Problemas e perspectivas...", op. cit., p. 10.

¹⁰ Lei sobre o exercício das profissões médicas em Portugal no século XV. Apud Pedro José da Silva. *Principais fatos da farmácia portuguesa nos séculos passados*, op. cit., p. 12.

1. Um ofício de segunda categoria

Aconteceu que

"os boticários na sua infância estiveram na classe média sem derogarem a nobreza que tivessem. El Rei D. Afonso V para os animar e seguirem esta útil profissão em benefício do Estado, que deles estava faltar, concedeu-lhes todas as honras, e privilégios, de que então gozavam os Físicos, e os Cavalheiros, e ordenou, que nos pleitos se lhes contassem custas como a Nobres; facultou-lhes poderem usar de Armas e de Sedas; e concedeu-lhes homenagem, aposentadoria, e isenção de todos os encargos, para o que lhes passou *Carta de Lei em 22 de abril de 1449*. Correndo o tempo foram tantos, e tais os que se aplicaram a esta Arte Farmacêutica, que se fizeram cair de estimação, de sorte que quando o Senhor D. Sebastião deu Regimento ao Mordomo-Mor em *03 de Janeiro de 1572*, e quando o Senhor D. Felipe promulgou as Ordenações do Reino em 1603, já os Boticários nestas legislações foram nomeados, misturados, e confundidos com outros oficiais mecânicos. E com efeito sabemos que nesta conformidade fora Luiz de Almeida, boticário em Coimbra, condenado por sentença a pagar oitavo como pagavam os plebeus; e que o Boticário Bartolomeu Henriques para ser promovido à Ordem de S. Tiago fora dispensado neste impedimento pelo Cardeal Rei D. Henrique em *04 de Junho de 1579*. Ainda hoje que os Estudantes da Faculdade de Medicina são obrigados no primeiro ano do seu curso a aprenderem, e a fazerem exame nesta Arte subalterna da Medicina, é ela tida por mecânica nos Estatutos da Universidade de Coimbra, enquanto determinam que os estudantes se não abdicuem desta operação, por não infundir mecânica em quem a não exercita por modo servil, mas só para adquirir os conhecimentos necessários para praticar com acerto a mesma Medicina, do que legitimamente se infere que como os Boticários exercitam esta Arte por ofício, e modo servil, vêm ela a infundir-lhes mecânica."¹¹

A apresentação do autor foi muito feliz ao demarcar os balizamentos que tornaram os boticários portugueses honrados e privilegiados em um determinado momento, para a seguir remetê-los à condição de ofício servil e mecânico subordinado à medicina.

O entendimento desse movimento de passagem de uma situação de privilegiamento a uma outra de servilismo transita pelo processo de separação processado na arte de curar. Historiadores da farmácia salientam que, desde os tempos de Hipócrates, os médicos (ditos físicos), quando assoberbados pelo trabalho clínico, valiam-se de poções medicamentosas preparadas por auxiliares. Prática corrente em Roma, na época de Galeno, tornou-se conhecida como *pharmaceutae*. Mais tarde

¹¹ Luiz da Silva Pereira Oliveira. *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*. Lisboa, Of. de João Rodrigues Neves, 1806, pp. 206-8.

denominou-se *pharmacopoei* àqueles médicos dedicados ao preparo de remédios, como também aos seus auxiliares, que trabalhavam sob supervisão deles.

Se Galeno procurava e coletava as plantas utilizadas como matéria prima de seus medicamentos, seus sucessores, médicos que também preparavam remédios, usavam comprá-las dos *rhizotomes* gregos ou dos *herbarii* latinos já dessecadas e preparadas. Contavam ainda com o fornecimento de toda a sorte de substâncias vindas de terras distantes trazidas pelos *pigmentarii* ou *seplasiarii*.¹² Depois vieram os *pharmacopoles*, vendedores de preparações compostas, divididos em *sellularii* e *circulatores*, ou seja, aqueles que tinham botica e os que vendiam a domicílio. "Parece certo que os médicos preparadores que já haviam se habituado a comprar as substâncias necessárias aos seus medicamentos encontraram mais facilidade em comprar certas preparações. Por seu turno, o público também se habituou a solicitar diretamente aos artesãos". Assim os médicos foram abandonando lentamente a tarefa de preparar os medicamentos. E os *pharmacopoles* tornaram-se os farmacêuticos de farmácia.¹³

A separação na arte de curar processou-se logo que ficou reservado ao médico a tarefa de diagnosticar, prescrever e acompanhar o tratamento recomendado ao doente, enquanto ao farmacêutico destinou-se o preparo e venda do medicamento prescrito. Como bem argumentam Fabre e Dillemann a farmácia foi criada juntamente com a medicina, pois mesmo não sendo atividades separadas, desde a origem o ato farmacêutico podia ser distinguido do ato médico, embora uma só pessoa as realizasse.¹⁴

Vale notar no entanto que a preparação e a venda do medicamento adquirem *status* menor e subserviente ao serem caracterizadas como atividades mecânicas. Os médicos, ao não conseguirem mais realizar o processo de cura por inteiro, vendo-se compelidos a dividi-lo, abrem mão da preparação do medicamento. Estigmatiza-se, porém, a parte do trabalho que deixou de ser de sua competência.

¹² No século VI alguns médicos já haviam abandonado a responsabilidade do ato de preparar medicamentos. Ver René Fabre et Georges Dillemann. *Histoire de la Pharmacie*. Paris, Presse Universitaires de France, 1971, p. 16.

¹³ Idem, ibidem, pp. 15-6.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 16.

Criou-se então uma espécie de estágio intermediário entre a arte nobre que um dia fora desempenhada pelos físicos e a arte "servil" praticada pelos boticários, de forma que:

"Entre os mecânicos, e os nobres há uma classe de gente, que não pode chamar-se verdadeiramente nobre, por não haver nela a nobreza política, ou civil, nem a hereditária: nem pode chamar-se rigorosamente mecânica, por se diferenciar dos que o são, ou pelo trato da pessoa, andando a cavalo, e servindo-se com criados (...) ou pelo privilégio, e estimação de arte, como o são os Pintores, Cirurgiões, e Boticários, que por muitas sentenças dos Senados foram em vários tempos escusos de pagar julgadas, e de outros encargos, a que os mecânicos estão sujeitos (...). Estes fazem um estado distinto dos plebeus, a que chamamos do meio, e gozam de uma quase nobreza, para certas isenções (...). Porém é-lhe necessário, que andem a cavalo, e se tratem bem, porque a arte somente por si não basta a privilegiá-los, mas pelo costume lhe não serve de impedimento".¹⁵

Se a utilidade do ofício pareceria conferir-lhe a inserção na categoria nobre ou servil, pois assim já se configurara anteriormente, em função das necessidades do Estado, voltemos ao texto de Luiz da Silva Pereira Oliveira: o aumento significativo do número de boticários fez com que o ofício caísse de estimação, de maneira que nas legislações de 1572 e 1603, os boticários foram "nomeados, misturados, e confundidos com outros oficiais mecânicos".¹⁶

Seria somente o aumento do contingente que os afastaria da nobreza?

"A vida de Corte enfatiza a aparência, dando primazia à honra, isto é, à imagem pública do valor de alguém (...)".¹⁷ O grande número de boticários não lhes permitia auferir renda possibilitadora de costumes tão refinados com tanta criadagem e tantos cavalos. Maculando costumes tradicionais, foi-lhes imposto um rebaixamento social pois mais do que a utilidade do ofício valiam os costumes impostos pela tradição que distinguiam o nobre do seu avesso.

Embora os boticários deduzissem "o princípio de sua arte donde a medicina confessa a sua origem; tendo por um dos principais argumentos da sua honra, o ser

¹⁵ Antônio de Vilas Boas e Sampaio. *Nobiliarquia Portuguesa. Tratado da nobreza hereditária, e política*. Lisboa, 1708. Apud José Pedro de Sousa Dias. "Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista". Tese de doutoramento. Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa), 1991, p. 218.

¹⁶ Luiz da Silva Pereira Oliveira. *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*, op. cit., p. 207.

¹⁷ Renato Janine Ribeiro. *A última razão dos reis. Ensaio sobre filosofia e política*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 83.

recomendada pelo mesmo Deus ao mundo para se conservarem perduráveis, e eternas neles as obras, e exercícios do seus alunos,"¹⁸ (...) eles exerciam práticas pouco condizentes com os médicos dogmáticos associando-se inclusive com os "pseudos médicos". Estes "contraem especial amizade com os boticários, barbeiros, parteiras, e cristaleiras para que estas, e estes o inculquem, e introduzam em todas as suas freguesias, ajudando-se uns aos outros, para que todos juntos infamem, e desacreditem aos médicos sábios, de quem se fazem os ignorantes jurados inimigos (...)".¹⁹

O mundo das ciências e das artes naturais pertencia à física e à medicina dogmática, mundo este não partilhado por boticários, barbeiros e cirurgiões cujas artes inseriam-se na medicina ministrante, ramo das ciências mecânicas, como salientava Brás Luis de Abreu. Este médico não deixava por menos; como o arauto de seus nobres pares enfatizava:

"Entra a Medicina Ministrante, e como inimiga doméstica pretende fazer-nos guerra mais porfiada, intentando que não se distinga o mecânico do nobre, o servil do doutrinal, e o ministrante do dogmático. O cirurgião aspira ao caráter de Doutor, o sangrador reveste-se de licenciado, o Boticário presume de cidadão, o cristaleiro mete-se a condiscípulo, e ultimamente a Parteira é o oráculo das gestantes, e mezinheira Circe de todo o gênero feminino, e até o alveitar pretende ser camarada de Apolo, ou sócio de Esculápio".²⁰

A arte de curar repartiu-se em vários ofícios; porém fez de todos eles artes subalternas consagrando somente aos doutores (os médicos dogmáticos) a nobreza da profissão e do poder de curar. Bluteau não tinha mesmo outra saída se não definir os boticários como "cozinheiros dos médicos".

Assim pelo menos encontra-se descrito o surgimento do ofício de boticário na historiografia atual portuguesa. Passemos então aos códigos e práticas que inventaram os boticários no reino de Portugal e suas conquistas, esclarecendo que esse ofício permaneceria mecânico até a chegada do liberalismo em Portugal.

¹⁸ Brás Luis de Abreu. *Portugal médico ou monarquia médico-lusitana histórica, prática, simbólica, ética e política*. Coimbra, Of. João Antunes, 1726, p. 116.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 686.

²⁰ Brás Luis de Abreu, *op. cit.*, pp. 114-5.



2. A invenção do boticário.

Tentemos novas trilhas para entender como se inventou este ofício. Enveredemos pelos regulamentos que circunscreveram a prática do boticário em Portugal e em sua rica colônia americana cruzando-os com a formação que recebiam para o desempenho da arte.

Os boticários eram formados seguindo o regimento dos ofícios mecânicos. Aprendiam praticando com um Mestre na condição de aprendizes. Essa antiga prática já fora formadora de físicos e cirurgiões no Portugal quatrocentista.

Iria Gonçalves registra que o castelhano Afonso Álvares, dono de botica em Lamego, em 1490, exercia a física sabendo muito da ciência "pela lonjura da prática que nisso tem com excelentes físicos". É que durante a Idade Média, os clínicos formados saíam de Salerno e Montpellier e como médicos "já feitos" iniciavam na arte um bom número de candidatos a Esculápio.²¹

Algo semelhante acontecia na área de farmácia. Os aprendizes de boticário praticavam com seus mestres até a obtenção da carta de exame. Mas a partir de quando essa preparação passa a ocorrer?

Anteriormente a 1338, D. Afonso IV mandara que físicos, cirurgiões e boticários fossem examinados por dois físicos do rei para poderem exercer as suas artes. No interregno entre D. Afonso IV e D. Duarte (reinou de 1433 a 1438), quando não são encontrados registros de exames para o exercício da física e cirurgia em Portugal, é curioso o fato de ter havido uma disposição universitária permitindo que bacharéis e escolares aprovados por Doutor ou Mestre, fizessem leituras sobre as várias disciplinas, o que era considerado "preparação inicial" necessária para exercê-las.

Se a determinação é clara para médicos e cirurgiões, para os boticários há controvérsias entre os historiadores a respeito do primeiro registro acerca da arte de preparar medicamentos em Portugal. No ano de 1449, D. Afonso V concedeu carta de privilégios ao Mestre Ananias, um árabe proveniente de Ceuta, carta essa estendida a outros boticários que o acompanhavam. Segundo a carta,

²¹ Iria Gonçalves. "Físicos e cirurgiões quatrocentistas". *Do tempo e da história I*, 1965, p. 77.

"(...) D.Afonso, Duque de Bragança, e Conde de Barcelos nosso muito amado, e prezado tio nos disse, que por quanto, que pela muita mingua, que houve no tempo da peste, das mezinhas, e boticas, em que pereceram muitas gentes, e das que se achavam, estão faltas de mestres, fizeram vir de Ceuta ao Mestre Ananias, trazendo muitas à sua custa, e com elas alguns boticários aptos para este Reino, prometendo-lhe da nossa parte certos privilégios, liberdades e isenções, os quais nos pedia lhes declarássemos, para saberem os de que gozam; (...) assim o dito Mestre Ananias como todos os mais, que com ele vieram, e aos que após dele vierem, ou aprenderem com ele, ou de com outros quaisquer dos nossos Reinos, e assentarem suas boticas estáveis em qualquer parte deles, e nelas tiverem aptas tantas mezinhas, e boticas, que sempre estão bem amezinhadas, e não corruptas, que tenham de valor mil e quinhentas coroas de valor delas aos tempos, que se mandarem correr, sendo sempre frescas, e visitadas pelos Físicos de nossos Reinos, a que cumprirá a visitação das tais, que eles gozem de todos os privilégios, graças, e isenções, que por nós, e pelos Reis nossos antepassados são concedidos aos Doutores Físicos, e dos mais que de direito lhes forem concedidos, e devidos; entre os quais são de todas as honras, de que gozam os Cavaleiros, e quando se lhes contarem custas, que houverem vencer, lhes contem como nobres, (...)".²²

Eram estes os tempos de "todas as honras e privilégios" para os boticários... Tempos em que os reis precisaram dobrar-se aos saberes dos homens de Ceuta. Como referenciava Pereira Forjaz, quando "se davam aos farmacêuticos honras de cavaleiros ficando suas oficinas isentas de contribuições".²³

Porém, houvera a determinação anterior de D. Afonso IV na qual se fizera referência direta aos boticários, afastando a hipótese de ser a carta de Mestre Ananias o primeiro registro de atividade farmacêutica. Entretanto são escassos os documentos que a registram. José Pedro de Sousa Dias enumera pelo menos seis boticários exercendo a arte anteriormente a 1449. Já Tello da Fonseca chama a atenção para o fato de que até os alveitares (veterinários) eram examinados nestes tempos. São dele as palavras:

"Se para os alveitares, se reclamava a verificação de sua competência, tal como se fazia para os físicos e cirurgiões, não é de deduzir que os boticários não estivessem sujeitos à mesma ordenação? A existência do físico, do cirurgião, do alveitar, pressupõe a idéia do remédio, e conseqüentemente, o seu preparador- o boticário, que não podia deixar de ser examinado como qualquer daqueles".²⁴

Pedro José da Silva, valendo-se do Regimento de preços de 1497, elabora um argumento dos mais plausíveis e consistentes para entender porque não se encontram

²² Carta de Privilégios. Apud Pedro José da Silva. "Principais fatos...", op. cit., pp. 8-9.

²³ Prof. Pereira Forjaz. "A Academia de Ciências de Lisboa e os estudos farmacêuticos em Portugal". *Revista portuguesa de farmácia*, 7(4), out.-dez., 1958, p. 195.

²⁴ Manuel das Dores Tello da Fonseca. *História da farmácia portuguesa através da sua legislação*, vol. II. Porto, Emp. Ind. Gráfica do Porto, 1936, p. 12.

nem resquícios das cartas de exame de boticários. Existe a possibilidade de os boticários terem sido considerados profissão comercial, portanto afetos às municipalidades e não ao físico-mor, em todo o século XV e boa parte do século XVI, daí a explicação para a inexistência das cartas de exame neste período. A hipótese de Silva pode ser provada lançando-se mão da Carta Régia de 1533 que passou a proibir as municipalidades de intervir "em coisa alguma que toque a examinação dos físicos e boticários, em suas cartas nem alvarás de licenças".²⁵ No Regimento dos Boticários de Lisboa, reformado em 1572 por Duarte Nunes de Leão, ainda permanece explícita a determinação de que "nenhuma pessoa poderá ser boticário, nem ter botica nesta cidade sem ter carta de seu exame para o poder ser, a qual será registrada na Câmara desta cidade, onde pedirá este regimento daquilo que será obrigado a fazer".²⁶ Ao que tudo indica permaneciam arestas para aparar no que dizia respeito à regulamentação do ofício de boticário.

Entenda-se que as questões sanitárias em Portugal e seus domínios desde a Idade Média até o Oitocentos estiveram a cargo principalmente do físico-mor e da Universidade de Coimbra, como também, em determinados períodos, à Junta de Proto-Medicato e às Câmaras Municipais.

Foi através do Regimento do Físico-mor, editado em 1521 no reinado de D. Manuel, e ainda em vigor no século XVIII, que os farmacêuticos examinados certamente passaram a ostentar a carta de exame. Segundo o regimento

"muitos boticários e pessoas outras assentam botica não tendo aquela suficiência que convém para tal ofício, da qual cousa se segue à vida dos homens muitos grandes inconvenientes, por não saberem fazer as mezinhas como devem, querendo nisto prover, assim como seja dado remédio a coisa tão prejudicial, defendemos e mandamos, que daqui em diante nenhum boticário ou pessoa outra, em todos os nossos Reinos e senhorios, não possa assentar botica, nem usar do ofício de boticário sem primeiro ser examinado pelo nosso Físico-mor (...)"²⁷

²⁵ Manuel das Dóres Tello da Fonseca, op. cit., vol. I, p. 39.

²⁶ Pedro José da Silva. *Principais fatos da farmácia portuguesa nos séculos passados*. Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1868, p. 19.

²⁷ Pedro José da Silva. *História da farmácia portuguesa desde os primeiros séculos da monarquia até o presente*. Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1866, pp. 8-9.

As Ordenações Filipinas de 1603 responsabilizaram-se por estabelecer "a jurisdição do fisico-mor sobre as profissões da saúde, a determinar quais os pesos e medidas obrigatórios aos boticários e a regulamentar a posse e venda de venenos".²⁸



Fig. 12- Carta de exame do boticário Lourenço José Peres. Lisboa, 9 de junho de 1798. Biblioteca da Ordem dos Farmacêuticos de Lisboa.

²⁸ José Pedro de Sousa Dias. "Inovação técnica..." op. cit., p. 221.



Fig. 13- Carta de exame do boticário Caetano José de Azevedo. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1812. Biblioteca da Ordem dos Farmacêuticos de Lisboa.

Mas como os boticários adquiriam aquela "suficiência que convinha para tal ofício"?

O aprendizado com o mestre demandava no mínimo quatro anos, não sendo raro virem os ensinamentos acompanhados de cama e comida na própria botica. Como em todo o ofício que se preze, também entre os mestres boticários havia os mais solicitados e que cobravam pelo ensino da arte, sendo costume selar um contrato com os pais do aprendiz. As farmácias dos conventos eram também importante pólo formador de boticários no século XVIII. Como registrava Pedro José da Silva era nelas que se formavam aqueles mais hábeis e instruídos.²⁹ Obviamente o aluno não recebia nenhuma remuneração, trabalhando para aprender o ofício.

Traduzido do espanhol, o manual de orientação usado para a aprendizagem era o "Exame de Boticários", de frei Estevão de Villa. O capítulo "Pragmática Didascal que devem observar os discípulos da arte farmacêutica e obrigações a que atentamente devem assistir mediante o tempo de praticantes", introduzida na edição portuguesa de 1736 por José Homem de Andrade, trata de um ordenado método que orienta para o exercício de trabalho disciplinado, que se estende da preparação dos remédios às devoções cristãs. Desde a limpeza da botica ao minucioso preparo dos medicamentos, passando pelas regras de respeitabilidade a serem observadas tanto em relação ao mestre quanto ao público que busca o remédio para as suas mazelas, não cansava de recomendar:

"Em acabando o despacho, e aviamento da botica, tomará seu caderno, ou livro da Teórica, e estudará a sua lição; e estudada, pedirá ao mestre explicação do que duvidar: e cotinuando nesta forma o decurso do mais tempo, terá particular lembrança, e cuidado de trazer tudo curiosamente limpo, e de aviar com muito agrado a todos, de tal sorte que ninguém vá descontente; e para acertar em tudo, se lhe encarrega seja muito devoto de Nossa Senhora, rezando-lhe todos os dias seu Santíssimo Rosário, para que por sua intercessão Jesus Cristo Nosso Senhor, e mestre, que de teu virginal ventre recebeu a humanidade por nos salvar, lhe dê acerto em obrar, para que suas medicinas aproveitem para maior honra, e glória sua".³⁰

²⁹ Pedro José da Silva. *Principais fatos...* op. cit., p. 69. "É certo que D. Caetano de Santo Antônio, frei Cristovão dos Reis, D. Antônio dos Mártires e frei João de Jesus Maria, autores nossos que escreveram sobre farmácia no século XVIII, foram farmacêuticos administradores das ditas boticas".

³⁰ Frei Estevão de Villas. *Exame de Boticários*. Lisboa, Of. de Manoel Fernandes da Costa, 1736, p. 23.

Não deixa de lado a "teórica da arte", inicia pelo "Proêmio de Dioscórides", passa pelos autores gregos e latinos. Usando e abusando dos Cânones de Mesué, transcreve vinte e seis deles, sempre em latim, anotando ao final observações que julga procedentes, esclarecendo não ser seu intento "traduzir os cânones em romance, porque suponho, que o praticante há de saber latim; e se o ignora recorra a Velez, ou Fuente Pissiola, que aí os achara construídos: e por isso tratarei aqui somente do que pareça necessário para a boa inteligência deles.(...)".³¹

Mesué foi autoridade máxima na arte de ensinar a preparar medicamentos durante toda a Idade Média, indicando a permanência de forte preponderância da farmácia árabe-galênica em Portugal.³² No Setecentos ainda mantinha-se sua autoridade, em detrimento da farmácia química, a grande inovação na área do medicamento.

Mas nem só através do "Exame de Boticários" os aprendizes se preparavam; o "Coletâneo Farmacêutico" não ficava atrás como obra de referência para o preparo dos exames, já que era este o texto de escolha da Fisicatura-mor. Tal obra publicada por Antônio Martins Sodré, pseudônimo do farmacêutico D. Antônio dos Mártires, cônego regente de Santo Agostinho, era um livro bastante simples. Escrito sob a forma de perguntas e respostas continha conceitos de prática farmacêutica e descrições de algumas drogas medicinais, baseadas em Mesué.³³

Quando o Físico-mor passou a examinar os postulantes a boticários no Seiscentos, já lhe cabia conceder licença para abrir botica e proceder visitas regulares para inspeção do preparo de mezinhas. Seu poder sobre as boticas constituía atividade altamente lucrativa, uma vez que parte do pagamento pelos seus serviços revertia para seu próprio bolso. E mais, essas propinas advindas das taxas de exame, visitas e licenças constituíam o seu ganho, pois ele não recebia proventos fixos. Ousaria argumentar que esta forma de ingresso no ofício, via exame feito pelo Físico-mor, deve ter contribuído substancialmente para o incremento do número de boticários examinados, no reino de Portugal, suspeita essa também levantada por outros historiadores da farmácia. No Brasil

³¹ Idem, *ibidem*, p. 50.

³² Em 1015, Mesué foi cognominado "pharmacopeorum evangelista", destacando-se como um "dos mais notáveis farmacólogos medievais cristãos". *De medicinis universalibus et particularibus* é sua obra mais famosa. Ver Luís de Pina. "A 'farmacopéia' de Francisco Sanches (Tolosa, 1636)". Comunicação apresentada no II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, 1952.

³³ Pedro José da Silva. *História da farmácia portuguesa...* Op. cit., p. 24.

foram tantos os abusos praticados em função dessa prerrogativa do Físico-mor que em 1744 criou-se o "Regimento do que devem observar os Comissários Delegados do Físico-mor do Reino do Estado do Brasil".³⁴

Mas não eram somente o Físico-mor e seus delegados que examinavam os boticários. Havia outra forma de ingresso no ofício. Essa se dava via Faculdade de Botica, criada na Universidade de Coimbra em 1537, estabelecendo concorrência entre a Universidade e os poderes do Físico-mor na expedição dos certificados que propiciavam exercer o *métier* de boticário. Era situação idêntica à enfrentada pelos médicos. Assim, havia formas divergentes quanto ao *début* na profissão. Além disso, no início do Seiscentos, sob um clima de total intolerância religiosa, instituiu-se o Regimento dos médicos e boticários cristãos-velhos, datado de 7 de fevereiro de 1604, que rezava:

"os que houveram de ser admitidos ao partido de medicina, não hão de ter raça de judeu, cristão-novo, nem mouro, nem proceder de gente infame, nem ter doenças contagiosas; hão de ser de habilidade, e esperanças, e sendo possível honrados, e de boa graça e pessoa, porém ainda que não o sejam, nem por isso se terão por inábeis, tendo as mais qualidades.(...)"

E porque terá muito grande serviço de Nosso Senhor, quietação e proveito geral dos ditos meus Reinos, assim como há médicos cristãos-velhos, haverá também boticários cristãos-velhos; pois na fidelidade deles compondo e ordenando as mezinhas, como os médicos receitam, consiste principalmente a segurança das vidas: ordeno e mando, que daqui em diante haja vinte lugares para mancebos sem raça alguma, e de boas partes, que depois de Latinos (sic) aprendam para boticário, na ordem seguinte (...)"

Mandava que fosse pago a cada um dezesseis mil-réis por ano para seu sustento, pelo espaço de seis anos, no qual deveriam aprender latim em três ou quatro anos, reservando os restantes para a prática. Assim seriam entregues

"(...) pelo Reitor da Universidade, aos boticários da cidade de Coimbra, e de outras cidades, e vilas do Reino, que houver mais insígnies, que sejam cristãos-velhos: para em quatro anos, que é tempo bastante, os darem bem ensinados e destros na arte. Esses boticários serão os dos Hospitais, e Misericórdias, ou quaisquer outros cristãos-velhos de bom nome e suficiência.(...)"

No fim do tempo virão perante o Reitor com a certidão dos boticários que os ensinaram, e serão examinados pelo Lente de Prima e de Véspera de Medicina; os quais tomarão dois adjuntos que ao Reitor parecer dos boticários da cidade de mais suficiência; e com sua provação se dará quitação aos boticários, a que forem entregues. E sem mais exame do meu Físico-mor poderão estes mancebos usar de seu ofício, sem embargo dos regimentos novo e velho do dito Físico-mor, os quais dei por revogados

³⁴ O regimento será apresentado mais adiante, no item "Boticários brasílicos e afins".

nesta parte, por favor e autoridade da Universidade: e por se fazer o dito exame por tantas pessoas e tão suficientes, os quais por ele tem pouco interesse".³⁵

Afora a contundente intolerância religiosa, as novidades trazidas pelo Regimento residiam na criação dos partidos (bolsas de estudo) para boticários e a obrigatoriedade do aprendizado do latim, pois este era o idioma no qual publicavam-se livros e formulários específicos do ofício nos séculos XVI e XVII. Quando se editaram as primeiras farmacopéias portuguesas nos Setecentos, acrescidas pela imposição legislativa de que todas as prescrições fossem feitas em português,³⁶ o latim foi abandonado, pois o idioma no caso funcionava como mais um empecilho para os cristãos-novos exercerem a arte de curar. Observa-se no entanto que se mantinha o mesmo procedimento no formar os boticários, pois os aprendizes preparavam-se de fato praticando e aprendendo com os Mestres e não assistindo preleções na Universidade, como ocorria com os médicos que ali tomavam cursos de teórica e prática.

A Faculdade de Botica nunca existiu de fato. O que havia de direito era o "valor" atribuído às cartas de exame expedidas por ela, as quais possibilitavam melhores colocações, principalmente quando o intuito do boticário fosse algum cargo privilegiado, tais como: Boticário da Casa Real; Boticário Examinador ou Visitador, ou outros empregos públicos. Manteve-se no entanto o pagamento aos examinadores; os Lentes de Prima e de Véspera, e seus adjuntos, recebiam propinas para examinar os candidatos a boticário, ônus creditados aos postulantes.

Boticário- um médico ministrante, um ofício mecânico ou um seguidor de uma arte subalterna? Não importa a denominação nem o *status* que se lhe atribua, o certo é que inventou-se um profissional construído nos meandros da lei e da formação para o desempenho da arte. Os processos descritos ao enquadrarem o aprendizado e regulamentarem o ofício dão o pano de fundo para o estudo dos boticários. Pretensamente "formados" na pomposa "Faculdade de Botica", eles foram constituídos como profissionais suspeitos, pois tanto podiam curar como matar com suas poções que transformavam-se de remédios em venenos num piscar de olhos. Assim, sob as lentes da

³⁵ Pedro José da Silva. *História da farmácia portuguesa...* Op. cit., pp. 12-3.

³⁶ Idem, p. 26. Cortes de Lisboa celebradas a 11 de fevereiro de 1498. Das receitas escritas em português.

preparação para desempenho do ofício, inventou-se um sempre visado boticário; sob a letra da lei inventou-se um comerciante sempre disposto a falsear pesos estabelecidos, adulterar mezinhas e cobrar preços extorsivos.

3. À guisa de introdução aos boticários brasílicos.



Fig. 14- Caixa de botica ou botica portátil oriunda da França. Coleção particular. Século XIX.



Fig 15- Botica portátil homeopática do Porto e de Paris, respectivamente. Ambas encontram-se no Museu Maximiano Lemos. Faculdade de Medicina do Porto. S. d.

Caixa de botica se chamava aquela arca de madeira em cujo interior eram encontrados um certo número de medicamentos. Foram trazidas para o Brasil pelos cirurgiões-barbeiros e pelos aprendizes-de-boticário, nos tempos dos primeiros povoadores, em substituição à loja de drogas. Também aqui chegaram conduzidas por jesuítas, visitantes ou invasores, sendo cuidadosamente carregadas por bandeirantes e por todo tipo de expedições.³⁷

O exercício da atividade farmacêutica encontrava-se assim nas mãos daqueles que portavam as caixas de botica. Eles constituíam os primeiros "donos" do ofício. "Curandeiros e curiosos exerciam a medicina, a cirurgia, a obstetrícia e prescreviam medicamentos".³⁸ Além dos profissionais dos estabelecimentos religiosos ou das tropas, não se encontravam boticários licenciados ao exercício profissional, nos primeiros tempos coloniais. Como bem salienta Araújo, eram boticários no Brasil do século XVI, os jesuítas em seus colégios e integrantes das ordens religiosas através de suas enfermarias. Atividade que lhes abria, inclusive, possibilidades de catequese além de

³⁷ Ver Lycurgo de Castro Santos Filho em *História geral da medicina brasileira*, vol. I, op. cit., p. 327. Conforme descreve esse autor, os jesuítas foram físicos, cirurgiões-barbeiros, enfermeiros e boticários, contando-se em 45 o número de boticários-jesuítas que prestaram serviços de saúde no decorrer dos dois séculos de atividade no Brasil. Ver pp.119-121.

³⁸ Carlos da Silva Araújo. *Figuras e factos na história da farmácia no Brasil português*. Lisboa, Ed. Império, 1954.

informações muito valiosas a respeito da arte de curar e da terapêutica empregada pelos indígenas que aqui viviam. "Os jesuítas orgulhavam-se de ser médicos, boticários e enfermeiros e de as suas casas serem as boticas de todos". Nizza da Silva também salienta o desconhecimento acerca do número de boticários atuando no Brasil, no Quinhentos.³⁹ Serafim Leite diz que Manuel Tristão e Pedro Cunha, irmãos da Companhia, exerciam o ofício de boticário, tendo chegado ao Brasil em 1568 e 1599, respectivamente. Alude ainda que foram treze os jesuítas-boticários que se instalaram na América portuguesa no Seiscentos e trinta os que aportaram no século XVIII.⁴⁰

Várias das "descobertas" realizadas na América e que a seguir se tornaram recursos terapêuticos de utilização mundial foram decorrentes desse encontro entre jesuítas e indígenas: a quina, a ipecacuanha, o jaborandi, o guaco, a copaíba, a papaina, a salsaparrilha, o curare, dentre outros.⁴¹

Laura de Mello e Souza destaca os índios, os mestiços e os africanos como os grandes curandeiros do Brasil colonial. Utilizavam-se dos conhecimentos que possuíam acerca de ervas, associando-os aos rituais próprios de suas culturas para desenvolver sua atividade possibilitando, inclusive, a incorporação desses conhecimentos à medicina popular européia.⁴²

Diogo de Castro foi o primeiro boticário a chegar ao Brasil. Contratado por Tomé de Souza, esse encarregado da "caixa de remédios" recebia quinze mil réis por ano como remuneração. Jorge Fernandes aportou na Bahia em 1553 como médico licenciado, com a função de delegado do Físico-mor do Reino.⁴³

No Brasil, assim como em Portugal, os boticários não pareciam muito bem vistos pelas autoridades. Como mencionava o governador de Santa Catarina,

³⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva (coord). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, Verbo, 1994, p. 110.

⁴⁰ Serafim Leite. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*. Lisboa, Ed. Brotéria, 1953, pp. 99-100.

⁴¹ Ver capítulos I e II da presente tese.

⁴² Consultar Laura de Mello e Souza. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 166-83.

⁴³ É de 1561, o alvará real que proibia aos físicos prepararem ou venderem mezinhas e aos boticários de associarem-se a eles. Conforme Tello da Fonseca. *História da farmácia portuguesa através de sua legislação*, op. cit. Essas práticas ainda seriam motivo de representação à Junta Central de Higiene, em 1860, quando os médicos Nicolau Joaquim Moreira, Aristides Garnier, e o farmacêutico Júlio Janvrot solicitam providências contra o exercício ilegal da farmácia.

"(...) é preciso haver grande cautela e vigilância com estes boticários, por serem todos ladrões que só cuidam em roubar a Real Fazenda, carregando-lhe sempre os remédios por maior preço do que manda o regimento, como agora claramente se viu nesta cidade, onde examinando-se as contas do Boticário do Partido da mesma, que era tido como homem verdadeiro e de boa consciência, não só em toda esta capitania, mas em todo este continente, se lhe acharam todas as adições de remédios que tem dado, carregadas por maior preço do seu justo valor, e as maiorias de algumas com tanto excesso, que tinham de acréscimo duas e três partes mais do que a sua verdadeira importância (...)."44

Esse lado do Atlântico não lhes retirava a pecha de espúrios comerciantes...

No decorrer dos séculos XVI e XVII, a maioria dos boticários que chegavam era de cristãos-novos. Fugindo da Inquisição ou deportados por esses tribunais aqui se fixavam montando botica. Filhos de portugueses ou de castelhanos, quase todos eram judeus de origem, sendo seus pais também boticários, ou pedreiros, carpinteiros e alfaiates. Em 1591, o cristão-novo Luís Antunes, nascido em Évora, tinha botica em frente ao Hospital da Misericórdia em Olinda. Já Gaspar Rodrigues Tojo, castelhano, meio cristão-novo, estabelecia-se em Felipéia, Capitania da Paraíba, no ano de 1595.⁴⁵

Muitos boticários cristãos-novos enriqueceram em terras brasileiras. Os pais de Antônio Moraes Silva- autor do "dicionário do Moraes", por exemplo, viviam "dos lucros de uma botica que administravam por um caixeiro". Os cristãos-novos também comercializavam plantas medicinais, pós, elixires e receitas num amplo intercâmbio.⁴⁶ Sem dúvida esse sucesso financeiro não passava despercebido das autoridades coloniais que supostamente também visariam combatê-los chamando os boticários de ladrões. Certamente na colônia reproduzia-se o preconceito metropolitano.⁴⁷

Os boticários, assim como os demais "curadores", não se restringiam a preparar medicamentos nos primeiros séculos coloniais. Atendiam, prescreviam, aviavam e vendiam medicamentos além de praticarem pequenas cirurgias e curativos. Vinham licenciados da metrópole ou recebiam sua carta de exame em terras brasileiras após serem

⁴⁴ Carta do Governador de Santa Catarina, Francisco de Sousa Meneses ao Vice-Rei em 27 de maio de 1711. Apud Carlos da Silva Araújo. "A farmácia brasileira sob D. Pedro I". *Imprensa Médica*, ano XIX, n. 10, 1955, p. 613.

⁴⁵ Bella Herson. "Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira". Tese de doutoramento. FFLCH/DH (USP), 1988.

⁴⁶ Idem, p. 169 e 294.

⁴⁷ Maria Luiza Tucci Carneiro. *Preconceito racial. Portugal e Brasil-colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1988, Cap. IV. Segundo a autora o "Processo de miscigenação, a falta de elementos humanos para o exercício de determinadas funções, a distância da metrópole, a constante assimilação de elementos culturais do branco aristocrático por aqueles que pretendiam ascender na escala social, são alguns dos fatores que contribuíram para abrandar as atitudes preconceituosas. Mas a discriminação existia sustentada pela ordem legal e simbólica herdada de Portugal". Idem, p. 196.

examinados. Muitos no entanto encontravam-se "fora da lei" que regulamentava o exercício do ofício.

Cirurgiões também atuavam como boticários em todo o período colonial. Simão Pinheiro Morão, em 1677, no manuscrito "Queixas retidas em ecos dos Arrecifes de Pernambuco" dizia que os cirurgiões mesmo sem conhecerem os medicamentos e suas virtudes preparavam-nos.⁴⁸ Luís Gomes Ferreira, cirurgião aprovado estabelecido nas Minas, além de revelar suas invenções medicamentosas, fazia advertências a respeito das medidas e pesos dos remédios de botica não se restringindo aos de uso externo, medicamentos esses que poderiam ser preparados por cirurgiões.⁴⁹ É plausível supor que fossem cirurgiões, os praticantes da arte de curar existentes em maior número na América portuguesa colonial. Além de se fazerem sempre presentes na documentação sobre o período, são também eles que comparecem em maior número no conjunto daqueles que buscavam oficialização no ofício, em inícios do século XIX.⁵⁰

As Câmaras faziam o registro das licenças para exercer os ofícios dentre nós e geralmente acatavam as solicitações dos cirurgiões quando reivindicavam manter botica aberta a despeito da existência de boticários no local. "Na portaria para Francisco Ribeiro da Rocha para ter botica aberta":

"Porquanto Francisco Ribeiro da Rocha cirurgião aprovado, me representou tinha botica na praia desta cidade ao corpo da guarda que havia mais de quarenta anos que existia dito sítio sendo sempre de vários donos todos cirurgiões e porque alguns boticários da mesma cidade pretendiam fazer com que se fechasse a dita botica com o fundamento de não ser ele suplicante boticário de profissão me pedia lhe mandasse passar Portaria para poder ter aquela botica aberta como a tiveram seus antecessores. E visto informarem os oficiais do Senado da Câmara desta cidade ser justificado o requerimento do suplicante por ser estilo nela terem os cirurgiões medicamentos sem impedimento algum em benefício público, e que nunca o tivera a dita botica sendo sempre de sujeitos da mesma arte. Mando que possa o suplicante ter a dita botica aberta na forma em que a tiveram seus antecessores e que se lhe não ponha o menor impedimento ao uso dela".⁵¹

⁴⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Dicionário da história da colonização...*, op. cit., p. 110.

⁴⁹ Luís Gomes Ferreira. *Erário mineral*, op. cit., index.

⁵⁰ Tânia Salgado Pimenta. "Artes de curar- um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX". Dissertação de mestrado. IFCH/DH (UNICAMP), 1997. Segundo a historiadora, no período de 1808-1828, 39% daqueles que recorriam à Fisicatura-mor para legalizarem o exercício do ofício eram cirurgiões, (p. 36). As solicitações de brasileiros no conjunto das especialidades alcançava o percentual de 40% (p. 42).

⁵¹ Ministério de Educação e Saúde. *Documentos históricos. Portarias 1720-1721*, vol. 69, 1945, pp. 188-9.

Os ofícios portanto não encontravam completa delimitação em relação ao campo específico de suas atribuições. Contrariando os regimentos reais, as portarias coloniais no geral não cerceavam o exercício de atividades paralelas.

Mas não eram somente médicos, cirurgiões e barbeiros que "atormentavam" os boticários vendendo remédios. Havia ainda os droguistas- "mercadores de drogas"- que vendiam os "simples" com autorização para tal. Algumas das contendas existentes entre boticários e droguistas serão discutidas no próximo item.

Diferentemente da metrópole, cirurgiões e boticários no Brasil não se viam constrangidos pela natureza de seu ofício. Pelo contrário. Em 1633, na cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos, o boticário Manoel da Maia dava um lance de nove mil réis pelo peso da cidade, arrematando-o. Ação essa repetida no ano de 1640 e 1641 pelo mesmo Manoel Maia que pagou dez mil réis respectivamente pela "arrematação do peso que esta entre os guindastes da cidade".⁵² A arrematação do peso foi uma das tantas lutas travada pelos boticários na França por questões de prestígio. Desde 1560 até 1777 eles mantiveram a atribuição de visitarem os mercadores e os comerciantes para verificação dos pesos e balanças usadas.⁵³

Em Lisboa, a aferição dos pesos e das balanças dos boticários era privilégio dos ourives de prata. Desde o reinado de D. Manuel até a segunda metade do século XIX, a aferição era feita pela Confraria de Santo Elói, que reunia o ofício de ourives. A fiscalização entretanto cabia aos almotacés até tornar-se atribuição da Fisicatura-mor.⁵⁴

No Brasil, os delegados do físico-mor fiscalizavam os pesos e balanças desde que entrou em vigor o Regimento de 1744, embora a aferição continuasse atribuída às Câmaras. E certamente durante algum tempo também poderia caber aos boticários a verificação dos pesos na colônia, pelo menos é o que demonstra a "arrematação do peso" levada a cabo por Manoel Maia, na Bahia. Nem tudo reproduzia-se nas terras de além-mar...

⁵² Prefeitura Municipal do Salvador- Bahia. *Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1625-1641*. Vol. I, pp. 233, 429-50, 495-6.

⁵³ René Fabre et Georges Dillemann. *Histoire de la pharmacie*. Op. cit., p. 31. Não encontrei semelhante atribuição para os boticários em Portugal e localizei somente esse registro para o Brasil. Porém é certo que no século XVIII os boticários brasileiros tinham seus pesos aferidos pelo delegado do físico-mor, segundo a legislação vigente.

⁵⁴ Pedro José F. de Sousa Dias. "Inovação técnica e sociedade...", op. cit., p. 255.

As medidas fiscalizadoras propostas pela metrópole no que dizia respeito à arte de curar mostravam-se, no geral, ineficazes, e eram muitos os fatores que dificultavam sua implantação. Além do reduzido número de profissionais devidamente licenciados, da inexistência de universidades no Brasil colonial, da extensão territorial, como registra Lycurgo Santos Filho⁵⁵, ocorriam no Brasil epidemias com alto índice de mortalidade associadas às limitações das teorias médicas da época.

A febre amarela, denominada peste, ocorrida em Pernambuco em fins do século XVII mostra bem como são acionados diferentes saberes e práticas. Medidas características da polícia médica são postas em vigor pelas autoridades no combate à epidemia: intervenção na cidade (porto, praias, ruas, casas, cemitérios); medidas de quarentena, isolamento e hospitalização afora aquelas consideradas de "ordem moral" (prostituição e "amancebamentos"). Segundo Machado et alii, durante a ocorrência da febre morreram vários físicos, cirurgiões e boticários facilitando a ação de outros curadores, reconhecidos pelo povo, os quais encontravam-se a postos para prestarem seus socorros. As pessoas justificavam sobrenaturalmente a doença valendo-se de seus referenciais de mundo. O poder eclesiástico manifestava-se através dos saberes de religiosos "inteligentes de medicina e herbolário" que prestavam assistência e preparavam triagas. Havia pouca distinção entre as ações assistenciais, religiosas ou médicas. Apelava-se aos padroeiros e aos rituais religiosos para aplacar o castigo divino. A peste era encarada como a manifestação do pecado, da corrupção e podridão dos costumes.⁵⁶

No caso da lepra, outra peste que em fins do século XVII e início do século XVIII assolou a cidade do Rio de Janeiro, as medidas recomendadas pelos médicos de Lisboa para o combate à doença foram: regimes e remédios empregados para a prevenção e cura da lepra, desde que não se confirmasse a lepra elefantiaca. Prescreviam-se remédios frios e úmidos após as sangrias, leite, "tizana de cevada e centeio, amêndoa feita na mesma água de cevada com raízes de malva, chicória, almeirão, língua de vaca serralhes, banhos de rio doce, e depois de umedecidos, podiam os doentes

⁵⁵ Lycurgo Santos Filho, op. cit.

⁵⁶ Ver Roberto Machado et alii. *Da(n)ção da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978, pp. 94-100. Os autores entendem os apelos ritualísticos como recursos que se integram à própria concepção da peste e não como manifestação dos tempos da ignorância. Os dados sobre as medidas propostas estão aí registrados.

tomar caldos de víboras ou de serpentes, usar dos pós viperinos, do sal de víboras em quantidade determinada por médico assistente, etc".⁵⁷

Essa prescrição metropolitana de inspiração galênica em nada diferia dos medicamentos elaborados e usados localmente. A arte de curar oficial encontrava-se "ao passo" com os saberes indígena e negro, que também utilizavam remédios como os apontados acima, evidenciando uma ampla aproximação entre os conhecimentos populares e as terapêuticas médicas da época. A carne de víbora, por exemplo, vinha sendo amplamente utilizada nas triagas, panacéias para todos os males, desde a Antiguidade.

Os médicos, portanto, não detinham o saber exclusivo sobre as doenças- fosse em relação aos agentes etiológicos, fosse em referência às terapêuticas- não detendo, também, aquilo que Machado de Assis viria a chamar de "governo das multidões", ao referir-se aos curandeiros do século XIX.⁵⁸

As tentativas metropolitanas em constituir campos específicos de saber a partir de regras normatizadoras não se realizavam nas terras dos brasis setecentistas.

4. Boticários brasílicos e afins.

"Acresce outra atendível razão de ser impraticável nesta parte, e nesta Capitania, e Cidade o Regimento do Proto-medicato, novamente praticado nele pelo seu Físico, que os mercadores não vendam as ditas drogas tão necessárias para a medicina, tinturarias, e pinturas, como também mercúrios precisos para curar bixeiras de animais, ficando esta venda só privativas das duas boticas muito mal sortidas da Cidade, e que mais estas não vendam droga alguma sem receita dos Cirurgiões, tudo debaixo de penas- seguindo-se daqui terrível vexame à Capitania, e Cidade, e os povos em sítio, porque não havendo em toda a grande extensão desta longa Capitania, e Cidade quatro boticas, nem farmacêuticos aprovados, e cirurgiões, suprem esta grande falta os mercadores para os venderem, e os curiosos para os manipularem pelos sertões, vilas, pois é melhor isto que morrerem à mingua sem recursos".⁵⁹

Desta forma, manifestavam-se os mercadores de São Paulo defendendo um direito que lhes parecia legítimo- vender drogas medicinais e medicamentos apesar da

⁵⁷ Ver registro de Machado et alii, op. cit., p. 136.

⁵⁸ Sidney Chalhoub. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 164-8.

⁵⁹ BNRJ. Seção de Manuscritos. II- 35, 24, 35. Documento 5, fl. 15.

existência de boticas e boticários no local. A história é longa e requer alguns preâmbulos, pois físicos, cirurgiões, barbeiros e comerciantes estabelecidos, ou mascates, vendiam medicamentos simples e compostos desde o Quinhentos.

Segundo alegavam os mercadores em requerimento a Vossa Alteza Real, não havendo na cidade de São Paulo "Lojas de Comissários e Droguistas", "por ser o seu comércio muito pobre, e ser central," coube-lhes o comércio dos "gêneros precisos para a medicina, tinturarias e pinturas, que tem grande cômodo de os comprarem por mais módico preço que nas boticas", isto desde a fundação da cidade.⁶⁰

Aconteceu, porém, que no ano de 1811 o Delegado do físico-mor mandou fazer a "apreensão destes gêneros" em depósito sem qualquer participação ao público. Como os mercadores sentiram-se prejudicados, "sofrendo graves danos e grandes prejuízos" solicitaram intervenção real, após apelarem para o Senado da Câmara de São Paulo.⁶¹ Assim S. A. R. expediu um aviso ao físico-mor pedindo esclarecimentos.

O físico-mor, por seu turno, defendendo seu delegado, argumentou que os suplicantes valiam-se de uma deficiente interpretação do decreto de D. João V, de 24 de abril de 1738, no qual "se declarava que o comércio das drogas e gêneros medicinais é livre e não privativo dos boticários, o que é muito alheio e diverso do privilégio inculcado pelos mercadores". Alerta ainda para o fato de que sempre se fez exceção aos venenos e às matérias venenosas.

"Como se vê da Ordenação do Livro V, fôlio 89, que manda, que somente as tenham para vender os boticários que tiverem licença para ter botica, e que só estes as possam vender (...). Foram sempre também excetuados os solutivos ou purgativos opiados e mezinhas fortes, e perigosas, as quais nem os boticários podem vender sem receita do físico e assinada por ele como se vê no Regimento do Físico-mor de 25 de fevereiro de 1521, parágrafo quinze, no novo Regimento do Físico-mor de 22 de janeiro de 1810, parágrafo vinte e oito, se excetuaram somente, além das ditas excessões, que não foram revogadas, toda a Água da Rainha de Hungria e de Melissa, pedra hume Verdete, pós de Joanes, vitriolo branco, tinta e salsa parrilha, mas estes gêneros ficaram comércio dos boticários (...)"⁶²

⁶⁰ BNRJ. Seção de Manuscritos. II- 35, 24, 35. Documento 1, fl. 1.

⁶¹ Idem, Documento 5. Neste documento enviado aos "Senhores do Nobre Senado", datado de 26 de janeiro de 1811, constam 19 assinaturas de homens bons do povo (dentre eles, militares e republicanos) e de 25 negociantes.

⁶² Esses produtos eram normalmente negociados pelos mercadores de São Paulo. Ver Raul Votta. "O regimento do físico-mor do reino (1744) e seus efeitos legais em São Paulo, relativamente ao exercício da profissão farmacêutica". *Imprensa médica*. Ano XXIII, n. 12, dez. de 1959, p. 486.

Seria falsa e nem mereceria atenção, portanto, a alegada concessão de privilégios por D. João V aos suplicantes.⁶³ O físico-mor referia-se também ao argumento "sem procedência" dos mercadores que afirmavam terem os boticários aumentado o preço destes gêneros quando obtiveram a exclusividade para vendê-los. E mais, os valores desses produtos haviam sido definidos pelo Regulamento do Físico-mor, como determinava o Regimento de 22 de fevereiro de 1810, parágrafos 6 e 15 e caso os boticários cobrassem preços fora daqueles estabelecidos poderiam ser acusados pelos próprios suplicantes.⁶⁴ Havia ainda o pretexto arrolado pelo mercadores em relação ao número insuficiente de boticas. Neste quesito o físico-mor foi taxativo; o Regimento buscava coibir os abusos praticados por "propinadores".

"O pequeno número de boticas, e de pessoas, que tenham licença de receitar, o qual faz com que os que querem estes gêneros sejam obrigados a caminhar grandes distâncias para poderem haver as receitas, e os gêneros que precisam delas, não conclui também contra a dita Ordenação e Regimento, porque a revogar-lhe faria acrescentar ao mal, que o povo sofre de ter poucas boticas, e pessoas, que saibam curar, exercitar, o outro mal de facilitar o uso de venenos, e remédios perigosos, haver propinadores: o qual a dita Ordenação e Regimento quiseram evitar, e somente não pode merecer atenção a homens tais como os suplicantes, que nem conhecem a diferença, que tem uma Provisão de um Tribunal de um Decreto de V.A.R".⁶⁵

Houvera porém uma falha. O delegado do físico-mor proibira a venda de todos os gêneros medicinais e não somente dos "venenos e drogas perigosas", desrespeitando a lei que facultava aos mercadores a venda de determinados produtos. Daí formar-se o grande alarido.

No entanto essa não era uma questão nova. Há registros anteriores que permitem perceber o caos existente na comercialização de remédios em São Paulo. Desde o estabelecimento em 1726 do boticário licenciado Antônio da Mota⁶⁶, a Câmara já havia

⁶³ BNRI. Seção de Manuscritos. II- 35, 24, 35. Documento 3, fl. 7-10, de 26 de abril de 1811.

⁶⁴ Ibidem, fl. 10.

⁶⁵ Ibidem, fl. 10-11.

⁶⁶ Antônio da Mota, natural do Rio de Janeiro, prestou exame perante o Físico-mor em 26 de novembro de 1725, quando ainda residia em sua cidade natal. ANTT. Chancelaria de D. João V. Livro 127, fl. 322. Apud "Inovação técnica e sociedade..." op. cit. O farto inventário do boticário aberto em 22 de junho de 1791, encontra-se no AESP, sob a Ordem 764, lata n. 152. Infelizmente a documentação encontra-se bastante danificada, além de contaminada pelo biocida DDT.

negado o requerimento no qual ele solicitava que os mercadores fossem impedidos de vender medicamentos, uma vez que havia boticário no local.⁶⁷

Também João das Neves ao abrir botica na cidade solicitou a interdição da venda de medicamentos realizada pelos comerciantes, provocando forte mobilização destes, que apelaram ao rei. Numa Ordem Régia D. João V, em 04 de abril de 1738, formalizaria então o comércio que se realizava com a anuência do Senado da Câmara- a venda de medicamentos efetuada fora das boticas. O monarca foi muito explícito na sua ordenação:

"(...) lhes faça passar mercê mandar passar Ordem para que naquela Capitania se não inove coisa alguma sobre esta matéria do estilo antigo observado, e corra livre o comércio destas drogas e gêneros, para que por meio desta Minha Real Resolução se obvie o danoso de se constituir um Estanque de que se hão de seguir perniciosas consequências, e sendo visto o seu Requerimento e o que nele respondeu o Procurador de Minha Coroa me pareceu ordenar-vos de observar o estilo antigo sobre esta matéria, e que corra livre o comércio destas drogas e gêneros como os suplicantes requerem".⁶⁸

Fundamentando suas razões em práticas atinentes ao comércio, D. João V intentava impedir que se "lesasse o povo" com o "estanque" (estanco)- o monopólio da venda de medicamentos pelos boticários, uma vez que a concorrência a ser enfrentada por seus próprios pares possibilitaria a cobrança de preços extorsivos. Dessa forma mantinha à deriva os diversos Regimentos do Físico-mor com os quais as autoridades portuguesas pretendiam regulamentar o adequado preparo e venda dos medicamentos, assim como o ofício de boticário. Certamente encarava-se os mesmos como meros comerciantes, porém sob a aura da suspeição que não atingia nem mesmo os mercadores da fazenda seca, quando estes vendiam remédios. Os mercadores negociavam normalmente os "purgativos opiados, mezinhas fortes e perigosas" na cidade de São Paulo.⁶⁹

⁶⁷ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo 1777-1782*. Publicação oficial do Arquivo Municipal de São Paulo. vol. IX, século XVIII, p. 489.

⁶⁸ "El Rei Nosso Senhor mandou pelos Doutores Alexandre Metello de Souza e Menezes, e Tomé Gomes Moreira, Conselheiros de seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Antônio de Souza Pereira o fez em Lisboa oriental a 24 de abril de 1738". Ver BNRJ, Seção de Manuscritos. II- 35, 24, 35. Documento 6, f. 21.

⁶⁹ Ver nota n. 52 deste capítulo.

Ocorreu ainda a disputa levada a cabo pelo boticário Francisco Coelho Aires⁷⁰, disposto a enfrentar os "arbitrios" da Câmara, nos idos de 1747. Saiu-se mal, todavia, pois ao ser intimado a se apresentar com seu

"(...) marco e balança por onde vendia os seus medicamentos na forma da real ordem de Sua Majestade no parágrafo segundo, o qual impugnado, fora somente notificado para que aparecesse neste Senado na presente vereança para efeito de se lhe perguntar se tinha os ditos pesos aferidos pelo aferidor deste senado, ao que no ato da mesma correição, disse não estava sujeito às ordens deste senado, por dizer tinha privilégio e sem embargo disse fora notificado para aparecer, o que não fez na vereança passada e nesta presente, mostrando-se desobediente a este senado, e outrossim constar que não tem escrito de aferição como dispõe a mesma lei, e a vista dela requeria ele dito procurador fosse ele dito boticário, condenado em 4000 réis como dispõe a lei no dito parágrafo II e outrossim pela desobediência fosse preso".⁷¹

Insurgir-se contra a Câmara revelou-se uma estratégia danosa pois Francisco Coelho errara em um quesito fundamental- a aferição dos pesos utilizados. Naqueles tempos vigorava no Brasil o "Regimento do que devem observar os Comissários Delegados do Físico-mor do Reino no Estado do Brasil (1744)"⁷², confeccionado especialmente para coibir os abusos que ocorriam na colônia americana. Dentre as normas regulatórias constava as de preparo e venda dos medicamentos e, principalmente, aquelas que diziam respeito aos preços e a fiscalização a ser adotada. A política contraditória promovida por D. João V na área de saúde levava-o a determinar ao médico Cipriano de Pina Pestana a elaboração do regimento em questão. Esse médico, que depois viria ao Brasil acompanhando D. João VI, foi taxativo e minucioso no trato dos medicamentos. Nada ficou de fora do olhar normatizador. Examinar-se-ia desde a preparação- se de acordo com a arte farmacêutica, validade, substâncias simples e compostas, dispensação e preço do medicamento, até as cartas de exame dos boticários. Por sua vez, as lojas de drogas não escaparam à determinação de fiscalização pelos

⁷⁰ O inventário de Francisco C. Aires também está guardado no AESP (Ordem 724, lata n. 112), bastante comido pelas traças. Fiz algumas frustradas tentativas em consultá-lo. Foram muitos espirros e lacrimejar de olhos até eu me certificar da impossibilidade de realizar a pesquisa, somente arrefecida quando me foi dado um termo de responsabilidade, para que eu assinasse, isentando o Arquivo de qualquer dano que o DDT pudesse me causar. Os funcionários do AESP precisaram salvar a sanitarista historiadora.

⁷¹ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XII. Século XVIII, pp. 402-3.

⁷² ANRJ. Fisicatura-mor. Códice 314. Regimento que serve de lei, que devem observar os Comissários, Delegados do Físico-mor deste Reino nos Estados do Brasil.

comissários do Físico-mor (parágrafo 4)⁷³ que passariam a atuar acompanhados de três boticários, aprovados pela Fisicatura-mor, os quais visitariam as boticas e as lojas de mercadores a cada três anos (parágrafo 1), cobrando "emolumentos" pelas visitas. Importante passo da vistoria (parágrafo 2) consistia em verificar se os pesos encontravam-se aferidos, assim como "tirar devassa" para examinar, por exemplo, se o boticário não se intrometia "a curar ainda que seja pelas receitas dos médicos, que vão a sua botica, aplicando-as a diferentes pessoas para que não foram feitas" (parágrafo 16).

Estando em vigor o Regimento do Físico-mor, D. João V oficializou então correspondência ao Capitão General da Capitania de São Paulo dizendo que em face das

"extorsões que cometiam alguns comissários do Físico-mor neste Estado do Brasil, e a desordem com que os boticários vendiam os medicamentos nas boticas do mesmo Estado, fui servido mandar fazer regimentos para uns e para outros, de que vos remetem as cópias inclusas pelo que se vos ordenam se façam dar a sua devida execução".⁷⁴

A "desordem" na venda dos medicamentos tornara-se mácula exclusiva imputada aos boticários não cabendo ressalva aos mercadores. Entretanto em 1751 foi afixado um edital para evitar que mercadores e outras pessoas vendessem "molhados e outras coisas pelo miúdo, por ser facultada a venda somente aos vendeiros que têm taverna pública e com licença da Câmara para o fazer".⁷⁵ Por miúdo somente os medicamentos vendidos pelos mercadores...

A postura dos senadores no quesito prática dos mercadores e suas medicinas discrepava totalmente do procedimento levado a cabo em outras categorias da arte de curar. Os cirurgiões constantemente interpelados precisavam ou apresentar provisões ou pagar multas⁷⁶; os barbeiros, por sua vez, eram agraciados com editais para que tirassem suas cartas sob pena de não mais exercerem o ofício⁷⁷ e Josefa de Ávila recebia

⁷³ "Semelhante visita farão aos droguistas, e mais pessoas, que tiverem medicamentos para vender. E terão cuidado, logo que chegarem as frotas, ou navios aos portos, de saberem se vão boticas, drogas ou medicamentos para se venderem, e lhe farão logo a primeira visita, para nela procederem com o mesmo exame, assim nos simplices como nos compostos". "Regimento do Físico-mor do Reino no Estado do Brasil", parágrafo 4.

⁷⁴ BNL. Reservados. Códice 238, fl. 224. Correspondência de 07 de maio de 1746.

⁷⁵ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XIII, século XVIII, p. 276.

⁷⁶ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XIV, século XVIII, p. 551.

⁷⁷ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XIII, século XVIII, p. 544.

mandado de prisão "por curar bexigas ocultas em sua casa contra as posturas deste Senado".⁷⁸

E o novo regimento? Teria solucionado os conflitos existentes?

O termo de vereança datado de 26 de fevereiro de 1752, no qual os vereadores mandaram "botar editais para que ninguém possa curar de cirurgia, nem de medicina, nem os mercadores possam vender medicamentos como tudo consta das posturas a esse respeito"⁷⁹, indicaria à primeira vista que finalmente a legislação passara a ser cumprida em terras dos bandeirantes... Além disso, em 1756 fora expedido um alvará real segundo o qual o Físico-mor do Reino, Manoel Dias Ortigão, podia nomear comissários

"(...) que visitassem e examinassem todas as boticas do Reino e poderem devassar aos que contra o regimento curavam de medicina e usavam da arte de boticário sem serem examinados e que outro sim que nenhum Ministro ou quem seu cargo servisse pudesse impedir o dito procedimento (...)".⁸⁰

Mas não ocorreu assim. Em São Paulo os regimentos e regulamentos não eram obedecidos. E a disputa entre mercadores e boticários ainda teria outros momentos tensos, apesar da legislação em vigor. Em outro termo de vereança efetuado em 01 de abril de 1780, lê-se:

"(...) nesta vereança mandaram que um delegado do físico-mor do reino por nome José Teixeira Guimarães que se acha nesta cidade para visitar as boticas e mais cirurgiões e barbeiros e parteiras fosse este obrigado a apresentar as faculdades que trazia para o dito emprego, e apresentando se mandaram registrar na forma que Sua Majestade Fidelíssima determina e se lhe mandou que não visitasse as lojas dos homens de negócio desta cidade por estarem isentas e poderem vender estas todas as drogas por virtude de uma ordem de Sua Majestade Fidelíssima e não constar do seu regimento feito pelo ilustríssimo e excelentíssimo senhor Conde de Bobadela, o que eu escrivão lhe intimei esta determinação passando disto certidão;"⁸¹

Ao que tudo indica o delegado deve ter insistido em realizar sua tarefa, pois na ata de 11 de abril de 1780 o tema voltava à baila ocupando grande parte da sessão de

⁷⁸ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XII, século XVIII, p. 41.

⁷⁹ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XIII, século XVIII, p. 321.

⁸⁰ AHU. Rio de Janeiro. Apud J. P. Leite Cordeiro. "Documentação sobre doentes e doenças, médicos e medicina, remédios e boticas no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX". *RIHG- SP*, vol. 57, 1959, p. 573.

⁸¹ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XVII. Século XVIII, p. 257.

discussões. Os vereadores, demonstrando ter perdido a paciência, mandaram vir ao Senado da Câmara na vereança de 11 de abril o tal José Teixeira Guimarães que chegando à cidade

"(...) mandou deitar editais para abrir as visitas, e conhecer dos que curam, e sangram, sem carta para apresentar os poderes que disse, trazia digo os poderes que dizem trazia do cirurgião-mor do reino o coronel Antônio Soares Brandão concedidos ao mesmo cirurgião-mor por Sua Majestade na forma da provisão de vinte e quatro de julho de mil setecentos e cinquenta e oito do Augustíssimo rei o senhor D. José que santa glória haja, e que sendo apresentadas pelo dito José Teixeira Guimarães as ordens que trazia do mesmo cirurgião-mor neste Senado delas se viu não ter o mesmo José Teixeira Guimarães poder facultativo para o ministério que pretende correger os remédios das boticas, e arte de cirurgião, e fisico e menos para fazer exames; e sendo ouvido o dito procurador por evitar os prejuízos que se seguem aos povos desta cidade por falta de poderes que tem o delegado dos ditos cirurgiões-mor e fisico-mor para poder subdelegar no dito José Teixeira Guimarães, (...) "

Mandaram então notificar pela segunda vez a José Teixeira Guimarães para que apresentasse ao Senado da Câmara, as ordens concedidas pelo coronel cirurgião-mor do Reino, Antônio Soares Brandão, e do fisico-mor

e outrossim para apresentar a cópia do regimento do mesmo cirurgião-mor, e fisico-mor assinada pelo Secretário do Conselho Ultramarino ou passada, em pública forma do verdadeiro regimento para se lhe dar inteiro crédito digo do verdadeiro regimento pela razão de não ter o que nos foi apresentado a legalidade que Sua Majestade determina na provisão de vinte e oito de julho de mil setecentos e cinquenta e oito (...).⁸²

Criavam-se assim um sem número de dificuldades para que o delegado "não se intrometesse" nos temas atinentes à saúde em São Paulo. Os egrégios senadores suspenderam o edital de Teixeira Guimarães alegando que evitariam assim os "processos nulos e o vexame do povo", responsabilizando-se também em dar conta de tal atitude à Sua Majestade. Impedido de realizar seu propósito por decisão do Senado da Câmara que lhe cobrava, para poder atuar, cópias em vigor dos Regimentos de Cirurgião e de Físico-mor assinadas pelo secretário do Conselho Ultramarino, não deve ter sobrado ao delegado do cirurgião-mor outra alternativa, senão partir.

Em relação aos medicamentos as normas foram desde logo enunciadas: "intimei, e declarei ao delegado do cirurgião-mor do reino que se acha nesta cidade, que não se

⁸² Idem, pp. 260-1.

intrometesse", pois as casas de drogas na cidade não seguiam seu regimento podendo vender todas as drogas pertencentes à medicina por virtude da ordem de Sua Majestade Fidelíssima.⁸³ Era uma demonstração clara de que em São Paulo as regras do "livre comércio" de todo e qualquer produto preponderavam em relação à regulamentação existente sobre a venda de medicamentos. Agravava a questão o fato de estes negociantes - mercadores - encontrarem-se excluídos das fiscalizações previstas. O comércio de drogas medicinais realizado em casas da fazenda seca encontrava-se, desta forma, acima das regras vigentes estabelecidas pelas autoridades sanitárias metropolitanas.

Considere-se ainda haver na cidade um número muito superior de mercadores em relação aos boticários; conseqüentemente era nestas lojas que as pessoas mais adquiriam medicamentos. E mais, esses comerciantes alardeavam vender os remédios por preços mais acessíveis, pois como eles mesmos afirmavam, os habitantes da cidade sofriam prejuízos graves quando precisavam recorrer às boticas "porquanto um purgante de quintílio, ou poaia, e o mais a proporção que até aqui se comprava nos mercadores por um vintém, hoje custa quatorze, seis a botica, e oito da receita do cirurgião (...)".⁸⁴ Porém os mercadores omitiam que os pós de quintílio, segundo a legislação, não poderiam ser vendidos sem receita nem nas boticas, nem nas lojas de drogas como apregoavam e vendiam esses negociantes em São Paulo.

Em Portugal a situação variava bastante. Até finais do Setecentos os droguistas preferiam estar sujeitos à fiscalização das autoridades sanitárias do que encontrar-se sob jurisdição das Câmaras Municipais. Na década de 1730 iniciaram-se as visitas às lojas dos droguistas, quando o físico-mor do Reino passara a exercer a fiscalização tal como procedia em relação às boticas, já que eram muitas as alegações dos boticários no tocante à adulteração de drogas fornecidas por eles. Embora tivessem recorrido do procedimento, ao qual denominaram "intromissão do físico-mor", não obtiveram sucesso

⁸³ Conforme consta da certidão assinada pelo escrivão da Câmara, em 04 de abril de 1780. *Atas da Câmara Municipal de São Paulo...* op. cit., vol. XVII, século XVIII, p. 258.

⁸⁴ BNRJ. Seção de manuscritos. II- 35, 24, 35. Documento 5, f. 15, de 26 de janeiro de 1811.

como em São Paulo, mantendo-se sujeitos ao físico-mor até 1783, quando passaram também a ser fiscalizados pelas Câmaras.⁸⁵

Os droguistas metropolitanos que mais se destacavam eram no geral estrangeiros, franceses e italianos em sua maioria. O francês João Vigier (1662-1723), Físico-mor de D. João V, foi um dos primeiros negociadores de drogas de botica em Lisboa. Por anos a fio foi importante fornecedor de drogas "simplices e químicas" para a Corte, Reino e conquistas. O atraso tecnológico português em relação à preparação de medicamentos químicos "aliado à grande estabilidade dessas substâncias, oferecia condições únicas para um negócio baseado na sua importação do estrangeiro".⁸⁶ Como salientado no capítulo anterior, Vigier havia publicado a *Farmacopéia Ulissiponense*, considerada o primeiro manual de química farmacêutica editado em português e, certamente, um "estimulador" para a venda dos produtos químicos existentes em sua loja.⁸⁷

Os droguistas controlavam portanto o comércio desses medicamentos químicos, preparando-os e vendendo-os, detendo uma atividade que a princípio caberia aos boticários. O próprio Vigier explicava as razões deste estado de coisas, ao solicitar ao Juiz de Orfãos em seu testamento "que não entregasse o inventário da sua loja a boticários 'porque estes não conhecem as tintas nem quase as drogas, nem sabem comprá-las em grosso: quem sabe isso são os droguistas'". Era fato que fato de os boticários não possuíam conhecimentos de química farmacêutica que permitissem comercializar remédios químicos. Entretanto isso não pode ser explicado somente pelo atraso científico português frente à Inglaterra, Holanda e França do século XVII. O caráter social servil, mecânico, atribuído ao ofício desempenhou importante papel como dificultador para o desenvolvimento desta inovação tecnológica. Isto porque os boticários investiam mais na formação de seus filhos para que estes lograssem atingir *status* de grupos sociais superiores, e usufruissem de privilégios, ao invés de injetar recursos em pesquisas necessárias ao preparo daqueles medicamentos os quais demandavam altos dispêndios em equipamentos e formação.⁸⁸

⁸⁵ Ver José Pedro de Sousa Dias. "Inovação técnica e sociedade...." *op.cit.*, pp. 395-400.

⁸⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 378.

⁸⁷ *Idem*, *ibidem*, pp. 378-9.

⁸⁸ José Pedro de Sousa Dias "João Vigier e a introdução da química farmacêutica em Portugal". *Farmácia Portuguesa*, 43, jan.-fev. 87/ *Medicamento história e sociedade*, 5, fev. 87, pp. 31-5. O

Também os franceses Verney (pai e irmão de Luis Antônio Verney, autor do *Verdadeiro método de estudar*) radicaram-se em Lisboa vendendo drogas de botica na mesma época. Dentre os italianos apareceram os Vallabella/Ragio que por três gerações foram droguistas em Lisboa, associando à venda de drogas o comércio de remédios em botica. Geralmente eles também exerciam o ofício de boticários. Os Vallabella enviavam drogas para o Rio de Janeiro e Bahia. Estes droguistas ficaram muito ricos e vários deles tornaram-se familiares do Santo Ofício, ingressando também na Ordem de Cristo, privilégio este vetado aos boticários, devido ao ofício. Os droguistas, quando muito ricos, afastavam-se "diretamente do balcão" colocando em seu lugar caixeiros contratados buscando, como bem sucedidos homens de negócios, ludibriar o caráter servil do ofício.⁸⁹

As relações entre droguistas e boticários, em Portugal, eram próximas e cordiais embora os primeiros não se limitassem a vender drogas de botica e medicamentos importados de outros países. Como salientava Ribeiro Sanches, os droguistas não vendiam somente simplices incluindo dentre os compostos xaropes e vários electuários- como as triagas, além de "quase todos os remédios químicos como sais, tinturas, espíritos, extractos, e as várias preparações do mercúrio; tiram estes remédios dos Laboratórios de Itália, de Hamburgo, Holanda e Inglaterra".⁹⁰

Deveriam ser poucos, no Brasil, os droguistas ou comerciantes exclusivos de drogas e tintas⁹¹ preponderando os mercadores, vendedores de todas as espécies de gêneros da fazenda seca, estabelecidos, inclusive, com a denominação de lojas de ferragem. Dentre os mercadores que atuavam no Rio de Janeiro na última década do século XVIII figuravam Manoel da Silva Guimarães, supostamente nascido em Guimarães, "com loja aberta na rua Direita, defronte do Carmo" e João Rodrigues Pereira, natural da cidade do Porto, "morador na rua do Ouvidor com sua loja aberta de ferragens".⁹² Vindos do Reino e mantendo contato com outros mercadores em Portugal

farmacêutico também estudou os começos da química farmacêutica portuguesa na tese denominada "Inovação técnica e sociedade..." op. cit.

⁸⁹ Inovação técnica e sociedade, pp. 380-1; 384-6; 394; 403.

⁹⁰ Ver "Inovação técnica e sociedade", op. cit., pp. 440-2.

⁹¹ Encontrei somente a solicitação de um droguista francês pedindo licença, em 1825, para se estabelecer como tal no Rio de Janeiro. ANRJ. Fisicatura-mor. Caixa 471, pacote 3.

⁹² ANTT. Inquisição de Lisboa. Processo n. 411 contra José Luís Mendes e outros.

eles certamente não encontravam maiores dificuldades em instalar-se, neste lado do Atlântico, com suas lojas de ferragens.

Certamente os boticários brasílicos, tal qual seus pares na metrópole, encontravam dificuldades no preparo de remédios químicos. Os mercadores do Brasil por sua vez também não sabiam prepará-los, portanto importavam esses medicamentos prontos vendendo-os mais baratos. Repassados diretamente ao consumidor, deixavam-no livre dos pagamentos das consultas cobradas por médicos e cirurgiões, e dos preços mais altos das boticas que seguiam a tabela existente no Regimento do físico-mor, na qual constavam os valores máximos a serem negociados pelos boticários. Já no período imperial, observa-se diferenças. Quando os mercadores solicitam licença para vender drogas simples, medicinais, consta na autorização que as mesmas devem ser comercializadas em "pesos grandes e não em miúdos, ficando por esta obrigado a não vender drogas venenosas". Como atesta a licença assinada por Francisco Manoel de Paula, do Conselho de Sua Majestade Imperial⁹³, supõe-se que os boticários já soubessem preparar medicamentos químicos.

Não custa (re)lembrar que os boticários brasílicos não se sentiam, como na metrópole, constrangidos pelo caráter social de seu ofício. Na cidade de São Paulo, por exemplo, os farmacêuticos aprestavam-se como médicos nos primeiros séculos coloniais, juntamente com os curandeiros- os médicos da área rural.⁹⁴ É bem verdade que não foram agraciados com títulos de nobreza, brasões de armas ou honrarias militares. Mas o boticário Manuel José Mendes Brandão, do Rio de Janeiro, fora distinguido com o Hábito de Cristo.⁹⁵

⁹³ ANRJ. Fisicatura-mor. Caixa 464, pacote 1. No periódico *Idade d'Ouro do Brasil*, n. 94, de 22 de novembro de 1816, na sessão Avisos, Joaquim Malaquias da Silva anunciava sua loja de drogas situada na Rua Direita da Fonte dos Padres, n. 44.

⁹⁴ Ernani da Silva Bruno. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1984, vol. 1, p. 347. Sérgio Milliet salienta ser o boticário elemento de destaque, um "quase médico", no período colonial, inclusive mais experimentado que os cirurgiões. Ver "Curandeiros, médicos e farmacêuticos na época colonial". *Investigações*, II (5), março de 1950, p. 10.

⁹⁵ Sua distinção consta no "Almanaque da cidade do Rio de Janeiro", nos anos 1792 e 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 59, pp. 279 e 344. "Brandão, que atendia a freguesia em chambre de chita, do qual pendia a condecoração do Hábito de Cristo". Ver BNRJ. Seção de Iconografia. Catálogo da exposição temporária, "Farmácias e boticas", realizada de 12/06 a 17/09/1981, p. 5.

5. Boticários - fornecedores.

Simão Gomes de Souza, o primeiro a exercer o cargo de boticário do Conselho Ultramarino recebeu mercê para preparar medicamentos para as Conquistas. No alvará de boticário da repartição do Conselho Ultramarino constava que "tendo servido de examinador e visitador de muitos boticários e pela sua muita capacidade e por isso tinha feito umas boticas por minha ordem para as Conquistas do Brasil e Reino de Angola (perfeição nos medicamentos e frescura aprovados pelos visitantes) logrando os mesmos privilégios concedidos às pessoas que passaram por aquela repartição sem ordenado algum mas com privilégio do preparo dos medicamentos que forem nos navios para as conquistas".⁹⁶

Gomes de Souza foi, portanto, um dos abastecedores das naus que partiam para o Brasil. Cabia entretanto ao boticário da Casa Real preparar remédios para os armazéns e armadas da Costa, Índia e Brasil. Assim, em 1712, João Gomes da Silveira preparava medicamentos para as terras de além-mar tendo sido substituído em 1748 por Manuel Esteves da Silva que continuou com a incumbência.⁹⁷ Em 1775 quando da nomeação de Antônio Esteves da Silva, não se fez referência ao preparo de medicamentos para o além-mar embora tudo leve a crer que essa prática se mantivesse.⁹⁸ Sabe-se entretanto pelo médico e boticário português Manoel Joaquim Henriques de Paiva que no início do século XIX as naus ainda eram abastecidas de medicamentos em Lisboa, deixando de fazê-lo em 1818, quando então eram carregadas no Brasil.⁹⁹

O fornecimento das naus de guerra, fragatas e demais navios propiciava importantes divisas aos boticários responsáveis pela tarefa de "meter a bordo os medicamentos necessários"¹⁰⁰ e estes não mediam esforços quando se tratava de conseguir tal mercê. No porto da Vila de Santo Antônio do Recife, onde várias naus atracavam, o boticário José de Abreu Cordeiro, em 22 de janeiro de 1740, solicitava ao

⁹⁶ ANTT. Chancelaria de D. João V. Livro 59, fl. 243-243v datado de 19 de agosto de 1771.

⁹⁷ "Inovação técnica e sociedade...", op. cit., pp. 318-20.

⁹⁸ ANTT. Chancelaria de D. José I. Livro 79, fl. 156.

⁹⁹ BNL. Reservados. Códice 10936. Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Farmacopéia naval ou coleção dos medicamentos simples e compostos que cumpre haver nas boticas dos navios conforme as mais diversas grandezas e viagens e dos extemporâneos ou que somente devem fazer-se quando forem necessários. Prefácio. Bahia, 30 de outubro de 1818, fl. não numerado.

¹⁰⁰ Portaria para o Provedor-mor da fazenda "mandar meter nas duas fragatas que saem a correr a costa os medicamentos necessários para se curarem os doentes, que nelas houver, na forma que se tem praticado com as embarcações que deste porto têm saído a semelhantes diligências". Bahia, 04 de setembro de 1718. Ver *Documentos históricos*, vol. 55, p. 87.

rei sua nomeação para o cargo de boticário real com vistas a exercer suas funções nas "fragatas de guerra, que servem nos comboios dos navios de Pernambuco".¹⁰¹ Pedro de Araújo e Azevedo, boticário aprovado pelo Físico-mor do Reino, morador na Vila do Recife, montou farto e minucioso processo ao solicitar a manutenção de seu emprego como abastecedor das naus de guerra, fragatas e presídios adjacentes. Argumentando ser sua botica

"mais abundante e que com efeito satisfaz, obrando em tudo conforme as ordens e serviços de Vossa Majestade por cuja razão pretende à que Vossa Majestade lhe faça mercê de o prover por sua Provisão naquele emprego, atendendo ao que alega, como ser a sua botica a melhor daquele Estado, a mais abundante de remédios frescos, e melhores e juntamente à assistência que já tem feito, o que tudo prova com os documentos que junta tanto de já ter provido naquele emprego pelo Sr. Governador, como do Comissário das Fragatas e mais certidões dos médicos e cirurgiões daquele Estado".¹⁰²

O boticário teve o cuidado de juntar ao requerimento "atestações" dos bons serviços prestados na atividade desenvolvida anteriormente. Seu processo era acompanhado de certidões passadas por médicos que clinicavam em Pernambuco- formados em Montpellier e Coimbra- e de cirurgiões aprovados e atuantes ali. O cirurgião Francisco C. Picanço, muito minucioso no "certificado" que conferiu ao boticário, esclarecia haver na botica de Araújo e Azevedo tanto os remédios galênicos quanto os químicos, manipulados com esmero e perfeição.

Boticários brasílicos com boticas "mui bem sortidas", principalmente na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco abasteciam outras capitanias fornecendo boticas portáteis para tropas e para socorros em epidemias. Foi o caso da botica carregada para acudir a epidemia que grassava em Sobral, Capitania do Ceará, em 1791, e que fora adquirida em Recife do boticário Manoel dos Santos Nunes de Oliveira.

Boticários da metrópole também abasteciam as boticas do Brasil. A botica do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat do Rio de Janeiro entre os anos 1720 e 1750 adquiria medicamentos do boticário Antônio Gomes de Paiva, morador em

¹⁰¹ AHU. Pernambuco. Caixa n. 39.

¹⁰² AHU. Pernambuco. Caixa n. 51.

Lisboa.¹⁰³ Já o Mosteiro de São Bento da Bahia comprava-os do droguista Manoel G. da Fonseca estabelecido no Porto.¹⁰⁴



Fig. 16- Boião de faiança usado em boticas dos Colégios da Companhia de Jesus. Coleção Associação Nacional das Farmácias- Lisboa. Séculos XVII e XVIII.

Esses mosteiros compravam ainda medicinas de boticários brasileiros. É o caso de João Gomes da Costa e Miguel Rodrigues Botelho, no Rio de Janeiro¹⁰⁵; Pascoal da

¹⁰³ ADB. Congregação de São Bento de Portugal. Livros n. 134 e 135. Estado do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat no Rio de Janeiro.

¹⁰⁴ ADB. Congregação de São Bento de Portugal. Livro n. 137. Estado do Mosteiro de São Bento da Bahia.

¹⁰⁵ ADB. Congregação de São Bento de Portugal. Livros n. 134 e 135....op. cit.

Silva, na Bahia¹⁰⁶ e Francisco Coelho Aires, em São Paulo. Aires, contratado como boticário do mosteiro, também fornecia remédios.¹⁰⁷ Francisco Coelho Aires foi o boticário que não apresentou seus pesos aferidos ao Senado da Câmara, em 1747, em história que narramos anteriormente.¹⁰⁸

As boticas dos colégios da Companhia de Jesus foram importantes abastecedoras de boticas laicas. A do Rio de Janeiro funcionava como um laboratório central provendo boticas da cidade.¹⁰⁹

6. "Especialistas" em medicinas.

Difícilmente encontrava-se naqueles tempos uma "equipe" completa de peritos na arte de curar, ou seja, médico, cirurgião, boticário e barbeiro. Ocorria então que o profissional existente executava qualquer tarefa, fizesse ou não parte de seu métier. E mais, quando todos os ofícios da arte eram encontrados em uma mesma localidade, as atividades no geral se subrepunham. Já em temporadas de epidemia buscava-se constituir equipes de ajuda com todos os ofícios disponíveis. Assim, em 1791, o governador de Pernambuco comunicou à Corte que grassava uma epidemia desconhecida na capitania do Ceará, tendo sido enviado de Recife e Olinda médicos, cirurgiões, sangradores, boticários e boticas para socorrer a população adoecida, tudo por conta da Fazenda Real.¹¹⁰ Faziam parte da equipe o médico João Lopes Cardoso Machado, comissário da Junta de Proto Medicato, os licenciados em cirurgia Joaquim José Henriques e Teotônio Ferreira dos Reis, o boticário João Pio Caetano de Carvalho e o sangrador Bernardo.¹¹¹ Os remédios foram instalados em uma casa "das mais capazes para acolher a botica e o

¹⁰⁶ ADB. Congregação de São Bento de Portugal. Livros n. 136 e 137....op. cit.

¹⁰⁷ ADB. Congregação de São Bento de Portugal. Livro n. 144. Estado do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção em São Paulo.

¹⁰⁸ Ver p. 140 desta tese.

¹⁰⁹ Serafim Leite. *Artes e ofícios dos jesuitas do Brasil (1549-1760)*. Lisboa, Brotéria, 1953, p. 87.

¹¹⁰ AHU. Pernambuco, Caixa 102. Correspondência enviada em 13 de dezembro de 1791.

¹¹¹ AHU. Pernambuco, Caixa 102. Documento n. 10. Conta dos vencimentos que tiveram o médico e mais professores de medicina que foram para acudir a epidemia que grassou e do que ingressou a botica e mais gêneros que se remeteram a curativo dela. O médico recebia 3000/dia; os cirurgiões e boticário 1500/dia respectivamente e o sangrador 750/dia.

boticário que ficou aí ocupado com a botica" e que na volta da equipe foi entregue ao "cirurgião da terra".¹¹²

A equipe permaneceu no Ceará até maio de 1792 e, apesar dos felizes resultados obtidos e comunicados ao Conselho Ultramarino pelo governador de Pernambuco, o saldo de mortos foi de 723 almas (473 em Sobral e 250 na Vila da Granja).¹¹³ Segundo a equipe dos "professores de medicina" a epidemia fora gerada por miasmas provenientes do Piauí, "onde todos os anos há enfermidades epidêmicas mortais". Houvera o registro de altas temperaturas no Ceará e as "sezões" que sempre haviam sido poucas

"e de bom caráter, passavam por coisas insignificantes, e era reputado este país por saudável: porém depois das grandes cheias que assolaram uma grande parte desta América, entraram aqui as sezões a atacar maior número de pessoas, e com sintomas mais graves, até que este ano, em junho subiram de ponto e fizeram grande mortandade".¹¹⁴

Continuava o médico alertando para os efeitos das grandes cheias ocorridas em 1790 que arrastando animais mortos, expondo-os ao calor intenso do verão, exalaram "eflúvios podres" que alteraram a qualidade da atmosfera. Porém em 1791,

"vindo as chuvas com vento de terra, que aqui é do sudoeste, e contra o costume do país, no qual a terra só sopra de noite, padeceu a atmosfera uma fermentação tal, que produziu uma quase peste, entregue inteiramente aos únicos esforços da natureza desamparada até do auxílio de uma conveniente dieta. Por esta observação e segundo o que me tenho informado, devo dizer a Vossa Excelência, que neste país, enquanto não mudar a constituição da atmosfera, são endêmicas as sezões; que nenhum meio físico se pode aplicar, para procurar a mudança da dita constituição; que unicamente devem estar prontos os remédios, e cirurgiões para acudir com prontidão às enfermidades; cuidando-se em se queimar alcatrão e pólvora pelas ruas, e casas das vilas, e lugares mais populosos, apenas chegar o mês de maio".¹¹⁵

Discutidas as condições atmosféricas locais apontava o esculápio para os eflúvios podres como grande causador da terrível epidemia que se alastrava pela Capitania do Ceará. Eram as fermentações da atmosfera emanadas dos animais podres e arrastadas

¹¹² AHU. Pernambuco. Caixa 102. Documento n. 4. Carta ao Ilmo e Exmo Sr. D. Tomás José de Mello, Governador e Capitão General de Pernambuco, Paraíba e mais capitanias anexas.

¹¹³ AHU. Pernambuco. Caixa 104. Ofício expedido pelo Sr. D. Tomás José de Mello ao Ministro do Conselho Ultramarino, Sr. Martinho de Mello e Castro, em 25 de maio de 1792.

¹¹⁴ AHU. Pernambuco. Caixa 104. Carta do médico João Lopes Cardoso Machado para o governador da Capitania do Ceará.

¹¹⁵ Idem, ibidem.

pelos ventos que provocavam sezões avassaladoras, ocasionando aquela "quase peste". As "emanações miasmáticas"- os "miasmas epidêmicos"- encontravam-se descritos em perfeita sintonia com a ciência médica europeia do Setecentos. Provavelmente nosso comissário formara-se em medicina em Montpellier.

Para combater esses eflúvios restava purificar ruas, casas e lugares mais frequentados. Quanto à terapêutica preconizada recomendava-se iniciar o tratamento purgando o doente "com dois vomitórios, algum purgante de maná, ruibarbo, polpa de tamarindos e sal catártico", só então passar para os febrífugos "correspondentes ao temperamento do sujeito". Muitas vezes convinha sangrar, principalmente nos pletóricos e sanguíneos. Caso houvesse mudança no caráter da epidemia aplicar-se-iam diluentes e sangrias, não se esquecendo de consultar imediatamente Pernambuco. Acompanhando o tratamento havia uma dieta a seguir: a ingestão de carne fresca. Como se consumia principalmente "carne do Ceará" (presumo que seja carne de sol) recomendava a abertura de açougues nas povoações mais populosas, "ao menos duas vezes por semana".¹¹⁶

Assim o boticário compunha sua botica basicamente com vomitórios e febrífugos, no caso, remédios que poderiam ser preparados com "plantas do mato", abundantes na capitania, a excessão dos químicos. Inseria-se na equipe de saúde como o dono das "medicinas" embora usualmente o preparo e a venda dos medicamentos ficassem longe de ser prática exclusivamente sua.

7. Os boticários e os remédios da terra.

Os remédios da terra eram amplamente utilizados no Brasil e, embora muitos deles fossem considerados perniciosos pelas autoridades, acabavam sendo usados pelos forasteiros quando as medicinas dos professores falhavam. Manoel da Gama participava do reconhecimento da região do rio Negro, quando caiu doente

¹¹⁶ Idem, ibidem. As febres eram tomadas como doenças, portanto um amplo espectro de moléstias foram denominadas sezões no século XVIII.

"(...) depois de lhe continuar aqui por muito tempo o incômodo dessa penosa e impertinente moléstia, e depois de lhe não terem aproveitado as diligências, e os medicamentos dos professores, ultimamente melhorou, e se restabeleceu de todo com um remédio da terra, e se acha ao presente pronto com a sua costumada vontade e exemplaríssima constância para o que se oferecer, se lhe determinar do real serviço (...)".¹¹⁷

Sérgio Buarque de Holanda refere-se a um sem número de componentes vegetais, minerais e animais empregados na arte de curar colonial, inserido-os na botica da natureza presente em terras brasileiras.¹¹⁸ Os boticários entretanto não se mostravam muito afeitos aos remédios da terra. Dentre as muitíssimas queixas apresentadas pelo Conde de Resende à metrópole em 1796, constava uma carta totalmente dedicada a reclamar dos boticários e suas boticas. Segundo o Vice-rei, embora

"houvesse nesta terra infinidade de ervas e raízes conhecidas pelo mesmo nome e atributos das que mandam vir de fora, eles são os primeiros em desacreditá-las, não porque assim seja, como todos persuadem, mas porque acham grande conta em fazer misteriosa a sua ocupação, e muito maior em reputar a vinda das ervas importadas, que ver-se-iam obrigados a vender por baixo preço, havendo outras do mesmo país, não deixando porém de as plantar, e comprar quase de graça, para as tornarem a vender na estimação das que de fora lhe são remetidas".¹¹⁹

Ao que tudo indica o Conde encontrava-se coberto de razão- a natureza brasileira era pródiga no item plantas medicinais, tornando-se totalmente desnecessário importá-las da metrópole. Ao usar deste subterfúgio os boticários colocavam-se sob suspeição já que a rota percorrida pelas plantas seguia o caminho inverso. Grande parte das espécies que ornamentavam os jardins botânicos e os museus de história natural europeus haviam sido enviadas pelas capitanias brasileiras. Plantá-las ou adquiri-las em solo pátrio não apresentava nenhuma dificuldade.

Recordemos que em memória acerca da jalapa o médico e boticário Manoel Joaquim Henriques de Paiva já havia registrado a manifesta incredulidade dos boticários do Rio de Janeiro sobre a existência de uma jalapa brasileira.¹²⁰ Ademais as plantas

¹¹⁷ AHU. Rio Negro. Caixa 5. Documento n. 26. Carta para o Ilmo Exmo Sr. Martinho de Mello e Castro, fl. 7. Apud CEDHAL - USP. Documento transcrito. Minha amiga Maria Iza G. da Cunha foi quem-me colocou a par destas raridades existentes na USP.

¹¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda. Caminhos e fronteiras. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pp. 74-89.

¹¹⁹ AHU. Rio de Janeiro. Caixa 162. Carta do Vice-rei, Conde de Resende para o Sr. Luiz Pinto de Souza.

¹²⁰ Ver capítulo II desta tese, item I, Uma academia brasileira de ciências.

nativas "recheavam" as formulações de todos os curadores e, por suposto, nossos boticários tentavam estabelecer a diferença de suas medicinas usando somente plantas importadas. Os brasílicos também refletiam os temores que rondavam as mentes de seus pares europeus, ao desconfiarem da qualidade e eficácia das plantas indígenas, pois estas eram costumeiramente fraudadas na metrópole. Francisco Pujol de Padrell, médico em Lisboa, em clara defesa do ofício assegurava haver em Lisboa,

"(...) boticários que sendo dotados de talentos, e tendo perfeitos conhecimentos relativos à sua profissão, estão de continuo à letra contra a fraude, e má fé dos que comerciam em drogas estrangeiras. Estes homens estimáveis só aceitam as que têm as qualidades necessárias para serem boas: não compram os remédios indígenas, ou do país, senão aqueles, de quem fazem um conceito bem fundado, para fazer o abastecimento deles: nem usam de uns e outros, senão depois de os ter cuidadosamente examinado".¹²¹

Justificativas desse teor certamente não sensibilizavam o Conde de Resende, que prosseguia com acusações ainda mais sérias. No seu modo de ver, os boticários zelavam mais pelos seus próprios interesses do que pela saúde das pessoas, usando

(...) de vegetais, e drogas já corruptas, conservando-as enquanto não lhes dá saída, afim de não perderem o lucro das que mandam vir do Reino por alto preço, talvez já em mau estado, por se praticar com estes nas remessas vindas de Portugal o mesmo que nesta cidade fazem com os boticários de outras capitânias, que daqui mandam ir as de que hão mister por frescas, que não têm conhecimento algum da qualidade das mesmas remessas, e que as compensam como se as drogas, e vegetais estivessem no seu estado de perfeição. Igualmente tão ignorantes, como maliciosos, não tendo aqueles remédios que constam das receitas que devem prontificar, ou os não ajustam às composições, ou substituem outros indiferentes quando não são perniciosos".¹²²

Essas afirmações merecem alguns considerandos. Primeiramente vale lembrar que os boticários, assim como os físicos, cirurgiões e barbeiros, exerceram suas profissões de acordo com os ditames portugueses e consoante às inferiores condições técnicas e às dificuldades que o meio lhes colocava.¹²³ Provenientes de camadas populares esses profissionais raramente tinham formação adequada podendo ser inseridos na categoria

¹²¹ Francisco Pujol de Padrell. Introdução ao índice geral da obra de Guilherme Buchan. *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde, e de curar, e precaver as enfermidades por via do regime e remédios simples*. Lisboa, Tip. Rollandiana, 1803, pp. 9-10.

¹²² AHU. Rio de Janeiro. Caixa 162. Carta do Vice-rei, Conde de Resende para S.A.R. D. Maria I, em 12 de abril de 1796.

¹²³ Machado et alii, op. cit., p. 148.

dos "idiotas", no sentido de terem suas cartas "fornecidas" pelo Físico-mor sem estarem devidamente qualificados para o exercício do ofício. É claro que este despreparo não servia de justificativa e tampouco os eximia de responsabilidade ao venderem "drogas corruptas", como afirmava o Conde. O fato dessas drogas aqui chegarem vencidas após longa travessia estimulou a utilização da flora medicinal local, conforme relatos de viajantes e colonizadores. Se os remédios deterioravam-se, restava a alternativa de buscar aqueles que a terra ofertava. Nesta tarefa envolveram-se, por exemplo, os boticários que participaram da fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro.¹²⁴ Mas, certamente, vários boticários não usavam plantas indígenas por não acreditar-nelas; outros, importavam-nas para aumentar seus lucros, o que não bastaria para assegurar que todos agiam de má fé.

Ademais, como registrara Vilhena, os vegetais vindos de Portugal deveriam ser examinados, "como todos os farinácios, por ser impossível que tisanas e cozimentos de cevadas e aveias que tenho visto torrar-se em razão do gorgulho, produzam os efeitos precisos e desejados; ficando por isto o médico desacreditado, o doente em perigo de perder a vida e o boticário enriquecendo à custa do crédito de um e dos bens do outro".¹²⁵ Vilhena não colocava todos os boticários no mesmo saco, chamando a atenção para aqueles denominados "idiotas que mal sabem ler as farmacopéias portuguesas e estavam privando da vida pessoas que caíam debaixo do golpe da sua ignorância e cego interesse".¹²⁶ Para reverter tal quadro recomendava exames rigorosos que detectassem o menor indício de "corrupção", pois preferia a falta do medicamento à existência daqueles prejudiciais à saúde, devendo

"(...) os ministros destes exames ser de aprovadíssima probidade; devem entender, mas não viver do mesmo gênero de negócio, por evitar colisões e intrigas particulares; e isto enquanto Sua Majestade não é servida mandar hábeis naturalistas e químicos peritos para indagarem, analisarem, e descobrirem as virtudes dos inumeráveis vegetais e não poucos minerais que há neste país e suas ilhas, e achando-lhes virtudes análogas as dos da Europa, fazer uso destes e não daqueles que só podem chegar aqui com a metade das

¹²⁴ Ver no capítulo II. Uma academia brasileira de ciências.

¹²⁵ Luiz dos Santos Vilhena. *Cartas de Vilhena. Notícias soteropolitanas e brasílicas*. (1798). Bahia, Imp. Oficial do Estado, 1922, p. 163.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 163.

suas virtudes; para o que auxiliaria muito o que já escreveram Guilherme Piso e Marcgrave".¹²⁷

Vilhena apontava mais um fator da intrincada teia na qual emaranhavam-se os boticários de todo o Brasil: a fiscalização da arte de preparar medicamentos falhava a despeito da normatização existente. Lembremos ainda que no ano de 1796, data da carta do Conde de Resende, tal incumbência era da alçada da Junta de Protomedicato. Foi a partir de 1782 que a fiscalização do exercício profissional de médicos e boticários, dentre outros, passou para a Junta, segundo lei referendada por D. Maria I. Composta de sete deputados, um secretário, dois examinadores, um escrivão e um meirinho estabeleceu que os profissionais prestariam prova de habilitação para terem suas licenças renovadas, prática que repetir-se-ia a cada dois anos¹²⁸, o que certamente não ocorreu.

A fiscalização do exercício dos vários ofícios envolvidos na arte de curar não se constituiu em problema exclusivo da Junta. Nos tempos da Fisicatura-mor, que a substituiu, havia reclamações dos boticários das províncias do norte contra os arbítrios do delegado do fisico-mor. A representação feita por Bento Ferreira, José Maria Coelho, José Bento e todos os demais boticários das ditas províncias contra José Joaquim Vaz Pinto, comissário e delegado geral do Fisico-mor do Reino relatava as

"inauditas violências e extorsões de salários que lhes usurpou, contra a lei, na pretensa visita que lhes fez no calamitoso mês de outubro de 1811. Nesta visita o delegado protestou sua usurpação com o parágrafo 10 do Alvará do Regimento de 22 de janeiro de 1810, quando sabia a obrigação que tinha de regular-se devendo para isso adotar a moderação e declaração feita ao sobredito parágrafo 10 pelo posterior Alvará de 30 de janeiro de 1811 que deu forma aos sobreditos salários".¹²⁹

Reclamavam os boticários que além de "usurpador de salários" o delegado recebia propinas contra a lei fechando as boticas sob a alegação de que faltava sortimento suficiente. Porém, assim que a prática clandestina da "comedoria metálica corrente" se efetuava, as portas das mal sortidas boticas abriam-se novamente ao público. A corrupção grassava numa via de duas mãos.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 164.

¹²⁸ Informações retiradas de Carlos da Silva Araújo. *Fatos e personagens...* op. cit., pp. 19-23.

¹²⁹ ANRJ. Fisicatura-mor. Caixa 480, pacote n. 4.

Continuemos nossos considerandos: já no tempo de Resende vários boticários militavam na Sociedade Literária, entidade fundada em 06 de junho de 1786, no vice-reinado de seu antecessor Luís de Vasconcelos e Sousa. Com sérias preocupações frente as precárias condições sanitárias da cidade e da população do Rio de Janeiro, a Sociedade

"não só tratava de filosofia, matemática, astronomia, modos de facilitar os trabalhos do agricultor, fazendo-lhe conhecer a qualidade do terreno para não ser infrutuosa a sua lavoura, como se tratava da saúde pública entre os médicos, e cirurgiões peritos, e dignos de serem membros daquela sociedade; respondendo a consultas, decidindo questões sobre as moléstias que grassavam, analisando águas e mais substâncias necessárias à vida do homem, (...)".¹³⁰

Durante a gestão de Resende, no entanto, seus integrantes sofreram uma devassa conhecida como aplacadora da "insurreição do Rio de Janeiro" que resultou no desmanche da Sociedade Literária. Vários boticários integrantes da agremiação usavam o espaço de suas boticas para reuniões nas quais se discutiam temas proibidos. A participação política de boticários nestes "conventículos", considerados assembléias de ociosos e vadios¹³¹, agravavam como supenho, as impressões do governante acerca do ofício.

O Conde de Resende, entretanto, não fizera somente denúncias, apresentando algumas propostas nas quais destacar-se-ia a criação de "Aulas de Botânica e Cirurgia", úteis tanto à saúde dos habitantes quanto ao comércio do Reino. Com o propósito de

"(...) instruir todos aqueles, que se destinarem a professar a Arte de Cirurgia e Farmácia; visto que nem todos têm meios de ir a Portugal fazer os estudos que aí se acham instituídos. Para o mesmo efeito conduziria muito haver um Horto Botânico, para onde se transplantassem as ervas e plantas de conhecido préstimo, a fim de analisar a sua analogia, com outras, que vêm de fora, as quais se deveria desprezar por não se fazerem precisas e custarem muito dinheiro".¹³²

Em verdade o Vice-rei vinha insistindo para que um Horto Botânico fosse criado, pois em 12 de dezembro de 1795 havia enviado um ofício para Lisboa com um plano para a

¹³⁰ Jacinto José da Silva Quintão. "Memória sobre a cochonilha e o método de a propagar, oferecida aos lavradores brasileiros, por um patriota zeloso, e amante da felicidade pública". *O Patriota. Jornal literário, político, mercantil do Rio de Janeiro*. Segunda subscrição, n. 4, outubro de 1813, p. 13.

¹³¹ ANTT. Inquisição de Lisboa. Processo n. 411 contra José Luís Mendes e outros.

¹³² AHU. Rio de Janeiro. Caixa n. 162. Carta do Vice-rei..., op. cit.

cultura de plantas medicinais no Brasil.¹³³ Dizendo da grande vantagem que resultaria o descobrimento, cultura e comércio de óleos, bálsamos, gomas e vegetais abundantes no país conforme os depoimentos, tanto dos habitantes quanto dos naturalistas e viajantes, apontava a conveniência do investimento. Poder-se-ia tirar "um considerável proveito da cultura de cousas tão estimáveis esquisitas" que seriam utilizadas "frescas e cheias de suco para substituírem outras alienígenas, que por velhas e faltas de substâncias não acreditam a quem as aplica, nem aproveitam aos enfermos". O Conde mandara plantar ervas em uma horta chamada do Colégio, junto ao Hospital Militar¹³⁴, de onde colhiam-se plantas para o uso da botica do referido hospital, diminuindo as despesas da Fazenda Real. Pensando em um grande projeto para ser desenvolvido em várias províncias, ressaltava a importância deste ramo de agricultura e comércio, argumentando ainda que as descobertas feitas com as plantas medicinais "mais se deviam ao acaso e à tradição ou notícias comunicadas pelos índios, do que as regulares diligências de naturalistas". Propunha então que fossem chamados práticos para as indagações necessárias e pessoas de "gênio estudo" para as descobertas e experiências. Acompanhava o ofício o projeto de um Jardim Médico-Botânico elaborado pelo médico Manoel Joaquim de Souza Ferraz, formado em Montpellier, recém-chegado à cidade com todas as credenciais requeridas.¹³⁵

Rasgando elogios ao cirurgião-mor Antônio José Pinto, responsável pela horta do Colégio, Ferraz reiterava a suma importância em obrigar a todos os boticários e cirurgiões a frequentar as aulas de botânica, sem as quais lhes seriam vetadas as licenças para exercerem seus ofícios. Mais aos boticários já em atividade restaria substituírem

"(...) plantas indígenas às européias inertes e corruptas, de que abundam as suas oficinas, vigiando sobre isto o professor de botânica, autorizado a condená-los uma vez, que não se conformem a estas determinações ao menos quando for possível".¹³⁶

¹³³ IHGB. Arquivo. Lata 108- n. 14.

¹³⁴ Possivelmente tratava-se do antigo Horto Botânico, criado pela Academia Científica do Rio de Janeiro.

¹³⁵ IHGB. Arquivo. Lata 108- n. 14, fl. 1-2v.

¹³⁶ IHGB. Arquivo. Lata 108- n. 14, fl. 3-4.

Pretendiam com essas ações reformar as oficinas de farmácia com as luzes suficientes tornando os boticários aptos a reconhecerem a matéria prima de suas formulações - as plantas medicinais do país.

Bem ou mal, somente em 1814 criava-se a cadeira de Botânica na Escola Anatômico, Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, fundada em 1808. Frei Leandro do Sacramento regia a nova cadeira, mantendo um horto botânico no Passeio Público para a realização das aulas práticas. Em 1824, sob a direção do frei, o horto foi transformado em Jardim Botânico.¹³⁷

No início do Oitocentos acompanhando o interesse que o tema passara a despertar, cresciam as remessas de livros de história natural para o Brasil. A política de fomento à agricultura contribuía enormemente para o estudo das plantas, concomitantemente com a criação das primeiras escolas de medicina da Bahia e Rio de Janeiro. Obras de Lineu como *Systema naturae*, *Species plantarum*, *Historia naturalis*, *Philosophia botanica*, *Flora lusitanae*, & *brasilensis specimen*, e *Sistema sexual das plantas*, passavam pela Real Mesa Censória em direção ao Brasil. De Vandelli vinha o *Dicionário dos termos técnicos de história natural, com sua explicação, e estampas para facilitar a inteligência dos mesmos*; de Brotero o *Compêndio de Botânica*; de Buffon- *Histoire naturelle generale et particuliere*; de Darwin, *Jardim botânico*. Chegavam também, *Lições de história natural*, *Flore medicinal* e *Manual do naturalista*, sem referência aos autores.¹³⁸ Leituras assistidas também eram realizadas pois na Gazeta do Rio de Janeiro de 27 de junho de 1810, Mr. Gardner, doutor em medicina e membro das Sociedades de Matemática e Filosofia de Londres anunciava aos seus amigos

"que as suas leituras sobre química e filosofia natural principiarão sexta-feira, 29 de junho às 6 horas da tarde infalivelmente, esperando ser honrado por um auditório capaz de poder cooperar para o grande trabalho e despesas, que ele tem feito em aparatos químicos, próprios para fazer as leituras mais completas".¹³⁹

¹³⁷ Carlos da Siva Araújo. "A farmácia brasileira sob D. Pedro I (1822-1831)", op. cit., p. 8.

¹³⁸ ANTT. RMC. Caixas n. 151, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163. Livros destinados aos domínios ultramarinos - Brasil.

¹³⁹ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 51, 27 de junho de 1810. Avisos.

Os boticários inseriam-se nos estudos de história natural. Francisco da Cunha Magalhães, primeiro boticário do Hospital Real Militar do Rio de Janeiro, em 1817 escrevia uma memória sobre a quina denominada "Ensaio analítico e comparativo sobre a quina chamada rubra brasiliense com a verdadeira quina rubra peruviana".¹⁴⁰ Em 1821, o físico-mor interino das tropas de São Paulo, Justiano de Mello Franco escrevendo para o governador da capitania ressaltava a atenção demonstrada, ao afirmar

"O boticário e administrador Joaquim José Machado me representa que muito necessita daqueles livros da Enciclopédia, que tratam da botânica, e os quais se acham já separados na Biblioteca dos religiosos de São Francisco, que para obtê-los por empréstimo basta que V. Excelência mande pedi-los ao Guardião".¹⁴¹

Ao que tudo indica os boticários interessando-se pela botânica acabaram por descobrir as plantas medicinais da terra.

Passemos então à mais difícil questão: quantos boticários exerciam o ofício no Brasil? Embora escassas, as publicações que tratam dos boticários setecentistas nunca inferem qualquer estimativa numérica daqueles cuja atuação deu-se no Brasil. Isto porque nos livros das Chancelarias Régias nos quais estão registradas as cartas de exame constam pouquíssimos dados relativos aos boticários.¹⁴² Afora esta dificuldade muitas vezes nem mesmo essas informações encontram-se completas. De qualquer modo ousarei a grossíssimo modo uma aproximação. Na Chancelaria de D. João V foram registrados, entre 1707 e 1749, os exames prestados por 80 boticários residentes no Brasil. Esse número cresce para 89 se somarmos a eles os nascidos no Brasil cuja residência não foi preenchida.¹⁴³ No reinado de Dona Maria I foram registrados somente 14 exames de boticários brasileiros.¹⁴⁴ Estes números, embora úteis possibilitam somente

¹⁴⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1977, p. 145.

¹⁴¹ AESP. Ordem 346, Caixa 96.

¹⁴² ANTT. Chancelarias de D. João V, D. José I e Dona Maria I. Dados encontrados: data do exame, nome do boticário, local, naturalidade, residência, filiação, número do livro e fôlio onde está o registro.

¹⁴³ O levantamento dos boticários que prestaram exames perante o físico-mor entre os anos de 1707 a 1750 foi realizado por José Pedro de Sousa Dias. Ver "Inovação técnica e sociedade..." op. cit., pp. 519-76.

¹⁴⁴ Certamente o número de boticários examinados é maior pois não foi feito levantamento a partir dos registros por nomes "próprios" no qual poder-se-ia encontrar outros boticários. Na Chancelaria de D. José I, no livro dos "comuns", onde constam os ofícios, somente estão registrados os boticários da Casa Real, Conselho Ultramarino, Visitador e Examinador sendo necessário pesquisar a partir dos nomes próprios, tarefa que demandaria muito tempo para sua realização.

grosseiras aproximações, permitindo ao menos duas elocubrações: 1) o número de boticários regularizados existentes no Brasil não era tão pequeno; 2) se considerarmos ainda que significativa parcela dos que exerciam o ofício o faziam sem carta de exame, os números tornam-se bastante superiores. Confrontando esses dados com os aproximados 148 exames de boticários brasileiros registrados pela Fisicatura-mor entre 1808 e 1821, confirmaremos que o contingente de boticários em atuação no Brasil não era assim desprezível.¹⁴⁵

Adentremos então às boticas, as "oficinas" dos boticários.

8. Boticas brasílicas.

Entendem os estudiosos da história da medicina e da farmácia brasileiras que somente a partir de 1640 as boticas teriam começado a perder uma espécie de caráter clandestino que as envolviam, tendo sido autorizadas, dentre outras práticas, a da sangria, extrações dentárias, pequenos curativos e intervenções de emergência, além do comércio e manipulação dos medicamentos.¹⁴⁶ Muitas dessas atividades também eram desempenhadas por barbeiros. A tênue delimitação das atribuições de cada ofício superpunha suas práticas.¹⁴⁷

¹⁴⁵ ANRJ. Fisicatura-mor. Caixa n. 480, pacote 4. Relação dos boticários providos das correspondentes cartas profissionalizadas pela Fisicatura-mor do Brasil compreendendo os que as obtiveram por exame feito antes da Independência Nacional, em Portugal e seus domínios.

¹⁴⁶ Conforme Carlos da Silva Araújo, op. cit., p. 27.

¹⁴⁷ Segundo Lycurgo C. Santos Filho, op. cit., p. 329. Os barbeiros, além de cortarem o cabelo e fazerem a barba, realizavam pequenas cirurgias: sangravam, escarificavam, aplicavam ventosas, sanguessugas e clisteres, afora a excisão de prepúcios, os curativos, as extrações dentárias e os tratamentos de mordeduras de cobras. Embora necessitassem de "carta de examinação" para o exercício dessas atividades, a maioria deles jamais a obteve. Consultar p. 340.



Fig. 17- Recriação de uma sala de destilação do século XVIII. Museu da Farmácia Real de Madrid. Palácio Real de Madrid.



Fig. 18- Estantes de madeira com boiões e gavetas para acondicionar plantas medicinais, procedentes da botica do Hospital Geral de Madrid. Palácio Real de Madrid. Século XVIII.

"Loja de barbeiro" e botica eram muito semelhantes. "Modestas e acanhadas (...) localizaram-se nos pontos centrais e foram o lugar de reunião dos homens até o soar do toque de recolher, às 19 horas em ponto".¹⁴⁸ As lojas de barbeiro, tal qual o ofício, não usufruíam dos mesmos "status" das boticas, consideradas as primeiras como lugar de reunião de pessoas de condição social mais humilde.

Nos séculos XVII e XVIII as boticas seguiram o modelo europeu. Geralmente localizavam-se nas ruas principais, ocupando duas peças da casa na qual viviam o boticário e sua família. Na primeira peça, encontravam-se expostos as drogas em altas prateleiras de madeiras- "viam-se boiões e potes etiquetados, contendo ungüentos e pomadas; frascos e jarros -de vidro ou estanho- também etiquetados, com xaropes e soluções de variadas cores; caixinhas de madeira com pílulas; balcões, mesinhas e bancos. Os boiões e frascos, de boa louça, ostentavam artísticas decorações". Na segunda, localizava-se o laboratório onde eram manipuladas as fórmulas farmacêuticas, no qual observavam-se: "mesa, potes, e frascos cheios dos "simples" ou símplices medicinais, copos graduados, cálices, botijas, cântaros, funis, facas, bastões de louça, almofarizes ou grais, alambiques, destiladores, cadinho, retortas, panelas, tenazes, balanças e medidas de peso como o quartilho, o arrétel ou libra, a canada, a onça, a oitava, o escrúpulo, o grão".¹⁴⁹

Uma botica completa recém-chegada de Lisboa pelos idos de 1732, estava composta de

"(...)específicos usados em toda a Europa como alcaçús, jalapa, ruibarbo, pós triagas, ungüentos, óleos, bálsamos, seis qualidades de águas medicinais (de almeirão, malva, etc). Chegado a salvamento ao Brasil a encomenda, o boticário preparava as prateleiras, onde ia tudo dispondo, mais os vidros cristalinos, frascos e potes de barro vidrado para os remédios do uso. Numa mesa, almofarizes de bronze, espátulas de latão, tachos de cobre e ferro, gral de pedra e de marfim, pequenos alambiques de cobre e barro vidrado, bacias, prensa, tenazes, panelas, tigelas de barro do Reino e da terra, balancins, pesos e

¹⁴⁸ Lycurgo Santos Filho, em *Pequena história da medicina brasileira*, p. 37, reafirma que as lojas de barbeiro e as boticas eram os locais onde os homens se reuniam à tarde para conversar e jogar gamão. Distingua-os, somente, a posição que auferiam na sociedade, dirigindo-os para um ou outro local.

¹⁴⁹ Conforme descrição de Lycurgo Santos Filho, op. cit., p. 329.

medidas. Na estante ao lado, livros de receitas manuscritas e alguns impressos como a "Luz da Medicina", "Farmacopéia Lusitana", "Recopilação da Cirurgia", por Ferreira".¹⁵⁰



Fig. 19- Graís ou Almofarizes de bronze. Museu dos Biscainhos-Braga. Séculos XVII e XVIII.



Fig. 20- Boiões de faiança esmaltada. Museu dos Biscainhos-Braga. Séculos XVII e XVIII.

As boticas conventuais foram as primeiras a se instalar. Ligadas a colégios ou mosteiros atendiam às ordens religiosas, vendiam medicamentos para os abastados e

¹⁵⁰ Aluísio de Almeida. "Cirurgiões e boticários". *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1946, p. 4. O memorialista baseia sua descrição em Serafim Leite, na obra *História da Companhia de Jesus*.

distribuíam-nos gratuitamente aos pobres. As dos jesuítas tornaram-se famosas tanto por suas formulações nas quais usavam e abusavam da flora medicinal brasileira, quanto pelo expressivo número delas, espalhadas ao longo da Colônia. As mais importantes localizavam-se na Bahia, Rio de Janeiro e Recife. Mas também existiam em Olinda, São Paulo e Santos. O colégio do Maranhão possuía uma botica flutuante.¹⁵¹

Em São Paulo, nos idos 1765, havia apenas três boticas recenseadas. Na rua Direita, situava-se o estabelecimento de Francisco Aires; no Canto da Lapa (atual rua Álvares Penteado), ficava a botica de Sebastião Teixeira de Miranda e à rua do Pelourinho (lado esquerdo do largo da Sé) a de José Antônio de Lacerda.¹⁵² No Rio de Janeiro, o número delas mostrava-se muito superior. O Almanaque da cidade do Rio de Janeiro contabiliza trinta e uma boticas abertas em 1792, e trinta e oito em 1794.¹⁵³

Nas boticas eram encontrados remédios de origem vegetal, animal e mineral, com predominância dos "símplices" de origem vegetal. Somente no final do século XVIII elas passaram a comercializar medicamentos químicos de procedência européia, inglesa e francesa.¹⁵⁴

Muitas vezes tornava-se difícil conhecer os componentes dos medicamentos uma vez que o segredo marcava consideravelmente a arte de curar naquele tempo. Os consumidores pareciam, inclusive, apreciar mais os de formulação secreta, panacéia para todos os males. A celeuma que cercava "os medicamentos corruptos, sem substância, que não saravam os doentes, mas antes, matavam-nos pela ausência de virtudes terapêuticas", marcou época no Brasil colonial e serão tema do próximo capítulo.

Apesar do número de boticas existentes no Rio de Janeiro ser considerável, em fins do Setecentos, registravam-se muitas queixas. Segundo o Vice-rei, Conde de

¹⁵¹ Serafim Leite. *Arte e ofícios...* op. cit., p. 94.

¹⁵² Carlos da Silva Araújo. *Fatos e personagens da história da medicina e da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro, Continente Ed., 1979, p. 19.

¹⁵³ *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 59, pp. 281 e 348. Havia 52 lojas de barbeiros tanto em 1792 quanto em 1794.

¹⁵⁴ Conforme Lycurgo Santos Filho em *Pequena história da medicina brasileira*, p. 37.

Resende, os habitantes do Rio de Janeiro eram frequentemente acometidos de moléstias agudas, crônicas, contagiosas, afora as endêmicas, merecendo mais cuidado

"por parte dos que devem aprontar os remédios convenientes, como dos que os mandam aplicar, mas por desgraça dos mesmos habitantes, são infinitos os defeitos que nesta parte se observam, ou seja, os respectivos à má qualidade dos medicamentos e dos vegetais que nas boticas se conservam ou a ignorância da verdadeira aplicação que se lhes devia fazer. Nota-se quanto aos remédios que há nesta cidade inumeráveis boticas administradas por pessoas que na maior parte não têm feito exames, e dado provas de sua idoneidade e instrução necessária, para um emprego de tanta delicadeza, habilitando-se para regerem as referidas casas, ou por título de herança havido de seus pais cujo falecimento dos boticários de que são caixeiros originando infinitos erros funestos, já das poucas luzes que os impossibilita para dirigirem e fazerem praticar as regras da farmácia por pessoas de pouca idade, faltas de indispensável circunspecção assim para o cálculo, e compromisso das leis determinadas, como para o acerto das que são próprias aos enfermos que tomam os remédios".¹⁵⁵

Há aspectos a considerar nos comentários de Resende. De fato muitas pessoas não faziam exames, embora fazê-los nem sempre era garantia de um desempenho adequado. As boticas passavam de pai para filho, solicitando os herdeiros licença às autoridades para continuar com a farmácia.¹⁵⁶ Comumente aprendizes tomavam a "frente do negócio" sem condições para o exercício do ofício. Muitos boticários inclusive abdicavam da sua atribuição e delegavam indevidamente aos aprendizes tarefas que não lhes cabiam e para as quais nem sempre estavam preparados. Nuno Marques Pereira, nas suas andanças pela Bahia, dá um exemplo desta prática ocorrida algumas décadas antes da queixa de Resende.

"Havia um boticário na cidade da Bahia, o qual por ser músico, costumava sair fora da cidade a cantar algumas festas (...). Tinha este boticário um escravo, que quando saía fora de casa o deixava na botica vendendo medicamentos, o qual não sabia ler; chegou um moleque à botica com uma receita, a tempo que me achava eu presente; chamou o preto boticário a um rapaz seu vizinho que lhe costumava ler as receitas, a qual vinha escrita naquela forma, que costumam escrever os médicos e cirurgiões (...). Disse o preto depois de ter ouvido ler o rapaz, que estava entendido. Entrou em mim a curiosidade, e perguntei ao preto como entendia aquela receita? Respondeu-me que se pedia nela: aveia, crista de galo, alimonada (sic) nestas quantidades com açúcar. Pois estás muito

¹⁵⁵ AHU. Rio de Janeiro. Caixa 162. Documentos avulsos. Carta do Vice-rei Conde de Resende para SAR. Dona Maria I.

¹⁵⁶ ANRJ. Fisicatura-mor. Há vários processos deste teor.

enganado (lhe disse eu): porque a receita é coisa muito diversa disso que entendeis. O que nela se manda fazer é: aveia, cristal mineral e almeirão, nestas porções que dizem os caracteres. Ficou o preto admirado, e foi com a receita a casa de outro boticário, que lhe confirmou tudo quanto lhe havia eu dito".¹⁵⁷

O peregrino narrou ainda outras histórias, como esta, para então perguntar-se o que não teria acontecido por causa destes equívocos e faltas por não se entender "estes nomes e caracteres com que se escrevem as receitas nos tempos presentes. E o que não terá morto de gente".

São escassíssimos os registros de boticas cujos boticários fossem escravos. Lourival Ribeiro encontrou o registro de um escravo preparando remédios na botica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, no início do século XVIII, quando o hospital passou a atender aos militares. A partir daí contrataram um boticário.¹⁵⁸ Nizza da Silva refere-se ao "escravo João empregado desde a sua infância no exercício de barbeiro e boticário" no Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro, em 1815. Como não havia outro escravo que pudesse substituí-lo não lhe deram sua pretendida alforria. Havia somente dois barbeiros escravos no local, para atender mais de oitenta doentes "que se ocupam em ajudar a curar as feridas dos enfermos, a sangrá-los, a cujo exercício indivíduo algum de condição livre se quererá sujeitar, pelo asco, e horror que causa aquela enfermidade".¹⁵⁹

Considere-se que as boticas não faziam muito sucesso entre as populações rurais, principalmente nas vilas mais afastadas dos maiores núcleos populacionais. Como salientava o comissário da Junta de Proto-medicato, ao atender a população de Sobral acometida por uma epidemia, "a maior parte deste povo, ou por estar acostumada com

¹⁵⁷ Nuno Marques Pereira. *Compêndio narrativo do peregrino da América* (1732), vol. II. Rio de Janeiro, Publ. Academia Brasileira, 1939, pp. 89-90.

¹⁵⁸ Lourival Ribeiro. *Medicina no Brasil colonial*, op. cit, p. 79.

¹⁵⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa, Estampa, 1993, p. 326. A dificuldade em encontrar documentação acerca de escravos boticários dificultou o estudo dos saberes sobre plantas que curam, utilizadas pelos africanos que exerceram o ofício. De qualquer maneira, poder-se-ia afirmar que muitos deles foram auxiliares ou ainda aprendizes de boticário, como alude o "peregrino da América". Deixo a sugestão deste tema para futuros estudos.

remédios do mato, ou por ser insensível à sua própria desgraça, morre na sua mesma miséria, sem procurar seu legítimo remédio".¹⁶⁰

Os remédios de botica costumavam ter sabor diferente dos caseiros, o que acabava por dificultar seu uso. "Isto cheira a remédio de botica" é uma assertiva portuguesa que bem expressa a aversão manifesta por esses medicamentos.¹⁶¹ Outro depoimento de mesmo teor é do médico João Lopes Cardoso Machado,

"não há naquele sertão uma só botica; na Vila de Sobral apenas existe um cirurgião, o qual nenhum remédio tinha para aplicar aos enfermos, ou porque se tivessem acabado os poucos que costumam ter os cirurgiões, que circulam os sertões, e o mato; ou porque aqueles povos têm horror aos medicamentos a que chamam da botica, vivendo satisfeitos com uns remédios chamados caseiros, sem conhecimento legítimo das suas virtudes, e aplicados por qualquer indivíduo, talvez por não terem experimentado os verdadeiros, e uma científica aplicação deles".¹⁶²

Havia grande semelhança entre a terapêutica utilizada pelos peritos oficialmente reconhecidos e aquela empregada pelos mezinheiros. A grande diferença na arte de curar parecia estabelecer-se na variedade e frescor das ervas empregadas pelos últimos.

A falta de medicamentos nas boticas era uma constante. Também entre as tropas constata-se essas insuficiências, sendo relativamente comum localizar correspondências trocadas entre os dois lados do oceano denunciando tais ocorrências. Na carta de José Custódio de Sá e Faria, governador de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi, ao governador da Capitania de São Paulo, Marinho Lopes Lobo de Saldanha consta

"(...) das boticas que têm vindo para para esta Praça tem sido até agora de valor insignificante, pois a que eu conduzi, não passou de sessenta e tantos mil réis, que não chegou para as curas dos ditos meses, e foi preciso suprir com uma pequena botica minha; (...)".¹⁶³

¹⁶⁰ AHU. Pernambuco. Caixa 102. Documentos avulsos, n. 6. Carta do Comissário João Lopes Cardoso Machado ao Ilmo Sr. Luiz da Motta T. Torres, governador da Capitania do Ceará.

¹⁶¹ Francisco Pujol de Padrell. Introdução à *Medicina doméstica*, op. cit., p. 7

¹⁶² AHU. Pernambuco. Caixa 104. Documentos avulsos. Avaliação da epidemia que grassou nas vilas de Sobral e Granja realizada pelo médico João Lopes Cardoso Machado.

¹⁶³ BNL. Reservados, FG 4530, fl. 90. Carta do governador da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres ao governador da Capitania de São Paulo, 20 de julho de 1775.

Na listagem de medicamentos pedidos pelo cirurgião¹⁶⁴, a maioria deles são preparações de origem vegetal, medicamentos que poderiam ser bem preparados na América portuguesa, dada a existência de rica flora medicinal. Afora outras dificuldades, muitas vezes não havia boticários nos hospitais locais que serviam as tropas, cabendo então aos cirurgiões a tarefa de preparação das medicinas. Era o que recomendava o Capitão general do Estado do Pará, Martinho de Souza e Albuquerque ao Senado da Câmara de Macapá, em 19 de dezembro de 1787. Segundo Souza e Albuquerque mesmo não havendo boticários deveria

"ter ali sempre um competente sortimento de remédios, em bom estado de poder prover esse povo nas suas necessidades, não recorrendo a eles na última precisão, que só parece ser mais para os arguir de ignorantes, e encobrir o seu crime cometido pela aplicação e uso de remédios vendidos por mezinheiros sem o conhecimento da enfermidade para que são próprios, e menos da forma da sua preparação e dos seus efeitos do que com deliberação de ir procurar o socorro aonde justamente o devem encontrar, quando a tempo for buscado".¹⁶⁵

O governador cobrava medidas enérgicas da Câmara quanto "às desordens que ali se estavam praticando cada dia na presença de V. Ms." reclamando que "cada um ao seu arbítrio" aplicava, preparava e vendia diversos símlices e remédios compostos

"contra o que expressamente é proibido pelas leis de Sua Majestade, cuja obrigação V. Ms. tem rigorosa obrigação de promover, e eu não menos de os advertir deste descuido, ordenando-lhes que não devem consentir, nem tolerar uma prática tão perniciosa, antes ensinar com o exemplo, e obrigar com as ordens, que são de sua faculdade, para que todos no caso de precisão, e de moléstia recorram aos professores, que ali se acham (...)".¹⁶⁶

Segundo o governador, o "exercício ilícito" do preparo de medicamentos por parte de mezinheiros e outros vendedores deveria ser rigorosamente banido, pois na

¹⁶⁴ BNL. Reservados, FG 4530, fl. 91. Relação de medicamentos do cirurgião enviado em 20 de julho de 1775.

¹⁶⁵ BNL. Reservados, Códice 4521, fl. 137v-138. Registro de várias cartas, portarias e ordens expedidas pelo Ilmo Exmo Sr. Martinho e Souza Albuquerque, Governador e Capitão general do Estado do Pará. Tomo 4.

¹⁶⁶ Ibidem, fl. 137-137v.

botica do Hospital Real da praça de Macapá encontrava-se os remédios necessários para as "enfermidades ordinárias" que acometiam aquele povo. Havia porém uma celeuma entre o governador e a Câmara a respeito do cirurgião Joaquim Ferreira. Este cirurgião atendia no Hospital Real com atribuição de também atender "qualquer pessoa que o chamar, e que V. Ms. precisar o seu curativo, tratando a todos com bom modo, pois o agrado, a brandura e a boa assistência com que os professores tratam os doentes, faz que de algum modo se suavize os seus achaques".¹⁶⁷ No entanto os senadores pretendiam contratar o cirurgião de um navio que havia naufragado naquelas proximidades para atender as "sezões" que grassavam na localidade, intenção essa em total desacordo com as ordens governamentais. Ponderava então o governador:

"Muito me admira que V. Ms. façam eleição de um homem desconhecido e que bem podiam pensar que em semelhantes navios não vêm os melhores professores e suposto este ter alguns princípios como estou informado, não tem experiência alguma de curativo e menos conhecimento deste clima. Nesta vila estão três ajudantes de cirurgia para o serviço do hospital podendo estes assistir também ao povo e tendo um deles, Joaquim Ferreira, que com a prática que teve com Julião Alvarez e com a que tem de residir nesta vila há vinte anos, me fez dar crédito às informações que tenho do cirurgião Joaquim Ferreira, que não só é muito capaz de curar sezões contra quaisquer moléstias, mas também de fazer qualquer operação das que pertencem a sua arte: estando bem persuadido não haver nesta cidade nenhum cirurgião nem melhor, nem tão bom. O mesmo Joaquim Ferreira tem sempre muito bom sortimento de remédios para vender a quem lhe possa comprar, como estou cabalmente informado e é capaz de preparar, e aplicar além de ter ajudantes de cirurgia que são os melhores do regimento".¹⁶⁸

O caso é interessante e mostra as divergências existentes entre as autoridades a respeito das competências atribuíveis a cada um dos oficiais da arte de curar e da função de preparar os remédios. Diferentemente dos nobres senadores de São Paulo, o governador do Pará procurava seguir piamente os regimentos em vigor.

Mas o fato é que a maioria das pessoas se tratava pelas mãos de pessoas não consideradas "aptas" a curar, como observavam as autoridades. Além disso os manuais

¹⁶⁷ BNL. Reservados, Códice 4521, fl. 54. Carta do Sr. Martinho e Souza Albuquerque para o cirurgião Joaquim Ferreira.

¹⁶⁸ BNL. Reservados, Códice 4521, fl. 55v-56. Carta do Sr. Martinho e Souza Albuquerque para o Juiz Ordinário e mais oficiais da comarca de Macapá.

de medicina doméstica vinham em grande número para o Brasil, norteando tratamentos e preparação de remédios nas fazendas e vilas, orientando inclusive os encarregados oficiais da arte. O recordista destes livros intitulava-se *Medicina Doméstica*, de Guilherme Buchan. Poderia ser encontrado em coleções compostas por 04, 08 ou 10 volumes, conforme seu tradutor. Para adquiri-los bastava procurá-los dentre os "Livros modernos que se vendem em Casa de Higino José Ferreira, Capitão da Nau Dragão no Rio de Janeiro".¹⁶⁹ Traduzida do original inglês, a obra do médico encontrava-se à venda nos melhores armazéns da praça, inclusive nas próprias boticas.¹⁷⁰ Vertida primeiramente do inglês para o francês pelo médico J. D. Duplanil que lhe acrescentou 05 volumes em notas e explicações, foi então traduzida para o português. Tarefa levada adiante por Francisco Pujol de Padrell, em 10 volumes, cuja primeira edição saiu à luz em 1788. Manuel Joaquim Henriques de Paiva também traduziu o livro, porém, em 04 volumes a partir da nona edição inglesa, a qual chegava em maior profusão ao Brasil.¹⁷¹

Outros manuais de medicina doméstica também eram procurados, distinguindo-se *Aviso ao povo a respeito de sua saúde*, de M. Tissot e *Medicina prática*, de Cullen¹⁷², em clara demonstração de quão espalhada na sociedade colonial brasileira encontrava-se a prática de curar. Além dos oficiantes da arte, os leigos também alçavam-se como mezinheiros, criando mini-boticas particulares. Nava registra a existência dos armários de botica no Novecentos: "ainda se encontram nas velhas fazendas os armários destinados à botica da casa quase toda tirada do mato circunvizinho que fornecia as cascas, as raízes, as frutas, os caroços, as folhas e as flores com que se preparavam os infusos, os cozimentos, as papas e as tisanas desse galenismo rudimentar. Ficou entre nós o gosto

¹⁶⁹ ANTT. RMC. Caixa n. 157. Havia vários títulos de medicina e farmácia à venda.

¹⁷⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 151. A historiadora mostra que as boticas participavam do comércio livreiro vendendo quase exclusivamente obras e folhetos médicos. Encontrei vários proclames nos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Idade d'ouro do Brasil* anunciando esse tipo de literatura.

¹⁷¹ ANTT. RMC. Caixas n. 151; 153 a 162.

¹⁷² ANTT. RMC. Caixas n. 151; 153 a 162.

por essa farmacopéia doméstica (...)" . Chernoviz e Langaard sucederam os velhos manuais.¹⁷³

As boticas setecentistas vendiam somente medicinas?

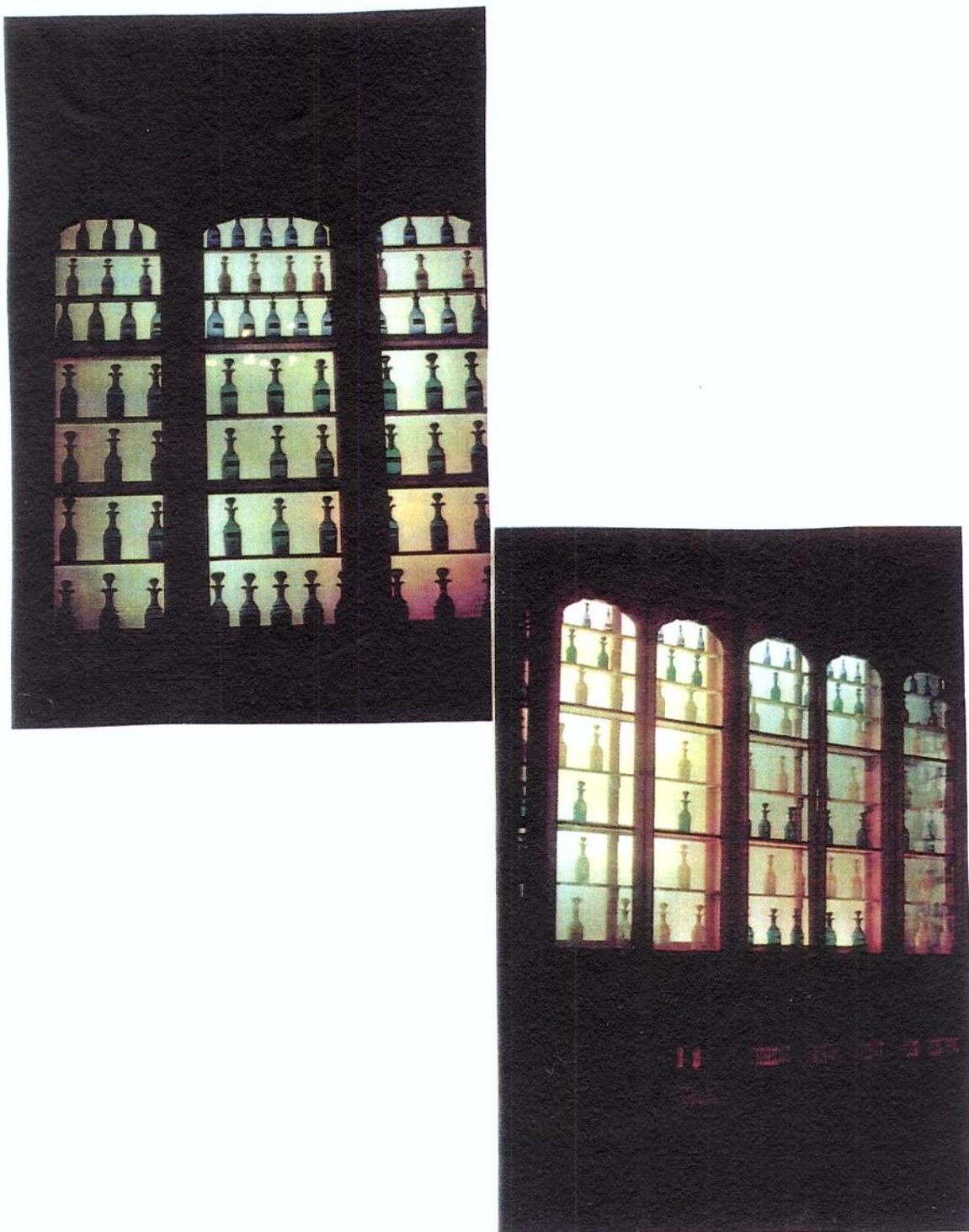


Fig. 21- Dois ângulos da botica de Pacheco Ferreira recriada no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Século XIX.

¹⁷³ Pedro Nava. "Capítulos da história da medicina no Brasil", op. cit., p. 126.

9. Boticas e sociedade.

As boticas de antanho foram locais privilegiados de socialização e de rumores naquele aspecto peculiar e tão marcante, de outros tempos, qual seja, o da não separação higienista entre o lazer, o jogo de gamão ou mesmo as discussões políticas que se realizavam ao final das tardes, daquele outro espaço, no qual buscava-se o remédio que aplacaria as mazelas do corpo. Velhas boticas nas quais corria solta a discussão, trocavam-se idéias, formavam-se opiniões, talvez divergentes das estabelecidas e usuais.¹⁷⁴ Velhos tempos, nos quais as boticas não se encontravam esquadrihadas como o lugar higienizado da aquisição dos medicamentos e a arte de curar fazia parte da base patrimonial das famílias. Esse espaço de socialização, de discussão política e da narração de causos não vem ocupando a atenção dos historiadores e a ele dedicarei este item.

"Fazer uma social" nas boticas não é privilégio nosso. As italianas foram historicamente sede de reuniões científicas, literárias e políticas. Na Espanha, constituíram-se de tertúlias nas boticas importantes sociedades científicas, haja visto a Real Academia de Medicina de Madrid, cujo começo está registrado na tertúlia literária médica que ocorria, em 1734, na botica de José Ortega, na Calle de Montera. A Academia de Ciências de Barcelona, assim como a Academia de Ciências Naturais de Málaga também se originaram de reuniões como essas.¹⁷⁵ Em Covilhã, no século XVIII, leitores reuniam-se em boticas para a discussão de autores franceses proibidos¹⁷⁶, e tertúlias famosas tinham lugar em estabelecimentos de Lisboa e do Porto. Até Bocage teria participado de alguma. Também conspirava-se nas farmácias de antigamente- as autoridades lusitanas acreditaram na organização de apoios a Napoleão a partir da Botica

¹⁷⁴ "Era na botica que, no final da tarde e mesmo à noitinha, se reuniam o vigário, o prefeito, o mestre-escola, o juiz, enfim, a elite intelectual do bairro, para o bate-papo descompromissado, a cabala política ou o jogo de gamão". Ver BNRJ. Seção de iconografia. Catálogo da exposição temporária "Farmácias e boticas", realizada de 12/06 a 17/09/1981, p. 01.

¹⁷⁵ A. C. Correia da Silva. "Da antiga botica ao moderno laboratório farmacêutico". Porto, s. e., p. 15.

¹⁷⁶ ANTT. Inquisição de Lisboa. Cadernos do Promotor n. 134 (1797-1802), Livro 322. Agradeço a Luiz Carlos Vilalta esta preciosa referência.

do Azevedo. Manoel Joaquim Henriques de Paiva, um dos fundadores da nossa primeira Academia Científica "foi preso, exautorado de suas honras, condenado a perder seus bens, levou açoutes na via pública e sofreu pena de degredo" para o Brasil, por ter comentado num dos tantos colóquios que aconteciam na botica que os portugueses não conseguiriam resistir às tropas napoleônicas.¹⁷⁷

Na colônia brasileira há várias referências a acontecimentos sociais semelhantes, e não é a toa que temos tantos "Largos de Boticários" espalhados pelo país.¹⁷⁸ No Mosteiro de São Bento da Bahia nos dias 24 a 30 de julho de 1761 houve uma importante devassa. O Provincial, frei João de Santa Maria, fazendo-se acompanhar do frei João de Santa Gertrudes Canotto elaboraram algumas questões que deveriam nortear o interrogatório do frei boticário acusado e de mais 33 monges que iriam depor juntamente com ele. O boticário, frei Antônio de Santa Ana, havia quebrado algumas normas disciplinares maiores da sua congregação, além de não ter bem cumprido seu ofício. Muitas queixas deixavam claro que o boticário não observava regras elementares ao bom funcionamento da botica, incorrendo pois em falta grave. A devassa procuraria esclarecer os fatos ocorridos.¹⁷⁹

Houve, como seria de se supor, freis que defenderam o boticário com unhas e dentes, como houve também aqueles que o incriminaram de forma severa. Nas acusações que diziam respeito à botica salientavam: 1) ausências frequentes do frei, deixando a botica entregue aos "rapazes" que ali aprendiam o ofício, prática essa corrente mesmo

¹⁷⁷ Pereira Forjaz. "O segredo da esfinge. Uma botica de Lisboa em 1775". Separata *Anais Azevedos*, vol. XIII, n. 2-3, pp. 5-6

¹⁷⁸ A Praça do Ferreira em Fortaleza é um desses largos. No Oitocentos, seus frequentadores reuniam-se na botica para jogo de gamão e roda-de-calçada com bate-papo. Quando a botica "tornou-se pequena para tanto papeador", passaram a agrupar-se em frente, constituindo uma praça que denominou-se do Ferreira. "Não haverá exagero em dizer-se que no Ceará a opinião pública formava-se na Praça do Ferreira". Ver Alberto S. Galeno. *A praça e o povo (homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira)*. Fortaleza, Stylos Com., 1991, pp. 15-6, e Maria Noélia R. da Cunha. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza, IOCE, 1990, pp. 157-9. Meu muito obrigado ao Barroso por estes artigos.

¹⁷⁹ ADB, Congregação de São Bento. Outros livros e documentos, n. 321. Agradeço a Caio Boschi os *Anais do I Colóquio de Estudos Históricos, Brasil-Portugal*, no qual há um artigo de Fernanda Paula Sousa Maia, "A botica de São Bento da Bahia em meados do século XVIII- o espaço e os homens", que levou-me a Braga, atrás da documentação referida.

quando o frei ali se encontrava. O filho do cirurgião-mor fora impedido pelo pai de continuar seu aprendizado, dissera um dos monges argüidos, já que "os medicamentos para os doentes eram feitos pelos aprendizes, e não pelo Irmão boticário, e que por esta causa evitara aos seus doentes o mandarem buscar medicamentos a nossa botica".¹⁸⁰ Outro monge acrescentara que os remédios preparados na botica para o próprio mosteiro "são com imperfeições como ele testemunha presenciou, e experimentou, e que entende ele testemunha que procede de o Irmão boticário ter pouco escrúpulo, e depravada consciência"; dissera ainda, que um medicamento enviado para o Hospício da cidade tinha sido jogado fora por ordem do médico¹⁸¹; 2) banquetes que se realizavam na botica em referência aos almoços ocorridos frequentemente com participação de leigos. Segundo irmãos-monges havia seguidamente "funções de comer e beber", verdadeiros banquetes na suas modestas acepções¹⁸²; 3) realização de jogos no "santuário dos medicamentos". Se fora somente cartas ou dados de parar, mas ocorriam jogos proibidos pela Congregação, havendo apostas feitas a dinheiro com pessoas não religiosas.¹⁸³

O boticário ao defender-se esclarece melhor como a botica funcionava, constituindo-se num local de socialização dos moradores da Bahia setecentista. Segundo ele, tudo não passava afinal de hábito social que deveria ser cultivado. Os almoços seriam uma espécie de retribuição social, pois tal era o costume da população da cidade. Quando os religiosos iam a alguma residência, seus donos não os deixavam sair sem comerem. Além disso cabia tratar bem os clientes, pois a botica precisava deles. Quanto aos jogos, de fato jogava-se ali, mas somente jogos permitidos como as tábulas reais.¹⁸⁴

Frei Antônio de Santa Ana tratava as acusações de seus iguais como eventos reais, cotidianos e usuais em qualquer botica, como de fato eram. Jogos, principalmente

¹⁸⁰ ADB. Congregação de São Bento. Outros livros e documentos, n. 321, fl. 370.

¹⁸¹ Idem, ibidem, fl. 368.

¹⁸² Ibidem, fl. 361, 362.

¹⁸³ Idem, ibidem, fl. 361, 362, 366, 369, 370.

¹⁸⁴ Idem, fl. 372, 373.

o gamão, mereceram até versos de intelectuais que as frequentavam. Em Lisboa, o poeta Nicolau Tolentino escrevera um soneto alusivo a esse entretenimento intitulado, "A dois velhos jogando o gamão".

"Em escura botica encantados,
Ao som de grossa chuva que caía,
Passavam de Janeiro um triste dia
Dois ginjas no gamão encarniçados.

Corra, vizinho, corra-me esses dados,
Gritava um deles, que nem boia via:
De sangue frio, o outro lhe dizia
Mil anexins naquele jogo usados:

Dez vezes falha o mísero antiquário;
E ardendo em fúria o trêmulo velhinho,
Atira com uma bola ao contrário:

O mal seguro golpe erra o caminho;
Quebra a melhor garrafa do boticário
Que foi só quem perdeu no tal joguinho."¹⁸⁵

Se a "constituição" dos beneditinos não permitia tais eventos era outra questão. Porém as discussões e os jogos acompanhavam o dia-a-dia das boticas "d'outrora". Quando Debret pintou uma botica do Rio de Janeiro não deixou de representar no lado esquerdo da tela, os "jogadores" concentradíssimos, enquanto o boticário localizava um boião para atender seu cliente.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Manuel Emygdio da Silva. *Botica do Azevedo (1775-1948)*. Lisboa, Sociedade Industrial Farmacêutica, s. d., p. 43.

¹⁸⁶ Jean Baptiste Debret. *Viagem pitoresca ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1989, prancha 19.



Fig. 22- Botica (RJ) pintada pelas tintas de Debret. Século XIX

Mas além de se constituírem em espaços de diversão e conversa, as boticas coloniais foram local de discussão política e leitura de "autores malditos", na ótica da Metrópole. A devassa de 1794 promovida no Rio de Janeiro pelo Conde de Resende é rica em alusões à botica como espaço no qual discursos inflamados "ofensivos à religião" eram enunciados, afora os "louvores e aprovações" ao sistema republicano francês.

Afinal, a devassa objetivava esclarecer se havia algum "plano de sedição" em formação. No período compreendido do dia 11 de dezembro de 1794 a 13 de fevereiro de 1795, dentre as 61 testemunhas ouvidas, 5 delas tinham por ofício serem boticários. Eram eles:

José Mendes

da Silva, Vitorino José de Souza, Agostinho Martins da Silva, Antônio Morais Silva e Luís José da Silva.¹⁸⁷

A botica denunciada por várias testemunhas como local de reunião foi a "do Amarante"¹⁸⁸

"(...)casa de assembléia todas as noites aonde se falava em toda a qualidade de governos e na religião e que em tudo ali se disputa cujo Mestre se o mestre do Grego aonde se resolvem todos os casos e dúvidas cuja conversa dura até a meia noite e uma hora muitas vezes e que das dez horas por diante cerram as portas e continua a dita Assembléia (...)".¹⁸⁹ Lugar preferencial "(...) se quisesse saber novidades fosse àquela botica, apontando-lhe a que o mesmo referente refere por estarem quase junto a ela, aonde todas as noites se ajuntavam várias pessoas e se conversava muito sendo um dos assistentes o Professor de Grego, (...)".¹⁹⁰

José Mendes da Silva, boticário-administrador da "Botica do Amarante", cujo proprietário era o Capitão José Pereira Amarante, negou que houvesse na botica qualquer reunião com objetivos escusos. No entanto foi preso para interrogatório pelo Tribunal do Santo Ofício, em 1796, atendendo denúncia feita em 1794 por Manoel de Jesus, sapateiro, "que vivia dos seus negócios" e residente no Rio de Janeiro.

Juntamente com Mendes foram acusados por libertinagem: o Mestre de Retórica Grega João Marques Pinto, o padre secular Luiz Gonçalves, o Mestre da Escola Régia Manoel Ferreira, José Jacinto de Sá ("forte libertino e escandaloso"), João Lourenço-irmão de José Jacinto ("carece de uma grande reforma"), o mercador João Rodrigues Pereira ("cortava muito bem nas cousas pertencentes à nossa religião e Leis

¹⁸⁷ "Devassa ordenada pelo Vice-Rei Conde de Resende- 1794". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 61, 1939.

¹⁸⁸ José Pereira Amarante, o proprietário da botica, pertenceu à Academia Científica do Rio de Janeiro. Ver Bella Herson, op. cit, p. 176

¹⁸⁹ "Devassa...", p. 261. Ver também pp. 255, 264-5, 275, 306.

¹⁹⁰ Idem, p. 321

Eclesiásticas"), o boticário Manoel Joaquim Bandeira ("libertino de palavras em cuja botica sabe ele depoente por ouvir dizer que se faziam os mesmos conventículos")¹⁹¹, o mercador Manoel José da Silva Guimarães ("seguia a opinião dos outros no mesmo conclave (...) tolo (...) há três anos mais ou menos se absteve de ir a tal botica"), o comerciante João Vaz e "um moço que não conhece nem sabe o nome mas o ouvia proferir proposições heréticas e tão escandalosas condenando o Tribunal do Santo Ofício de sanguinolento, que os mesmos declarados o temeram e o lançaram fora dos seus conclaves".¹⁹²

As denúncias anotadas pelo Tribunal foram então as seguintes: proferir proposições heréticas e licenciosas, duvidar da verdade das Escrituras Sagradas, não crer nos Santos dizendo que tudo são petas, negar a superioridade do Papa e de seu poder, e preferir ter parentesco com o diabo do que com as Irmandades. Além destas acusações havia a de que "usam e têm espalhado vários livros heréticos e escandalosos". Esta acusação foi ensejada porque nos "conventículos" lia-se e discutia-se obras de Voltaire. Assim a proposição n. 5 de acusação do Tribunal rezava: "Se alguma pessoa tem ou costuma ler sem licença livros proibidos como as obras de "Volter (sic) lendo a sua doutrina pela mais sólida e verdadeira e defendendo-a como tal, e outro sim que tenha espalhado vários livros destes para a dita horrorosa doutrina poder graçar".¹⁹³

Em 14 de novembro de 1796 foram ouvidas 12 testemunhas. As reuniões foram consideradas assembléias de "ociosos e vadios" e a pena estipulada foi repreensão.

Considerando findo este processo deparo-me com uma carta de Mendes, na qual há seu pedido de perdão, arquivado sob outro número.¹⁹⁴ Nela o boticário usa de sua "pouca idade", vinte e quatro anos, para justificar-se perante aos seus inquisidores.

¹⁹¹ Manoel Joaquim Bandeira também participava da Seção de Farmácia da Academia Científica. Bella Herson, op. cit., p. 176

¹⁹² ANTT. Inquisição de Lisboa. Processo n. 411.

¹⁹³ Idem, fl. não numerado.

¹⁹⁴ ANTT. Inquisição de Lisboa. Processo n. 16212.

Dizendo-se católico, apostólico e romano pede perdão e a "penitência que forem servidos, de baixo do protesto da minha emenda".

As boticas tiveram destacada importância no que diz respeito à divulgação de novas idéias, opiniões e críticas entre seus frequentadores. Há se considerar a inexistência de órgãos de imprensa na Colônia; a botica fazia de certo modo a divulgação das notícias e das novidades da Europa em periódicos vindos a bordo dos navios europeus. Chegavam também idéias fora da ordem, principalmente as mais temidas e revolucionárias, trazidas nos livros malditos que os mercadores tão bem escondiam e que passavam de mão em mão. Lidos e discutidos nas boticas atingiam aqueles que não liam nem mesmo em português. Importância somada quando se considera a forma absolutista da metrópole tratar seus interesses no Brasil, cerceando qualquer tentativa de ilustração que fugisse ao seu controle.¹⁹⁵

"Botica, instituição nacional, armazém de pós e ungüentos, loções e ferro-quinas; local de encontros de alquimistas políticos e de políticos grão senhores das fórmulas de salvação nacional...", como dizia Duílio Crispim Farina¹⁹⁶, referindo-se à botica dos séculos XIX e XX e que também cai como luva para aquelas setecentistas.

No próximo capítulo tratarei dos medicamentos de segredo, discutindo a natureza de suas formulações.

¹⁹⁵ Ilustração x revolução está exemplarmente discutida por Francisco Falcon. "Da ilustração à revolução- percursos ao longo do espaço- tempo setecentista". *Acervo*, vol. 4, n. 1, jan-jun 1989.

¹⁹⁶ Duílio Crispim Farina. *Medicina no planalto de Piratininga*. São Paulo, s. e., 1981.

CAPÍTULO IV

MEDICAMENTOS DE SEGREDO- a natureza do espetáculo.

"Abria o caminho um ajustado concerto de flautas e trompas tocadas por negros de pessoas particulares. Seguia-se um alteroso carro triunfal, a cousa melhor deste gênero que se tem visto no Pará; ia puxado por negros vestidos de saíotes de várias cores e barretes encarnados; à testa do carro via-se uma figura viva embocando o clarim que representava a fama; no mais alto respaldo ia sentada outra figura viva ricamente asseada (sic) mostrando ser a caridade, com um menino nos braços, e outro ao seu lado. Mais abaixo estavam diferentes anjos, e entre estes dois com salvas de prata na mão espalhando flores e cantando algumas letras de música muito própria ao intento. Via-se depois uma orquestra das mais completas, e ajustadas que consta terem aparecido naquela cidade; compunha-se de oito rabecas, rabecão, duas trompas, duas flautas, dois boés, e um bom número de cantores: o fundo do carro era ocupado de alguns pobres enfermos dentro em camarotes forrados em seda que se deixavam ver de todos os espectadores: levava o referido carro para cima de quarenta pessoas, e tinha capacidade para tanto mais. Achava-se escrito na parte anterior do mesmo este distico *Ecce triumphalem summa virtutes honorem, quo tollat miseros, a there lapsa venit*. Depois daquela soberba máquina marchava todo o lustroso concurso em uma confusão a mais agradável: os irmãos da caridade com suas medalhas ao peito pendentes de fitas encarnadas; e os principais deles levando cada um o seu pobre ao lado direito. Fechavam o préstito os dois Excelentíssimos com medalhas e seu pobre a mão direita. Por fim marchavam duas fileiras de soldados, e um povo imenso enchia todas as praças e ruas. Nesta ordem se encaminhou aquele numeroso ajuntamento até o novo hospital entre repiques de todos os sinos da cidade".¹

Tratava-se de festejar a inauguração do Hospital da Caridade de Belém do Pará, em 24 de julho de 1787, para o qual muito empenhou-se o bispo D. José Caetano Brandão, vindo para o Brasil na comitiva de Alexandre Rodrigues Ferreira. Três dias de festividades incluindo orações com "palavras do evangelho" e concertos de música realizados no hospital. Tudo às custas de "alguns espíritos generosos" sem que houvesse "dispêndio algum do próprio hospital" e de escravos que desempenhavam as mais diversas funções: cantores, músicos, ou puxadores do carro "triunfal", feito mulas.

Fama e caridade davam o tom ao evento de fundo religioso indicando pelo menos uma faceta da arte de curar daqueles tempos. O hospital aparece como local de recolhimento e abrigo de doentes pobres, lugar de benevolência e preparação para a boa morte em franco descompasso com o hospital europeu daqueles tempos- o espaço do nascimento da clínica, no qual organizavam-se os leitos tornando possíveis observações clínicas mais acuradas que permitiam relacionar as doenças com seus sintomas e sinais

¹ ACL. Manuscrito vermelho, n. 816. Conjunto de Pastoris, fl. 1. Relação das festas que se fizeram na cidade do Pará por ocasião da abertura do Hospital dos pobres enfermos. Século XVIII.

clínicos, as fases evolutivas das mesmas, testavam-se novas terapêuticas, a assim por diante.²

Naquela inauguração a doença fazia a festa exposta em uma mobilização ritualística invejável: os doentes desfilavam suas mazelas ao vivo e em cores. O cerimonial encontrava-se marcado pela pompa e pela circunstância, exteriorizando manifestações de religiosidade em todo seu esplendor ritual. Os doentes em meio às sedas de seus camarotes, aos anjos, flores, dobrar de sinos e cantos estavam mais para a paz celestial do que para adentrar a grande máquina instauradora da clínica. Em torno da doença e da morte realizavam-se rituais festivos.³

Um grande espetáculo, sem dúvida. Digno de nota e atenção principalmente quando, neste capítulo, cabe-me tratar dos medicamentos de segredo a partir de sua natureza. Remédios de inspiração divina ou fruto da racionalidade e das inovações científicas? Discutirei os segredos medicinais nesse duplo aspecto, como se fossem duas faces de uma mesma moeda. De um lado pensando as classificações e sistematizações que denotavam a ordem racional da natureza construída na Idade Moderna e, de outro, o velho movimento de repetição da natureza, das semelhanças primeiras, da imaginação espontânea que coexistem com a ordem racional em construção.

² Michel Foucault. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980, pp. 99-120.

³ Ver João José Reis. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

1. Um medicamento de segredo que deu o que falar.⁴



Fig. 23. Garrafas de Água de Inglaterra com marca de André Lopes de Castro. Vidro soprado verde e transparente. Coleção particular. Século XVIII.

"O Senhor de Mar e Guerra, Intendente da Marinha e Armazéns Reais mandará pôr em venda na Botica do Hospital Militar, as garrafas de uma preparação de quina, a que comumente dão o nome de Água de Inglaterra, que com a provisão da cópia inclusa me foram remetidas pela Junta da Fazenda da Marinha, no Correio Marítimo. Haviam (sic) pelos preços declarados na mesma provisão, e logo que se acharem vendidas arrecadar o seu produto para o remeter a mesma Junta da Fazenda da Marinha, em açúcar e algodão, na forma indicada, dando-me parte antes de fazer a remessa, para responder a dita provisão".⁵

⁴ Os dois primeiros itens deste capítulo encontram-se publicados com algumas modificações no artigo "Medicamentos secretos: saberes e poderes". *Cadernos de história social*, n. 5, abril 1997.

⁵ BNL. Reservados. Códice 4430. Correspondência do Governador da Bahia para o Intendente da Marinha, em 16 de setembro de 1802.

Esta ordenação expedida pelo governador Francisco da Cunha Menezes ao despontar do século XIX é bastante curiosa em se tratando da famosa "Água de Inglaterra", um medicamento secreto, que tantas polêmicas e disputas vinha causando desde a primeira formulação que chegara a Portugal, manipulada por Fernando Mendes, médico da corte inglesa em fins do século XVII e início do século XVIII. A curiosidade deve-se ao fato de que fora declarada guerra aos medicamentos de segredo no Reino com a elaboração da primeira farmacopéia oficial, e em 1799 um edital com denominação de "Aviso ao público" rezava que quando se receitasse Água de Inglaterra deveriam os farmacêuticos vender o vinho quinado composto, expresso na Farmacopéia Geral.⁶

Sim, mas tratava-se da "Água de Inglaterra", preparado que notabilizara-se sobremaneira em Portugal e suas colônias por sua ação anti-malárica devido à quinina, seu principal princípio ativo. Era utilizada nas "febres intermitentes, terçãs, quartãs, sezões ou maleitas"- em referência à terminologia em voga naqueles tempos- febres essas endêmicas na metrópole e nas colônias. Deve-se ter em conta que o sulfato de quinina é um medicamento altamente eficaz, sendo até hoje utilizado na prevenção e tratamento da malária.

Fernando Mendes não havia inventado a Água de Inglaterra pois ela já era usada pelos índios do Peru desde priscas eras. No entanto é somente no século XVII que a quina é introduzida na Espanha e passa a ser usada no tratamento das febres com as denominações de "pós dos jesuítas", "pós do Cardeal" e outros.

Robert Talbot, um aprendiz de boticário que "virou" médico por decreto real, obteve privilégios ao curar o rei Luís XIV da França e, posteriormente, Carlos II da Inglaterra, utilizando a quina sob a forma de vinho. Foi então nomeado médico do rei inglês em 1678, ano em que Mendes prestava serviço a Dona Catarina e acompanhava de perto a utilização da quina naquela Corte.⁷

⁶ Edital da Junta de Proto-Medicato, acerca da chamada "Água de Inglaterra". Apud *História da farmácia portuguesa através da sua legislação*, de Manuel das Dores Tello da Fonseca. Porto, Gráfica do Porto, 1935. A Junta de Proto-Medicato foi criada em 17 de Junho de 1782 em substituição à Fisicatura-mór.

⁷ Para maiores detalhes consultar Pedro José da Silva. *História da farmácia portuguesa desde os primeiros séculos da monarquia até o presente*, 3 memórias. Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1866-8 e "A 'Água de Inglaterra' no Portugal das luzes", de José Pedro Felripa de Sousa Dias. Lisboa, Universidade de Lisboa, 1986.

Não se sabe ao certo como se introduziu o medicamento em Portugal. Segundo a versão mais antiga, a de Curvo Semedo, na *Poliantéia medicinal*, editada em 1697, o segredo fora comprado por D. Pedro II, para o bem de seus vassallos. Essa versão foi reafirmada posteriormente pelo boticário português Manuel Rodrigues Coelho na sua *Farmacopéia tubalense*, e negada pelo médico Jacob de Castro Sarmiento, que atesta ter D. Pedro II brindado o autor com uma generosa recompensa por este lhe ter revelado o segredo, embora o soberano tenha se comprometido a manter a fórmula em sigilo.⁸ D. Pedro sofria de "febres" desde muito jovem e o medicamento, revelado ou comprado, tornara-se certamente dádiva, tanto para seu próprio uso quanto para "a saúde de seus vassallos" em se tratando de doença tão endêmica no Reino de Portugal.

Se Fernando Mendes foi o iniciador do comércio da água em terras lusitanas, não foi no entanto seu comerciante mais notável, nem era de sua autoria essa água que chegava ao Brasil em 1802. Em fins do Setecentos tanto a Água consumida em Portugal quanto a transportada para as colônias eram produzidas principalmente por André Lopes de Castro, sobrinho do eminente Dr. Jacob de Castro Sarmiento⁹, que dizia ter herdado do tio a legítima fórmula do medicamento, sendo que Castro nem boticário era. Isto fazia com que os boticários pressionassem a Real Junta de Proto-Medicato a respeito de tal privilégio. Como poderia Castro ter aprovação e licença?

André Lopes de Castro vendia seu produto por preços inferiores aos cobrados por boticários e outros preparadores e entrava em qualquer contenda para expandir suas vendas. Assim disputou com João Antonio Pereira e Sousa, boticário do Conselho Ultramarino, o lugar de fornecedor do medicamento para a Armada Real ao provocar o

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Jacob de Castro Sarmiento era português, filho de cristãos-novos, formado em artes e medicina. Transferiu-se para Londres em 1720, quando aumentou o cerco da Inquisição a médicos judeus. Notabilizou-se pertencendo às várias comunidades científicas de sua época, como o Royal College of Physicians e a Royal Society. Dentre suas obras destacam-se *Matéria médica*, *Pharmacopoeia contracta*, e *Do uso e abuso das minhas Águas de Inglaterra*. Sarmiento supera de longe o sucesso alcançado pela Água de Fernando Mendes. Para tal utilizou-se de vários expedientes, tais como: a) espalhar um folheto no qual dizia dos perigos da quina quando não devidamente extraída; b) dar credibilidade científica ao medicamento (repassa sua boa reputação à Água, discutindo-a em suas obras); c) estabelecer uma importante rede de distribuidores do produto (geralmente os boticários eram seus representantes); e d) valer-se de sua aproximação aos círculos do poder. Veja detalhes da trajetória de Sarmiento em Augusto d'Esaguy. "Uma carta de Manuel Teles da Silva, Marquês do Alegrete, Secretário da Real Academia Portuguesa, a Jacob de Castro Sarmiento, médico e sócio do Real Colégio de Londres (1691-1762)". *Separata Imprensa Médica*. Lisboa, 1952.

Sobre o antipalúdico de Sarmiento, consultar Pedro José da Silva, *op. cit.*, e José Pedro de Sousa Dias, *op. cit.*

embargo da preparação daquele, já que o produto de Sousa usava garrafas e marca idêntica às suas. Sousa comprovou a qualidade de sua água e manteve seu lugar.¹⁰

Por decreto do Príncipe Regente de 1799 o preparo da Água de Inglaterra para as Armadas Reais e domínios ultramarinos deveria ser efetuado pela Junta de Proto-Medicato (...) "nos dispensatórios farmacêuticos dos melhores boticários de Lisboa, que escolher, e depois de posto em vigor o laboratório químico, e dispensatório farmacêutico do Hospital da Marinha as que no mesmo mandar preparar para os sobreditos fins"(...).¹¹

José Francisco Borralho, nomeado boticário do Hospital Militar da Corte e também fabricante do medicamento, teria sido o responsável pelo preparo da água que chegava à Bahia em 1802, uma vez que manipulava esse remédio na botica do hospital e também tinha licença da Junta para prepará-lo e vendê-lo por sua conta.¹² O mecanismo de troca empregado e a venda em instituição oficial viria reforçar essa hipótese. Sabe-se, entretanto, que em agosto deste mesmo ano André Lopes de Castro obtivera licença através de aviso real para que sua água pudesse ser vendida livremente nos domínios de além-mar.¹³

Em *Aviso ao público a respeito da Água de Inglaterra* da composição do doutor Jacob de Castro Sarmiento, por André Lopes de Castro, edição de 1799, o capitão esclarece que vem a público dizer que tanto sua mulher, quanto seu filho José Joaquim sabem preparar a verdadeira receita de sua água e assim procedem nos seus impedimentos. Utiliza-se também desse novo folheto para solicitar cuidados com as águas vendidas na América, pois seriam frequentemente falsificadas. Destaca o apoio recebido de vários médicos e cirurgiões, tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia, atestando os bons resultados obtidos com o uso de sua fórmula. Dentre os do Rio de Janeiro, cita Manoel Joaquim Mascarenhas, Estácio Gularte Pereira e Antonio Francisco

¹⁰ Informação de Silva, op. cit., p. 144.

¹¹ Idem, ibidem, p. 146-7.

¹² José Francisco Borralho, Professo na Ordem de Santiago e Capitão das Ordenanças da Corte, foi nomeado, em 1760, por decreto de D. José I. Diz no folheto impresso acerca das *Direções e advertências para o uso da "Água de Inglaterra"* que em face do grande dispêndio que ocasionava à Fazenda Real a dita composição "se animou a fazê-la por conta da mesma Fazenda Real". Lisboa, Impressão Régia, 1810, p. 12. "A 'Água de Inglaterra' no Portugal das luzes", op.cit., p. 96.

¹³ Os europeus residentes em Angola fizeram acirrada oposição à normatização da venda da Água pela Junta, uma vez que o medicamento de Lopes era muito popular naquela colônia. Conferir em "A 'Água de Inglaterra no Portugal das luzes", op. cit., p. 96.

Leal. Na Bahia avalizaram o remédio: o médico do presídio, o Cirurgião-mor e Juiz comissário da Real Junta, além de José Antonio da Costa Ferreira.¹⁴

Nas próprias boticas existentes nos navios da "Viagem Filosófica", primeira expedição naturalística enviada por Portugal às terras do Brasil, chefiada pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, já se encontravam garrafas de Água de Inglaterra. Na "lista da botica" requisitada por Ferreira a João Pereira Caldas, em Barcelos, então capital da Capitania do Rio Negro, em 5 de fevereiro de 1788, constam doze garrafas do dito medicamento para uso da tripulação que percorreria o Rio Madeira¹⁵, o que indica o seu consumo do norte ao sul da América portuguesa.

Se a Água de Inglaterra tornou-se famosa, fosse por sua eficácia ou pelas disputas e controvérsias que causou, não foi o único medicamento secreto importante a despertar a atenção dos historiadores da medicina e da farmácia. Vários estudos sobre esta temática têm sido realizados em Portugal, embora mantenha-se muito escassa a historiografia brasileira sobre esses medicamentos na época colonial, ou mesmo no Brasil-Império. Tais medicamentos encontram-se referidos apenas de passagem na bibliografia consultada.¹⁶

2. Saberes sobre medicinas secretas.

João Curvo Semedo, médico português, famoso por seus remédios de segredo, no panfleto "Advertências dignas de serem sabidas" dizia:

"Na Corte de Paris, e em muitas terras do mundo costumam os que sabem algum remédio singular, fixar vários papéis nas ruas mais públicas, dizendo neles que fulano morador em tal parte tem um remédio eficaz para tal doença; e para esse fim repartem os

¹⁴ José Lopes de Castro. *Aviso ao público a respeito da "Água de Inglaterra"*. Lisboa, Of. de Simão T. Ferreira, 1799, pp. 52-9.

¹⁵ Américo Pires de Lima. "As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do século XVIII)". *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, vol. IX (separata) s. d., p. 5.

¹⁶ Ver Lycurgo dos Santos Filho na *História geral da medicina brasileira*; Pedro Nava em *Capítulos da história da medicina no Brasil*; Lourival Ribeiro em *Medicina no Brasil colonial*; Carlos da Silva Araújo em *Figuras e fatos na história da farmácia no Brasil português*; e *Fatos e personagens da história da medicina e da farmácia no Brasil*; Serafim Leite em *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil*; dentre outros.

tais papéis com as pessoas que encontram pelas ruas, para que todos saibam onde acharão o tal remédio.

Este arbítrio tão proveitoso desejei se usasse em Portugal, e quis dar notícias dos segredos medicinais que experimentei feliz no decurso de cinquenta e quatro anos, para que os doentes, que padecem, por não ter notícias deles, cobrassem saúde".¹⁷

Semedo expressava o entendimento existente acerca dos remédios secretos em fins do século XVII e século XVIII. Como ele mesmo relatava, tratava-se de medicamento "singular" cujos componentes não eram revelados. Ao invés da formulação, propagandeava-se os efeitos sempre acompanhados dos depoimentos daqueles que haviam-no experimentado. Ainda segundo o médico, a divulgação desses remédios era feita através de ampla propaganda escrita, afixada e distribuída nas ruas na qual indicava-se o local para aquisição. Os segredistas também publicavam reclames nos jornais da metrópole, prática que se tornou comum no Brasil, após a introdução da imprensa no século XIX.

Produziam medicamentos secretos médicos, cirurgiões, boticários, curandeiros e pessoas alheias às práticas de curar, num amplo leque que variava de soberanos a escravos. Na Bahia, os oficiais da Câmara mobilizaram-se nos idos de 1718 para reivindicar ao soberano que

"um estrangeiro de nação francesa, Timóteo Brasquete, o qual usa de cirurgia e que dá uns copos de singular e particular remédio contra o morbo-gálico, dando-os aos que dele enfermam, com tão aprovada aceitação que todos que tomaram experimentaram evidentes melhoras em suas queixas, logrando a saúde perdida, e porque quase todas as doenças que naquela cidade se padece era o morbo-gálico o seu incentivo lhes pareceu representar a Vossa Majestade o quanto útil era aquela república o conservar-se nela o dito Timóteo Braquete (sic)".¹⁸

Embora não tenham sido atendidos, pois o suposto cirurgião não permaneceu na cidade já que era estrangeiro, o Conselho Ultramarino decidiu que "como este remédio de que usa este francês é tão proveitoso que se deve ordenar que se lhe compre à custa da mesma Câmara (...)".¹⁹

¹⁷ O texto de "Advertências dignas de serem sabidas" encontra-se estampado na obra de Semedo, *Poliantéia medicinal*, na parte em que o autor trata do "Memorial de vários simplices". Lisboa, Of. de Antonio Pedroso Galram, 1727.

¹⁸ Ministério da Educação e Saúde. *Documentos históricos*, vol. 97. Consultas do Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro - Bahia, 1716-1721, p. 124.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 125.

O procedimento adotado parecia ser o usual quando os segredos notabilizavam-se. Ocorriam também tentativas de manter uma mesma denominação para diferentes formulações. Exemplo disso é encontrado no caderno de receitas dos colégios da Índia, da Companhia de Jesus, onde num só manuscrito há duas fórmulas para a "Água de Inglaterra", a do Capucho Arrábido e daquela "que se fazia em Inglaterra".²⁰

Muitos dos remédios secretos utilizados encontravam divulgação nos livros escritos por médicos, cirurgiões e boticários. No livro *Erário mineral*, do cirurgião português Luís Gomes Ferreira, lê-se no tratado terceiro: "De uma miscelânea de vários remédios inventados e experimentados para muitas enfermidades", além "Dos segredos ou remédios particulares que o autor faz manifesto para a utilidade do bem comum", contidos no sexto tratado.

Gomes Ferreira permaneceu "nos povoados desta América" vinte anos, dez deles passados nas Minas. Conquistou fama de clínico competente e muito utilizou a flora local. Parece ter tido uma postura diferenciada de outros idealizadores de segredos, pois revelava no "*Erário*" os componentes e formas de preparar seus medicamentos. Como frisa: "Se houver alguma pessoa (o que não creio) que note o ensinar este, e outros segredos, não terá razão porque a conveniência de muitos deve prevalecer a dos poucos".²¹

Dentre os medicamentos usados pelo Cirurgião-Mor Manoel Fernandes Nabuco, o primeiro dos Nabucos a atracar na Bahia, em 1762, também figuram medicamentos secretos, podendo citar-se o famoso óleo do Grão-Duque de Florença.²²

Na listagem manuscrita dos medicamentos existentes na botica portátil do Ouvidor Geral - de uma capitania não especificada do Brasil - constam outros remédios de segredo, tais como: Água da Rainha da Hungria, Bálsamo Católico e a Triaga de Veneza. Seguindo-se a lista encontramos as "virtudes e modo de usar esses remédios".²³

²⁰ ACL. Manuscrito vermelho, n. 586. Mémoire: Virtudes de raízes e pedras e óleos da Índia. Século XVIII, f. 52v a 53v.

²¹ Luís Gomes Ferreira. *Erário mineral dividido em doze tratados*. Lisboa, Of. de Miguel Rodrigues, 1734, pp. 101-2. O livro de Ferreira seguia ao passo a obra *Poliantéia*, de Curvo Semedo.

²² José Thomaz Nabuco. *Um médico do Brasil Colônia: O cirurgião-mor Manoel Fernandez Nabuco e sua gente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 101.

²³ ANTT. Papéis do Brasil. Avulsos 3, documento 3, s. d. O manuscrito está assinado por Bento Vieira Gomes.

Mas a Triaga Brasília era um dos medicamentos secretos que mais "alvoroço" causava nas terras do Brasil. "Inventada" pelos religiosos da Companhia de Jesus, mais tarde seria "divulgada na *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil* compostas e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais célebres que têm havido nestas partes". O depoimento de um religioso não identificado atesta a respeito da triaga: "E eu a confessar a verdade, pela experiência que tenho de todas as quatro partes do mundo e exercitando em todas elas a caridade de aplicar alguns remédios, digo que é das triagas a que entre todas as outras tem a primazia: pois é a que entre todas elas, obra mais prontamente e com mais eficácia".²⁴

Essa eficácia tornava a formulação tão cobiçada que aproveitou-se o episódio da expulsão dos jesuítas para se tentar obtê-la. Um dos desembargadores, atuante na Bahia, escrevia a um ministro da Corte em 30 de julho de 1760:

"Agora sou obrigado a dizer a V. Exa. para ser presente ao mesmo Senhor que tendo eu notícia que havia na Botica do mesmo Colégio algumas receitas particulares e entre elas a do Antídoto ou Triaga Brasília, fiz a necessária diligência para que me viesse a mão antes que fossem de outrem vista pelo justo receio de que se trasladasse ou se desencaminhasse por indústria de quem com eficácia a buscava: o que se não evitaria, faltando a predita cautela, que se ignora na inteligência de que poderiam os mesmos Padres ocultar a dita receita, como fizeram aos principais remédios que em lugar incompetente foram achados. Por essa receita me dizem haverá nesta cidade quem dê três ou quatro mil cruzados: e é certo que o fundo principal da dita Botica era este remédio, pelo grande gasto que tinha, por ser pronto o seu efeito. Também achei outros manuscritos de outras receitas, que poderão não ser vulgares, porquanto delas se vê mandarem os Prelados com pena de desobediência se não mostrassem à pessoa alguma".²⁵

A triaga, "celebérrima em todo aquele Novo Mundo", era preparada na botica do Colégio da Bahia com vinte e uma raízes, extratos, gomas e substâncias químicas (óleos e sais). Havia variações na formulação, pois poderia ser manipulada com ou sem substâncias químicas. Quando os "químicos" eram incorporados tratava-se da Triaga Brasília reformada, considerada mais eficaz por seus idealizadores.

²⁴ Ver em Serafim Leite, *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa, Ed. Brotéria, 1953, p. 88.

²⁵ Serafim Leite, op. cit., p. 88. O documento encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino.

"A Triaga brasilica é um antidoto ou panacéia composta, à imitação da Triaga de Roma e de Veneza, de várias plantas, raízes, ervas e drogas do Brasil, que a natureza dotou de tão excelentes virtudes, que cada uma por si só pode servir em lugar da triaga da Europa: pois com algumas das raízes, de que se compõe este Antidoto, se curam nos Brasis de qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos, como também de outras várias enfermidades, só com mastigá-las (...). É esta triaga efficacissima contra todo o veneno (exceto os corrosivos), como é o solimão e outros semelhantes caústicos, ainda que contra estes, dado o peso de uma até duas oitavas, ainda ajuda a expelir com vômitos; e depois com remédios anódinos, que se costuma aplicar a semelhantes venenos, faz a cura mais fácil e mais segura".

Ademais era usada contra qualquer bebida de veneno, ainda que fosse de ervas frias e venenosas, e ainda para mordeduras de qualquer espécie de cobras e outros animais peçonhentos.

"(...). Serve também para qualquer dor interna como de estômago, vômitos, cólicas, flatos e pontadas, principalmente se forem causadas de frio; para lombrigas e qualquer humor corrupto que se gere nos intestinos. É remédio para estancar cursos (...).

Serve mais para qualquer achaque de cabeça causado de intemperança fria, como é a paralisia, epilepsia, apoplexia, melancolia, (...). É boa contra a peste e doenças epidêmicas. Nas febres malignas tem mostrado grande eficácia, (...). É potente contra as bexigas e sarampo, (...). Assim mesmo, tomando-a em tempo de bexigas, ou de outras doenças contagiosas e epidêmicas (...) serve para preservação (...).

É assim mesmo célebre e experimentado remédio para as enfermidades histéricas, como para a sufocação da madre, acidentes uterinos, convulsão, flatos, dores, retenção dos menstros, para a opilação da madre, para corroborá-los depois do parto (...) e finalmente para quase todas as doenças das mulheres".²⁶

Usava-se também para as crianças com febres, cólicas, e outras enfermidades causadas por lombrigas.

A triaga teria como efeito curar esse vastíssimo e diverso leque de doenças à semelhança de um antidoto universal, formulada em imitação às triagas européias, porém enriquecida pelas plantas exóticas dos brasis. Este segredo dos jesuítas, guardado a sete chaves, de tão alto custo e cobiça, tanto na colônia quanto na metrópole, constitui composição exemplar de terapêutica empregada no século XVIII, mas concebida no mundo antigo. As triagas ou triagas continham ópio em sua formulação, droga essa usada em muitas receitas desde a Antiguidade, tanto no Egito, como na Grécia ou em Roma. Ferreira esclarecia que

²⁶ Nos apêndices de *Artes e ofícios no Brasil*, Serafim Leite reproduz o índice do manuscrito "Coleção de Receitas", existente no Vaticano, Arquivo ARSI, Opera Nostrorum 17. Transcreve na íntegra a Triaga Brasilica, sua versão reformada, a notícia do antidoto e dos lugares onde se achavam alguns simples que a compunham.

"**Asclepiades**, e depois **Tessalo** foram os primeiros na Grécia, que fingiram ter segredos para prolongar a vida, e curar todas as moléstias (...). Segue-se **Demócrito** com sua composição, de que fez tanto uso **Mitrídato Rei de Ponto**, que dele recebeu a maior fama, e o próprio nome: depois **Andrômaco** médico de Nero com a sua triaga, que nada mais é do que aquela reformada por ele, e publicada de baixo do seu nome: ambas estas se conservaram em segredo, e só os reis, e imperadores o possuíram: por fim vem **Galeno** a quem o imperador encarregou do cuidado, e composição destes famigerados antídotos, sempre feitos com grande mistério nos palácios reais.

Este médico sábio e sobretudo de gênio pomposo cheio de honras pelo Imperador **Antonino** publica a triaga composta, e adicionada por ele, como superior a todas as outras, e exagera suas virtudes".²⁷

A triaga brasílica vinha assim na esteira de outras triagas, algumas das quais elaboradas também por jesuítas, como as de Roma e Veneza, mas era da brasílica, a mais famosa delas, que as autoridades coloniais tentavam "surrupiar" a fórmula na "última hora", demonstrando o alcance de seu sucesso.

Mas afora o "segredo", o que mais caracterizava esses medicamentos?

Esses remédios eram preparados à maneira do que hoje denominar-se-ia "produção em série", no limite poder-se-ia considerar um "incipiente processo industrial", diferente do modo usual de manipular medicamentos no século XVIII, quando cada doente tinha seu remédio próprio, formulado especialmente para seu caso e normalmente vendido na botica mais próxima de sua casa. Assim, seguiam um padrão próprio de preparação sendo depois distribuídos inclusive para outros países, como a "Água de Inglaterra", de Fernão Mendes. Como as fórmulas de segredo eram de exclusivo conhecimento de quem as idealizava, não eram manipuladas em botica, mas na própria casa- um "laboratório privado"- e também aí eram vendidas. Tornavam-se conhecidas pelo nome "comercial", nome "fantasia", dado pelos seus preparadores, procedimento que deve ter inspirado a indústria farmacêutica atual. Vinham acompanhados do que modernamente chamou-se "bula", inaugurando a prática hoje conhecida por "auto-medicação" de medicamentos produzidos industrialmente.

Preparados basicamente a partir de princípios ativos de plantas, foram muito utilizados também para impor o consumo de novas substâncias, ou mesmo daquelas que

²⁷ José Henriques Ferreira. *Discurso crítico. Em que se mostra o dano que têm feito aos doentes, e ao progresso da medicina em todos os tempos, a introdução, e uso de remédios de segredo, e composições ocultas, não só pelos charlatões, e vagamundos, mas também pelos médicos, que os têm imitado.* Lisboa, Of. de Filipe da Silva Azevedo, 1785, pp. 11-3. Grifos no original.

se encontravam desacreditadas pela população. Foi o que aconteceu com a quina. Jacob de Castro Sarmiento, "inventor" da "Água de Inglaterra", diz que em decorrência do uso indevido desta substância, em febres nas quais não apresentava efeitos, esqueceu-se por mais de trinta anos as excelentes ações da quina-quina. "Mas com nome disfarçado pelo grande horror, e aversão, com que a ouvia nomear o povo: e como este, e os médicos viram frequentemente, e não podiam negar os seus admiráveis efeitos, quando vieram a saber, que era a quina-quina a causa daqueles sucessos, ficaram todos admirados, mas convencidos (...)"²⁸ No que diz respeito às novas substâncias, tratava-se da introdução de medicamentos químicos na terapêutica, até então dominada pelos princípios da farmácia galênica, a polifarmácia na qual abundavam preparações com muitos componentes.²⁹

Os remédios secretos podiam também conter em suas formulações toda a sorte de excreções biológicas. As "Pirolas" contra a gota coral, dores de cabeça e asma, por exemplo, para produzirem efeito, o paciente deveria beber "em cima quatro onças de urina de menino, que fosse fresca". Essa era a recomendação de Curvo Semmedo para aqueles que usassem suas pílulas.³⁰

Se os medicamentos de segredo agradavam aos doentes e faziam a riqueza de seus idealizadores, não passavam despercebidos pelas autoridades sanitárias. As ações da Junta do Proto-Medicato, em fins do século XVIII, mostram o empenho dessas autoridades em normatizar as práticas de cura, atribuindo à experimentação o lugar que lhe era devido com o advento da medicina científica.

No que dizia respeito aos remédios tratava-se da reorganização de seus saberes. Não bastava que curassem. Era necessário que se soubesse por que curavam, suas ações e reações. E para isto os segredos precisavam ser revelados, testados e comprovados pela verdade da ciência.

²⁸ Ver Jacob de Castro Sarmiento. *Do uso e abuso das minhas "Águas de Inglaterra", ou diretório, e instrução para se saber seguramente, quando se deve, ou não, usar delas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas crônicas; e em casos propriamente de cirurgia*. Londres, Casa de Guilherme Strahan, 1756, p. VI-VIII.

²⁹ José Pedro F. de Sousa Dias. "Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista". Tese de doutoramento. Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa), 1991.

³⁰ João Curvo Semedo. *Compêndio dos segredos medicinais, ou remédios curvianos, que inventou e compôs o Dr. João Curvo Semedo*. Lisboa, Of. de José de Aquino Bulhões, 1783, p. 102. A função dos excretos nos remédios era a de promover a regeneração dando novo impulso à vida. Ver Mario de Andrade. *Namoros com a medicina*. São Paulo, Edusp, 1980.

3. Uma prodigiosa lagoa que cura todos os males.

PRODIGIOSA LAGOA

DESCUBERTA NAS CONGONHAS
das Minas do Sabará, que tem curado
a varias pessoas dos achaques, que
nesta Relação se expõem.



LISBOA,
Na Officina de Miguel Manescal da Costa,
Impressor do Santo Officio.

ANNO M DCC. XLIX.

Com todas as licenças necessarias.

Fig. 24- Frontispício do livreto *Prodigiosa lagoa* de João Cardoso de Miranda (reimpressão de 1925).
Século XVIII.



Fig. 25- Olhos da lagoa. Do livro *Prodigiosa lagoa*,. Século XVIII.

Do lado esquerdo há duas figuras representando um boticário que diz: vai-se a botica com a fortuna; e um cirurgião que aposta: lá vai minha cirurgia. Do lado direito encontra-se um doente que afirma: venho morrendo e um médico que emenda: vá tomar os banhos da lagoa.

Em 1749 chegava ao Reino a notícia de que fora descoberta uma lagoa cujas águas seriam milagrosas e capazes de curar as mais variadas doenças.³¹ Tratava-se da Lagoa Grande, distante seis léguas da Vila de Sabará, e na qual muitas pessoas já haviam curado

seus achaques: de forma "quase triangular", tinha "olhos d'água" no centro, e na extremidade um sangradouro que leva a água para o nordeste. "As águas da chuva não se conglutinam com as desta lagoa, porque nem sangue, nem sabão com elas se unem".³²

Ocorreria que um morador do lugar, o fazendeiro Felipe Rodrigues, acometido "com setenta e duas gomas abertas, e depois de ter tomado por duas vezes a cura do azougue, o que somente fez, foi lavar as chagas com aquela água, e em dois meses de tempo, se achou inteiramente são". Em outra ocasião fora acometido por uma surdez a qual remédio algum resolvia. Porém casualmente molhara a cabeça naquela água e "na mesma noite sentira uns estalos, e amanhecendo, se achou perfeitamente restituído a este sentido".³³ A notícia correu mundos levada principalmente por um padre que se achava no local. Ansioso por experimentar as virtudes da água, antes consultou um médico romano- Antônio Cialli³⁴ - estabelecido na Vila de Sabará, que prontamente decidiu fazer as "experências químicas, que manda a arte e recomendam os autores". Chegou ao seguinte veredito: as águas continham vitríolo e aço³⁵ e estavam indicadas para problemas cutâneos, assim como para os males internos nos quais fosse preciso "adelgaçar, fluidir (sic), desobstruir, e corroborar". Não foi necessário muito tempo para

³¹ AHU. Minas Gerais. Caixa n. 17, documento 8, 1749.

³² *Prodigiosa lagoa descoberta nas congonghas das Minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques que nesta relação se expõe*. Lisboa, Of. de Miguel da Costa, 1749, p. 5. O opúsculo foi impresso sem o nome do autor, tendo sido reimpresso em 1820, no Rio de Janeiro. Em 1925, Augusto da Silva Carvalho fez uma nova edição do raríssimo exemplar "precedida por um estudo bio-bibliográfico sobre a obra e o seu autor". Consultei essa edição.

³³ *Prodigiosa lagoa...*, op. cit., p. 8.

³⁴ Antônio Cialli formou-se em medicina pela Universidade de Roma. Em Lisboa, foi examinado obtendo carta de médico em 06 de dezembro de 1765. Ver Costa Secadura. "Médicos e curandeiros italianos em Portugal de antanho (século XVIII)". *Imprensa médica*, Ano XIX, n. 8, 1955, p. 501. Em 1765, vamos encontrar o dr. Cialli no Rio de Janeiro, respondendo como fisico-mor do Hospital dos Militares. J. P. Leite Cordeiro. "Documentação sobre doentes e doenças, médicos e medicina, remédios e boticas no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX". *RIHGSP*, vol. 57, 1959, p. 525.

³⁵ Aço era considerado o ferro temperado. Ver Antônio de Moraes Silva. *Dicionário de língua portuguesa*. Lisboa, Tip. Lacerdina, 1813. Tomar aço "é beber água, ou vinho, em que se deitou aço ardente, de que se usa para certos remédios. Os médicos, para evitar circumvoluções dizem, *uti aqua, ou vino, chalybeato*. Também se toma em pílula, e em pó". Ver Raphael Bluteau. *Vocabulário português e latino*, vol. I. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 102. Iara L. S. C. Souza gentilmente pesquisou no Bluteau existente na UNESP-Assis. "Obrigadíssimo", Iaiá.

que três mil pessoas "com todas as qualidades de achaques" se achassem na lagoa. Missas passaram a ser celebradas no local, levantando-se um altar portátil para abrigar a cerimônia celebrada diariamente desde as cinco horas da manhã até ao meio-dia. A Câmara precisou intervir para ordenar a "construção de casas, arruamentos e demarcação, para tomarem os banhos em paragem determinada, cometendo (sic) o regime público, e a execução das penas, e posturas ao coronel Faustino Pereira da Silva, um dos principais desta Comarca". O dr. Cialli então resolveu

"dar ao prelo um manifesto das virtudes, e qualidades destas águas, e como professor egrégio, exporá com toda a miudeza tudo o que nelas tem observado, e só resta dizer os enfermos, que se têm curado, e vão curando; ao mesmo tempo que bem se pode dizer que ainda não consta até agora de achaque, a que estas águas não sirvam de remédio".³⁶

Seguia-se uma relação na qual constavam 107 nomes de pessoas com os respectivos endereços, doenças que as acometiam e o número de banhos necessários para livrarem-nas de seus males.

A fama da lagoa logo chegou a Portugal e garrafas da água prodigiosa faziam o percurso inverso ao seguido pelas de "Água de Inglaterra", de tal sorte a despertar críticas ferrenhas dos adeptos das virtudes milagrosas das águas de Caldas da Rainha. Se a cura de um parálítico ocorrida após a ingestão de água das Caldas

"(...) tivesse sucedido na lagoa medicinal do brasil, andaria já impresso em Lisboa; e não posso compreender o motivo porque se despreza, e se abomina a milagrosa água de Caldas da Rainha, e se manda vir água da lagoa do brasil, sem mais certeza de suas virtudes, que umas informações toscas, que se imprimiram".³⁷

As águas minerais, a exemplo dos medicamentos secretos, provinham de uma mesma sorte de fascínio: inusitados e desconhecidos remédios que operavam milagres. Não importa se a Igreja ou as autoridades tentavam apossar-se das curas providenciais; isto não alterava a frenética busca pelas águas prodigiosas, embora o autor do opúsculo aludisse "ao tesouro que a Divina Providência permitiu a toda essa América para

³⁶ *Prodigiosa lagoa...*, op. cit., p. 12.

³⁷ Augusto da Silva Carvalho. "A prodigiosa lagoa e o seu autor", na reimpressão da *Prodigiosa lagoa...* op. cit., p. XIV.

remédio".³⁸ Vitriolo ou viático; divina misericórdia ou providência, onde situa-se o quê da questão dos segredos medicinais? De onde provem o poder do segredo?

No próximo item tratarei de outras histórias de segredo ocorridas nestas terras coloniais, deixando essas questões para serem discutidas na parte final do capítulo.

4. Histórias de segredos.

A revelação de formulações secretas muitas vezes trazia problemas para seus idealizadores, vide o acontecido com o cirurgião aprovado João Cardoso Miranda, residente na Bahia, autor da *Prodigiosa lagoa*.³⁹ Miranda publicara *Relação cirúrgica e médica*, no qual fazia manifesto dois remédios secretos específicos de sua fabricação com os quais havia curado, no período de dez anos, "inumeráveis criaturas, passando de quatro mil, (...) sempre com feliz sucesso".⁴⁰ Esclarecia que vinha a público porque houvera erro de impressão no *Erário mineral*, onde estava publicada uma de suas receitas para a cura do escorbuto.⁴¹ Miranda mandara a fórmula do remédio para o físico-mor Manoel da Costa Pereira, na esperança de que ele a publicasse. Mas que nada... ou o físico-mor pensou "que cousa que se dava tão de graça, não podia valer muito" (...) ou "entendeu que sendo tão maravilhoso, não o revelaria; mas sim o teria oculto, para com ele adquirir grande cabedal por ser isto que comumente via praticar ainda em remédios de menor utilidade, e talvez adquirido pelo suor alheio (...)" dizia

³⁸ Na Gazeta do Rio de Janeiro, n. 20, de 08 de março de 1820, avisa-se que saiu impresso o folheto "Prodigiosa lagoa descoberta nas Congonhas das Minas de Sabará, que tem curado várias pessoas de achaques, que nesta relação se expõe. Foi impressa em Lisboa em 1749. É digno de maior notoriedade, para que mais facilmente sejam feitas indagações, e experimentos convenientes sobre um objeto de tanta consideração".

³⁹ João Cardoso Miranda nasceu em Portugal e praticara cirurgia no Hospital do Porto tendo sido examinado em 1722, recebendo daí sua carta de cirurgia. Quando ainda era prático foi à França de onde voltou descrente da polifarmácia. Chegou na Bahia em 1726. Ver Augusto da Silva Carvalho. *Prodigiosa lagoa...* op. cit., "A prodigiosa lagoa e seu autor", p. XV.

⁴⁰ João Cardoso Miranda. *Relação cirúrgica e médica na qual se trata e declara especialmente um novo método para curar a infecção escorbútica, ou mal de Luanda, e todos os seus produtos, fazendo para isto manifestos dois específicos, e mui particulares remédios*. Lisboa, Of. de Manoel Soares, 1741, prólogo. Augusto da Silva Carvalho, op. cit., diz que a *Relação cirúrgica...* foi publicada somente em 1751.

⁴¹ No tratado XII do *Erário mineral*, op. cit., pp. 476-88, Luís Gomes Ferreira havia inserido "Do escorbuto, ou mal de Luanda, seus sinais, e o seu único remédio", da autoria de Miranda, em atenção ao pedido do autor que encontrara dificuldades para publicá-lo.

Miranda.⁴² Ao que tudo indica, sempre havia a possibilidade de as autoridades, apossando-se dos segredos de outrem, passarem a explorá-los comercialmente.

De todo modo, face ao "descaso ou avareza" do físico-mor computavam-se cifras cada vez mais assombrosas de mortes por escorbuto, principalmente, ressaltava o autor, nos navios negreiros vindos da África. Além da clínica, Miranda dedicara-se ao comércio de produtos agrícolas conhecendo bem os navios e as rotas cumpridas. Por isto preocupara-se em dar notícia do seu remédio à autoridade sanitária metropolitana, pois morriam milhares de escravos por ano na Bahia, vitimados pela doença. O Vice-rei passara a considerar "com ponderação" essas mortes após a chegada à Bahia, de uma nau vinda de Angola, trazendo mais de mil escravos, sendo que cerca de duzentos, mortos no percurso, foram jogados ao mar. Formara assim um grupo com todos os médicos da cidade, alguns vereadores e Miranda para entrarem no navio e examinarem os sintomas "de tão grande mal". Após a visita reuniram-se para os "questionamentos": não havendo consenso entre o grupo foram obrigados a dirigirem-se ao Vice-rei munidos somente de seus pareceres individuais. Todos entendiam tratar-se de "enfermidade pestilente e contagiosa", porém tinham soluções divergentes em relação ao local onde deveriam ser mantidos e tratados os enfermos. Miranda optava pelo desembarque imediato e tratamento usando seu medicamento. O Vice-rei acatando a solução de Miranda mandou que desembarcassem e, tratados com o específico, recuperaram-se livrando todos do temor de que houvesse contágio na cidade "e deste tempo por diante fomos todos curando os enfermos com este remédio, e sempre com felicidade".⁴³ É de se imaginar o alvoroço que tal medida deve ter suscitado, pois permitir o desembarque da população dizimada, feria um dos preceitos básico de salubridade nas cidades. Frente à deflagração de uma peste ou doença epidêmica com elevado índice de mortalidade cultuavam-se na Europa desde o final da Idade Média medidas de quarentena como poderosa arma.⁴⁴ Miranda e o Vice-rei precisariam salvar a pele caso a resolução tivesse sido mal sucedida.

⁴² *Relação cirúrgica...*, op. cit., prólogo.

⁴³ *Relação cirúrgica...*, op. cit., prólogo.

⁴⁴ Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1981, pp. 87-9.

Voltando à narrativa, face "a indiferença" do físico-mor da metrópole e após ter o livro publicado, Miranda enfrentou a ira dos médicos indignados pela "presunção de um reles cirurgião" ao arvorar-se em "curar de medicina". Augusto da Silva Carvalho relata o ocorrido em pormenores. Em 1751, publicou-se o livro *Diálogo crítico: interlocutores Manoel Jaques Fixi, Luis Osório e Bernardo de Vasconcelos Chyrne, cirurgiões existentes nesta cidade. Apologia crítica ao Tratado do escorbuto, ou mal de Luanda do livro intitulado Relação cirúrgica e médica: composta por João Cardoso Miranda, cirurgião aprovado*. O autor supostamente chamava-se José Aragão Espanha, cirurgião aprovado, residente no Rio de Janeiro.⁴⁵ Tratava o livreto de um diálogo empreendido por três cirurgiões no qual alegavam estar Miranda no Rio de Janeiro para fazer a propaganda do livro *Relação cirúrgica*. Para tal o cirurgião tentara inutilmente reunir na Câmara médicos, cirurgiões e a nobreza da cidade para instruí-los acerca do escorbuto. O que não conseguira. A partir daí, o livro abordava a história de três curandeiros que no Rio de Janeiro haviam feito "estrágos". O primeiro oferecera-se para curar sezões perguntando quantos acessos as pessoas ainda gostariam de ter, além de alardear remédios para muitos males, dentre os quais um que tornava fecundas as mulheres estéreis. Ao ser chamado pelo Senado desaparecera. O segundo apregoava que um charco de águas empossadas da chuva operava verdadeiros milagres: permitiam os surdos ouvirem; os cegos verem; os aleijados recuperarem braços e pernas. A situação, segundo os autores, havia sido "felizmente controlada". A terceira história dizia respeito à fórmula elaborada por Miranda e preparada pelo boticário Miguel Rodrigues Botelho, no Rio de Janeiro. Após tecerem muitas críticas ao livro de Miranda, apresentavam uma lista de doentes que foram prejudicados pelo remédio preconizado e finalmente o recado: que não se metesse a tratar de medicina, pois disso nada sabia.⁴⁶

Miranda respondeu de próprio punho, o que fazia com grande dificuldade já que estava quase cego. No manuscrito "Apologia contra o diálogo crítico" diz dos esforços feitos com "disposição e ânsia" para compor um medicamento que curasse o escorbuto. Encontrando-o, depois necessitou modificá-lo para que não se corrompesse nos navios,

⁴⁵ Augusto da Silva Carvalho. *Prodigiosa lagoa...* op. cit., "A prodigiosa lagoa e seu autor", pp. XXV-VII.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. XVI a XVIII.

divulgando-o para "beneficiar ao povo". Suas virtudes poderiam ser comprovadas pelas arrobas de pedidos que recebia de Angola, Costa da Mina, Índia e Minas.⁴⁷ Como já mencionado, frisa que houve erro na fórmula publicada no *Erário mineral*, obrigando-o a escrever a *Relação cirúrgica e médica*, para a divulgação da medida correta. Após salientar as dificuldades encontradas junto ao físico-mor, critica os médicos arrogantes que não permitem "voar o mosquito donde retrocedem as águias".⁴⁸ Queixa-se também de alguns boticários que preparam os remédios "sem lhe ajuntarem todos os simples, e quantidades que se dispõem nas receitas" para venderem por diminuto preço, causando danos aos doentes.⁴⁹ Reclama dos cirurgiões que não aplicam o remédio e arremata falando novamente dos médicos- "soberbos, ignorantes, ambiciosos e invejosos, da classe do nosso crítico, que revelando, eu os meus remédios, e doutrinas práticas, e ainda para esses especulativos, com que podiam sair de sua ignorância, e utilizar aos enfermos, os deixam morrer (...)".⁵⁰

Uma rebatidas todas as críticas dirigidas ao seu trabalho, menciona alguns dos apoios recebidos: do médico Mateus Saraiva- nada menos que físico-mor do presídio, médico da Câmara e cirurgião-mor da capitania do Rio de Janeiro, através da "Carta crítica de um anônimo"⁵¹, e da parte de "pessoa que assiste na casa do Conde de Galvêas", comunicando a cura da Duquesa de Cadaval após utilizar seu remédio em Lisboa.⁵²

O caso de Cardoso Miranda ocorreu durante o período da Fisicatura, quando as formulações secretas eram livremente comercializadas após licença do físico-mor para sua fabricação. Assim muitas composições ostentavam aprovação oficial e os segredistas procuravam abonar seus "achados" com pareceres de médicos, cirurgiões e professores

⁴⁷ BA. Manuscritos. 54-X-11, n. 6. Apologia contra o Diálogo crítico, que imprimiu o médico Antônio Antunes, do Rio de Janeiro, debaixo do nome de José de Aragão Espanha, contra o remédio, que para o escorbuto, feito em cozimento, traz o livro intitulado *Relação cirúrgica e médica*, que saiu à lua em 1748, seu autor o licenciado João Cardoso de Miranda, fl. 1v-2v.

⁴⁸ Idem, fl. 3-3v.

⁴⁹ Idem, ibidem, fl. 4v-5.

⁵⁰ Ibidem, fl. 5v.

⁵¹ BA. Manuscrito, 54-X-11, n. 5. Carta crítica de um anônimo para o licenciado João Cardoso de Miranda em que expõe o conceito que faz do Diálogo crítico, que fez imprimir o médico Antônio Antunes, do Rio de Janeiro, debaixo do nome de José de Aragão Espanha, contra o remédio que para o escorbuto compôs o licenciado João Cardoso de Miranda, remetendo-lhe uma apologética contra o dito Diálogo Crítico.

⁵² BA. Manuscritos. 54-X-11, n. 6, fl. 6, op. cit.

para não se exporem "ao chumbo grosso" como o enfrentado por Miranda. O médico Cipriano de Pina Pestana, por exemplo, não media palavras para avalizar os segredos do também médico Antônio de Monravá e Roca publicados no livro *Cinco preciosos remédios tirados da mais rica mina, e frutuosos campos*, no qual estão anunciados os "pós de vedar sangue, o consolidante, o absorvente, o desobstruente simples e o desobstruente vigorado".⁵³ Pina Pestana na época era médico do Hospital Real de Todos os Santos e médico da câmara de Sua Majestade e seu aval fora concedido a pedido do rei. O físico-mor do Reino, ao abonar segredos a um sobrinho "não grato" de Curvo Semedo, Pedro Joaquim, permitia que este ressaltasse o apoio da autoridade sanitária aos seus preparados.

João Curvo Semedo fora também médico da Real Câmara de D. João V e, além dos conventos, clínico das principais casas fidalgas, tendo seus segredos adquirido fama graças à divulgação em seus próprios livros, nos quais fazia a devida propaganda. Esses remédios eram vendidos e reclamados "por todo o continente, ilhas adjacentes, Índia, África e Brasil e até da Espanha chegavam constantemente muitos pedidos (...)".⁵⁴

No Brasil não eram poucos os segredos falsificados. Muitos deles já embarcavam "adulterados", à semelhança dos simplices. Principalmente André Lopes de Castro e o herdeiro de João Curvo Semedo reclamavam das apropriações indébitas de seus remédios secretos.

Mas houve também repressão aos formuladores de segredo em terras brasileiras. Em 1741, o governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire apressava-se em escrever ao rei para dar-lhe a notícia da prisão efetuada de alguns feiticeiros da capitania. Eles preparavam secretamente uma bebida chamada "jurema". Segundo o governador tratava-se de poção "muito perigosa".⁵⁵ Provavelmente seus formuladores fossem escravos, daí a periculosidade alardeada pelo governador.⁵⁶ Os médicos, por seu turno,

⁵³ Antônio de Monravá e Roca. *Cinco preciosos remédios tirados da mais rica mina e frutuosos campos*. Lisboa, Of. de Pedro Ferreira, 1734. Monravá é enfático ao assinalar que não revelou seus segredos a ninguém podendo buscar em sua casa "quem os necessitar". Ver p. 21.

⁵⁴ Augusto da Silva Carvalho. *Mezinhas e remédios de segredo*. Lisboa, Of. da Soc. Nac. de Tipografia, 1928, p. 40.

⁵⁵ AHU. Caixa n. 39. Carta do governador de Pernambuco endereçada a D. João V, em 22 de setembro de 1741.

⁵⁶ Não encontrei processos inquisitoriais contra boticários por preparação de remédios secretos ou curas mágicas; os processos existentes são contra curandeiros e feiticeiros, principalmente negros. Não ter localizado esta documentação inviabilizou o estudo dos remédios preparados por escravos boticários.

não poupavam os curandeiros haja visto a queixa de Mourão a respeito dos hábitos do povo em "recorrer aos feiticeiros e embusteiros para curar-se de males que os médicos desconheciam".⁵⁷

Com a criação da imprensa entre nós, após a vinda da família real, os reclames de segredos medicinais começaram a aparecer nas páginas de "Avisos" dos recém-fundados periódicos "Idade d'Ouro do Brasil" e "Gazeta do Rio de Janeiro", publicados na Bahia e Rio de Janeiro, respectivamente. Assim, no período compreendido entre 1808 e 1822 encontram-se à venda no Rio de Janeiro garrafas de "Água de Inglaterra" de várias procedências. A de André Lopes de Castro poderia ser adquirida na Rua Direita n. 32⁵⁸; a composição de Antônio José de Sousa Pinto, boticário em Lisboa, vendia Pirro Freitas e Silva⁵⁹; e havia também uma "Água de Inglaterra" genuinamente brasileira, preparada por João Landislau de Figueiredo, boticário do Hospital Real da Bahia. Tratava-se da "Água Antifebril", vendida na loja de Francisco José da Cunha Filho, na Rua da Candelária, n. 22 e na botica de Antônio Pinto de Siqueira, na Rua Direita n. 8.⁶⁰ Um interessante aviso anunciava que por decreto de 03 de agosto de 1808, S.A.R. isentou "de direitos por tempo de 15 anos todas as preparações da quina, descoberta na Capitania das Minas Gerais por Pedro Pereira Correia da Serra, feitas por ele, e que queira exportar por sua conta para a costa da África".⁶¹

Na Bahia anunciava-se a "Água de Inglaterra" de Antônio José de Sousa Pinto, encontrada na botica de Manoel Joaquim Pereira situada na Cachoeira.⁶² Porém em 18 de dezembro de 1812, Manoel J. Pereira foi "obrigado a assinar termo nesta cidade para não continuar a venda da dita composição, nem de outro autor debaixo de semelhante título, por ser este concedido privativamente a que se manipula na Real Fábrica de José Joaquim de Castro, por decreto de 02 de outubro de 1811, e provisão de 20 de abril de

⁵⁷ Simão Pereira Mourão. *Queixas repetidas em ecos dos Arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos, que nas suas capitanias se observam, tanto em dano das vidas dos seus habitantes*. Apud Lourival Ribeiro, op. cit., p. 94.

⁵⁸ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 36, de 14 de janeiro de 1809. Avisos.

⁵⁹ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 78, de 29 de setembro de 1810. Avisos. Constava ainda que a Água estava "aprova da pelo delegado do físico-mor e pelos melhores professores e reconhecida por superior, transparente, incorruptível e não faz náusea, tudo comprovado por documentos autênticos e impressos".

⁶⁰ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 26, de 31 de março de 1813. Avisos.

⁶¹ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 16, de 15 de dezembro de 1808. Avisos.

⁶² Idade d'Ouro do Brasil, n. 85, de 23 de outubro de 1812. Avisos.

1812, assim como também se obrigou o dito Manoel Joaquim a tirar das garrafas o título de "Água de Inglaterra".⁶³

As disputas entre os manipuladores das águas anti-febris, cujo princípio ativo era dado pela quinina, estenderam-se pelo século XIX afora.⁶⁴ José Joaquim de Castro, filho de André de Castro Lopes, continuou os negócios com a "Água de Inglaterra" após a morte deste em 1803. Neste mesmo ano, José Joaquim, que a exemplo do pai não era farmacêutico, obteve autorização para prosseguir com o comércio da Água entrando depois em uma "guerra sem fim" com o boticário Antônio José de Sousa Pinto que também passara a preparar o medicamento.⁶⁵ Manoel Joaquim Pereira foi proibido de vender a "Água de Inglaterra" de Sousa Pinto porque José Joaquim de Castro pleiteou e conseguiu o uso exclusivo da denominação para seu anti-febril.⁶⁶

Voltando aos reclames, encontro mais segredos publicados na Gazeta: na rua do Ouvidor n. 168, "fazem-se salsichas e salames à moda da Itália, e juntamente há remédio para curar dor de dentes em caixinhas e também há certa qualidade de óleo, vindo da Itália, que só uma pinga (sic) encima do dente imediatamente tira a dor"⁶⁷; garrafas de um Xarope Antisifilítico de M. Boyveau, médico-químico, especialista em curar males venéreos, podem ser encontradas na rua do Rosário n.60⁶⁸; na rua dos Ourives ao pé da rua de São Pedro, Ana Joaquina "tem receita para curar a enfermidade das chagas no útero, como já o tem posto em prática".⁶⁹ Ana Joaquina voltou às páginas da Gazeta em 1818 para afirmar que tinha licença para curar enfermidades da Madre.⁷⁰ Também

⁶³ Idade d'Ouro do Brasil, n. 102, de 22 de dezembro de 1812. Avisos.

⁶⁴ José Pedro de Sousa Dias. "A 'Água de Inglaterra' no Portugal das luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII", op. cit., apresenta os preparadores da "Água" no Portugal do Setecentos não descuidando de discutir pormenorizadamente as contendas existentes entre eles.

⁶⁵ O boticário Antônio José de Sousa Pinto encontrava-se estabelecido com botica em Lisboa, mantendo acirrada disputa com José Joaquim de Castro, no período que vai de 1809 a 1822. Ocupou vários cargos, tendo sido vereador, provedor-mor da saúde, diretor do Hospital S. Lázaro e farmacêutico da Casa Real. Constituiu a comissão que elaborou a farmacopéia para o reino em substituição ao Código Farmacêutico Lusitano. Ver Pedro José da Silva. *História da farmácia desde os primeiros séculos da monarquia até ao presente*. Terceira memória, pp. 202-11. Além dele passaram a preparar a "Água de Inglaterra", os farmacêuticos Cândido Antônio de Oliveira e Antônio Feliciano Alves de Azevedo.

⁶⁶ No ANTT há importante documentação acerca da batalha levada a cabo entre Sousa Pinto e Castro. Localiza-se principalmente na caixa n. 509 da Real Mesa Censória

⁶⁷ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 85, de 22 de outubro de 1814. Avisos.

⁶⁸ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 11, de 05 de fevereiro de 1817. Avisos.

⁶⁹ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 27, de 03 de abril de 1816. Avisos.

⁷⁰ As doenças ginecológicas eram denominadas enfermidades da "madre" e estão tematizadas por Mary Del Priore. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

encontra-se à venda na botica da rua Direita n.40, o livro *A arte mágica aniquilada*, no qual Cecília Faregó, acusada de crime de feitiçaria, faz sua defesa.⁷¹ Vendia-se águas férreas e hidrosulfurosas- diretas da fonte "ultimamente descoberta no sítio das Laranjeiras"⁷² ou compostas em laboratório químico- no Beco dos Cachorros n. 7 e na botica de Antônio Joaquim da Silva Garcez, na rua dos Pescadores n. 6⁷³, respectivamente. Um curandeiro oferecia seus préstimos: "sabia curar hérnias de escroto com toda a perfeição, sem que fique defeituoso, nem passe pelo menor risco de vida".⁷⁴

Disputas tupiniquins acerca dos segredos também estampavam-se nas páginas do jornal. Tudo começou quando D. Pedro de Menezes e Alarcão publicou seu agradecimento ao cirurgião Joaquim José Carvalho por tê-lo curado de uma "Taenia que nutria". Como sabia que a moléstia era "usual nestes climas" aproveitava para divulgar o êxito obtido "a bem da humanidade". O paciente relatava que após consultar alguns facultativos "dos mais sábios e de mais bem merecida reputação desta Corte" não conseguira seguir totalmente o tratamento prescrito, pois havia sofrido muitos estragos e adquirido "uma suma debilidade". Depois tomara uma bebida da composição de Joaquim José Carvalho "que conservou no estômago duas horas: o que não obstante teve a satisfação de expelir, dentro de quatro horas, a referida Taenia".⁷⁵

Passados seis dias, o cirurgião José Antônio de Carvalho usa a seção de avisos para "desmascarar" Joaquim José Carvalho. Alega ser o legítimo "descobridor" do remédio, pois foi

"o primeiro a quem nesta Corte chegou o conhecimento daquela bebida, própria para extrair com um específico a referida lombriga, e depois de fazer com ela vinte observações, comunicou suas enérgicas virtudes a diversos facultativos, sendo um deles o Dr. José Maria Bomtempo, para que a publicasse em uma obra médica que pretende dar à luz; e o outro o sobredito Joaquim José de Carvalho (...)"⁷⁶

Esclarece outrossim ter retirado o poderoso medicamento das seguintes obras inglesas: "de um conspecto das farmacopéias dos Colégios de Medicina de Londres,

⁷¹ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 86, de 27 de outubro de 1819. Avisos.

⁷² Gazeta do Rio de Janeiro, n. 23, de 18 de março de 1812. Avisos.

⁷³ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 101, de 16 de dezembro de 1812. Avisos.

⁷⁴ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 26 (extra), de 11 de abril de 1809. Avisos.

⁷⁵ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 92, de 16 de novembro de 1814. Avisos.

⁷⁶ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 94, de 22 de novembro de 1814. Avisos.

Edimburgo, e Dublin, edição de 1810, do Novo dispensatório de Edimburgo, sexta edição de 1811, e das Transações médico-cirúrgicas da Sociedade Médico-Cirúrgica de Londres, tomo II, edição de 1811".⁷⁷

Os doutos curadores, independentemente da categoria na qual inseriam-se, mostravam-se muito ciosos a respeito de suas "descobertas", mesmo quando seu trabalho se resumia a localizá-las em compêndios estrangeiros. Ser o primeiro a possuir determinado conhecimento constituía motivo de orgulho pessoal e de vultoso lucro comercial.

Ainda nos reclames: a *Idade d'Ouro* anunciava um preservativo singular da peste e das sezões, vendido na loja da própria gazeta.⁷⁸ Oferecia também um unguento "para curar as moléstias de quebradura, ou erne (sic), não sendo este de água, assim como erisipela". Os interessados deveriam dirigir-se à rua do Bom Jardim, na Vila de Santo Amaro, e na cidade em casa do sacristão de N. Sra. da Ajuda.⁷⁹ José Manoel Thevenard, cirurgião-dentista, vendia o famoso bálsamo da vida, "já aprovado por sua rara virtude" na rua da Gameleira. No aviso notificava a sua chegada acompanhado de "suas máquinas de eletricidade médica, para curar frouxidão dos nervos, e parálíticos, surdos, doenças dos olhos e da fala".⁸⁰

Os "avisos", além de indicarem os segredos em uso, fornecem uma fotocópia em preto e branco das práticas de cura em vigor no início do século XIX: os curadores permaneciam fazendo "de tudo um pouco", em atividades praticamente indiferenciadas.

Os médicos, quase ausentes das páginas de avisos das duas gazetas, fizeram duas sumárias aparições para notificar que "não querem mais usar de sua profissão". Assim procedeu Alexandre José da Cruz, aprovado em medicina pela Universidade de Salamanca e em medicina e cirurgia por S.A.R.,⁸¹ e Belchior dos Reis e Mello, aprovado em medicina e cirurgia por S. M. pelas provisões de 1778 e 1785, alegando querer "conservar, com todo o seu decoro pessoal, e evitar toda e qualquer ocasião de inventiva e calúnia, renuncia voluntária e efetivamente a praxe, e exercício de sua profissão".⁸² As

⁷⁷ Idem, Avisos.

⁷⁸ *Idade d'Ouro do Brasil*, n. 8, de 07 de junho de 1811. Avisos.

⁷⁹ *Idade d'Ouro do Brasil*, n. 33, de 25 de abril de 1815. Avisos.

⁸⁰ *Idade d'Ouro do Brasil*, n. 22, de 21 de março de 1817. Avisos.

⁸¹ *Idade d'Ouro do Brasil*, n. 72, de 08 de setembro de 1812. Avisos.

⁸² *Idade d'Ouro do Brasil*, n. 39, de 15 de maio de 1812. Avisos.

razões para o afastamento profissional desses médicos não foram esclarecidas, mas algum quiproquó deve ter havido.

Os cirurgiões, por sua vez, ocupavam boa parte desses anúncios, ora através de suas preparações de segredo, ora noticiando cirurgias ou ainda indicando os horários de atendimento gratuito à população mais pobre.⁸³ Um cirurgião de nome João Jones, membro do Real Colégio de Cirurgiões de Londres, avisava sobre a vacina anti-variólica usada no Brasil. Anunciava ter em seu poder a "legítima vacina", propondo-se a vacinar gratuitamente às quartas e domingos, entre 9 e 10 horas na sua residência. Isto porque a suposta vacina empregada na cidade nada mais era do que a moléstia produzida pelo enxerto "que se denomina vulgarmente vacina, seguida de grande febre, e nenhuma erupção, excetuando a vesícula vacina no lugar vacinado"; a vacina brasileira havia sido perdida em "consequência de não ter sido assaz comunicada de uma pessoa à outra imediatamente". Ademais oferece aos senhores professores a linfa vacínica.⁸⁴

José Maria Bomtempo, como médico da câmara de S.A.R. à época, publica seu manifesto após terem saído três avisos do sr. Jones.

"O dr. Bomtempo tendo lido o anúncio, de que trata a Gazeta desta Corte n.77, feito pelo Sr. João Jones, não pode deixar de anunciar ao mesmo Sr. Jones, por uma maneira idêntica, e até para o crédito facultativo, que merece a Faculdade Médica do Rio de Janeiro; que ainda que o mesmo anúncio seja, como é, muito verdadeiro; todavia como ele pode induzir a que alguém se persuada que o Sr. Jones foi o primeiro conhecedor desta verdade; e que os facultativos do Rio de Janeiro vêm cousas de tanta entidade superficialmente; por este motivo, o mesmo facultativo, tem o gosto de comunicar que esta verdade, que descobre o Sr. Jones, já há anos é conhecida de médicos deste país; e para se demonstrar que os mesmos médicos satisfazem aos seus deveres públicos, e da humanidade, ele tem a honra de citar ao Sr. Jones a sua obra de Medicina Prática, que está a sair do prelo, na qual à p. 55 nota 6, o Sr. Jones poderá ver o que há mais de um ano se imprimiu sobre semelhante assunto, do qual poderá o mesmo facultativo subministrar muitas idéias, e observações relativas à falsa vacina, tanto neste país, como em outros da América portuguesa".⁸⁵

Mesmo não havendo discordância no caso, os conhecimentos médicos não poderiam ser ultrajados por aquele "desconhecido cirurgião", mesmo ele ostentando as insignias do

⁸³ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 30 e 32, de 15 e 22 de abril de 1818.

⁸⁴ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 77, 79 e 82, de 27 de setembro, 04 e 14 de outubro de 1815, respectivamente.

⁸⁵ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 81, de 11 de outubro de 1815. Avisos.

Real Colégio de Cirurgiões de Londres. Afinal, tínhamos uma Faculdade de Medicina em solo pátrio!

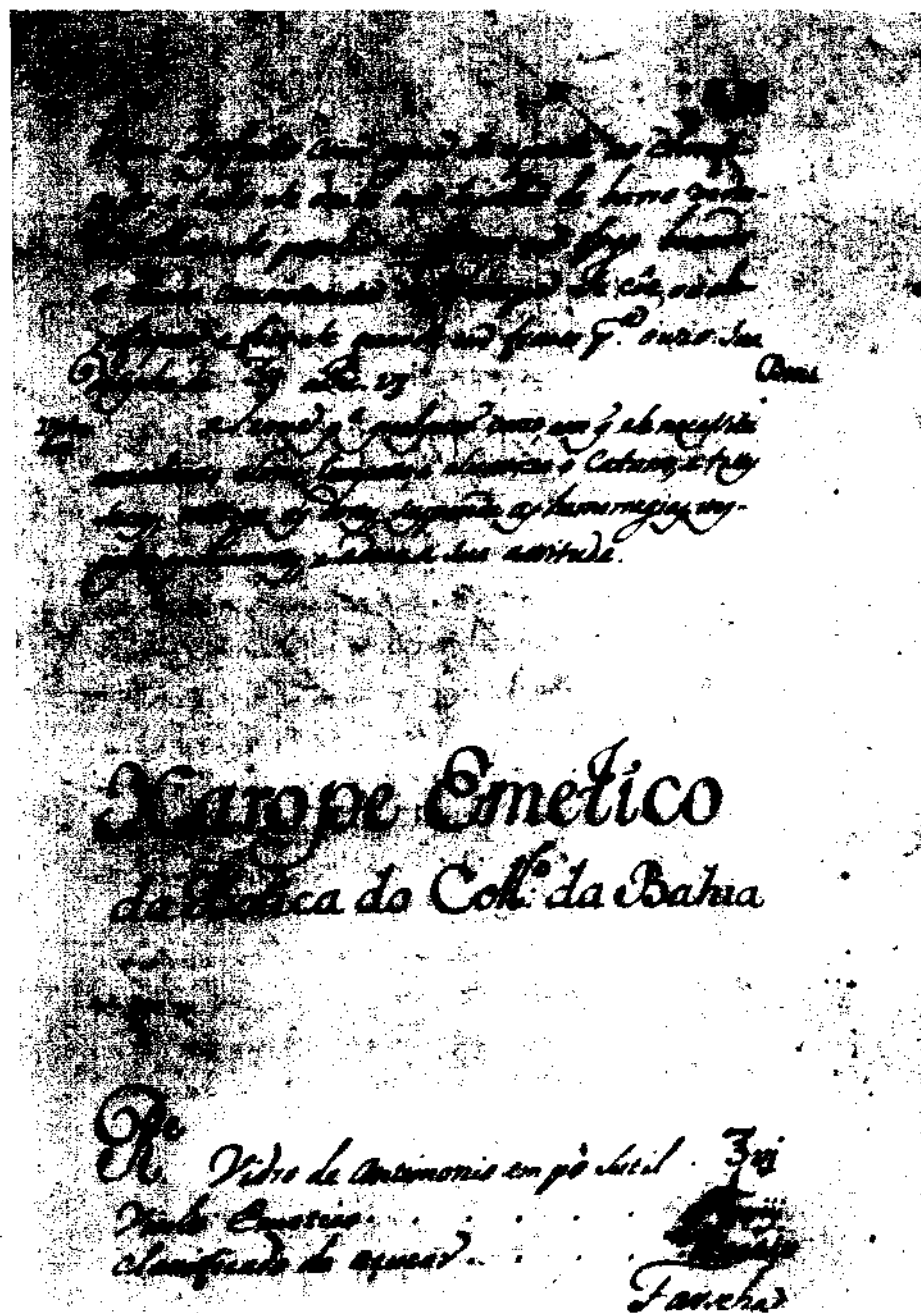


Fig. 26- Receita manuscrita do Xarope Emético, preparação de segredo da botica dos jesuítas do Colégio da Bahia. Séculos XVII e XVIII.

65

Bálsamo
 Apoplético
 Das Boticas dos Coll^{los} de Macau e Bahia
 Optimo

Re Amiguar.
 Algalia.

Ambar gris.	—	3j
Olho de Caruella.	—	3j
Olho de Cravo.	—	—
Olho de Chamaçona.	—	3j
Olho de pau de Rocio.	—	3j
Olho de Alizama.	—	—
Olho de Salva.	—	3j
Olho de ruz nogueira cyprio.	—	3j
Bálsamo de Brazil.	—	3j
Poz de Capatro.	—	3j

Lacte de leite mado.

Em geral de maximo se trata o am-
 bar e o amiguar e se reduza ao pi mais subtil
 se poder ajuntar a algalia e se faça huma
 boa incorporação, depois se ajunte o Bálsamo de
 Brazil

Fig. 27- Receita manuscrita do Bálsamo Apoplético, remédio secreto preparado nas boticas dos Colégios de Macau e da Bahia. Século XVII e XVIII.

Parteiras garantiam seu lugar dentre os avisos dos curadores da época, havendo também um bom espaço usado para a propaganda de livros de medicina e farmácia vendidos principalmente em boticas. No livro sobre magia noticiava-se a defesa de uma feiticeira, provavelmente uma curandeira daqueles novos tempos quando já se podiam publicar livros sobre tema "tão aziago".

Os reclames de remédios secretos evidenciavam o continuísmo dessas preparações no Oitocentos à revelia das ordens emanadas da Fisicatura-mor, nas quais constavam a obrigatoriedade de comunicar as formulações para que fossem estudadas pelas autoridades competentes. Os segredos medicamentosos sustentar-se-iam pelo menos até a metade do século, haja visto a veemência com que eram condenados tanto nos artigos publicados no jornal da Academia Imperial de Medicina⁸⁶, quanto nas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.⁸⁷

Para os consumidores dos medicamentos de segredo não parecia haver problema em relação ao local de adquiri-los: assim tanto podiam ser comprados entre salames e salsichas como em meio a jornais. O importante era ter acesso às miraculosas medicinas. Além do que, nas boticas oitocentistas vendiam-se mais do que remédios e franginhos para os caldos e as canjas medicinais, realizando-se nelas grandes transações que iam desde negócios com casas e captura de escravos até assinaturas para a impressão de gramáticas.⁸⁸

Como mantinham-se os medicamentos de segredo apesar de todas as interdições legais?

⁸⁶ F. de P. Menezes. "Do abuso dos remédios secretos e males que origina", e J. M. de N. Feital. "O misticismo em medicina ou o charlatanismo misterioso". Ambos na *Revista médica brasileira*, ano I, maio de 1841.

⁸⁷ Francisco de Paula Costa. "Algumas considerações sobre o charlatanismo em medicina". Tese apresentada e sustentada em 09 de dezembro de 1841, perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Três teses com o mesmo título- "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?"- foram apresentadas e sustentadas por João Monteiro Peixoto (13 de dezembro de 1853); Joaquim Alves Pinto Guedes Jr. (15 de dezembro de 1853), e Antônio Marcolino Fragoso (s. d.), perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

⁸⁸ São vários avisos publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* indicando as boticas como o endereço a procurar para realizar variados negócios.

5. Entre a magia e a ciência...

O uso de remédios secretos não foi monopólio das classes populares. D. João V valeu-se de um segredo medicamentoso na tentativa de superar a impotência que o acometeu.⁸⁹ Apelou para o ginseng como potente afrodisíaco à revelia da censura eclesiástica que condenava essas drogas. Curvo Semedo, seu médico de câmara, não foi capaz de contê-lo nem sensibilizá-lo a usar seus preparados à base de bexiga de porco montês ou de cabra, da língua do pato ou de "meter a parte pudenda do enfermo (retraído o prepúcio) em um rabão grande escavado não esquecendo de fomentar os rins e o interseminio com a manteiga de chumbo, que João Gomes Silveira, boticário del rei fazia com todo o primor". Havia ainda o recurso de "chapinhar as partes pudendas com a água em que se tivesse cozido um morcego".⁹⁰ Não sei se o rei acabou cedendo e esses procedimentos foram empregados, nem se surtiram efeito ou mostraram-se completamente inócuos para a gravidade do caso. De qualquer forma, o afrodisíaco preparado com ginseng parecia de mais fácil aplicação.

Muitos soberanos foram "reis-curandeiros" preparando panacéias e distribuindo-as aos seus pobres e fiéis vassalos. Adriano, Tibério e Tito, imperadores romanos, Mitrídates, rei da Pérsia, Attalo, rei de Pergámo, Agripa, rei da Judéia, dentre outros preparavam remédios secretos.⁹¹

O sucesso das preparações de segredo esteve diretamente ligado ao universo cultural português, inclusive aos hábitos pagãos que se mantiveram no cristianismo implantado.⁹² Tratamentos empíricos e sobrenaturais ocuparam também muitos tratados médicos no Seiscentos e Setecentos: vide obras como as de Curvo Semedo (*Poliantéia medicinal e Atalaia da vida*), Bernardo Pereira (*Anacefalioses médico-teológica, mágico-jurídica, moral e política*)⁹³, Brás Luís de Abreu (*Portugal médico*) ou frei Manuel de Azevedo (*Correção dos abusos*). Os almanaques por sua vez foram fontes inesgotáveis de divulgação dos poderes sobrenaturais dos remédios. Esses almanaques

⁸⁹ *Mezinhas e remédios de segredo*, op. cit., p. 91.

⁹⁰ *Idem*, pp. 91-9.

⁹¹ *Idem*, pp. 104-5.

⁹² Pedro Nava. "Capítulos da história da medicina no Brasil". *Separata Brasil médico-cirúrgico*, 1949. O autor faz uma interessantíssima discussão acerca dos conteúdos antigos da medicina. Ver pp. 107-16.

⁹³ O livro de Bernardo Pereira ensinava a reconhecer as qualidades malélicas e demoníacas dos feitiços.

de Regras Medicinais eram muitas vezes escritos por médicos astrólogos e desaconselhavam determinados tratamentos em ocasiões consideradas pouco propícias. Assim, estando a lua em Aquário, "será proveitosa a sangria e a purga: como também os mais medicamentos, com tanto que não seja nas pernas, segundo Egídio. Estando a lua em Peixes serão boas as purgas, que não sejam vomitórios, como também as mais potages pela boca; também se podem aplicar medicinas; mas não aos pés. (...)".⁹⁴

Muitos portugueses ao virem para o Brasil já conviviam em Portugal com remédios preparados por monarcas⁹⁵, médicos, feiticeiros, curandeiros ou escravos cujas fórmulas não se divulgavam. Aqui, os pajés também não divulgavam suas poções e os africanos muito menos. Lembremo-nos do horror que os senhores nutriam ao pensarem na possibilidade, sempre existente, de serem envenenados por seus escravos.

Como constava no prólogo ao leitor da *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas de nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau, e do Brasil*, o livro visava fazer com que esses importantes segredos não se perdessem e

"não andassem espalhados por todas as mãos; pois bem sabes, que revelados estes, ainda que seja de uma botica para a outra, perdem toda a estimação (...) Pelo que peço-te, que sejas muito acautelado e escrupuloso em não revelar algum destes segredos; pois em consciência se não pode fazer, advertindo que são cousas essas da religião, e não tuas. (...)".⁹⁶

O jesuíta salientava a importância de manter o segredo como algo da esfera do divino, da religião e não dos homens, algo que precisava manter-se em sigilo; do contrário, os remédios perderiam sua "estimação". Ocorreria algo como "quebra de encanto" e do mistério que os envolvia, embora o autor não aludisse ao segredo desta forma. Ora, encantamentos, sortilégios, benzeduras, esconjuros e "semelhantes" permeavam muitas práticas de cura tanto na metrópole quanto na colônia desde há muito

⁹⁴ Augusto da Silva Carvalho. *Mezinhas e remédios de segredo*, op. cit., pp. 75-6.

⁹⁵ Marc Bloch. *Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Bloch mostra como historicamente os reis posaram de curandeiros.

⁹⁶ Apud Lourival Ribeiro. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, s. e., 1971, p. 175.

tempo. Africanos e indígenas também valiam-se de rituais mágicos para curar seus doentes.⁹⁷

Os jesuítas, investidos no papel de importantes idealizadores de remédios de segredo, combinaram neles aspectos religiosos e mágicos, em uma nova/velha relação, pois fora ainda durante a Idade Média que a Igreja apropriara-se deste universo, como já ressaltado anteriormente. Aliás, quando os sacerdotes ungiam com óleo bento invocando o poder dos santos-especialistas em curar determinadas doenças, não estavam fazendo nada mais do que invocar poderes ocultos. O livro setecentista *Botica preciosa, e Tesouro precioso da Lapa*⁹⁸, escrito pelo padre. Sequeira, natural de São Paulo, exemplifica esta prática de recorrer aos poderes dos santos. Na obra salientava-se que as enfermidades do corpo e da alma somente poderiam ser verdadeiramente curadas por intervenção divina, sendo a Virgem Maria a única botica preciosa. Se Maria tornara-se farmácia e as unções de óleo bento⁹⁹ a terapêutica preconizada, o que condenar nos medicamentos secretos? Como impedir seus usos e a crença generalizada nas suas "virtudes"?

Porém, nem só o padre Sequeira divulgava no Reino esses poderes divinos; o padre Luiz Cardoso também o fez, anteriormente em Lisboa, ao escrever a *Revista universal ou breve notícia dos santos especiais advogados contra os achaques, doenças, perigos e infortúnios a que ordinariamente vive sujeita a natureza humana*.¹⁰⁰ Assim Santo Abraão advogava contra o demasiado choro dos meninos; Santo Amaro contra os

⁹⁷ Os trabalhos de, Francisco Bethencourt (*O imaginário da magia- feiticeiros, saladores e nigromantes no século XVI*. Lisboa, Proj. Universidade Aberta, 1987) e José Pedro Paiva (*Práticas e crenças mágicas*. Coimbra, Livr. Minerva, 1992) oferecem riquíssimos exemplos acerca de práticas de cura nas quais lidava-se com o sobrenatural. No Brasil, Laura de Mello e Souza (em *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987) e Márcia Moisés Ribeiro (*A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. Hucitec, São Paulo, 1997) lançam mão de importantes casos de curas realizadas magicamente.

⁹⁸ Angelo de Sequeira. *A Botica preciosa, e tesouro precioso da Lapa. Em que como em botica, e tesouro se acham todos os remédios para o corpo, e para a alma, e para a vida, E uma receita das vocações dos santos para remédio de todas as enfermidades, e vários remédios, e milagres de Nossa Senhora da Lapa, e muitas novenas, devoções, e avisos importantes para os pais de famílias ensinarem a doutrina cristã a seus filhos e criados*. Lisboa, Of. de Miguel Rodrigues, 1754.

⁹⁹ As unções deveriam ser feitas acompanhadas de preces ao santo protetor do órgão afetado visando a cura da doença em questão. Os santos eram "advogados" contra as enfermidades. Assim, Santo André era invocado como remédio para virtude da castidade e constância nos tormentos. Ver *Botica preciosa*, op. cit., no capítulo: "Receita geral de vocação dos santos", pp. 173-93.

¹⁰⁰ Pe. Luiz Cardoso. *Revista universal ou breve notícia dos santos especiais advogados contra os achaques, doenças, perigos e infortúnios a que ordinariamente vive sujeita a natureza humana*. Lisboa, 1727, apud Pedro Nava. *Capítulos de história da medicina*, op. cit., p. 111.

achques das pernas e dos braços; Santo Anastácio contra qualquer doença; Santa Ana contra a esterilidade; Santa Apolônia contra as dores de dentes; S. Bento contra as mordeduras das aranhas e outros insetos venenosos; S. Brás contra os achques da garganta; S. Cristovão contra o fastio e continuava a lista...¹⁰¹

As vocações dos santos, os intermediários entre Deus e as criaturas, apresentavam os mesmos dons para curar em ambos os autores, não ficando de fora "os achques em que houver suspeita de que são causados pelo demônio".¹⁰² O pe. Sequeira incursionava ainda pela astrologia dizendo que "algum astro desconhecido ainda das observações astrológicas domina sem dúvida no horizonte da cidade de São Paulo, o qual com influxos muito ativos inclina os ânimos dos paulistas, seus habitantes, não só a serem nobres, mas altivos, não só valerosos (sic), mas temerários, não só laboriosos, mas exploradores (...)".¹⁰³

Havia portanto aproximações entre o universo mágico curativo e as práticas de cura desenvolvidas no universo religioso-católico do Setecentos. Ademais, a botica preciosa derivava do tesouro precioso de Salomão e ninguém duvidava que ele fora

"dotado de ciência infusa com conhecimento, ciência e notícias das virtudes naturais de todas as flores, com que se resolveu a escrever livros para nos deixar o conhecimento das ervas, e flores para não experimentarmos doenças e enfermidades nas criaturas. (...). Assim as criaturas só olhavam para os efeitos da medicina e não para a causa e para o autor das virtudes dessas medicinas. Buscavam nos livros de Salomão as medicinas esquecendo Deus até o que fez com que o Profeta Ezequias mandasse queimar todos esses livros onde se achava a botica".¹⁰⁴

Poderia haver também aí um elo de ligação entre a magia e a santidade. É que na tradição popular inglesa grandes heróis da Bíblia foram magos e, segundo a tradição hermética, após o pecado de Adão todos os seus conhecimentos acerca das coisas naturais teriam passado para Salomão e Noé.¹⁰⁵ Se os homens não prestavam a devida atenção a Deus, poderiam dirigi-la aos magos curadores, buscando neles o alívio para seus males, risco que a Igreja não suportou, queimando todos os livros de Salomão e

¹⁰¹ Pedro Nava, op. cit., p. 111.

¹⁰² Pe. Angelo de Sequeira. *Botica preciosa, e tesouro precioso da Lapa*, op. cit.

¹⁰³ Idem, ibidem. Prólogo.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, pp. 3-4.

¹⁰⁵ Ver Keith Thomas. *Religião e o declínio da magia*, op. cit., p. 226.

tentando romper essa ligação. As plantas curavam, mas isto não precisava ser revelado. Bastava que a cura fosse atribuída a Deus.

Se na Idade Média o saber herbário fora condenado fora dos mosteiros pela santa madre Igreja,¹⁰⁶ nos tempos modernos esse saber far-se-á presente com toda a força compondo as formulações secretas de várias ordens religiosas¹⁰⁷ no vasto Império português, embora os tribunais inquisitoriais se mantivessem implacáveis com aqueles que curavam através de "feitiçarias nas quais se usavam plantas".¹⁰⁸ Lembremos o caso da bebida "jurema", considerada de alta periculosidade pelas autoridades.¹⁰⁹

No entanto, não eram só religiosos que viam-se agraciados por dons divinos na preparação de suas medicinas. Curvo Semedo é provavelmente o médico que mais exorta a a inspiração divina para aludir aos seus remédios que operam milagres, curas instantâneas, tudo com muita confiança em Deus.¹¹⁰ *O Compêndio dos segredos medicinais, ou remédios curvianos* é interessantíssimo para mostrar a "força" dos medicamentos secretos. Quando o médico enunciava as "virtudes" de seus preparados sempre fazia reverência a algum dom sobrenatural, celestial, que poderia ser: a) um favor divino - "esses meus pós por favor divino curam infalivelmente no prefixo termo de um mês"¹¹¹, ou b) um milagre - "esse remédio se tomará quatro ou cinco vezes em dias sucessivos, e se fará um milagroso efeito".¹¹²

Valia-se também das influências astrais, a exemplo dos almanaques, associando-as à graça divina- "daremos, como digo, um dia depois da lua cheia a bebida que receitarei abaixo, com a qual se deve continuar não só todos os dias sucessivos, mas três vezes no dia até chegar o dia da lua nova, e então se deve parar com a dita bebida, até ao dia da lua cheia, e passado um dia depois dela tornaremos a continuar com a dita bebida,

¹⁰⁶ Consultar Henrique Carneiro. "Mezinhas, filtros e triacas: drogas no mundo moderno". Dissertação de mestrado. FFLCH/DH (USP), 1993.

¹⁰⁷ Preparavam remédios secretos as seguintes ordens: beneditinos, carmelitas, oratorianos, jesuítas, dominicanos. Ver José Pedro de Sousa Dias. *A farmácia em Portugal*. Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, p. 46.

¹⁰⁸ Márcia Moisés Ribeiro, op. cit.

¹⁰⁹ Não encontrei processos inquisitoriais contra boticários por preparação de remédios secretos ou curas mágicas. Curandeiros e feiticeiros, principalmente os escravos, estavam sempre na mira do Santo Ofício. Os boticários caíam nas malhas da Inquisição por judaísmo.

¹¹⁰ João Curvo Semedo. *Compêndio dos segredos medicinais...*, op. cit., pp. 83, 89, 122.

¹¹¹ *Compêndio dos segredos medicinais*, op. cit., p. 122.

¹¹² *Ibidem*, p. 128.

e no decurso de dois ou três meses confiem em Deus, que o doente fique são".¹¹³ O médico tinha ainda o cuidado de ressaltar a falibilidade dos remédios usando como argumento o fato de serem preparados pelos homens- "não digo que algumas vezes não tem faltado, porque os remédios humanos não podem ser infalíveis".¹¹⁴

O que dizer dos médicos esclarecidos, que professando o espírito ilustrado também preparavam e vendiam suas preparações secretas?

O próprio Smedo é considerado um inovador na medida em que muitas de suas formulações introduziram novas substâncias químicas. Ele reunia como ninguém as duas faces da moeda referida no início do capítulo. Ao mesmo tempo que continuava "fabricando" medicamentos típicos da polifarmácia, secretos, e galênicos em cujas fórmulas constavam morcegos, sapos, burricos e excrementos, acompanhava as grandes novidades terapêuticas de seu tempo, os remédios químicos.

Outro inovador em medicina que também fabricava segredos era Jacob de Castro Sarmiento, um dos preparadores da "Água de Inglaterra", responsável pela introdução e divulgação em terras portuguesas da iatromecânica que aprendera com seu mestre Boerhaave em Londres. Desculpava-se pela heresia de compor segredos dizendo que tratava de fazer com que as pessoas voltassem a acreditar nas virtudes da quina, mas ele também preparava outros segredos.

Apesar do sucesso das vendas, os secretos eram bombardeados por outros ilustrados no século XVIII. Ribeiro Sanches escreveu "Dos segredos da medicina considerados como dependentes da inspeção e disposição do Tribunal da Medicina", no qual salientava que "somente aquele que não teme perder a reputação na defesa do bem público será o que se atreverá a lutar contra esta hidra da razão e da justiça". Esclarece que os segredos são perniciosos à vida dos cidadãos e à própria medicina. Induzindo a auto-medicação, esses remédios prescindiam da medicina. Assim não seria necessário que os médicos identificassem os males do corpo humano, nem o grau de malignidade ou os remédios indicados em cada caso, bastando que soubessem, a exemplo dos rústicos

¹¹³ Ibidem, p. 95.

¹¹⁴ Ibidem, p. 114.

curadores, que o enfermo apresentou febre e arrepios, dando-lhe "Água de Inglaterra e canadas".¹¹⁵

Sanches propunha uma reforma administrativa que proibia qualquer pessoa de vender, usar, distribuir segredos, inclusive os ofertados por caridade; que todos os remédios fossem "vendidos pelos boticários, conforme as leis da Farmacopéia, que devia compor-se para este efeito"; médicos, cirurgiões e barbeiros não poderiam mais vender medicamentos; quem descobrisse um novo remédio deveria vendê-lo ao Tribunal Médico. Embora suas idéias não tenham sido completamente endossadas, em parte foram incorporadas aos novos Estatutos da Universidade de Coimbra.¹¹⁶

Verney, por sua vez, dizia que a maior parte dos remédios eram imposturas, principalmente os segredos mais louvados. Condenava igualmente tanto os segredos quanto a polifarmácia.¹¹⁷ Já José Henriques Ferreira, o fundador de nossa Academia Científica, fez uma crítica ferrenha aos segredos, dando a chave para o entendimento de seus sucessos. No livro *Discurso crítico, em que se mostra o dano que têm feito aos doentes os remédios de segredo e composições ocultas* demonstra claramente as incompatibilidades existentes entre uma medicina empírica, fabulosa e fantástica, e a ciência médica do iluminismo científico. Em tom caústico, referia-se ao progresso retardado da medicina por famílias e sacerdotes que apossaram-se dela, monopolizando-a desde há muito tempo. "Os sacerdotes (...) para aumentar a fé, e número dos doentes a cobriam (a medicina) com o véu da sua falsa religião; e enchendo-se de pompa fabulosa da superstição tratavam como mistério, e segredo as cousas naturais, e conhecidas".¹¹⁸

Quando um centurião ia

"ao Templo de Esculápio implorar remédio para curar-se do esputo de sangue, que padecia; os sacerdotes fingindo ser de Deus a resposta, lhe mandam tomar pinhões com mel, remédio próprio, e com o qual sarou; mas fica persuadido ser por milagre de Esculápio, e não por virtude do simples, e natural medicamento".¹¹⁹

¹¹⁵ Não localizei esta obra de Ribeiro Sanches. Utilizo-me assim do trabalho de José Pedro de Sousa Dias. "A 'Água de Inglaterra no Portugal das Luzes...", op. cit., pp. 78-80.

¹¹⁶ Idem, p. 81.

¹¹⁷ Luís Antônio Verney. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1950, vol. IV, pp. 42-56.

¹¹⁸ José Henriques Ferreira. *Discurso crítico...*, op. cit., pp. 5-6.

¹¹⁹ Idem ibidem, p. 7.

Ferreira esmerava-se em mostrar como a arte de curar fora revestida de mistério e magia e como as "coisas naturais e conhecidas foram tratadas secretamente". Por que "ia-se a fé" no remédio assim que eram revelados? "Perdem toda a estimação logo que se publicam, e que se vê que são compostos de ingredientes triviais e conhecidos, dos quais se faz uso ordinário nas mesmas enfermidades".¹²⁰

Mas persistiam os "segredistas iluminados" com o mesmo estratagema, tirando da cartola novos remédios para todos os males

"e os desgraçados enfermos correm atropeladamente a buscá-los, acreditando as palavras esquisitas com que os seus inventores costumam enganá-los, e sem refletirem que este é o meio que buscam para levarem o dinheiro daqueles, que se fiam nas suas promessas. Tantos elixires de longa vida, tesouros da boca, essências divinas, quintas essências, águas angélicas, e outros semelhantes, são os nomes pomposos, com que aturdem, e cotidianamente enganam o povo, nos papéis públicos, Diários e Gazetas, que estão sempre prontas, para anunciarem quanto se lhes propõe".¹²¹

Continuava em voga a credulidade das pessoas, recolocando a velha prática de curar que se faz misteriosamente. Trocavam-se entretanto os deuses: médicos, cirurgiões, boticários, curandeiros ocupavam o lugar do todo poderoso na fascinante arte de curar que se faz ocultamente.

A ciência conviveu com os remédios secretos por um longo tempo, ora condenando-os, ora valendo-se deles para a introdução de novidades terapêuticas. Ademais, esses remédios atendiam às concepções de cura mágica que acompanhavam culturalmente os doentes. Os remédios de segredo juntaram exemplarmente magia, religião e ciência, em pleno século das luzes.

¹²⁰ *Discurso*, op.cit., p. 13.

¹²¹ *Ibidem*, pp. 16-7.

EPÍLOGO

Vencidos os quatro capítulos esboço algumas considerações. Primeiramente não poderia deixar de (re)enfatizar o amplo leque dos curadores existentes no Brasil setecentista, chamando a atenção para a proximidade de terapêuticas empregadas por todos eles. Mesmo com atribuições específicas médicos, cirurgiões, boticários, barbeiros, curandeiros tratavam seus doentes utilizando plantas medicinais em consonância com os princípios galênicos da arte de curar.

Havia comunicabilidade entre os saberes desses artífices independentemente da titulação, da carta de exame que ostentassem, ou da prática que exercessem. Porém ao considerar o papel regulador da metrópole nos assuntos que diziam respeito à saúde dos súditos, constata-se que essa intervenção pautava-se por tentar delimitar o exercício das diversas categorias de cura impondo medidas que visaram conformar esses diversos campos profissionais.

Apesar do número pequeno de médicos prestando assistência, eles estão sempre em pauta na documentação estudada, pois as práticas de atenção à saúde estavam organizadas a partir deles. Embora fossem os delegados do físico-mor do Reino, atuavam de forma descontínua, concentrando-se em regiões mais povoadas. Conheciam pouco o quadro sanitário da Colônia e foram raros aqueles que se interessaram pela flora medicinal brasileira. Nomeá-los insistentemente fazendo da arte médica o ponto máximo do conhecimento e do tratamento do corpo poderia ter alguns significados. O primeiro seria tentar retirar os médicos do quadro maior no qual inseriam-se os oficiantes da arte de curar. Porém não só retirá-los, mas colocá-los em outro quadro, o que tratava do corpo cientificamente, balizado racionalmente pelos experimentos que começavam a ocorrer. E daí não vinha ao caso se a medicina portuguesa encontrava-se em defasagem em relação aos modelos europeus mais avançados, pouco importando também se os estudos anatômicos na metrópole continuavam sendo realizados em carneiros. Havia um discurso médico-científico em elaboração, distinto das concepções até então vigentes: desritualizavam-se os procedimentos curativos de forma a retirar os conteúdos sobrenaturais das doenças, mesmo que as práticas ditas científicas estivessem permeadas de influências lunares, benzimentos e as receitas médicas contivessem rãs ou águas de morcego. O segundo significado assinalaria a formação ilustrada da categoria. Os

médicos formavam-se em universidades pressupondo que ali existissem conhecimentos diferenciados e melhor qualificados, mesmo que as lições se baseassem em Galeno e Avicena. Os demais curadores aprendiam seus ofícios com os Mestres, quando não os praticavam na própria família e daí partiam para exercer suas atividades não portando diplomas universitários. Altos cargos nas "cousas" afeitas à saúde só poderiam ser exercidos por médicos formados em Coimbra.

Atente-se, também, para as formas de controle social desenvolvidas pela metrópole sobre os saberes médicos nativos nesta América portuguesa. Tudo se processava de maneira que à cabeça do Império coubesse a devolução dos conhecimentos então revestidos com a aura superior da ciência. As plantas brasileiras são exemplares para denotar a circularidade de conhecimentos: saíam daqui como saberes incivilizados voltando como o mais genuíno e elaborado conhecimento científico português.

As novas plantas medicinais brasileiras entraram na constituição das ciências farmacêuticas tendo sido amplamente estudadas e disseminadas pelo mundo europeu. Mas há que se fazer ressalvas: muitas dessas novas espécies quando descritas e estudadas não foram publicadas e/ou divulgadas em Portugal, sendo assim posteriormente classificadas por naturalistas de outros países. A arte de preparar os medicamentos no Brasil, a despeito da riqueza natural existente, não lograria no Setecentos, senão a inclusão de plantas brasileiras em tratados médicos e farmacopéias. E os saberes sobre as plantas que curam se consolidariam como precursores das ciência farmacêuticas sob novas nomenclaturas e com outras nacionalidades. Os saberes dos brasis foram silenciados enquanto cientistas estrangeiros extraíam os princípios ativos das plantas brasileiras.

Os boticários, em sua maioria, não participaram dos estudos botânicos realizados a partir das plantas medicinais encontradas na natureza do Brasil setecentista. O ponto alto destas investigações ocorreram na Academia Científica do Rio de Janeiro, no curto período de sua existência, quando então alguns boticários se salientavam. A documentação também indica que os boticários resistiam ao emprego da rica flora medicinal local. Despojados de conhecimentos de história natural e de química sentiam-

se mais seguros importando o arsenal terapêutico da metrópole. A forma como o ofício foi construído e o nível raso de formação obtida permitem que se entenda os limites de atuação.

Boticários, cirurgiões, barbeiros, curandeiros, para ficar só com estes, exerceram seus ofícios como artesãos da cura ao passo que os médicos desempenharam atividades muito próximas daquelas, porém amparados por um discurso que dizia ser "científica" a sua arte. A legitimidade da prática era assim fornecida pela categoria na qual inseria-se o curador: o lugar no qual enunciava-se o discurso fazia dele arte ou ciência.

Os remédios secretos, formulados principalmente por médicos, são outro eloquente exemplo de que a pretensa diferença entre a arte e a ciência médica do século XVIII era ainda muito frágil. Como sinalizava Ribeiro Sanches os segredos colocavam em xeque a própria medicina, pois as instruções de uso permitiam ao doente medicar a si mesmo, tornando-os tão perniciosos aos doentes como a própria ciência.

Ademais a mesma terapêutica que introduzia as mais avançadas conquistas da química dos remédios era usada amparada em rituais bastante antigos. Efeitos lunares sobre as poções medicamentosas ou a adição de excreções biológicas agregavam magia à ciência química das medicinas. Como bem afirma Ackerknecht

"a magia ou a religião parece satisfazer melhor que nenhum outro mecanismo uma certa necessidade psíquica eterna ou 'metafísica' da humanidade, sã ou enferma, pela integração e a harmonia. O caráter não empírico da medicina primitiva dota-a também de um elemento de certeza que dá indubitavelmente consideráveis poderes curativos".¹²²

A ciência médica e a magia andavam de mãos atadas no Setecentos de tal forma que muitas vezes não se identificava onde se localizava, na produção das medicinas, o fim de uma e o começo da outra. Não houve o impacto da razão como critério de verdade na formulação dos remédios secretos em curto prazo. Os segredos persistiram conquistando adeptos para seus efeitos miraculosos pelo Oitocentos afora, para não irmos mais longe.

¹²² Erwin H. Ackerknecht. *Medicina y antropología social*. Madrid, Akal Editor, 1985. p. 27. Tradução livre feita por mim.

Nº 456.



JUNTA CENTRAL DE HIGIENE PUBLICA

A Junta Central de Higiene Publica, em virtude da autorização dada pela Presidencia do Imperio de 12 de Janeiro de 1881, confirmada pelo Conselho de Administracao dos Negocios da Imperia de 1 de Julho de 1881, concedendo licença ao Sr. Celso T. Lima Verde de

abrir e manter botica aberta na Rua de S. Antonio, nº 10, e de

as despesas da cidade de Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 12 de Março de 1881.

O Presidente,

Dr. João Baptista de Lima

Procurador e Fiscal da Junta Central de Higiene Publica

Rio de Janeiro, 12 de Março de 1881.

Dr. Celso T. Lima Verde

Fig. 28- Licença da Junta Central de Higiene Pública ao sr. Celso T. Lima Verde para "ter botica aberta". Rio de Janeiro, 12 de Março de 1881.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. PRINCIPAIS FONTES MANUSCRITAS CONSULTADAS

1. ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL).

Livro de Atas referente ao período 1780 - 1810. Assembléias do Conselho.

Manuscritos da série azul:

n. 17, mem. 38. Memória atribuída a Domingos Vandelli. Erva do bicho, Raiz de bugre, Buriti, Jutai. Tomo I das Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia.¹

n. 17, mem. 45. Vicente Gomes da Silva. Descrição das quineiras descobertas na Capitania do Rio Janeiro pelo cap. Francisco José da Silveira, reconhecidas, classificadas e descritas pelo dr. Vicente Gomes da Silva. Século XIX. Tomo I.

n. 49. Alexandre Augusto de Oliveira Soares. Quadros históricos da medicina desde a fundação da monarquia portuguesa.

n. 133. História da Capitania da Paraíba composta pelo doutor Ouvidor da mesma província.

n. 272, mem. 4. Duarte Ribeiro de Macedo. Discurso do dr. Duarte Ribeiro de Macedo sobre a transplantação dos frutos da Índia para o Brasil.

n. 333, mem. 2. Breve notícia das principais árvores de fruto do Estado do Brasil.

n. 333, mem. 3. Relação das várias raízes que se comem no Brasil.

n. 374, mem. 6. Descrição de um novo gênero de planta brasílica chamada Lavradio. Século XVIII. Tomo II.

n. 374, mem. 8. José da Silva Feijó. Reflexões botânicas sobre a censura do Jornal Enciclopédico feita à *Flora Lusitanica e brasiliensis specimen*, do dr. Domingos Vandelli, professor de filosofia e medicina. Século XVIII. Tomo II.

n. 374, mem. 14. Viagem filosófica que por ordem e despesa do Ilmo. Exmo. Sr. José Teles da Silva fez João Machado na Serra da Ibiapaba, Capitania do Ceará Grande, termo da Vila Viçosa Real, desde 13/07/1784 a 06/08 do mesmo ano. Século XVIII. Tomo II.

n. 374, mem. 25. O feliz clima do Brasil. Tomo II.

n. 374, mem. 30. José Henriques Ferreira. "História do descobrimento da cochoilha no Brasil, da sua natureza, geração, criação, colheita e utilidades". Tomo II.

n. 375. Manoel Joaquim de Souza Ferraz. Memória sobre botânica e as vantagens que dela resultam para a praxe médica. Século XVIII. Tomo III.

¹ A partir daqui enumerarei somente os tomos ao listar as "Memórias econômicas e físicas que não tiveram lugar nas coleções da Academia".

- n. 377, mem. 22. Remédio para pleurises. Século XIX. Tomo V.
- n. 377, mem. 23. Inchação das pernas dos habitantes do Rio de Janeiro devido a alimentação. Século XIX. Tomo V.
- n. 377, mem. 24. Antônio d'Almeida. Febre intermitente. Século XIX. Tomo V.
- n. 377, mem. 27. Antônio d'Almeida. Ensaio crítico no qual pretendo mostrar ser insuficiente para a descoberta das virtudes medicinais dos corpos da natureza o conhecimento químico dos principais constituintes dos mesmos corpos. Século XVIII. Tomo V.
- n. 434. Guilherme José Teixeira. Tratado de filosofia. Em que se definem três pontos... E se a medicina pertence a cirurgia ou não.
- n. 599, mem. 3. Ataliba de Gomensoro. Estudo sobre o cancro venéreo. Século XIX.
- n. 627. João Pedro Ribeiro. Plantas do sertão do Grão-Pará.
- n. 998. Francisco José de Lacerda e Almeida. Diário de viagem desde Vila Bela, capital da Capitania do Mato-Grosso, até a vila, e praça de Santos na Capitania de São Paulo. Século XIX.
- n. 999. Cento e trinta e sete documentos relativos à Instituição Vacínica criada pela Academia em 1812.
- n. 1488. Felix de Avelar Brotero. Tradução para o português da carta do dr. Alexandre Thompson a um amigo sobre a natureza, causas e métodos de curar doenças nervosas. Século XIX.
- n. 1633. Antônio d'Almeida. Higiene: remédio preventivo contra o empaludismo.
- n. 1657. João Cardoso Júnior. Subsídios para a matéria médica-terapêutica das possessões ultramarinas portuguesas.
- n. 1784. Joaquim Xavier da Silva. Breve tratado de higiene militar e naval oferecido à Academia Real das Ciências. Século XIX.
- n. 1914. Memória de vários ataques de gota anômala com observações sobre o gálico.

Manuscritos da série vermelha:

- n. 143- Documentos vários. Coleção Mayne. Memórias sobre a utilidade dos Jardins Botânicos e Museus de História Natural. Século XVIII.
- n. 405. Viagens filosóficas ou dissertação sobre importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar. Século XVIII.
- n. 516. Tratados de várias enfermidades pertencentes à cirurgia e suas curas. Século XVIII.
- n. 534. Memórias políticas do tempo de agora para o estudo de frei Vicente Salgado, ex-geral e cronista da Congregação da Terceira Ordem de Portugal no ano de 1800.

- n. 535. Apontamentos vários sobre história natural.
- n. 586. Virtudes de raízes, pedras e óleos da Índia que se acham neste livro. Letra do Século XVIII.
- n. 681. Relação histórica dos tumultos que se sucederam na cidade de S. Luiz do Maranhão.
- n. 786. Papéis avulsos de medicina. Século XVIII.
- n. 800. Cartas de D. Frei Caetano Brandão. Século XVIII.
- n. 816. Conjunto de Pastorais. Letra do Século XVIII.
- n. 834. Tratado de várias drogas vindas da Índia aplicadas na medicina.
- n. 848. Remédios para diferentes enfermidades e achaques. Letra do Século XVIII.

2. ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB).

Congregação de São Bento de Portugal.

Estado dos Mosteiros do Brasil.

Livro n. 134. Rio de Janeiro, 1623 a 1748.

Livro n. 135. Rio de Janeiro, 1750 a 1793.

Livro n. 136. Bahia, 1652 a 1740.

Livro n. 137. Bahia, 1764 a 1800.

Livro n. 140. Santos, 1650 a 1792.

Livro n. 144. São Paulo, 1730 a 1792.

Livro n. 145. Interior de São Paulo, 1733 a 1789.

Outros livros e documentos.

Livro n. 321. Sindicções da Província do Brasil, 1724 a 1761.

Livro n. 322. Sindicções da Província do Brasil, 1764 a 1800.

3. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP).

Ordem 8838. Lata 01. Cópia de ofícios, cartas régias, alvarás, etc.

Ordem 346. Caixa 96. Fisicatura-mor. Botica real, Santa Casa de São Paulo, dívidas e cartas (1709-1839).

Ordem 724. Inventários. Século XVIII.

Ordem 764. Inventários. Século XVIII.

4. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU).

Minas Gerais. Documentos avulsos.

Caixa n. 17, 1749.

Pernambuco. Documentos avulsos:

Caixas n. 38 e 39, 1740 e 1741.

Caixa n. 51, 1752.

Caixa n. 75, 1775.

Caixas n. 95 a 97, 1788 e 1789.

Caixas n. 102 a 104, 1791 e 1792.

Rio de Janeiro. Documentos avulsos.

Caixa n. 162, 1796.

5. ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB).

Lata 108- pasta n. 14. Ofício do Conde de Rezende com um plano para cultura de plantas medicinais no Brasil, 1795.

Lata 358- pasta n. 17. Ofício dirigido ao Sr. Francisco José da Serra relativo às visitas que se faziam ao Real Museu e ao Jardim Botânico, 1798.

Lata 760- pasta n. 11. "Frei Velloso, o pai de botânica brasileira", por Thomaz Borgmeier.

1, 2, 6. Botica Real. Conselho Ultramarino, vol. 35.

6. ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ).

Código 314. Regimento que serve de lei, que devem observar os comissários, delegados do físico-mor deste Reino nos estados do Brasil (registro de alvarás, ordens, cartas régias e editais). Lisboa, 1732-1827.

Código 323. Livro 1. Polícia- ofícios I, 1809.

Código 441. Alvarás da Rainha. Farmacopéia Geral para o Reino e domínios de Portugal.

Código 807. Memória apresentada ao governo de Sua Majestade, o imperador do Brasil, sobre a utilidade introduzir na Europa, um certo número de medicamentos brasileiros, e sobre os modos que se poderia empregar para atingir este objetivo (1868).

SDH (seção de documentação histórica).

Caixas 464-480. Fisicatura-mor.

relação de boticários habilitados, 1811-1828.

documentos e correspondências diversas.

registros de cartas de cirurgia e sangria.

autos de exames de farmacêuticos estrangeiros.

pedidos para exercer ofício.

pedidos de lojas de ferragem para vender medicamentos.

reclamação contra mezinheiros.

carta de licença.

ofícios dos vice-reis do Brasil- índice da correspondência dirigida à corte de Portugal de 1763 a 1808.

7. ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO (ANTT).

Chancelarias Régias.

D. João V. Livros n. 59, 118.

D. José I. Livros n. 1, 3, 5, 66, 79, 81, 85.

D. Maria I. Livros n. 17, 30, 60, 63, 65, 70, 81.

Inquisição de Lisboa.

Processos contra boticários- n. 411, 999, 16212.

Manuscritos do Brasil- n. 37, 39, 40, 45.

Manuscritos da Livraria- n. 122, 134, 136, 156, 164, 191, 202, 243, 313, 413, 479, 480, 509, 583, 1013, 1013 A.

Ministério do Reino.

Maço n. 469.

Papéis do Brasil.

Avulsos 3, n. 3 e n. 4.

Avulsos 4, n. 2.

Códices 9 a 11.

Real Mesa Censória.

Catálogo de livreiros e editores. Caixas n. 494, 495.

Condecorações e Mercês. Livros n. 5, 8, 12, 15, 16, 30, 31.

Correio Brasiliense. Caixa n. 462.

Exame dos livros para circulação no reino, 1778 a 1826. Caixas n. 144, 149, 151, 153 a 163.

Exame de obras para impressão. Caixa n. 15.

Formulários. Caixa n. 521.

Livros de medicina e farmácia. Caixas n. 371 a 373, 509.

Misericórdias, hospitais e confrarias. Caixa n. 523.

8. BIBLIOTECA DA AJUDA (BA).

49-II-74. Receitas medicinais de D. João de Castelo Branco. Tomo I.

49-II-75. Receitas medicinais de D. João de Castelo Branco. Tomo II.

49-II-76. Coleção de receitas medicinais.

54-X-11, n. 5. Carta crítica de um anônimo para o licenciado João Cardoso de Miranda.

54-X-11, n. 6. Apologia contra o Diálogo crítico.

9. BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (BNL).

Códice n. 189. Documentos para a história de São Paulo.

Códice n. 238. Cartas de D. João V aos governadores da Capitania de São Paulo, 1720 a 1746, e Cartas de D. José I ao Governador de Santos, 1758 a 1760.

Códice n. 511. Medicina e zoologia. Apontamentos vários, por Antônio Nunes Ribeiro Sanches. Século XVIII.

Códice n. 585. Maranhão- descrição, flora e drogas. Colônia portuguesa que contém três tratados, 1684.

Códice n. 600. Plantas curiosas do Brasil, por Bernardino Antônio Gomes, 1803.

Códice n. 630. Discurso na Academia Brasileira dos Renascidos. Papéis da Academia com os seus estatutos e outras muitas memórias em original e cópia. Século XVIII.

Códice n. 848. Brasil história, séculos XVI-XVIII.

Códice n. 1691. Almanaque da cidade do Rio de Janeiro, 1792.

Códice n. 1692. Almanaque da cidade do Rio de Janeiro, 1794.

Códice n. 4430. Registro de várias cartas, portarias e ordens expedidas pelos Governadores da Bahia, 1802, 1803 e 1805.

Códice n. 4521. Registro de várias cartas, portarias e ordens expedidas pelo Governador do Estado do Pará, 1787 a 1788.

Códice n. 4530. Ofícios do Govenador de São Paulo, 1775.

Códice n. 5077. Coleção médica de receitas, 1760.

Códice n. 10936. Farmacopéia naval ou coleção dos medicamentos simples e compostos que cumpre haver nas boticas dos navios, por Manoel Joaquim Henriques de Paiva.

Códice n. 11175. Receitas medicinais.

10. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ).

I- 2, 2, 22- O boticário de Tapacorá- drama, 1844. Data de estréia: 26 de setembro de 1844, em São Paulo.

I- 8, 9, 39B- O boticário da aldeia- comédia, 1851.

I-13, 1, 32- Manual de matéria médica ou descrição abreviada dos medicamentos com a indicação dos caracteres botânicos das plantas medicinais e das principais preparações oficiais das farmacopéias de Paris, Londres, Edimburgo, Berlim. Lisboa, 1842.

I-14, 3, 23- Regimentos, cartas, alvarás.

I-14, 3, 26- Projeto sobre a restauração da Universidade e estudos da medicina de Portugal, por Francis Bacon (reforma da cirurgia e da farmacêutica), 1765.

I-47, 19, 20- Medicina Popular, século XVIII.

I-47, 22, 8- Informações prestadas à Real Junta sobre farmácia. Livro de registros de consultas mistas do Conselho Ultramarino durante o período de 1722 à 1730.

I-47, 23, 15- Receitas medicinais (sem data).

II-30, 18, 35- Provedoria-mor da saúde, 1810.

II-30, 28, 14- Requerimento do físico-mor do Reino pedindo que se façam imprimível os regimentos que regulam os preços dos remédios. Original sem data.

II-34, 16, 32- Observações sucintas e breves acerca de cinco vários quesitos relativos a moléstias mais frequentes do município de Campos dos Goitacazes, 1838.

II-34, 33, 14- Rio de Janeiro. Escravatura. Mapa de enfermidades, 1819.

II-35, 24, 35- Representação e anexos dos comerciantes da cidade de São Paulo a D. João, príncipe regente, 1811-1812.

17, 3, 6- Medicina. Regras pelas quais se deve estampar as ervas medicinais.

20, 1, 1F, 43- Coleção de farmacognosia e química orgânica- explicações sobre o material enviado à exposição nacional, por Theodoro Peckolt, 1861.

21, 2, 5- Saúde Pública. Enfermidades endêmicas da Capitania de Mato-Grosso, por Alexandre Rodrigues Ferreira.

49-6-37- Epítome histórico, academico. A América portuguesa mais ilustrada que outro algum domínio deste continente americano, por Matheus Saraiva.

Iconografia.

85, 5, 8. História da farmácia em fotografias.

Caixa 50, n. 21. Farmácias e boticas. Catálogo da exposição temporária de 12/06 a 17/09 de 1981.

11. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (SGL).

Alexandre Rodrigues Ferreira. Gentios do Rio Negro, 1790.

Caetano de Brito e Figueiredo. Dissertações acadêmicas e históricas nas quais se trata da história natural das cousas do Brasil. Recitadas na Academia Brasileira dos Esquecidos na cidade da Bahia, 1724.

João Cardoso Júnior. Memória inédita sobre algas medicinais, 1925.

Joaquim José Pereira. Memória sobre os nitros naturais, sal de Glauber, quina e mais produções nativas. Intentos na Capitania do Piauí e Maranhão, ano de 1803.

12. CENTRO DE ESTUDOS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA (CEDHAL- USP).

Ofícios e um diário sobre a cura de um paciente de lepra. O documento relata as experiências feitas com a planta cipó d'onça na cura de um paciente com lepra na Capitania do Pará, 1807.

Carta com pedido de se ter botica melhor sortida, 1782.

Ofício relatando a ordem da rainha em possuir mapas de vários aspectos sociais e econômicos de várias capitanias, 1798.

Cartas e petições- trato de uma epidemia em Sobral- reclamação acerca da forma como os médicos tratam seus pacientes, 1792.

Ofício que trata da criação da Santa Casa de Misericórdia- Pernambuco, 1789.

Relação das cartas do serviço ao Conde de Oeiras acerca do estado político da Capitania de São Paulo, 1770.

Várias cartas e petições a respeito da epidemia de varíola- SP-1806. Mapa de rendimento da Alfândega nos anos de 1797-1804 no qual consta o rendimento da botica da Real Fazenda.

Ofícios sobre o controle da bexiga enclímica e endêmica, São Paulo, 1800.

II. FONTES IMPRESSAS

1. ANAIS, ATAS, MEMÓRIAS ACADÊMICAS, PERIÓDICOS, COMPÊNDIOS DE MEDICINA, FARMÁCIA E HISTÓRIA NATURAL.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes a história da natureza, para formar um museu nacional*. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1781.

_____. *Memórias econômicas para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I, 1789.

_____. "Ensaio sobre o cinchonino, e sobre sua influência na virtude da quina e de outras cascas". *Memórias de ciências*. Tomo III, parte I, 1812.

_____. "Notícia da vida e trabalhos científicos do médico Bernardino Antônio Gomes". *Memórias da classe de ciências matemáticas, físicas e naturais*. Tomo II, parte I, n. s., 1857.

ABREU, Brás Luis de. *Portugal médico ou Monarquia médico-lusitana, prática, simbólica, ética e política*. Coimbra, Of. João Antunes, 1726.

ABREU, José Rodrigues de. *Historiologia médica*. Of. da Música, 1733.

ACOSTA, Christobal. *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales con sus plantas*. Burgos, Martin de Victoria, 1578.

ALMANAQUE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 59, 1937.

ANDRADE, Gilberto Osório. *Morão , Rosa & Pimenta. Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Recife, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1956.

ARRAES, Madeira. *Tratado dos óleos de enxofre, vitriolo, filosoforum, alecrim, salva, e da água ardente*. Lisboa, Edições Salamandra, 1993.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Arquivo Municipal de São Paulo, vol. VIII-XX.

ATAS DAS CONGREGAÇÕES DA FACULDADE DE MEDICINA (1772-1820), vol. 2. Coimbra, s. e., 1985.

AZEVEDO, Frei Manuel de. *Correção dos abusos introduzidos contra o verdadeiro método da medicina*. Tomos I e II. Lisboa, s. e., 1668 e 1680.

BALBI, Adrien. *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, tomo II. Paris, Rey et Gravier, 1822.

BAUME, M. *Eléments de pharmacie théorique et pratique...avec l'exposition des vertus & doses de médicaments, à la suite de chaque article par, maître apothicaire de Paris*. Paris, Chez Samson, 1784.

BORRALHO, José Francisco. *Direções e advertências para o uso da "Água de Inglaterra"*. Lisboa, Impressão Régia, 1810.

BUCHAN, Guilherme. *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde, e de curar, e precaver as enfermidades por via do regime e remédios simples*, 10 vol. (tradução de Francisco Pujol). Lisboa, Tip. Rollandiana, 1803.

_____. *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde, e de curar, e precaver as enfermidades por via do regime e remédios simples*, 4 vol. (tradução de Manoel Henriques de Paiva). Lisboa, Tip. Academia Real de Ciências, 1801.

CASTRO, José Lopes de. *Aviso ao público a respeito da "Água de Inglaterra"*. Lisboa, Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

COELHO, Manuel Rodrigues. *Farmacopéia tubalense químico-galênica* (primeira e segunda partes). Lisboa, Of. de Antônio de Sousa da Silva, 1735.

_____. *Farmacopéia tubalense químico-galênica* (terceira parte), Of. de José da Silva da Natividade, 1751.

CORDEIRO, J. P. Leite. "Documentação sobre doentes e doenças, médicos e medicina, remédios e boticas no Brasil dos séculos XVII, XVIII e XIX". *RIHGPS*, vol. 57, 1959.

CRESPO, José Cardoso Rodrigues. *Novas direções e advertências para o uso da verdadeira "Água Anti-febril", vulgarmente chamada de Inglaterra*. Lisboa, Of. de José de Aquino Bulhões, 1788.

DIDEROT et D' ALEMBERT. *Enciclopédia ou dicionário racionado das ciências das artes e dos ofícios por uma sociedade de letrados. Discurso preliminar e outros textos*. São Paulo, UNESP, 1989.

_____. *L'Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Tome huitième. Neuf Chastel, Samuel Faulche & Cia., 1765.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Livro III. Coimbra, s. e., 1972.
Lisboa, Impressão Régia, 1772.

FARMACOPÉIA GERAL PARA O REINO E DOMÍNIOS DE PORTUGAL, 2 vol.
Lisboa, Régia Of. Tip., 1794.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, José Henriques. *Discurso crítico. Em que se mostra o dano que têm feito aos doentes, e ao progresso da medicina em todos os tempos, a introdução dos remédios de segredo, e composições ocultas, não só pelos charlatões, e vagamundos, mas também pelos médicos, que os têm imitado*. Lisboa, Of. de Filipe da Silva Azevedo, 1785.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral dividido em doze tratados*. Lisboa, Of. Miguel Rodrigues, 1734.

FRANCO, Francisco de Mello. *Medicina teológica ou súplica humilde* (1794). São Paulo, Giordano, 1994.

GOMES, Bernardino Antônio. *Memória sobre a ipecacuanha fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas*. Lisboa, Tip. do Arco do Cego, 1801.

_____. *Memória sobre a canela do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1809.

_____. "Memória sobre as boubas". *Memórias da classe de Ciências da Academia de Ciências de Lisboa*. Tomo IV, parte I, 1815.

_____. "Plantas medicinais do Brasil". *Brasiliensia documenta V*. São Paulo, 1972.

GRISLEY, Gabriel. *Desengano para a medicina, ou botica para todo o pai de famílias*. Coimbra, Of. de José Antunes da Silva, 1714.

GUEDES JR., Joaquim Alves Pinto. "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício de medicina seja inteiramente livre?". Tese inaugural. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dez. 1853.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Âncora medicinal, para conservar a vida com saúde*. Lisboa, Of. Bernardo Antônio de Oliveira, 1754.

INCHADO, Antônio Dias. *Apologia médico-racional*. Lisboa, Of. Antônio C. Lemos, 1735.

MARIA, Frei de Jesus. *Farmacopéia dogmática médico-química e teórico-prática*, 2 vol. Porto, Of. Antônio A. Ribeiro Guimarães, 1772.

MARCGRAF, George. *História natural do Brasil*. São Paulo, Imp. Oficial, 1942.

MARTIUS, Carlos Fried. Phil. von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1844.

_____. *Sistema de matéria médica vegetal brasileira*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1854.

MENEZES, F. de P. "Do abuso dos remédios secretos e males que origina". *Revista médica brasileira*, ano I, maio de 1841.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Documentos Históricos*, vol. 43-100.

MIRANDA, João Cardoso. *Prodigiosa lagoa descoberta nas congonghas das Minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques que nesta relação se expõe*. Lisboa, Of. de Miguel de Costa, 1749 (reimpressão feita por Augusto da Silva Carvalho). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

_____. *Relação cirúrgica e médica na qual se trata e declara especialmente um novo método para curar a infecção escorbútica, ou mal de Luanda, e todos os seus produtos, fazendo para isto manifestos dois específicos, e mui particulares remédios*. Lisboa, Of. de Manoel Soares, 1741.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*. Lisboa, Of. de João Rodrigues Neves, 1806.

ORTA, Garcia da. *Colóquios dos simples e drogas da Índia I e II* (1563). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. *Elementos de química e farmácia*. Lisboa, Tip. Academia Real de Ciências, 1783.

_____. "Memórias de história natural, química, de agricultura, artes, e medicina". *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*. Tomo I, 1790.

_____. *Farmacopéia Lisbonense*. Lisboa, Of. de João Procópio Correa de Silva, 1802.

PEIXOTO, João Monteiro. "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício de medicina seja inteiramente livre?". Tese inaugural. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, dez. 1853.

PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo do peregrino da América*, vol. II. Rio de Janeiro, publ. da Academia Brasileira, 1939.

PISO, Guilherme. *História natural do Brasil Ilustrada*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948.

PORTUGAL, Antônio Rodrigues. *Farmacopéia portuense*. Lisboa, Of. de Francisco Mendes Lima, 1766.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR-BAHIA. *Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1625-1641*, vol. 1.

QUINTÃO, Jacinto José da Silva. "Memória sobre a cochonilha e o método de a propagar, oferecida aos lavradores brasileiros, por um patriota zeloso, e amante da

felicidade pública". *O Patriota. Jornal literário, político, mercantil do Rio de Janeiro*. Segunda subscrição, n. 4, out. 1813.

RELATÓRIO do Marquês do Lavradio, Vice-rei do Rio de Janeiro entregando o governo a Luís de Vasconcellos e Souza, que o sucedeu. *RIHGB*, tomo IV, 1863.

ROCA, Antônio de Monravá e. *Cinco preciosos remédios tirados da mais rica mina e frutuosa campos*. Lisboa, Of. de Pedro Ferreira, 1734.

SAINT-HILAIRE, M. Auguste de. *Plantes usuelles des brésiliens*. Paris, Grimberg, 1824.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Tratado de conservação da saúde dos povos: obra útil e igualmente necessária aos magistrados capitães gerais de mar, e guerra, prelados, abadessas, médicos e pais de famílias, com um apêndix: considerações sobre os terremotos com a noticia das mais consideráveis que faz menção a história*. Lisboa, Of. Joseph Filipe, 1757.

SANTO ANTÔNIO, D. Caetano de. *Farmacopéia Lusitana*. Coimbra, João Antunes, 1704.

SARMENTO, Jacob de Castro. *Matéria médica, físico histórico-mecânica. Reino mineral*. Partes I e II. Londres, Guilherme Strahan, 1758.

_____. *Do uso e abuso das minhas "Águas de Inglaterra", ou diretório, e instrução, para se saber seguramente, quando se deve, ou não usar delas, assim nas enfermidades agudas; como em algumas crônicas; e em casos propriamente de cirurgia*. Londres, Casa de Guilherme Strahan, 1756.

_____. *Pharmacopoeia contracta*. Londini, s. e., 1746.

SEMEDO, João Curvo. *Polianteia medicinal*. Lisboa, Of. de Antonio Pedrozo Galram, 1727.

_____. *Compêndio dos segredos medicinais, ou remédios curvianos, que inventou e compôs o Dr. João Curvo Semmedo*. Lisboa, Of. de José de Aquino Bulhões, 1783.

_____. *Memorial de vários simples que da Índia Oriental, da América, e de outras partes do mundo vêm ao nosso reino para remédio de muitas doenças*. Lisboa, s. e., s. d.

SEQUEIRA, Pe. Angelo de. *Botica preciosa, e tesouro precioso da Lapa. Em que como em botica, e tesouro se acham todos os remédios para o corpo, e para a alma, e para a vida, E uma receita das vocações dos santos para remédio de todas as enfermidades, e vários remédios, e milagres de Nossa Senhora da Lapa, e muitas novenas, devoções, e avisos importantes para os pais de família ensinarem a doutrina cristã a seus filhos, e criados*. Lisboa, Of. Miguel Rodrigues, 1754.

TISSOT, M. *Aviso ao povo sobre sua saúde*. Lisboa, Of. Patriarcal, 1773.

VANDELLI, Domingos. *Aritmética política, economia e finanças 1770-1804*. Lisboa, Banco de Portugal, 1994.

VELLOSO, José Mariano. *Quinografia portuguesa*. Lisboa, Of. João Procópio Correa da Silva, 1799.

VERNEY, Luís Antônio. *Verdadeiro método de estudar* (edição organizada pelo Prof. Antônio Salgado Júnior), vol. III e IV. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1950.

_____. *Verdadeiro método de estudar*. Prefácio e notas de Joaquim Ferreira. Porto, Domingos Barreira Ed., s. d.

VIGIER, João. *Farmacopéia Ulissiponense, galênica e química*. Lisboa, Pascoal da Silva, 1716.

_____. *História das plantas da Europa e das mais usadas que vêm da Ásia, da África e da América*. Leon, Of. Anisson, Posuel & Rigaud, 1718.

VILLAS, Frei Estevão de. *Exame de Boticários*. Lisboa, Of. de Manoel Fernandes da Costa, 1736.

2. JORNAIS

Gazeta do Rio de Janeiro. Avisos de 1808-1822.

Idade d'Ouro do Brasil. Avisos de 1812-1822.

O Patriota. Jornal literário, político, mercantil do Rio de Janeiro. Edições de 1812-1813.

Folha de São Paulo. Caderno mais! Edição de 01 de junho de 1997.

Folha de São Paulo. Caderno Brasil. Edição de 13 de junho de 1997.

3. CRÔNICAS E VIAJANTES.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*. "Cadernos de história", n. 1. São Paulo, Ed. Obelisco, 1964.

CARDIM, F. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1989.

GANDAVO, P.M. *História da província de Santa Cruz*. "Cadernos de história", n. 2. São Paulo, Ed. Obelisco, 1964.

_____. *Tratado da terra do Brasil*. São Paulo, "Cadernos de história", n. 2. São Paulo, Ed. Obelisco, 1964.

LISBOA, Frei Cristovão de. *História dos animais e árvores do Maranhão*. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967.

MARTIUS, C. F. P. von et SPIX, J. B. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.

PITA, Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1976.

SALVADOR, Frei Vicente. "História do Brasil". *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Tomo XVIII, 1888.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Editora Nacional, 1987.

THEVET, A. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo-Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo-Itatiaia, 1978.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena. Notícias soteropolitanas e brasílicas* (1798). Bahia, Imp. Oficial do Estado, 1922.

III. BIBLIOGRAFIA.

1 Referências.

ATHIAS, Mark. *Catálogo das obras da coleção portuguesa das Régias Escolas de Cirurgia* (1825). Lisboa, 1942.

AZEVEDO, Pedro A. de et BAIÃO Antônio. *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, corpus que o compõe e organização* (ed. facsimilada). Lisboa, ANTT/Livros Horizonte, 1989.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1724.

BARBOSA MACHADO, Diogo. *Biblioteca lusitana histórica, crítica, e cronologia* (1752), 4 vol. Coimbra, Atlântica Ed., 1966.

BOSCHI, Caio. *Roteiro-sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*. Lisboa, Ed. Lusófonas, 1995.

CATÁLOGO GERAL (onossimático). *Biblioteca da Sociedade Farmacêutica Lusitana*. Lisboa, Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, 1946.

ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL ILUSTRADA EUROPEU-AMERICANA, 70 vol. Madrid, Espasa-Calpe, 1930.

IRIA, Alberto. "Inventário geral dos códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil". Lisboa, Separata de *Studia*, n.18, agosto de 1966.

RAU, Virginia. "Arquivos de Portugal: Lisboa". *Actas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Nashville, The Vanderbilt University Press, 1953.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. *Dicionário bibliográfico brasileiro*, 7 vol. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1883-1902.

SERRÃO, Joel et alii. *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea*, 4 vol. Lisboa, INIC, 1984-1989.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário de língua portuguesa*. Lisboa, Tip. Lacerdina, 1813.

SILVA, Inocêncio F. da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

VITERBO, Frei Joaquim de S. R. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigo se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Lisboa, Liv. Civilização, 1865.

2. Geral.

ABREU, Eduardo de. "A fisicatura-mor e o cirurgião-mor dos exércitos no reino de Portugal e estados do Brasil". *RIHGB*, tomo LXIII, 1901.

ALLEMÃO, Francisco Freire. "Quais são as plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?". *RIHGB*, tomo XIX, 1898.

ALMEIDA, Aluísio de. "Cirurgiões e boticários". *Correio da Manhã*, 14 de abril de 1946.

ALMEIDA, L. F. "Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII". *Revista Portuguesa de História*. Lisboa, n. 15, 1975.

AMARAL, Braz do. *Memórias históricas e políticas de Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva*, vol. VI. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1940.

ANDRADE, Mario de. *Namoros com a medicina*. São Paulo, Edusp, 1980.

ARAÚJO, Carlos da Silva. *Figuras e factos na história da farmácia no Brasil português*. Lisboa, Ed. Império, 1954.

_____. "A farmácia brasileira sob D. Pedro I (1822-1831)". *Imprensa Médica*, ano XIX, n. 10, 1955.

_____. "As fundações técnico-científicas do Império Joanino". *Imprensa Médica*, ano XIV, n. 10, 1960.

_____. *Fatos e personagens da história da medicina e da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro, Continente Ed., 1979.

_____. *von Martius e o Cristo que ofertou ao Brasil*. Rio de Janeiro, s. e., 1941.

ARAÚJO, Maria Benedita. *O conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1992.

ATHAIDE, Joaquim José de. "Discurso em que se mostra o fim para que foi estabelecida a Sociedade Literária do Rio de Janeiro". *RIHGB*, tomo XLV, 1882.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1964.

_____. (org.) *As ciências no Brasil*, 2 vol. São Paulo, Melhoramentos.

BANDEIRA, José R. "Bosquejo histórico do ensino de farmácia em Portugal". *Farmácia Portuguesa*, n. 26, jan.-fev. 1984.

BARRETO, Luís Filipe. *Os descobrimentos portugueses e a ordem do saber. Uma análise sociocultural*. Lisboa, Gradiva, s. d.

_____. *Caminhos do saber no renascimento português. Estudos de história e teoria da cultura*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s. d.

BELTRAN, Maria Helena Roxo. "O europeu diante da flora do novo mundo". In: GOLDFARB e MAIA. *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro/São Paulo, Expressão e Cultura/Edusp, 1995.

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia- feiticeiro, saladores e nigromantes no século XVI*. Lisboa, Proj. Universidade Aberta, 1987.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Alexandre Rodrigues Ferreira: Amazônia, redescoberta no século XVIII*. Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1992.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BORGMEIER, Thomaz. "A história da 'Flora fluminensis'". *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 48, 1961.

BOSCHI, Caio C. "O assistencialismo na capitania do ouro". *Revista de História*, jan.-jun. 1984.

BOXER, C. R. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa, Ed. Setenta, s. d.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*, 3 vol. São Paulo, Hucitec, 1984.

BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992.

CALAFATE, Pedro. *A idéia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s. d.

CAMINHOÁ, Joaquim Monteiro. *Das plantas tóxicas do Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1871.

_____. *História das plantas alimentares e de gozo do Brasil, contendo generalidades sobre a agricultura brasileira, a cultura, uso e composição química*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1871-1884.

_____. *Elementos de botânica geral e médica*. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1877.

CARNEIRO, Henrique. "Mezinhas, filtros e triacas: drogas no mundo moderno". Dissertação de mestrado. FFLCH/DH (USP), 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial. Portugal e Brasil-Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CARVALHO, Augusto da Silva. *Mezinhas e remédios de segredo*. Lisboa, Soc. Nac. de Tipografia, 1928.

_____. "As academias científicas do Brasil no século XVIII". *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*. Lisboa, tomo II, classe de Ciências, 1939.

_____. *Francisco de Melo Franco*. Lisboa, s. e., 1947.

CARVALHO, Rômulo de. *A actividade pedagógica da Academia de Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, 1981.

_____. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1987.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

CHALHOUN, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Raul. *Notas de fitoterapia. Catálogo dos dados principais sobre plantas utilizadas em medicina e farmácia*. Rio de Janeiro, Lab. Clínico Silva Araújo, 1942.

COSTA, A. M. Amorim da. *Primórdios da ciência química em Portugal*. Lisboa, Breve, 1984.

COSTA, Francisco de Paula. "Algumas considerações sobre o charlatanismo em medicina". Tese inaugural. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1841.

CUNHA, Maria Noélia R. da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza, IOCE, 1990.

DANTAS, Maria Amélia Mascarenhas. "Sobre a medicina de Paracelso". Tese de doutoramento. FFLCH/DH (USP), s. d.

DAMASCENO, Darcy. "Freire Alemão: o botânico e a planta da cidade". *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1983.

- DEAN, Warren. *A ferro e a fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1977.
- DELAPORTE, François. *Le savoir de la maladie*. Paris, Presse Universitaire, 1990.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo, Iluminuras, 1991.
- DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. Lisboa, Gradiva, 1989.
- DIAS, José Lopes. "Medicinas da 'Suma Oriental' de Tomé Pires". *Jornal do médico*, IX (208), 1947.
- DIAS, José Pedro Felripa de Sousa. "Problemas e perspectivas na história das origens da farmácia em Portugal". Comunicação apresentada no I Congresso das Ciências Farmacêuticas. Lisboa, nov., 1982, pp. 6 e 9.
- _____. "A 'Água de Inglaterra' no Portugal das luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII". Lisboa, Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa), 1986.
- _____. "Introdução à história da farmácia em Portugal nos séculos XVII e XVIII". Universidade de Lisboa, 1986.
- _____. "João Vigier e a introdução da química farmacêutica em Portugal". *Farmácia Portuguesa*, 43, jan.-fev. 87/ Medicamento história e sociedade, 5, fev. 1987.
- _____. "Um grupo sócio-profissional setecentista de grande importância na economia do medicamento: os droguistas". *Farmácia Portuguesa*, 54, nov.-dez., 1988/Medicamento, história e sociedade, 9, nov. 1988.
- _____. "Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista". Tese de doutoramento. Faculdade de Farmácia (Universidade de Lisboa), 1991.
- _____. "A farmácia e a expansão portuguesa (século XVII e XVIII)". In: SOARES, V. M. et alii. *A universidade e os descobrimentos*. Lisboa, Com. Nac. Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- _____. *A Farmácia em Portugal*. Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994.
- DIAS, J. Sebastião da Silva. *Influencia de los descubrimientos en la vida cultural del siglo XVI*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- _____. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, 1953.

DIAS, Maria Odila da Silva. "Aspectos da ilustração no Brasil". *RIHGB*, vol. 278, jan.-mar., 1968.

ESAGUY, Augusto d'. "Uma carta de Manuel Teles da Silva, Marquês do Alegrete, Secretário da Real Academia Portuguesa, a Jacob de Castro Sarmiento, médico e sócio do Real Colégio de Londres (1691-1762)". Separata, *Imprensa Médica*, Lisboa, 1952.

ESTRELLA, Eduardo. "La naturaleza americana y las expediciones botánicas españolas del siglo XVIII". In: *Flora Huayaquilensis. La expedición botánica de Juan Taffala a la Real Audiencia de Quito 1799-1808*. Quito, Ed. Abya-yala, 1991.

FABRE, René et DILLEMANN, Georges. *Histoire de la Pharmacie*. Paris, Presse Universitaires de France, 1971.

FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina. Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo, Ática, 1993.

_____. "Da ilustração à revolução- percursos ao longo do espaço-tempo setecentista". *Acervo*, v. 4, n. 1, jan-jun. 1989.

_____. "As reformas pombalinas e a cultura colonial". Conferência apresentada no Congresso América 92, 1992.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, vol. 1. Rio de Janeiro, Globo, 1987.

FARINA, Duílio Crispim. *Medicina no planalto de Piratininga*. São Paulo, s. e., 1981.

FEITAL, J. M. de N. "O misticismo em medicina ou o charlatanismo misterioso". *Revista médica brasileira*, ano I, maio de 1841.

FERRÃO, J. E. Mendes. "Transplantação de plantas de continentes para continentes no século XVI". *História e desenvolvimento da ciência em Portugal* (colóquio). Lisboa, publ. II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa, 1986.

FICALHO, Conde de. *Garcia da Orta e o seu tempo* (1886). Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.

FOLCH Y ANDREU, Rafael. "Las farmacopeas portuguesas". *Revista de la Universidad de Madrid*, 2, 5, 1942.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da. *História da farmácia portuguesa nos séculos passados*, vol. II. Porto, Emp. Ind. Gráfica do Porto, 1936

_____. *História da farmácia portuguesa através da sua legislação*. Porto, Gráfica do Porto, 1935.

FORJAZ, Pereira. "O segredo da esfinge. Uma botica de Lisboa em 1775". Separata, *Anais Azevedos*, vol. XIII, n. 2-3.

_____. "A academia de Ciências de Lisboa e os estudos farmacêuticos em Portugal". *Revista portuguesa de farmácia*, 7(4), out.-dez., 1958.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

_____. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

FRAGOSO, Antônio Marcolino. "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?". Tese inaugural. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, s. d.

FRANÇA, Carlos. "Os portugueses do século XVI e a história natural do Brasil". *Revista de história*. Lisboa, ano 15, n. 57-60, 1926.

_____. "Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira (1756- 1815). História de uma missão científica ao Brasil no século XVIII". *Boletim da Sociedade Broteriana*, vol. 1, abril 1992.

FREYRE, G. *Casa Grande & senzala. Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Liv. José Olimpo, 1904.

GALENO, Alberto S. *A praça e o povo (homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira)*. Fortaleza, Stylos Com., 1991.

GERBI, Antonello. *O novo mundo. História de uma polêmica 1750- 1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GOELDI, Emílio. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

GOMES, Maria Vitória de Azevedo. "A casa dos Vinte e Quatro e a representação da arte de botica". *Boletim da Escola Superior de Farmácia*, vol. III, 1949.

GONÇALVES, Iria. "Físicos e cirurgiões quatrocentistas". *Do tempo e da História I*. 1965.

GUIBOURT, N. J. B. G. *Histoire nouvelle des drogues simples, ou, cours d'histoire naturelle*. Paris, 1876.

HERSON, Bella. "Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira". Tese de doutoramento. FFLCH/DH (USP), 1988.

HERKENHOFF, Paulo. "Amazônia e modernidade". In: Biblioteca Nacional (Brasil). *Alexandre Rodrigues Ferreira: Amazônia redescoberta no século XVIII*. Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1992.

HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca. Natureza e civilização no Rio de Janeiro século XIX*. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1995.

HIGGS, David. "Unbelief and politics in Rio de Janeiro during the 1790s". *Luso-brazilian review*, vol. 21, n. 1, 1984.

HOEHNE, F. C. *Vegetais anti-helmínticos ou enumeração dos vegetais empregados na medicina popular como vermífugos*. São Paulo, Weiszflog Irmãos, 1920.

_____. *Álbum da seção de botânica do Museu Paulista e suas dependências, etc.* São Paulo, Museu Paulista, 1925.

_____. "Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais". In: *Coletânea de 114 aulas, primeiramente publicadas no "O Estado de São Paulo" de 1934-38, sem ilustrações e agora revistas e ilustradas*. São Paulo, Graphicars, 1939.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. *História geral da civilização brasileira. A época colonial*, vol. I e II. São Paulo, DIFEL, 1985.

JOBIM, Leopoldo Collor. "Os jardins botânicos e o fomentismo português no Brasil". *Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo, 1984.

KURY, Lorelai Brilhante et CAMENIETZKI, Carlos Ziller. "Ordem e natureza. Coleções e cultura científica na Europa Moderna". *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 29, 1997.

LANGGAARD, Theodor J. H. *Dicionário de medicina doméstica e popular*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1873.

LAPA, José Roberto do Amaral. "O Brasil e as drogas do Oriente". *Studia*, n. 18, agosto 1966.

LASLO, Pierre. *Qu' est-ce que l'alchimie?* Paris, Hachette, 1996.

LE GOFF, J. (org.) *As doenças têm história*. Lisboa, Terramar, s. d.

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa, Estudos Cor, 1973,

LEITÃO, C.M. *A biologia no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuitas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa, Ed. Brotéria, 1953.

LE MOS, Maximiliano. *Ribeiro Sanches, a sua vida e a sua obra*. Porto, Tavares Martins, 1911.

LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa, Ed. 70, s. d.

LIMA, Américo Pires. "As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do século XVIII)". *Separata Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, vol. IX, Porto, s. d.

- LIMOUSIN, H. Bocquillon. *Manuel des plantes médicinales coloniales et exotiques*. Paris, Librairie J. B. Baillière et fils, 1905.
- MACEDO, Guilherme Rocha de. "O Brasil na obra de Bernardino Antônio Gomes". *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 120, jan.-mar. 1990.
- MACHADO, Roberto et alii. *Da(n)ação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MARTIN, F. *História natural popular: descrição circunstanciada dos três reinos da natureza*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1834.
- MAIA, Fernanda Paula S. "A botica de São Bento da Bahia em meados do século XVIII- o espaço e os homens". *Anais do I Colóquio de estudos históricos Brasil-Portugal*. Belo Horizonte, PUC-MG, 1994.
- MARQUES, Vera R. Beltrão. "Medicamentos secretos- saberes e poderes". *Cadernos de história social*, n. 5, abril 1997.
- MATTOSO, José. *História de Portugal*, vol. 4. Lisboa, Editorial Estampa, s. d.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1996.
- MELLO, Homem de. "O Brasil intelectual em 1801". *RIHGB*, Tomo LXIV, 1901.
- MICHELET, Jules. *A feiticeira 500 anos de transformações na figura da mulher*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MILLIET, Sérgio. "Curandeiros, médicos e farmacêuticos na época colonial". *Investigações*, II(5), março 1950.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. "Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)". Dissertação de mestrado. DH (PUC-RJ), 1993.
- _____. "Todo um mundo a reformar. Intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos na América portuguesa, 1779-1808". *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 29, 1997.
- NABUCO, José Thomaz. *Um médico do Brasil colônia: O cirurgião-mor Manoel Fernandez Nabuco e sua gente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- NAVA, Pedro. "Capítulos da história da medicina no Brasil". Separata *Brasil médico-cirúrgico*. Rio de Janeiro, 1949.
- NEIVA, Arthur. *Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil*. Brasília, Ed. da UNB, 1989.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1985.
- OLIVEIRA, Cavaleiro de. *O galante século XVIII*. Lisboa, Liv. Bertrand, 1966.

OLIVEIRA, Francisco M. de Mello. *Estudos de matéria médica brasileira de origem vegetal*. São Paulo, Esc. Tip. Salesiana, 1905.

OBREGÓN, Diana. (org.) *Historia social de las ciencias en Colombia*. Bogotá, Empresa Ed./Univers. Nac. de Colombia, 1986.

PAIVA, José Pedro. *Práticas e crenças mágicas*. Coimbra, Livr. Minerva, 1992.

PALHINHA, Telles. "Algumas relações entre a farmácia e as ciências da natureza". Separata *Memórias de Ciências*. Academia de Ciências de Lisboa, s. d.

PECKOLT, Theodoro. *Análises de matéria médica brasileira dos produtos que foram premiados nas exposições nacionais e na Exposição de Paris em 1867*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemert, 1868.

_____. *História das plantas medicinais e úteis do Brasil: contendo descrição, botânica, cultura, partes usadas, composição química, seu emprego em diversas moléstias, doses, usos industriais*. Rio de Janeiro, Tip. Laemert, 1888-1891.

PENNA Meira. *Dicionário brasileiro de plantas medicinais. Descrição das plantas medicinais indígenas e das exóticas aclimatadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Kosmos Editora, 1946.

PIMENTA, Tânia Salgado. "Artes de curar- um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX". Dissertação de mestrado. IFCH/DH (UNICAMP), 1997.

PINA, Luís de. "As ciências na história do império colonial português" (séculos XV a XIX). Separata *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1937-45.

_____. "Para a história da história natural brasileira". *Brasília*, vol. 1. Coimbra, Coimbra Ed., 1942.

_____. "Flora e fauna brasílicas nos antigos livros médicos portugueses". *Brasília*, vol. 3, Coimbra Ed., 1944.

_____. "História da história da medicina em Portugal". Separata *Imprensa Médica*, fev. 1956.

_____. "Reflexos brasílicos na velha medicina portuguesa". *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XIV, set.-dez. 1961.

PINTO, Antonio José de Sousa. *Direções sobre o uso da "Água de Inglaterra"*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1822.

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

REUTTER, L. *Traité de matière médicale. Drogue végétales- drogues animales et de chimie végétale*. Paris, Librairie J. B. Baillière et fils, 1923.

RIBEIRO, Lourival. *Medicina no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, s. e., 1971.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1997.

RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis. Ensaio sobre filosofia e política*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

ROBERTS, Royston M. *Descobertas acidentais em ciências*. Campinas, Papirus, 1993.

RODRIGUES, J. Barbosa. *Hortus fluminensis ou breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro para servir de guia aos visitantes*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1894.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil* (primeira parte). São Paulo, Editora Nacional, 1979.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*, vol. 1. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991.

_____. *Pequena história da medicina brasileira*. São Paulo, Ed. Parma, 1980.

SCLIAR, Moacir. *Do mágico ao social. A trajetória da saúde pública*. Porto Alegre, L&PM, 1987.

_____. *A paixão transformada. História da medicina na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SECADURA, Costa. "Médicos e curandeiros italianos em Portugal de antanho (século XVIII)". *Imprensa Médica*, ano XIX, n. 8, 1955.

SÉRGIO, Antônio. "O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal". In: *Ensaio*, vol. II. Lisboa, s. e., 1928.

SERRANO, Célia. "A invenção do Itatiaia". Dissertação de mestrado, IFCH/DH (UNICAMP), 1993.

SILVA, A. C. Correia da. "Frei João de Jesus Maria e a Farmacopéia dogmática". *Revista Portuguesa de Farmácia*, 29, 3, 1979.

_____. "Da antiga botica ao moderno laboratório farmacêutico". Porto, s. e., s. d.

SILVA, Manuel Emygdio da Silva. *A Botica do Azevedo (1775-1948)*. Lisboa, Sociedade Industrial Farmacêutica, s. d.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Médicos, cirurgiões e boticários". *Análise de estratificação social, o Rio de Janeiro de 1808 a 1821*. São Paulo, FFLCH/USP, 1975.

_____. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1977.

- _____. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. "Médicos e cirurgiões no Brasil colonial". *Anais da III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. São Paulo, 1984.
- _____. (coord.) *O império luso-brasileiro 1750-1822*. Lisboa, Ed. Estampa, 1986.
- _____. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa, Estampa, 1993.
- _____. (coord.) *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, Verbo, 1994.
- SILVA, Pedro José da. *História da farmácia portuguesa desde os primeiros séculos da monarquia até ao presente*, 3 memórias. Lisboa, Tipografia Franco-Portuguesa, 1866-8.
- _____. *Principais fatos da farmácia portuguesa nos séculos passados*. Lisboa, Tip. Franco-Portuguesa, 1868.
- SOUTO, Luiz Felipe Vieira. *Anchieta e a medicina*. Lab. Carlos da Silva Araujo. Rio de Janeiro, 1934.
- SOUZA, Iara L. S. C. "Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831". Tese de doutoramento. IFCH/DH (UNICAMP), 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. (org.) *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, Márcio. "As atribuições de um cientista luso-baiano com os nativos das terras do verão constante". In: Biblioteca Nacional (Brasil). *Alexandre Rodrigues Ferreira: Amazônia redescoberta no século XVIII*. Rio de Janeiro, A Biblioteca, 1992.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro, Ed. Artenova, 1976.
- TELLO DA FONSECA, Manuel das Dores. *História da farmácia portuguesa através de sua legislação*, 3 vol., Porto, Gráfica do Porto Ltda, 1935.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, tomo IV. São Paulo, Melhoramentos/TNL, 1975.

VASCONCELLOS, João de Carvalho e. "A botânica nos colóquios de Garcia da Orta". *Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 80, n. 1-12, 1962.

VOTTA, Raul. "O regimento do fisico-mor do reino (1744) e seus efeitos legais em São Paulo, relativamente ao exercício da profissão farmacêutica". *Imprensa médica*. Ano XXIII, n. 12, dez. 1959.

WEHLING, Arno. "O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações". *RIHGB*, vol. 316, 1977.